



# Relatório de Execução 2001



[www.ccr-lvt.pt/po/](http://www.ccr-lvt.pt/po/)

Programa operacional  
Região de Lisboa e Vale do Tejo







## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I -</b>	<b>MODIFICAÇÕES DAS CONDIÇÕES GERAIS COM IMPORTÂNCIA RELEVANTE PARA A EXECUÇÃO DA INTERVENÇÃO</b>	<b>1</b>
I.1.	ÂMBITO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO	1
I.2.	CONTEXTO SOCIO-ECONÓMICO	1
<b>CAPÍTULO II -</b>	<b>ESTADO DE AVANÇO DOS DIFERENTES EIXOS PRIORITÁRIOS E DAS MEDIDAS</b>	<b>7</b>
II.1.	IMPLEMENTAÇÃO DO POR LVT - ANÁLISE DA EXECUÇÃO MATERIAL	7
II.2.	IMPLEMENTAÇÃO DO POR LVT - APROVAÇÃO DE PROJECTOS	31
<b>CAPÍTULO III -</b>	<b>EXECUÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>51</b>
III.1.	EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROJECTOS	51
III.2.	EXECUÇÃO FINANCEIRA POR DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	69
III.3.	FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA	72
III.4.	PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO E CUMPRIMENTO DA "REGRA N+2"	76
<b>CAPÍTULO IV -</b>	<b>INDICADORES PARA A ATRIBUIÇÃO DA RESERVA DE EFICIÊNCIA</b>	<b>77</b>
<b>CAPÍTULO V -</b>	<b>DISPOSIÇÕES TOMADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PARA ASSEGURAR A QUALIDADE E EFICÁCIA DA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA</b>	<b>81</b>
V.1.	SISTEMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO	81
V.2.	CELEBRAÇÃO DE NOVOS CONTRATOS-PROGRAMA	88
V.3.	COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO	90
V.4.	ALTERAÇÕES AO COMPLEMENTO DE PROGRAMAÇÃO	92
V.5.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO	93
V.6.	SISTEMA DE CONTROLO	96
V.7.	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	101
V.8.	PUBLICITAÇÃO DO PO	102
V.9.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	110
V.10.	GRANDES PROJECTOS	113
<b>CAPÍTULO VI -</b>	<b>ADEQUAÇÃO ÀS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS</b>	<b>114</b>
<b>ANEXOS</b>		

## **CAPÍTULO I - MODIFICAÇÕES DAS CONDIÇÕES GERAIS COM IMPORTÂNCIA RELEVANTE PARA A EXECUÇÃO DA INTERVENÇÃO**

### **I.1. ÂMBITO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO**

O presente relatório de execução 2001 do POR LVT tem como **objectivo**, a disponibilização à Comissão Europeia, por parte da Autoridade de Gestão do Programa Operacional, de uma forma sintética, mas transversal, de toda a informação relevante no âmbito da actividade desenvolvida na gestão, acompanhamento, avaliação e controlo do Programa Operacional no decurso do ano 2001.

O Regulamento (CE) 1260/99 do Conselho, de 21 de Junho, no seu artigo 37º, define os elementos que deverão constar do relatório, constituindo este um valioso instrumento de aferição do estado de implementação do Programa Operacional, ao nível das aprovações efectuadas, execução financeira atingida e avaliação qualitativa dos objectivos propostos inicialmente e dos resultados atingidos.

A estrutura e conteúdo do relatório de execução de 2001 pretenderam, igualmente, reflectir as orientações do documento de trabalho "Le rapport annuel d'exécution des interventions des Fonds structurels", bem como as observações formuladas pela Comissão nos encontros bilaterais e que foram comunicadas à Autoridade de Gestão.

### **I.2. CONTEXTO SOCIO-ECONÓMICO**

#### **SITUAÇÃO DE PARTIDA CONSTANTE NO PROGRAMA OPERACIONAL**

O contexto sócio-económico apresentado no Programa Operacional, caracteriza a Região de Lisboa e Vale do Tejo, como uma Região que concentra um terço da população total do País, com um PIB per capita superior à média nacional, situando-se em 89% da média comunitária(1996).

Em termos de actividades, o sector terciário destacava-se com valores superiores à média nacional em termos de VAB, da população empregada e da produtividade. Era contudo a única que apresentava uma base de actividades equilibrada no que respeita à base industrial e à base alargada dos serviços.

Quanto ao seu tecido produtivo, a Região de Lisboa e Vale do Tejo caracterizava-se por uma forte presença das indústrias que se organizam em torno da exploração de economias de escala, do esforço de Investigação e Desenvolvimento (I&D) ou da diferenciação do produto como factores competitivos e por uma presença muito mais fraca das indústrias que se organizam, enquanto factor competitivo, em torno do baixo custo do trabalho, o que a distinguia do restante panorama nacional.



Esta especialização era ainda revelada pelo facto de ser a única Região com presença relativa mais forte nas indústrias de médio-alto nível tecnológico, apresentando uma produtividade global superior à média do Continente.

A agricultura assumia uma importância bastante significativa, em termos nacionais, no conjunto do sector, sendo realizada com base em explorações familiares empresariais e grandes explorações.

O sector agro-florestal, embora regionalmente pouco importante era contudo, o mais desenvolvido de todas as regiões agrícolas do país.

Nas indústrias transformadoras era possível identificar uma base industrial em que se integram os sectores de elevado valor acrescentado como as indústrias de material de transporte e mobilidade, agro-Alimentares e agro-Industriais, florestais, de transformação dos Minerais não Metálicos, produtos de higiene e limpeza, de artes gráficas, imprensa e edição e de matérias plásticas e de fabrico de embalagem.

A actividade turística assumia papel relevante combinando a vertente de serviços para as empresas com o turismo particular.

Outro sector relevante caracterizava-se pela concentração de infra-estruturas e recursos humanos que se dedicam a actividades de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico.

Apresentava níveis mais elevados que a média nacional em equipamentos e bens de consumo de nível superior. Mas com fortes disparidades pela permanência de núcleos populacionais com deficiente acesso aos equipamentos sociais e cobertura de infra-estruturas, sendo de distinguir a Grande Lisboa das áreas rurais de tipo central, e com o desenvolvimento de novas formas de marginalidade e exclusão e dificuldade de reconversão de certas actividades económicas tradicionais em declínio.

Possuía, no entanto, economias de complementaridade com enorme potencial benéfico para o desenvolvimento da Região.

A nível de recursos humanos, o índice de dependência dos jovens era mais baixo que a média nacional (23 jovens por 100 indivíduos em idade activa) e o índice de envelhecimento era igualmente significativo com 30.4% da população abaixo dos 25 anos, mas 15.3% acima dos 65 anos, excedendo o valor médio nacional aproximadamente em 9 p.p.

A taxa de analfabetismo era a mais baixa do País (6.5%), apresentando a Região taxas de escolarização superiores à média nacional a nível do ensino básico e secundário.

No que respeita ao capital humano, embora em 1996 a Região tivesse "produzido" 44% do total nacional dos diplomados, existia um défice de produção de diplomados em áreas técnicas e das novas tecnologias (informática, engenharias tecnológicas, etc.).

Em 1998 estavam empregados na Região 1 534 milhares de indivíduos, o que correspondia a 32.4% do emprego nacional.

A taxa de actividade da Região de Lisboa e Vale do Tejo em 1998 (49.3%), embora superior à taxa média europeia, era mais baixa que a taxa nacional.

Quanto à estrutura do emprego, os serviços absorviam 67% da população empregada, valor superior em 16.3 pp ao valor médio nacional. Do total de empregados 45% eram mulheres e era no terciário que estas se encontravam em maior número.

Em termos de taxa de desemprego, a taxa regional (5.7%), era superior à taxa nacional em 1.1 pp., com a taxa de desemprego feminino em 7.5% e a dos jovens em 13.4%. Verificava-se igualmente que o desemprego de longa duração tinha na região um peso no total do desemprego, superior ao que se verificava para o conjunto do País.

### **ACTUALIZAÇÃO DO CONTEXTO SOCIO-ECONÓMICO E POTENCIAIS IMPACTOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PO**

Na sequência da operação CENSOS 2001, levada a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística, podemos proceder à actualização de alguns indicadores relativos à Região partindo dos resultados provisórios já disponíveis, aferindo a sua evolução relativamente ao ponto de partida.

Assim, a população residente na Região ascende a 3 369 milhares de habitantes, com um crescimento de 4% face a 1997, tendo a densidade populacional crescido de 278 para 295 hab/km<sup>2</sup>.

A estrutura etária da população continua envelhecida, com um índice de envelhecimento de 109.9, bastante superior ao do país que se cifra nos 102.6. A população com menos de 25 anos representa 30.4% da população total e a população com idade igual ou superior a 65 anos 15.3%.

O índice de dependência dos jovens apresentou uma redução face à situação de partida, descendo de 23% para 21.7%.

Outras estatísticas disponíveis (INE e Eurostat), apontam o PIB per capita (PPC) da Região em relação à média EU15 com um aumento de 89% para 100% em 1999, confirmando a situação de excepção da Região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto nacional, e a adequação do perfil "phasing-out" na sua programação.

Comparando com os indicadores de partida relativos a 1998, em 2000 a taxa de actividade atingia os 50.1%, verificando-se reduções da taxa de desemprego de 5.7% para 5%, do desemprego feminino de 7.5% para 6% e do desemprego jovem de 13.4% para 10.2%.

A nível nacional, a estimativa de crescimento do PIB, para o ano 2001, de 1.8% , traduziu-se numa desaceleração do ritmo de crescimento da economia portuguesa. A inflação, medida pelo índice de preços no consumidor, conheceu uma aceleração em 2001, por comparação com o ano anterior (4.3% e 2.9%, respectivamente em 2001 e em 2000).

O mercado de emprego, em 2001, continuou a apresentar, no geral, uma evolução positiva nos principais indicadores. O emprego manteve a tendência ascendente (1.6% face a 2000), na sequência do ocorrido nos últimos anos. Entre 1998 e 2001, o emprego cresceu a uma taxa média anual de 1.8%. A evolução do emprego continua mais favorável em Portugal do que na EU, mesmo tendo a taxa de emprego um nível mais alto no caso português.

Quadro estrutural de indicadores macro-económicos e de emprego

	(UE=100)						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
PIB per capita a preços e PPC correntes(1)	70.7	70.8	74.6	73.1	74.0	73.9	74.3
Remuneração média a preços e PPC correntes(2)	66.6	67.3	70.7	69.3	71.4	74.6	74.0
PIB por empregado a preços e PPC constantes (3)	66.2	67.2	67.5	68.1	68.5	68.6	68.5
Taxa de Actividade(4)	100.4	100.3	101.0	103.4	103.4	103.0	n.d.
Taxa de Emprego (4)	104.5	104.0	105.5	109.5	108.5	107.9	107.5
Taxa de Desemprego (4)	68.5	70.0	63.3	47.6	51.6	48.8	53.9
Taxa de Inflação (Deflator do Consumo Privado) (5)	140.6	128.6	131.8	152.9	164.3	147.4	166.7

Fontes: (1) CE, Economie Européenne (72), 2001.

(2) CE, (Prev. Outono 2000), EUROSTAT, Inquérito às Forças do Trabalho, INE, Contas Nacionais (Anuais) e Estim. do DEPP.

(3) CE, (Prev. Outono 2000), EUROSTAT, Inquérito às Forças do Trabalho, INE, Contas Nacionais (Anuais e Trimest.).

(4) CE, New Cronos. Taxas calculadas apenas para a população dos 15 aos 64 anos. Dada a quebra na série do inquérito ao

Emprego do INE, as taxas não são comparáveis para os anos antes e depois de 1998. Em 2001, trabalhou-se com a taxa de desemprego do total de idades

(5) CE, Economie Européenne (72), 2001.

Na média do ano de 2001, a taxa de emprego no Continente atingiu os 69.1% (76.7% para os homens e 61.7% para as mulheres), o que representa um acréscimo de 0.6 p.p., entre 2000 e 2001, situando-se, no caso das mulheres, acima da meta estabelecida na Cimeira de Lisboa para 2010 (60%) e muito próxima da correspondente meta para o conjunto dos homens e das mulheres (70%).

A taxa de emprego aumentou em todos os escalões etários, excepto no grupo dos 55 aos 64 anos, onde se verificou uma quebra de 0.6 p.p., em contraste com o aumento sustentado que se vinha a registar desde 1995. Todavia, a taxa de emprego deste grupo etário em 2001 (50.8%) continua acima da meta estabelecida na Cimeira de Estocolmo para 2010 (50%).

Para o comportamento positivo do emprego, em 2001, contribuiu o andamento bastante dinâmico da Agricultura e Pescas (2.9%) e dos Serviços (2.6%). A Indústria, por sua vez, registou uma subida de 0.8%, o que contraria as quebras que se vinham a registar desde há cinco anos consecutivos. A Construção e Obras Públicas (-2.6%) foi o único sector que conheceu uma quebra de efectivos, após as fortes subidas verificadas nos anos anteriores.

Analisando a evolução do emprego por situação na profissão pode concluir-se que, em 2001, o emprego por conta de outrem, embora tendo aumentado cerca de 1.6%, está a desacelerar em relação aos anos anteriores, enquanto que o trabalho por conta própria, depois das descidas verificadas em 1999 e 2000, conheceu um crescimento de 6.3%, em parte, por uma reclassificação levada a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Os trabalhadores abrangidos por contratos permanentes cresceram a uma taxa de 1.4% (apenas 0.7% em 2000), inferior à registada pelo emprego com contratos não permanentes que conheceu um aumento de 2.1%.

A taxa de desemprego em Portugal continua a situar-se bastante abaixo da média da EU (4.1% e 4.8%, respectivamente), embora se tenha verificado um aumento da taxa de desemprego nacional de 0,1 pontos percentuais entre 2000 e 2001, o que contrasta com as quebras que se vinham a verificar anteriormente. No período entre 1998 e 2001, a taxa de desemprego, no Continente, desceu 0.9 pontos percentuais, passando de 5.0% para 4.2%, respectivamente.

Em 2001, a taxa de desemprego dos jovens, no Continente, foi de 9.4%, o que representa um acréscimo face ao ano de 2000 (8.8%), em resultado de aumentos quer dos desempregados jovens masculinos quer dos femininos. A taxa de desemprego juvenil era, porém, da ordem dos 14.8% em 1997, mantendo-se inferior à correspondente taxa na EU (15.3% em 2001).

A taxa anual de desemprego de longa duração (=12 meses e mais) baixou de 2.1%, em 1998, para 1.6%, em 2001. O peso do desemprego de longa duração (DLD) no desemprego total desceu de 44.6% no ano de 1998 para 39% em 2001.

As previsões para 2002 apontam para a continuação do abrandamento da economia portuguesa em consonância com a desaceleração prevista para a média da EU15 (1.4% de aumento, no mesmo ano). Assim a taxa de crescimento do produto em Portugal deverá situar-se ente 1% e 1.5% em 2002, abaixo da registada em 2001.

O abrandamento do ritmo de crescimento económico em Portugal deverá reflectir, em parte, a continuação do processo de ajustamento da procura interna.

A desaceleração no ritmo de crescimento da procura interna deverá ficar a dever-se, tanto à evolução prevista no Consumo Público como para o Consumo Privado, embora de forma mais marcada em relação a este último. As previsões para o investimento apontam, porém, para um aumento superior ao do ano de 2001, em resultado do dinamismo do investimento da Administração Pública, associada ao Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III), e dos ganhos nos termos de troca e de um reforço da competitividade no sector empresarial, em consonância, em parte, com a aplicação dos fundos comunitários.

Em 2002, o mercado de emprego deverá evoluir de forma positiva, prevendo-se um crescimento do emprego de cerca de 0.9% (um ritmo apesar de tudo mais lento do que nos anos anteriores) e a manutenção de uma taxa de desemprego inferior a 5%.

Há ainda a assinalar no ano 2001 alguns factores importantes com reflexos no desenvolvimento da Medida de Acessibilidades e Transportes do POR LVT, em particular na área rodoviária.

Situações de intempérie involuntariamente prolongadas e rigorosas, causando a destruição de muitas troços de estrada, queda de pontes e redução dos níveis de segurança de muitas outras pontes e viadutos, conduziram a uma maior atenção e concentração de meios humanos e materiais na reconstrução de estradas, com algum prejuízo na actividade de construção e requalificação planeadas.

Muitas das estradas e pontes então afectadas situam-se na região de Lisboa e Vale do Tejo (Lezíria do Tejo e Médio Tejo).

Houve uma tomada de consciência generalizada da importância da manutenção do património rodoviário existente, garante da mobilidade e da acessibilidade locais. Reforçou-se, assim, o que na altura era já uma preocupação percebida, ou seja, a necessidade de garantir níveis de segurança correctos das infra-estruturas de transportes terrestres.

Verificou-se, em consequência, uma forte atenção neste domínio, do que veio a resultar a celebração de um protocolo de entre o Governo e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, em que se estabeleciam as bases da requalificação, transferência e manutenção de uma vasta extensão de estradas nacionais.

**CAPÍTULO II - ESTADO DE AVANÇO DOS DIFERENTES EIXOS PRIORITÁRIOS E DAS MEDIDAS**

**II.1. IMPLEMENTAÇÃO DO POR LVT - ANÁLISE DA EXECUÇÃO MATERIAL**

O POR LVT, apresenta, no Complemento de Programação, 28 medidas com a identificação dos seus objectivos quantificados. Desse conjunto 8 medidas não tiveram realização física, tendo as outras 20 apresentado resultados do seu desempenho, embora denotando um heterogeneidade acentuada na sua dinâmica.

Na quantificação registada teve influência o facto do ano de 2001 ser o verdadeiro arranque do programa, em que muitos dos projectos apoiados, de duração diversa, não estão ainda reflectidos nos valores finais.

Quanto aos objectivos quantificados a nível dos eixos prioritários e medidas verifica-se a seguinte situação a 31/12/2001:

Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 1.1- ACESSIBILIDADES E EQUIPAMENTOS (FEDER)</b>					
• Nº de km de estradas municipais construídos, apoiados	(1)	1994-99	188	250	77.18
• Nº de km de estradas municipais beneficiados, apoiados	(1)	1994-99	797	750	219..5
• Nº de lugares de estacionamento criados com a construção de parques de estacionamento, apoiados	(1)	1994-99	310	500	25
• Nº de centros de transporte construídos, apoiados	(1)	1994-99	2	4	
• Nº de km de acessos viários directos e variantes às áreas urbanas, apoiados	(1)	1994-99	88	30	34.65
• Nº de equipamentos culturais construídos, apoiados	(1)	1994-99	16	20	3
• Nº de equipamentos escolares do ensino básico construídos, apoiados	(1)	1994-99	6	10	49
• Nº de equipamentos de lazer e desportivos construídos, apoiados	(1)	1994-99	48	30	16
• Nº de ha infraestruturados de áreas industriais, apoiados	(1)	1994-99	187	250	57.1

(1) Os valores apresentados não são cumulativos.



Em termos de indicadores de acompanhamento não quantificados a 31 de Dezembro de 2001, esta medida regista:

- 0.76 de outros equipamentos de utilização colectiva construídos por tipologia
- 1 projecto de incremento de mobilidade quotidiana

Esta medida apresenta valores para todos os objectivos quantificados com excepção do relativo ao "Nº de centros de transporte construídos, apoiados".

Verifica-se que a meta estabelecida em dois dos objectivos foi já claramente ultrapassada e que os restantes registam um razoável grau de concretização.

Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 1.2 - VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL (FEDER)</b>					
• Nº de acções de valorização do património histórico, apoiadas	(1)	1994-99	17	10	10
• Nº de acções de valorização e requalificação urbana, apoiadas	(1)	1994-99	21	30	50
• Nº de planos de salvaguarda de zonas históricas, apoiados	(1)	1994-99	3	5	

(1) Os valores apresentados não são cumulativos.

Apresenta ainda os seguintes indicadores de acompanhamento não quantificados:

- 31.55 projectos de abastecimento de água
- 23.06 projectos de drenagem e tratamento de esgotos

Esta medida apresenta um grau de realização muito significativo face ao programado, faltando apenas alcançar a quantificação estabelecida para o "nº de planos de salvaguarda de zonas históricas, apoiados"

Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 1.3 - CAPACIDADE INSTITUCIONAL REGIONAL (FEDER)</b>					
• N° de iniciativas de promoção/animação cultural, apoiadas	(1)	1994-99	50	105	2
• N° de congressos, seminários, workshops, apoiados	(1)	1994-99	17	56	1
• N° de projectos de promoção e cooperação internacional, apoiados	(1)	1994-99	10	10	

(1) Os valores apresentados não são cumulativos.

Apresenta ainda os seguintes indicadores de acompanhamento não quantificados:

- 5 estudos realizados, por domínio

A Capacidade Institucional Regional é uma medida com uma pequena dotação financeira, o que provavelmente, face à necessidade de uma maior selectividade, acarretou uma realização física muito fraca e claramente muito longe das metas fixadas.

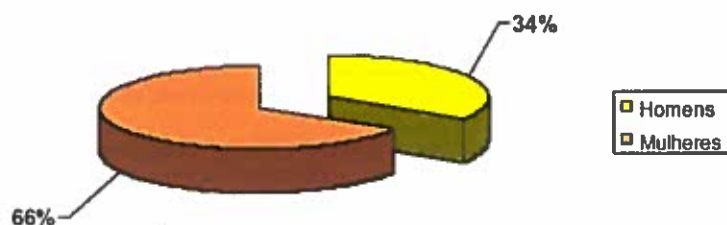
Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 1.4 - FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (FSE)</b>					
• N° de acções de formação por ano, apoiadas	(1) (4)	1994-99		429	266
• N° médio de formandos por ano	(2) (4)	1994-99	7 126	6 437	4 446
Formandos H	(3)		2 185		1518
Formandos M	(3)		3 941		2928
• Taxa de cobertura (n° de formandos/n° de efectivos da administração local (%))	(5)	1999	24,8	34,9	11.16

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos

- (1) Atendendo à natureza das acções, o custo médio por pessoa de cada acção de formação foi estimado em 200 contos e o n° médio de formandos por acção foi estimado em 15 pessoas.
- (2) Para a situação de partida foi considerado o valor médio do PROFAP no QCA II, 1994 a 1999.
- (3) Com base na média verificada no PROFAP, para o total das regiões, nos anos de 1998 e 1999
- (4) O valor indicado para 2006 corresponde ao n° médio anual para o período 2000-06.
- (5) Situação de partida: n° de participações em acções de formação/n° de efectivos da administração local (Fonte: Balanço Social, 1999).  
Quantificação 2006: considera que os efectivos da administração local frequentarão três acções no período 2000/06 e reporta-se ao n° de efectivos da administração local em 1999.

O número de formandos nas acções realizadas elevou-se a 4 446, dos quais 2 928 foram mulheres.





A qualificação e capacitação dos recursos humanos autárquicos deverá aumentar a sua performance para que possa atingir os objectivos a que se propôs.

De relevar a percentagem elevada do sexo feminino como participantes nas acções de formação.

Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 1.5 - ACÇÕES ESPECÍFICAS DE VALORIZAÇÃO TERRITORIAL (FEDER)</b>					
• Nº de projectos de reforço de dinâmicas de desenvolvimento entre conjuntos urbanos, apoiados	(1)	1994-99	-	9	7.7
• Nº de projectos de requalificação e valorização urbanística, apoiados	(1)	1994-99	-	20	6.29
• Área de solo recuperado para zonas verdes e equipamentos, apoiados (nº de ha)	(1)	1994-99	-	200	19.97
• Nº de projectos de criação de infra-estruturas e equipamentos em rede	(1)	1994-99	-	10	13

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) No âmbito do PORLVT 1994-99, não foram apoiadas acções desta natureza.

Apresenta ainda o seguinte indicador de acompanhamento não quantificado:

- 87 m<sup>2</sup> de superfície de espaço público intervencionado, por tipo de espaço.

Nesta medida verifica-se já ter sido alcançado e ultrapassado o objectivo Nº de projectos de criação de infra-estruturas e equipamentos em rede

Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 2.3 - VALTEJO - Valorização do Tejo (FEDER)</b>					
• Nº de intervenções de valorização do património histórico, apoiadas	(1)	1994-99	8	9	1.2
• Nº de intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas	(1)	1994-99	3	10	1
• Nº de áreas de lazer criadas e recuperadas, apoiadas	(1)	1994-99	4	10	1.8

(1) Os valores apresentados não são cumulativos.

A medida VALTEJO situa-se entre 10% e 18% na obtenção dos seus objectivos quantificados.

Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 3.1 - PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO QUALIFICANTE E DA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA (FSE)</b>					
• Nº de formandos em formação em alternância	(1)	1994-99	5 139	3 800	7 468
• Contributo da medida por forma a atingir 8% dos jovens que entram no mercado de trabalho com frequência de acções de formação em alternância (%)	(2)	1994-99	5.00	3.72	29.9
• Nº médio anual de formandos em formação em alternância que tenham obtido a qualificação correspondente à formação seguida (nível II e III)	(1)	1994-99	5 139	3 800	6 766

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 94/99 do Programa Pessoa.

Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006.

(1) Situação de Partida: nº de aprendizes/ano apoiados no período 1994-99, a dividir pelo nº de jovens/ano que entram no mercado de trabalho (cerca de 102.000).

Quantificação 2006: nº de aprendizes/ano apoiados no período 200-06, a dividir pelo nº de jovens/ano que entram no mercado de trabalho (cerca de 102.000).

Esta medida apresenta ainda quantificação para os seguintes indicadores de acompanhamento:

Nº de formandos por sexo e escalão etário:

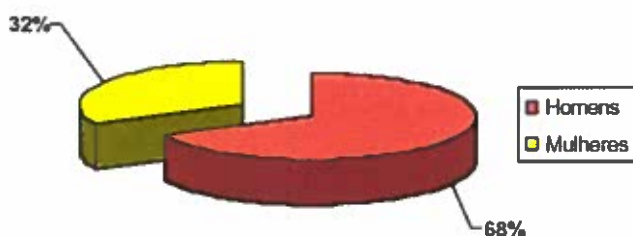
Ano 2000

Total de Formandos	Sexo		Grupo Etário				
	H	M	- 15	15 - 24	25 - 44	45 - 54	+ 55
8 975	5 795	3 180	0	8 971	4	0	0

Ano 2001

Total de Formandos	Sexo		Grupo Etário								
	H	M	- 15	15 - 19	20 - 24	25 - 34	35 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 64	+ 64
5 961	4 327	1 634	3	4 104	1 811	43	0	0	0	0	0

No total de formandos apoiados (no período 2000-2001), 4 814 foram mulheres



É de notar que o número de mulheres é claramente deficitário face ao número de homens participantes nas acções.

Nº de Acções de formação que incluem conteúdos em TIC's/Nº total de acções de formação cofinanciadas:

N.º Acções com TIC's (a)	N.º Total Acções (b)	(a) / (b)
119	494	24%

Nº de acções de formação no domínio do ambiente:

N.º Acções	N.º Formandos
30	396

Esta medida apresenta um desempenho notável, pois regista valores muito superiores às metas estipuladas.

Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
• MEDIDA 3.2 - FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA E ADAPTABILIDADE (FSE)					
• Nº de activos em formação	(1)	1994-99	32 853	22 100	19 250
• Nº de funcionários e agentes da Administração Pública em formação	(2)	1994-99	18 954	3 800	1 423
• Nº de PME's abrangidas em acções de consultoria formativa	(3)	1994-99	166	50	
• Contributo da medida por forma a atingir 10% de participação dos activos em formação ao longo da vida (%)	(4)	1994-99	0.74	0.49	13.5

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos.

(1) A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 94/99 do Programa PESSOA.

Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006

(2) A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 94/99, PROFAP.

Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006

(3) A Situação de Partida refere-se à média do indicador Programa PME - PESSOA.

Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006

(4) Situação de Partida: nº médio de activos apoiados no PESSOA no período 1994-99/população empregada (média 94/99 - Dados INE)

Quantificação 2006: nº médio de activos apoiados no período 2000-06/população activa empregada (média 94/99 - Dados INE)

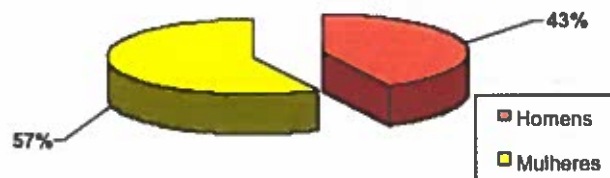
Apresenta esta medida ainda quantificação para os seguintes indicadores de acompanhamento:

Nº de formandos por sexo e escalão etário:

Ano 2000							
Total de Formandos	Sexo		Grupo Etário				
	H	M	- 15	15 - 24	25 - 44	45 - 54	+ 55
9 667	4 595	5 072	0	1 793	6 659	979	236

Ano 2001											
Total de Formandos	Sexo		Grupo Etário								
	H	M	- 15	15 - 19	20 - 24	25 - 34	35 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 64	+ 64
28 834	11 821	17 013	0	457	4 446	12 772	6 133	2 298	1 732	937	59

No total de formandos apoiados (no período 2000-2001) 22 085 são mulheres



Nº de Acções de formação que incluem conteúdos em TIC's/Nº total de acções de formação cofinanciadas:

N.º Acções com TIC's (a)	N.º Total Acções (b)	(a) / (b)
1 167	2 367	49%

Nº de acções de formação no domínio do ambiente:

N.º Acções	N.º Formandos
202	3 177

Caracterização das entidades empregadoras, por dimensão:

Ano 2001

Dimensão das Empresas ( n.º de Trabalhadores)			
1 - 9	10 - 49	50 - 249	+ 250
5 450	6 456	4 900	10 567

A realização alcançada ultrapassou, desde já, os valores previstos para o final da programação, com excepção para o nº de PME's abrangidas em acções de consultoria formativa, que não regista qualquer ocorrência.

Nas acções de formação a participação das mulheres é superior à dos homens, em 30%.

Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 3.3 - QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS DESEMPREGADOS (FSE)</b>					
• Nº de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes)	(1)	1994-99	7 284	4 400	4 010
• % de desempregados não DLD que receberam acções de política activa	(2)	1994-99	11	9	13.3

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos.

(1) A Situação de Partida refere-se à média do Indicador no período 94/99 do Programa PESSOA.

Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006.

(2) A situação de partida refere-se à medida do indicador no período 94/99 do Programa PESSOA/nº médio de desempregados não DLD no mesmo período, na Região.

Em 2006 a quantificação refere-se à medida do indicador no período 2000/2006/nº médio de desempregados não DLD no ano 2000, na Região.

Esta medida apresenta ainda quantificação para os seguintes indicadores de acompanhamento:

**Nº de formandos por sexo e escalão etário:**

Ano 2000

Total de Formandos	Sexo		Grupo Etário				
	H	M	- 15	15 - 24	25 - 44	45 - 54	+ 55
4 484	1 318	3 166	0	1 217	2 801	414	52

Ano 2001

Total de Formandos	Sexo		Grupo Etário								
	H	M	- 15	15 - 19	20 - 24	25 - 34	35 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 64	+ 64
2 688	1 086	1 602	5	106	826	1 032	470	148	65	36	0

**Nº de Acções de formação que incluem conteúdos em TIC's/Nº total de acções de formação cofinanciadas:**

N.º Acções com TIC's (a)	N.º Total Acções (b)	(a) 10/ (b)
83	213	39%

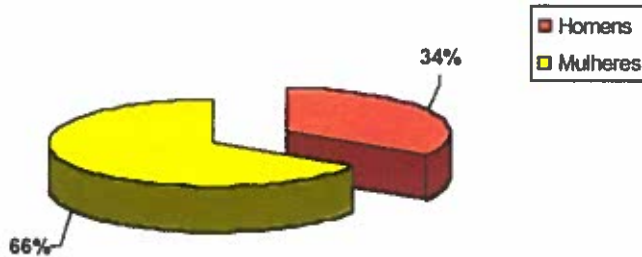
**Nº de acções de formação no domínio do ambiente:**

N.º Acções	N.º Formandos
53	553

**Nº de estagiários por sexo e nível de Qualificação:**

Ano				Nível de Qualificação					
2000		2001		2000			2001		
H	M	H	M	II	III	IV e V	II	III	IV e V
1 676	3 405	875	2 127	313	1 912	2 856	208	1 017	1 777

Do total de formandos desempregados, apoiados (no período 2000-2001), 4 768 foram mulheres



Medida com um forte desempenho face aos objectivos definidos.

População feminina em número claramente superior à população masculina, como participantes nas acções apoiadas.

Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 3.4 - CRIAÇÃO DE EMPREGO (FSE)</b> • N° de postos de trabalho criados no âmbito de medidas de apoio à criação de emprego	(1)	1994-99	580	740	880

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos.

(1) Situação de Partida: média dos postos de trabalho criados ao abrigo do Programa ILE's no período 94/99  
 2006: média do indicador no período 2000/2006

Apresenta ainda valores para os seguintes indicadores de acompanhamento:

Caracterização das entidades empregadoras, por natureza:

Públicas		Privadas	
2000	2001	2000	2001
0	0	338	203



**Caracterização das entidades apoiadas, por sector de actividade:**

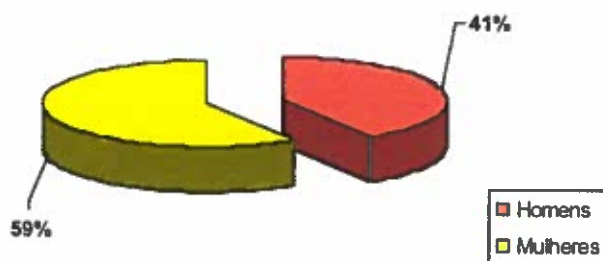
A caracterização das entidades apoiadas incide basicamente nas seguintes categorias (de acordo com CAE):

- Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos, Motociclos, e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico ( Ano 2000 -> 37%; Ano 2001->31% do total das entidades)
- Actividades Imobiliárias, Alugueres e serviços Prestados às Empresas (Ano 2000 -> 18%; Ano 2001-> 21% do total das entidades apoiadas)
- Saúde e Acção Social (Ano 2000 -> 11%; Ano 2001-> 19% do total das entidades apoiadas)

**Distribuição dos Postos de Trabalho por sexo:**

2000		2001	
H	M	H	M
468	561	254	477

Do total de postos de trabalho criados (no período 2000-2001), 1 038 foram para mulheres



Meta atingida e ultrapassada, com uma repartição por género apresentando vantagem para as mulheres.



Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 3.5 - EFICÁCIA E EQUIDADE DAS POLÍTICAS (FSE)</b>  • N.º de agentes da política de Emprego e Formação em formação	(1)	1994-99	4 854	250	74

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) Situação de Partida: média do indicador no período 94/99 do Programa PESSOA.

2006: média do indicador no período 2000/2006.

Esta medida atingiu 30% dos seus objectivos quantificados.

Apresenta ainda os seguintes valores:

**Caracterização das entidades empregadoras, por natureza:**

**N.º Unidades de Apoio à Inserção Criadas / e ou Apoiadas**

ANO	N.º Unidades de Apoio à Inserção Criadas / Apoiadas
2000	254
2001	211
<b>TOTAL</b>	<b>465</b>

**N.º Utentes das Unidades de Apoio à Inserção**

ANO	N.º Utentes das Unidades de Apoio à Inserção
2000	57 975
2001	77 180
<b>TOTAL</b>	<b>135 155</b>

Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 3.6 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (FSE)</b>					
• Nº de pessoas desempregadas de longa duração apoiadas	(1)	1994-99	4 726	1 950	4 415
• Nº de pessoas portadoras de deficiência apoiadas	(1)	1994-99	3 533	1 250	2 582
• Nº de toxicodependentes ou ex-toxicodependentes apoiados	(1)	1994-99	732	200	
• Nº de pessoas beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido com acesso a programas de inserção social	(1)	1994-99	466	2 250	1 252
• Contributo da medida para o acréscimo anual de 25%, até 2002, de participação das pessoas com deficiência em medidas de política activa	(1)	1994-99	0.40	0.14	

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) SP: média do indicador no período 94/99 do Programa INTEGRAR.

2006: média do indicador no período 2000/2006.

Embora ainda nem todos os indicadores estejam quantificados, verifica-se que a situação em 31 de Dezembro é muito favorável para 2 dos 5 objectivos quantificados, ao apresentar valores que em muito superam as metas preconizadas.

Apresenta, ainda quantificação para os seguintes indicadores de acompanhamento:

**Nº de pessoas abrangidas por medidas do Mercado Social de Emprego, por sexo e escalão etário:**

Ano 2000

Tipos de Intervenção	N.º Total de Pessoas Apoiadas	Sexo		Grupo Etário	
		H	M	<25 anos	>=25 anos
Mercado Social de Emprego	12 679	2 582	10 097	2 070	10 609

Ano 2001

Tipos de Intervenção	N.º Total de Pessoas Apoiadas	Sexo		Grupo Etário	
		H	M	<25 anos	>=25 anos
Mercado Social de Emprego	7 427	1 827	5 600	1 477	5 950

Nº de pessoas desempregadas de longa duração que beneficiaram de apoios à integração:

Ano 2000	859
Ano 2001	1715

Nº de pessoas beneficiárias do rendimento Mínimo Garantido em formação, por sexo e escalão etário:

Tipos de Intervenção	N.º Total de Pessoas Apoiadas	sexo		Grupo Etário		Em formação
		H	M	<25 anos	>=25 anos	
Inserção-Emprego	804	183	621	133	671	611

Nº de pessoas beneficiárias do rendimento Mínimo Garantido que beneficiaram de apoios à integração, por sexo e escalão etário:

Tipos de Intervenção	N.º Total de Pessoas Apoiadas	sexo		Grupo Etário		Apoios à Integração
		H	M	<25 anos	>=25 anos	
Inserção-Emprego	804	183	621	133	671	193

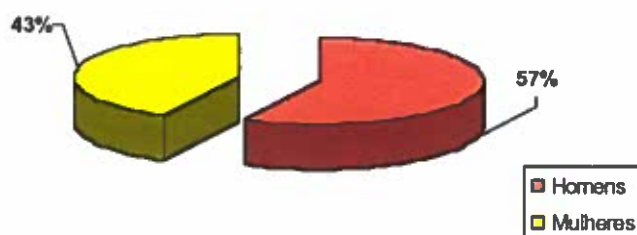
Nº de Empresas de Inserção apoiadas:

2000	2001
133	103

Nº de Escolas Oficinas apoiadas:

2000	2001
74	70

Do nº de pessoas portadoras de deficiência que frequentaram acções de formação (no período 2000-2001), 1 816 são mulheres.



Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 3.8 - INFRAESTRUTURAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO (FEDER)</b>					
• Nº de salas novas/ampliadas ou remodeladas de educação pré-escolar	(1) (2)	2000	0	108	27
• Nº de salas de ensino secundário e profissional remodeladas/apetrechadas	(1) (2)	2000	0	66	

- (1) - Dado que estes indicadores de acompanhamento são indicadores de realização física directamente dependentes do investimento a realizar no período 2000-2006, a situação de partida relativamente aos mesmos é 0.
- (2) - No âmbito do II QCA os investimentos FEDER permitiram, a nível do território nacional através da I.O Educação a criação e/ou equipamentos de
- 245 Escolas do ensino básico e secundário;
  - 1 505 Laboratórios nos Ensinos Básico e Secundário;
  - 309 Infra-estruturas desportivas (157-Cobertas e 152 Descobertas);
  - 71 Escolas do Ensino Profissional (construídas e beneficiadas);
  - 901 Salas de Ensino Secundário Profissional equipadas;
  - 162 cantinas em Escolas dos Ensinos Básico e Secundário.
- Não foram financiadas com co-financiamento de FEDER quaisquer infra-estruturas da educação pré-escolar.

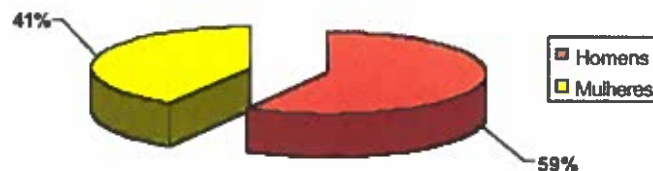
Esta medida regista realização para um dos seus objectivos quantificados, tendo-se atingido ¼ do valor previsto para 2006.

Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 3.9 - ENSINO PROFISSIONAL (FSE)</b>					
• Nº de formandos	(1) (2)	2000	0	12 990	4 999
• Nº de escolas apoiadas		2000	0	21	23
• Nº de turmas apoiadas		2000	0	633	231
• Nº de horas de formação (Volume de formação)		2000	0	52 372 800	282 097
• Nº de jovens que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação nível III		2000	0	2 800	1170

(1) Dado que estes indicadores de acompanhamento são indicadores de realização física directamente dependentes do investimento a realizar no período 2000-2006, a situação de partida relativamente aos mesmos é 0.

(2) O investimento no Ensino Profissional co-financiado pelo FSE foi, no âmbito dos QCA I e II, concretizado no PRODEP (Programa Nacional). No III QCA este investimento é partilhado entre P.O. Educação e os P.O. Regionais, em montantes financeiros equivalentes, sendo, no entanto, a respectiva programação, decrescente na P.O. Educação e crescente nos P.O. Regionais, com excepção registada apenas para a Região da LVT dado o processo de *phasing-out*. O número médio de formandos por ano apoiados no âmbito do PRODEP foi de 26 000.

O número de formandos nas acções realizadas elevou-se a 4 999, dos quais 2 071 foram mulheres.



relativamente ao nº de formandos esta medida apresenta já um bom ritmo de execução na obtenção dos seus objectivos.

Quanto ao nº de escolas apoiadas o valor previsto para 2006 já se encontra ultrapassado.



Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 3.10 - ECONOMIA (FEDER)</b>					
• Nº de Pousadas de Juventude a remodelar				2	
• Nº de Pousadas de Juventude a criar				1	
• Extensão da Rede de Distribuição Gás Natural - Primária + Secundária (nº de km)		1994-99	2500	1 100	611
• Nº de clientes totais da rede de distribuição de gás natural		1994-99	300 372	540 000	22 835

Esta medida demonstra um bom desempenho no objectivo que se prende com a Extensão da Rede de Distribuição Gás Natural - Primária + Secundária , não o sendo tão claro nos objectivos restantes.

Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 3.15 - AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (FEOGA)</b>					
<b>Diversificação na Pequena Agricultura</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nº de projectos aprovados</li> <li>• Ajudas Públicas (1000 Euros)</li> </ul>				2426	148
				18000-22000	
<b>Desenvolvimento dos Produtos de Qualidade</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nº de projectos para criação e modernização de unidades produtivas</li> <li>• Nº de projectos de incentivos a produtos de qualidade</li> <li>• Ajudas públicas (1000 Euros)</li> </ul>				49	
				12	9
<b>Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica da Floresta</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nº de organizações de produtores florestais constituídas</li> <li>• Nº de entidades prestadoras de serviços florestais instaladas</li> <li>• Nº de projectos de apoio à prestação de serviços florestais aprovados</li> <li>• Nº de projectos de apoio à prevenção de riscos bióticos aprovados</li> <li>• Nº de projectos de apoio à prevenção de riscos abióticos aprovados</li> <li>• Ha de área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos bióticos</li> <li>• Ha de área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos abióticos</li> <li>• Nº de projectos de valorização e conservação dos espaços florestais com interesse público aprovados</li> <li>• Ha de área florestal de interesse público coberta por projectos de valorização e conservação</li> <li>• Ajudas públicas (1000 Euros)</li> </ul>				4000-8000	
				7	1
				20	
				9	
				150	
				800	
				60000	
				40000	
				150	
				1500	
				8000-12000	



Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
Serviços à Agricultura					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de projectos de instalação de serviços de substituição e gestão aprovados</li> <li>• N° de projectos de desenvolvimento de outros serviços à agricultura aprovados</li> <li>• Ajudas públicas (1000 Euros)</li> </ul>				65	
				160	
				12000-16000	
Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de projectos relativos a novos regadios colectivos e a regadios tradicionais aprovados</li> <li>• N° de agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais</li> <li>• Ha de área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais</li> <li>• N° de projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega aprovados</li> <li>• N° de agricultores abrangidos pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega</li> <li>• Ha de área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega</li> <li>• N° de projectos de emparcelamento aprovados</li> <li>• N° de agricultores abrangidos por projectos de emparcelamento</li> <li>• Ha de área beneficiada por projectos de emparcelamento</li> <li>• Ajudas públicas (1000 Euros)</li> </ul>				60	10
				5 520	
				11 683	
				25	
				3562	
				17138	
				9	
				4261	
				11512	
				118000-124000	
Caminhos e Electrificação Agro-rurais					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de projectos de caminhos agrícolas e rurais aprovados</li> <li>• Km de rede viária nova</li> <li>• Km de rede viária beneficiada</li> <li>• N° de explorações agrícolas beneficiadas pelos projectos de caminhos agrícolas e rurais</li> </ul>				20	
				35	
				35	
				1500	28

Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>Caminhos e Electrificação Agro-rurais</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de projectos de electrificação aprovados</li> <li>Nº de explorações agrícolas e unidades agro-industriais beneficiadas pelos projectos de electrificação                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Ajudas públicas (1000 Euros)</li> </ul> </li> </ul>				70 350 4000-6000	84
<b>Valorização do Ambiente e do Património Rural</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ajudas públicas (1000 Euros)</li> </ul>				4000-6000	
<b>Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ajudas públicas (1000 Euros)</li> </ul>				3000-5000	

A realização desta medida no ano 2001 foi muito ténue face aos objectivos quantificados que possui.

Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 3.16 - DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS (FEDER)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de m<sup>2</sup> de área útil de equipamento desportivo de base por habitante</li> <li>Nº de m<sup>2</sup> de construção e modernização de área útil de equipamento desportivo</li> <li>Nº de intervenções em equipamentos desportivos</li> </ul>	a)	2000	1.88	1.89	
	a)			30 700	
	a)			11	0.5

Nota explicativa: todos os indicadores são calculados a partir de custos médios de m<sup>2</sup> de área útil de equipamento desportivo e com base no pressuposto que 50% das intervenções serão piscinas cobertas

Nesta medida verifica-se que o nível dos valores registados para os objectivos quantificados são baixos.

Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 3.17 - ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES (FEDER)</b>					
• Extensão de linha férrea a construir ou requalificar (nº de km)	(1)			12.5	
• Nº de estações a construir e remodelar (unidades)	(1)			19	
• Extensão de estradas a construir ou requalificar (nº de km)	(1) (2)			55	7
• Nº de barcos de transporte de passageiros a adquirir (unidade)	(1) (3)			8	

- (1) A natureza dos indicadores aconselha a que a medição em 2006 seja feita com base numa quantificação das intervenções efectuadas durante o período
- (2) Não se indica a Situação de Partida por o peso das requalificações/beneficiações ser demasiado elevado. Por outro lado, a distinção entre requalificação e construção tornaria imprescindível o conhecimento exacto dos projectos, classificados de igual modo, para o período perspectivado, situação que não é possível identificar totalmente.
- (3) A aquisição de navios destina-se à renovação da frota actual, pelo que parece não fazer sentido referenciar-se uma situação de partida.

O objectivo quantificado que apresenta realização situa-se a 13% do seu valor final.

Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 3.18 - AMBIENTE (FEDER)</b>					
<b>Acção A</b>					
<b>Conservação e valorização do património natural</b>					
• % de território abrangido pelo estatuto de classificação, excepto área protegida de âmbito nacional (áreas protegidas de âmbito regional/local, Sítios da Rede Natura 2000 e ZPEs)		2000	5.3	6.9	0.05
• Nº de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza		2000	0	8 000	
<b>Acção B</b>					
<b>Valorização e protecção dos recursos naturais</b>					
• Extensão de costa a intervencionar (nº de km)		2000	-	8	

Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
Acção C					
Informação e gestão ambientais					
• Nº de estruturas de monitorização a instalar ou renovar		2000	-	6	1
• % do território da região coberto pela série cartográfica 1/10000		2000	0	100	
• % do território da região coberto com ortofotomapas digitais a cores		2000	90	100	
Acção D					
Melhoria do ambiente urbano					
• Nº de postos de informação no domínio do ambiente urbano a criar		2000	-	2	1
• Nº de habitantes a abranger por intervenções de requalificação urbana		2000	0	40 000	
• Nº de acções de apoio à recuperação do passivo ambiental		2000		1	

Nota: As situações de partida não quantificadas referem-se a tipologias de projectos sem correspondência no período de programação precedente.

A quantificação apurada para esta medida refere-se a 3 indicadores, a qual em Dezembro de 2001 é ainda tímida na expressão que apresenta.

Indicadores	Quantificação				
	Notas	Situação de partida		2006	Situação em 31/12/2001
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 3.19 - SAÚDE (FEDER)</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de intervenções de construção, remodelação e adequação de instalações de centros de saúde e respectivas extensões</li> </ul>	Intervenções selectivas a)		N.A. b)	20	0.3
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de intervenções em equipamento de centros de saúde e respectivas extensões</li> </ul>	Intervenções selectivas a)		N.A. b)	15	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de intervenções de remodelação e adequação de instalações hospitalares</li> </ul>	Intervenções selectivas a)		N.A. b)	10	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de intervenções em equipamento de instalações hospitalares</li> </ul>	Intervenções selectivas a)		N.A. b)	7	0.3
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de novas infra-estruturas e equipamentos criados para promoção da saúde, incluindo infra-estruturas para formação</li> </ul>	Intervenções selectivas a)		N.A. b)	20	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de estabelecimentos hospitalares com pré-tratamento adequado das águas residuais</li> </ul>			6	18	

- a) Intervenções prioritárias, criteriosamente seleccionadas para melhorar o acesso e/ou criar modelos de qualidade assistencial em cuidados de saúde primários ("primary health care") ou novos tipos de resposta em cuidados hospitalares.  
b) N.A. - não aplicável, dado o carácter selectivo das intervenções previstas.

A medida Saúde tem um baixo nível de concretização dos seus objectivos quantificados.

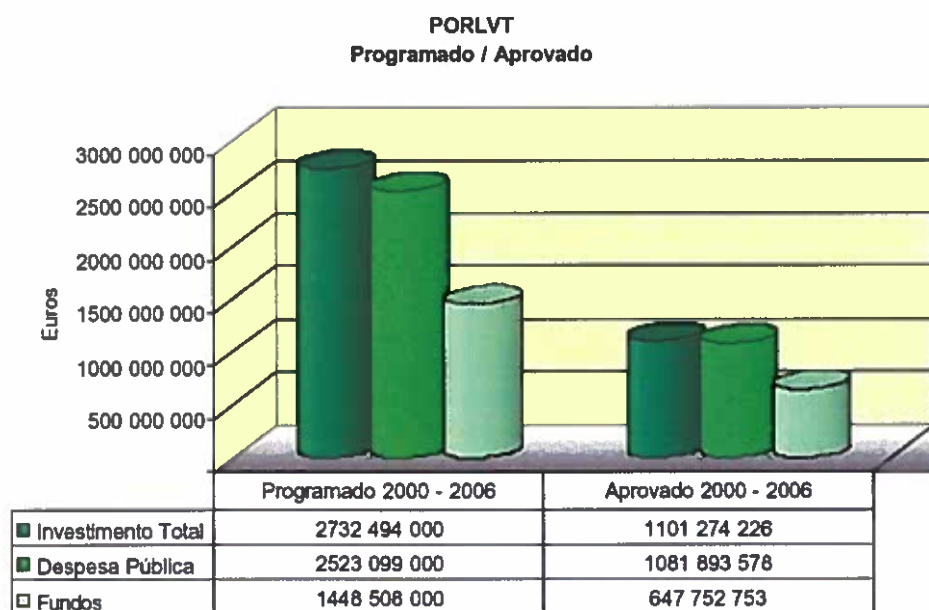
## II.2. IMPLEMENTAÇÃO DO POR LVT - APROVAÇÃO DE PROJECTOS

### APROVAÇÕES DO PROGRAMA POR FUNDO E EIXO PRIORITÁRIO

No ano de 2001, o Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo apresentou uma performance superior ao ano transacto em termos de aprovação de projectos em Unidade de Gestão, fruto do curto espaço de tempo para a sua implementação em 2000 (último trimestre) e da elaboração e publicação, em finais de 2000, de um conjunto de diplomas e regulamentos indispensáveis para o início de recepção de candidaturas numa série de Medidas.

O esforço desenvolvido ao nível da administração central e das suas estruturas regionais, no sentido de garantir o rápido lançamento das Medidas da administração regionalmente desconcentradas foi igualmente bastante importante.

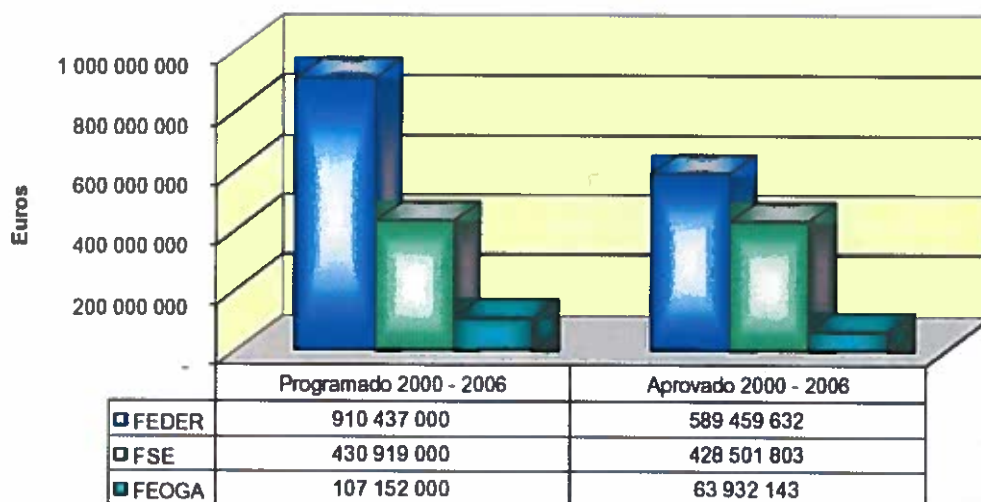
O nível de aprovações plurianuais do PO atingiu a 31.12.2001 cerca de 1 082 milhões de euros de despesa pública aprovada, representando 43% da programação total para o período de 2000-2006, correspondendo a 1744 projectos.



Relativamente a cada Fundo PO atingiu a 31.12.2001 cerca de 589 milhões de euros de despesa pública aprovada- FEDER; 429 milhões de euros de despesa pública aprovada- FSE e 64 milhões de euros de despesa pública aprovada- FEOGA.

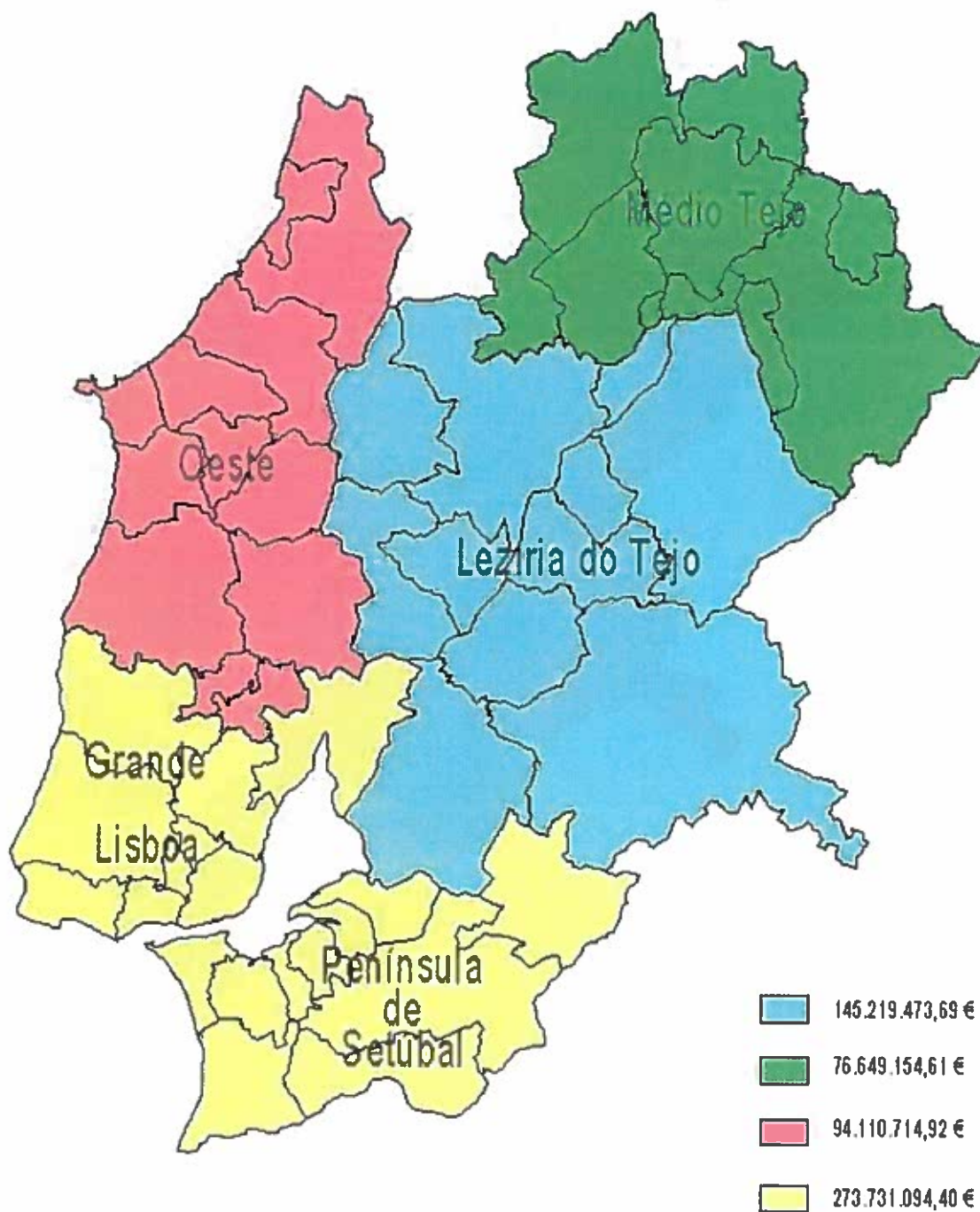


**PORLVT**  
**Despesa Pública por Fundo**  
**Programado / Aprovado**



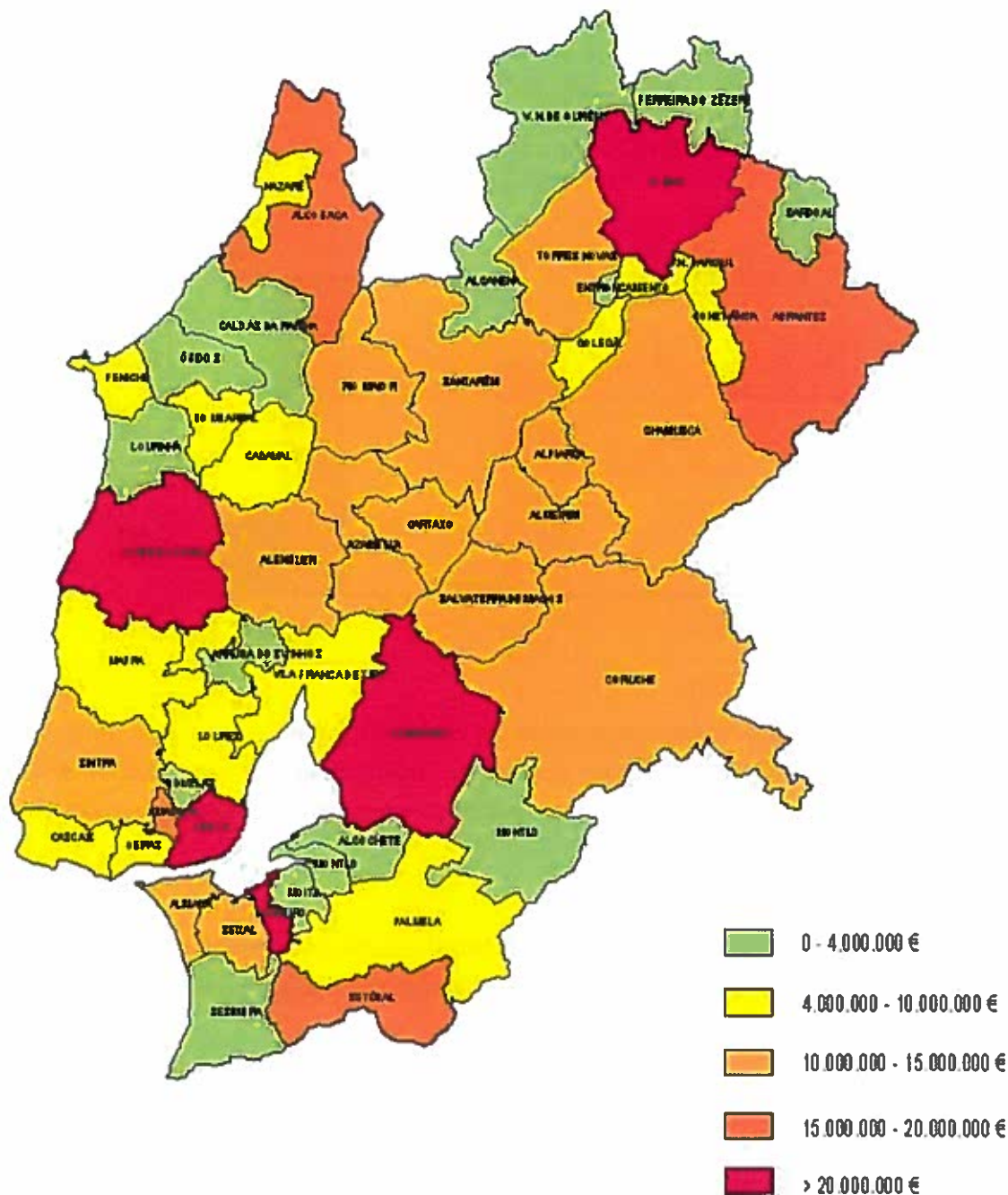


Dos 589 milhões de euros de despesa pública aprovada- FEDER, 46 % dizem respeito à Area Metropolitana de Lisboa; 16 % ao Oeste; 25 % à Lezíria do Tejo e 13 % ao Médio Tejo.

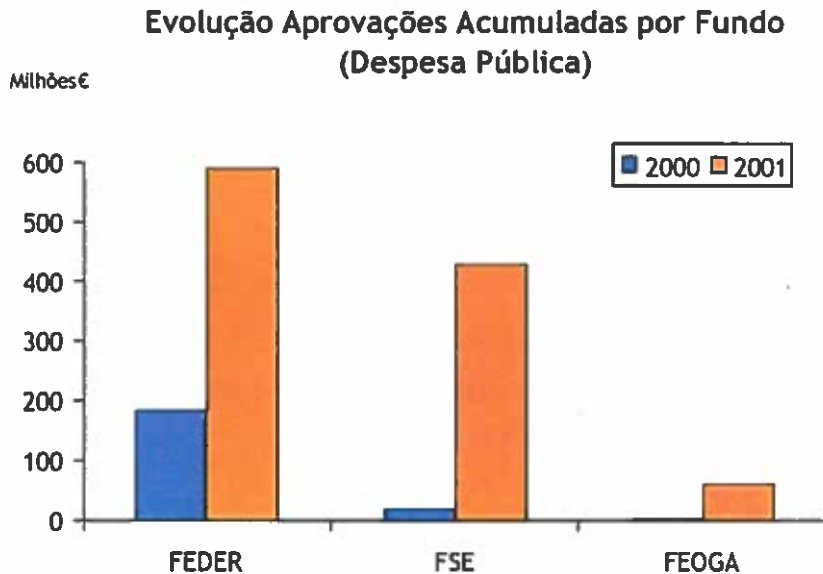




A regionalização das aprovações por concelho permite constatar que no Oeste o concelho com maior valor de Despesa Pública aprovada a 31/12/2001 é Torres Vedras; na Lezíria do Tejo - Benavente, no Médio Tejo - Tomar, na Grande Lisboa - Lisboa e na Península de Setúbal - Barreiro.

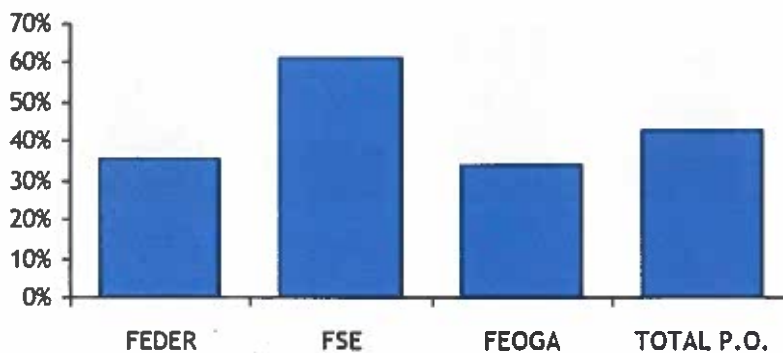


Analisando a performance relativa a cada Fundo, verificamos que os Fundos FSE e FEOGA, apresentaram uma recuperação do nível de aprovações face ao final de 2000, atingindo em termos de despesa pública, o FSE quase 429 milhões de euros e o FEOGA 64 milhões de euros, em virtude da publicação da regulamentação enquadradora das medidas. O FEDER mais que duplicou face a 2000, atingindo quase 590 milhões de euros.



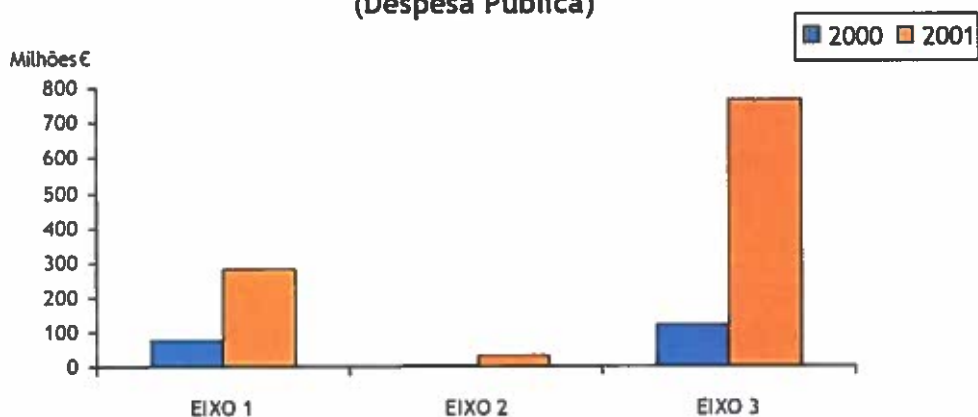
Em termos comparativos, no final de 2001, o FSE atinge já em termos de despesa pública aprovada cerca de 62% do total da programação 2000-2006. De despesa pública FEDER estão aprovados 36% do programado 2000-2006 para aquele fundo, enquanto do FEOGA temos 34% da programação aprovada.

**Aprovações Acumuladas por Fundo em % da  
Programação 2000-2006 (Despesa Pública)**



Analisando a performance relativa a cada Eixo Prioritário, verificamos que os Eixos Prioritários 1 e 3, apresentaram uma evolução muito positiva no valor das aprovações face ao final de 2000, atingindo em termos de despesa pública, o Eixo 1 mais de 281 milhões de euros e o Eixo 3 mais de 767 milhões de euros.

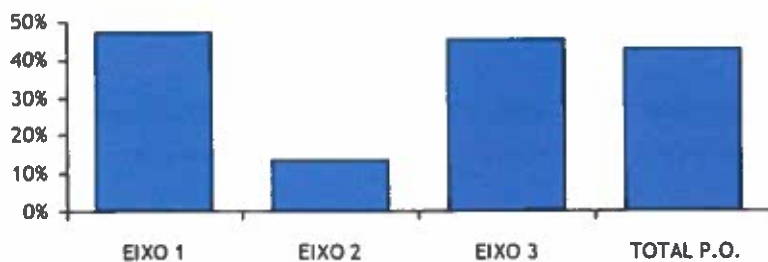
**Evolução Aprovações Acumuladas por Eixo (Despesa Pública)**



O Eixo 2 apesar de ver quintuplicado o valor das suas aprovações face a 2000 apresenta pouco mais de 33 milhões de euros de despesa pública aprovados, um atraso cuja explicação é abordada neste relatório no ponto relativo à análise das aprovações por Medidas do PO.

Em termos comparativos, no final de 2001, o Eixo 1 atinge em termos de despesa pública aprovada cerca de 47% do total da sua programação 2000-2006. Do Eixo 3 estão aprovados 45% do programado 2000-2006, enquanto do Eixo 2 temos apenas 14% da programação total aprovada.

**Aprovações Acumuladas por Eixo em % da Programação 2000-2006 (Despesa Pública)**





## **APROVAÇÕES DO PROGRAMA EM CADA EIXO PRIORITÁRIO, POR MEDIDA**

### **EIXO PRIORITÁRIO 1**

Os níveis de aprovações relativamente ao Eixo Prioritário 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal (47% da programação 2000-2006), apresentam-se superiores à média do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (43%), reflectindo uma boa mobilização por parte dos promotores da Região aos objectivos estratégicos e operativos do Programa Operacional.

As Medidas 1.1. - Acessibilidades e Equipamentos (FEDER) e 1.2. - Valorização Ambiental e Patrimonial (FEDER) têm mais de metade da sua programação total comprometida, verificando-se, ainda assim, nos casos das Medidas 1.4 - Formação para o Desenvolvimento (FSE) e 1.5 - Acções Específicas de Valorização Territorial (FEDER) um desfasamento, que se deve aos atrasos com a preparação das intervenções.

A natureza e localização dos projectos aprovados a nível do Eixo Prioritário 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal, permite afirmar que a sua concretização terá um impacto globalmente significativo, a nível da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Este impacto será mais significativo no domínio dos equipamentos, nas áreas do ensino, desporto e cultura e no domínio do ambiente, sendo mais evidente nas sub-regiões do Oeste e do Vale do Tejo, na medida em que as capitações de investimento aprovado, são mais elevadas.

No domínio dos equipamentos, os principais impactos irão registar-se no reforço do apetrechamento dos centros urbanos com novos equipamentos de ensino, culturais, desportivos e de lazer. Estes investimentos promoverão a afirmação das centralidades regionais, em particular, das sedes de concelho, das já referidas sub-regiões do Oeste e do Vale do Tejo, criando condições para se constituírem como alternativas mais competitivas para a localização de investimentos e oferecendo melhores condições para a fixação da população.

O conjunto dos projectos de ambiente, corresponde a uma grande diversidade de situações, envolvendo construção, modernização, reforço de sistemas ou parte de sistemas de saneamento básico e de qualificação urbana.

Os projectos de qualificação urbana terão impactos positivos no ambiente urbano e na qualidade de vida dos cidadãos, favorecendo, em simultâneo, a competitividade dos centros onde se localizam no sistema urbano regional.

Os meios financeiros disponibilizados pelo QCA III, através da Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento (FSE) do Eixo Prioritário 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal, constituem uma oportunidade excepcional, porventura única, e que interessa potenciar, tendo sido

concebido um programa vocacionado para a formação dos recursos humanos das autarquias locais - Programa FORAL. Este programa estratégico, visa a melhoria do desempenho organizacional e individual, tendo sempre em vista, a principal missão autárquica: servir mais e melhor os cidadãos.

De um total de 69 candidaturas apresentadas, foram aprovadas 43, reprovadas 4, arquivadas 10 e desistidas 12.

A dinâmica territorial da Região denota a influência do processo de concentração metropolitana, a par de uma tímida afirmação dos eixos urbanos de média dimensão, no Oeste e no Vale do Tejo.

Neste sentido, para o desenvolvimento da Região, foi considerado imprescindível a afirmação dos dois tipos de espaços identificados, sobretudo associada a uma lógica de real complementaridade.

Deste modo, definiu-se um Programa de Intervenção que integra as duas componentes identificadas e que se integram na Medida 1.5 - Acções Específicas de Valorização Territorial.

Este Programa de Intervenção reflecte uma concentração e intensificação de investimentos e de capacidades organizativas, aliadas a uma selecção territorial e temática.

Relativamente à Medida 1.6. - Bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico (FEDER), foram aprovados 42 projectos no decurso de 2001, de apoio a investimentos. No âmbito de intervenções da Medida 1.1., 19 projectos, da Medida 1.2. também 19, 1 de investimentos em equipamentos desportivos, 1 em cultura e 1 do URBCOM.

Esta medida, demonstrado pelo seu nível de aprovações, desempenha um papel importante para que as autarquias disponham dos meios financeiros suficientes à realização dos investimentos apoiados pelos fundos estruturais, dado diminuíram os encargos decorrentes de contração de empréstimos, contribuindo para que as oportunidades de desenvolvimento que lhe são colocadas não sejam desperdiçadas.

Por ocasião da segunda alteração ao Complemento de Programação, na Medida 1.4. foi feito o primeiro objectivo específico, reescrita a primeira tipologia de projectos e precisada a definição de agente na categoria de beneficiários. Na Medida 1.5. foi alargado o âmbito geográfico para a Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II, na sequência da sua aprovação em Comissão de Acompanhamento.

## **EIXO PRIORITÁRIO 2**

Os constrangimentos ao desenvolvimento da implementação das Medidas da Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana, componente territorial FEDER (Medida 2.1.) e componente empregabilidade

FSE (Medida 2.2.) são evidentes ao compararmos o peso das suas aprovações na programação total, 2% e 0% respectivamente, comparado com a média do POR LVT de 43%. Já as medidas 2.3. e 2.4 apresentam respectivamente 39% e 28% da sua programação 2000-2006 comprometida.

As características pesadas das intervenções Pólis que, entre outros aspectos, implicam a necessidade da aprovação dos Planos Pormenor para as intervenções do Cacém (concelho de Sintra) e Costa da Caparica (concelho de Almada) têm condicionado fortemente o regular ritmo de aprovações. O facto de grande parte das verbas estar afectada a duas únicas intervenções (Cacém e Costa da Caparica) não permite por outro lado compensar atrasos.

A própria constituição das Sociedades Polis e a definição do seu estatuto não tem tido a celeridade desejável.

A Estrutura de Apoio Técnico do Gestor tem, no entanto em apreciação duas candidaturas à Medida 2.1. com um investimento total de 4.2 milhões de euros, correspondentes a projectos em avançado estado de desenvolvimento físico e financeiro.

Nesta medida foram aprovadas em 2001, 5 candidaturas do Instituto Nacional de Habitação, referentes a acções de infraestruturização destinadas ao desenvolvimento de operações especiais no âmbito do Programa Especial de Realojamento na AML (PER).

Por ocasião da segunda alteração ao Complemento de Programação, na Medida 2.1. foi introduzida uma alteração no período de programação, antecipando a data limite para 31 de Dezembro de 2005 (NUTS III Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal), reflexo do "phasing-out".

A Medida 2.2. tem uma estreita articulação com a Medida 2.1. pelo que o atraso desta tem implicações directas no desenvolvimento de projectos de formação. A própria elaboração da proposta de Regulamento da Medida 2.2., ainda por concluir, tem sido também condicionante. A curto prazo é, no entanto expectável a apresentação de propostas de candidatura, acompanhando a dinâmica da medida 2.1.

As aprovações na Medida 2.3. atingiram os 39% da programação total de despesa pública, com 37 projectos aprovados, tendo durante o ano 2001, registado um incremento substantivo da aprovação de projectos que estavam previstos no "Programa Estratégico e Operacional do VALTEJO" (PEO-VALTEJO).

Consolidaram-se três dos quatros projectos âncora:

- Parque Almourol - o parceria entre os Municípios de Chamusca, Vila Nova da Barquinha, Constância e o NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém traduziu-se na aprovação



de vários projectos e na constituição da "Sociedade Parque Almourol" para acompanhamento e gestão dos investimentos.

- Vala de Alpiarça - Este projecto supramunicipal (Salvaterra de Magos, Alpiarça, Almeirim, Chamusca) continua a consolidar-se de acordo com a estratégia definida. Foram aprovados vários projectos dos quais limpeza e desobstrução da Vala (50Km) em parceria com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território foi o mais significativo pelo que representou em termos de memória histórica para as populações.
- Parque Urbano Ribeirinho da Abrantes - Este projecto de carácter municipal mas de impacto claramente sub-regional, depois de vários atrasos, que se prendem com as características da intervenção (leito de cheias, reserva ecológica natural), teve neste ano 2001 o seu arranque com aprovação de duas candidaturas de acordo com os objectivos definidos no PEO - VALTEJO.
- Al-Margem - Requalificação da Margem do Rio Tejo em Santarém - este projecto sofreu significativo atraso devido a vicissitudes a que estão associadas as características da intervenção que obriga a vários pareceres sectoriais.

As características das intervenções para esta Medida (zonas ribeirinhas, articulação sectorial, inverno de 2000/2001 rigoroso, a supra municipalidade, a integração de acções obrigou ao cruzamento da multidisciplinaridade técnica) foram as principais responsáveis para que os prazos inicialmente programados fossem ultrapassados.

As dinâmicas de aprovação e de execução, nos últimos meses, permitem-nos reconhecer que no próximo ano se realizará um desenvolvimento consolidado na Medida 2.3.

Por ocasião da segunda alteração ao Complemento de Programação, na Medida 2.3. foram precisados os 2º e 5º objectivos face à tipologia de projectos a apoiar.

A Medida 2.4. tem como objectivo central a formação de recursos humanos que permitam sustentabilidade, ao nível técnico e profissional, às intervenções previstas para a Medida 2.3.

Foi possível aprovar em 2001 projectos com três entidades de características diferenciadas: Ensino superior (Centro de Estudos de Turismo e Cultura / Instituto Politécnico de Tomar); Sector Empresarial (Associação Empresarial da Região de Santarém / NERSANT) e Associativismo Local (ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte). A homologação dos projectos no final de 2001, condicionou a apresentação de resultados ainda durante aquele ano.





As intervenções aprovadas na medida 2.3. representam contribuições importantes para a realização dos indicadores de acompanhamento, como se apresenta de seguida.

Em termos de nº de intervenções de valorização do património histórico estão a decorrer as seguintes intervenções: recalçamento das encostas e recuperação das Muralhas de Santarém, Museu Nacional Ferroviário no concelho do Entroncamento, revalorização da zona envolvente ao Castelo do Almourol no concelho de Vila Nova da Barquinha, Equuspolis no concelho da Golegã, recuperação dos Centros históricos de Almeirim e Alpiarça e recuperação do Páteo Valverde no concelho da Azambuja.

Ao nível da valorização do património paisagístico, a intervenção no Miradouro do Almourol, concelho da Chamusca, a Valorização da Vala de Alpiarça e do POMTEZE II - Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e do Zêzere, constituem projectos a realçar.

No âmbito de áreas de lazer criadas e recuperadas, temos o Açude e Parque Ambiental de Santa Margarida, em Constância e o Parque Urbano e Ambiental de Almeirim.

No âmbito do nº de projectos de reabilitação, valorização e melhoria da funcionalidade dos aglomerados urbanos ribeirinhos, está a decorrer a requalificação e valorização do Arripiado, no concelho da Chamusca, Vila Nova da Barquinha, Rossio ao Sul do Tejo, concelho de Abrantes e em Samora Correia, Benavente.

Os projectos de melhoria da mobilidade e acessibilidades consistem na intervenção na Zona ribeirinha de Constância, Centros Cívicos de Almeirim e Alpiarça, Acessos ao Castelo do Almourol, intervenção nas muralhas de Santarém e Acessos no Rossio ao Sul do Tejo, concelho de Abrantes.

### **EIXO PRIORITÁRIO 3**

Dado o extenso número de Medidas incluídas neste Eixo, será apresentada uma breve análise por Medida assinalando o que assume maior relevância em termos de valores de aprovações, principais projectos e condicionantes à normal implementação das Medidas, bem como eventual indicação dos indicadores de gestão/accompanhamento e alterações efectuadas ao Complemento de Programação.

#### **Medida 3.1. Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa (FSE)**

Esta Medida contou com a aprovação de 48 projectos em 2001, ascendendo a quase 90 milhões de euros de despesa pública aprovada, cerca de 73% da sua programação 2000-2006, registando um óptimo nível de aprovações.

Saliente-se contudo que destas, 24 candidaturas foram aprovadas apenas a 27.12.2001, ascendendo o seu valor a 24 milhões de euros, condicionando a sua execução ainda em 2001.

O total das aprovações (2000-2001), envolveu cerca de 18.536 formandos (dos quais 7 092 respeitantes a 2000).

De destacar o elevado critério de selectividade utilizado, uma vez que foram recepcionadas 66 candidaturas a esta Medida.

Por ocasião da segunda alteração ao Complemento de Programação, na Medida 3.1. foi incluído o indicador "nº de acções de formação que incluam o módulo de sensibilização ambiental".

### **Medida 3.2. Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade (FSE)**

Esta Medida contou com a aprovação de 559 projectos em 2001, ascendendo a mais de 73 milhões de euros de despesa pública aprovada, cerca de 63% da sua programação 2000-2006, registando um bom nível de aprovações.

Saliente-se contudo que destas, 83 candidaturas foram aprovadas apenas a 27.12.2001, ascendendo o seu valor a 18.3 milhões de euros, condicionando a sua execução ainda em 2001.

O total das aprovações (2000-2001), envolveu cerca de 169 174 formandos.

Por ocasião da segunda alteração ao Complemento de Programação, na Medida 3.2. foi incluído o indicador "nº de acções de formação que incluam o módulo de sensibilização ambiental".

### **Medida 3.3. Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados (FSE)**

Esta Medida contou com a aprovação de 86 projectos em 2001, ascendendo a mais de 66.6 milhões de euros de despesa pública aprovada se incluirmos o Contrato-Programa celebrado com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) - Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados, correspondendo a cerca de 68% da sua programação 2000-2006, registando um óptimo nível de aprovações.

As candidaturas aprovadas a 27.12.2001 foram 10, ascendendo o seu valor a 9.4 milhões de euros, condicionando a sua execução ainda em 2001.

O total das aprovações (2000-2001), envolveu cerca de 10 457 formandos

Saliente-se ainda o elevado critério de selectividade utilizado, uma vez que foram recepcionadas 232 candidaturas a esta Medida.

Por ocasião da segunda alteração ao Complemento de Programação, na Medida 3.3. foi incluído o indicador "nº de acções de formação que incluíam o módulo de sensibilização ambiental".

#### **Medida 3.4. Criação de Emprego (FSE)**

No âmbito desta Medida foi estabelecido um Contrato-Programa com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) - Criação de Emprego, no valor de quase 25 milhões de euros, correspondendo a cerca de 80% da sua programação 2000-2006, registando um óptimo nível de aprovações.

#### **Medida 3.5. Eficácia e Equidade das Políticas (FSE)**

Esta Medida contou com a aprovação de 21 projectos em 2001, ascendendo a mais de 5.7 milhões de euros de despesa pública aprovada, correspondendo a cerca de 20% da sua programação 2000-2006.

As candidaturas aprovadas a 27.12.2001 foram 19, ascendendo o seu valor a 2.5 milhões de euros, condicionando muito a sua execução ainda em 2001.

O total das aprovações (2000-2001), envolveu cerca de 33 268 formandos

#### **Medida 3.6. Promoção do Desenvolvimento Social (FSE)**

Esta Medida contou com a aprovação de 61 projectos em 2001, ascendendo a mais de 115.4 milhões de euros de despesa pública aprovada - se incluímos os Contratos-Programa celebrados com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), um relativo aos Apoios à Deficiência e outro aos Instrumentos do Mercado Social de Emprego - correspondendo a cerca de 74% da sua programação 2000-2006, registando um óptimo nível de aprovações.

O total das aprovações (2000-2001) sem considerar os Contratos Programa , envolveu cerca de 2 762 formandos.

Saliente-se ainda o elevado critério de selectividade utilizado, uma vez que foram recepcionadas 130 candidaturas a esta Medida.

#### **Medida 3.7. Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social (FEDER)**

Não se registaram até ao momento aprovações nesta Medida.

Por ocasião da segunda alteração ao Complemento de Programação, na Medida 3.7. foi introduzida uma alteração no calendário de execução, antecipando a data limite para 31 de Dezembro de 2005 (NUTS III Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal), reflexo do "phasing-out".

### **Medida 3.8. Infraestruturas da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário (FEDER)**

Foram aprovados em 2001, 25 projectos no valor de 3 milhões de euros de despesa pública, atingindo 27% da programação 2000-2006 da Medida.

Estes projectos contemplam 61 salas novas/ampliadas ou remodeladas da educação pré-escolar que contribuem para os objectivos quantificados da medida

Por ocasião da segunda alteração ao Complemento de Programação, na Medida 3.8. foi introduzida uma alteração no calendário de execução, antecipando a data limite para 31 de Dezembro de 2005 (NUTS III Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal), reflexo do "phasing-out".

### **Medida 3.9. Ensino Profissional (FSE)**

Esta Medida conta com um nível de aprovações elevado, mais de 43.7 milhões de euros de despesa pública comprometidos, atingindo 76% da programação 2000-2006 para a Medida. A 31 de Dezembro de 2001 encontravam-se aprovados 44 projectos.

### **Medida 3.10. Economia (FEDER)**

Foram aprovados mais de 100 milhões de euros em 2001, atingindo um total de 110.4 milhões de euros, equivalentes a 28% da programação financeira total da Medida, correspondendo a 36 projectos.

Destes, 16 dizem respeito a conversão de consumo de energia para gás natural e 2 a projectos de remodelação de Pousadas da Juventude.

Não se registaram candidaturas no âmbito de projectos de investimento relativos à criação, desenvolvimento ou valorização de áreas de localização empresarial (ALE), uma vez que a respectiva regulamentação, a cargo do Gestor do Programa Operacional da Economia, não foi ainda concluída.

Não se registaram candidaturas no âmbito de projectos integrados turísticos de natureza estruturante de base regional (PITER), tendo o respectivo regulamento sido publicado em meados de 2001.

Foram aprovados durante o ano de 2001 em Unidade de Gestão, 18 projectos de redes de distribuição de gás natural.

No âmbito dos projectos de investimento relativos à criação de instituições de interface e de assistência empresarial não se registaram candidaturas no âmbito do POR LVT, tendo o regulamento de candidatura a este tipo de projectos sido publicado, no âmbito do Gestor do Programa Operacional da Economia, em 13 de Agosto de 2001.

Quanto aos projectos de criação de laboratórios de medição em ensaio, também não se registaram candidaturas em 2001, tendo a respectiva regulamentação, preparada no âmbito da Gestão do Programa Operacional da Economia, sido publicada em 13 de Agosto de 2001.

Em termos de aprovações a extensão da rede de Distribuição de Gás Natural atinge os 1 018 km, correspondendo a 92.5% do programado (1 100 km), o número de clientes da rede de distribuição de gás natural 38 064, 7% do programado (540 000 clientes) e as duas Pousadas da Juventude a 100% do programado.

Por ocasião da segunda alteração ao Complemento de Programação, na Medida 3.10. foram introduzidas diversas alterações, nomeadamente na Acção B, ao nível da descrição/objectivos por forma a abranger não só a reconversão de Parques Industriais, mas também a criação e desenvolvimento de Áreas de Localização Empresarial (ALE), na tipologia de projectos, categoria de beneficiários e calendário de execução (reflexo do "phasing-out").

### **Medida 3.11. Ciência Tecnologia e Inovação (FEDER)**

Nesta Medida foi aprovado em 2001, um projecto de Centro Ciência Viva no valor de quase 645 mil euros de despesa pública, correspondentes a 9% da programação 2000-2006. O processo de instalação deste projecto estará maioritariamente concluído no decorrer de 2002.

A meta são 4 Centros, 1 por distrito, até 2003, existindo já propostas de candidatura que permitam alcançar esses objectivos, nomeadamente, do Centro Ciência Viva de Setúbal e Torres Novas.

A principal dificuldade encontrada consiste na baixa experiência existente em Portugal, ao nível da concepção e produção de espaços interactivos de Ciência e Tecnologia.

Por ocasião da segunda alteração ao Complemento de Programação, na Medida 3.11. foi introduzida uma alteração no calendário de execução, antecipando a data limite para 31 de Dezembro de 2005 (NUTS III Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal), reflexo do "phasing-out".



### **Medida 3.12. Sociedade da Informação (FEDER)**

A 31 de Dezembro de 2001, encontravam-se aprovados 4 projectos, totalizando 6.3 milhões de contos de despesa pública, equivalentes a 30% da programação total da Medida.

Por ocasião da segunda alteração ao Complemento de Programação, na Medida 3.12. foi introduzida uma alteração no calendário de execução, antecipando a data limite para 31 de Dezembro de 2005 (NUTS III Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal), reflexo do "phasing-out", bem como uma tipologia de projecto no âmbito da Iniciativa Internet.

### **Medida 3.13. Sociedade da Informação (FSE)**

Não se registaram até ao momento aprovações nesta Medida.

### **Medida 3.14. Pescas - Infraestruturas de Portos (FEDER)**

Nos últimos 4 meses de 2001 foram aprovados 2 projectos, atingindo os 8.9 milhões de euros de despesa pública, correspondendo a 88% da programação total da Medida.

Por ocasião da segunda alteração ao Complemento de Programação, na Medida 3.14. foi introduzida uma alteração no calendário de execução, antecipando a data limite para 31 de Dezembro de 2005 (NUTS III Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal), reflexo do "phasing-out".

### **Medida 3.15. Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)**

No final de 2001 esta Medida contava com a aprovação de 379 projectos, totalizando 62.6 milhões de euros de despesa pública, 34% da programação total da medida.

Em termos de indicadores de acompanhamento, foram aprovados 148 projectos na acção 1 - Diversificação na pequena agricultura no valor de 944 mil euros de despesa pública, o apoio dado foi em cerca de 75% a tracção e equipamentos, cerca de 15% a construções e o restante a plantações. Estas acções de melhoria das condições materiais de suporte da actividade de pequenas explorações agro-florestais, adaptadas às suas características estruturais específicas, contribuíram para reforçar o seu potencial em termos agrícolas, de diversificação e de criação de actividade múltiplas ou rendimentos complementares alternativos.

Foram aprovados 9 projectos, na acção 2 - Desenvolvimento de Produtos de Qualidade - sub-acção 2.1- Criação e modernização de unidades produtivas de criação e modernização de unidades produtoras de produtos de qualidade, no valor de 706 mil euros de despesa pública, sendo 8 destinados a criar condições para a modernização de lagares de azeite e 1 para modernização de 1 queijaria.

### **Medida 3.16. Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos (FEDER)**

No decorrer de 2001, foram aprovados 12 projectos nesta Medida, totalizando 9.8 milhões de contos em aprovações, 28% do total programado 2000-2006.

Dos equipamentos aprovados 3 são piscinas cobertas, 3 pistas de atletismo, 2 campos com pista de atletismo, 1 campo de futebol, 1 pavilhão desportivo e 2 arrelvamentos de campos sintéticos.

Por ocasião da segunda alteração ao Complemento de Programação, na Medida 3.16. foram identificados alguns objectivos específicos adicionais e precisou-se o sentido dos já existentes, com reflexos ao nível das tipologias de projectos e critérios de selecção.

Foram também introduzidas uma alterações no calendário de execução, antecipando a data limite para 31 de Dezembro de 2005 (NUTS III Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal), reflexo do "phasing-out" e no plano de financiamento com a abertura da rubrica "Outra" por contrapartida da rubrica "Local"

### **Medida 3.17. Acessibilidades e Transportes (FEDER)**

No final de 2001 esta Medida contava com a aprovação de 18 projectos no valor de 88.5 milhões de contos de despesa pública, correspondendo a 33% da programação total da Medida.

Encontram-se em curso 18 projectos, 16 de rodovia e 2 do sector fluvial. Em termos de concurso para os objectivos, 6 contribuem para o descongestionamento das áreas urbanas, 2 para o desenvolvimento de modos e meios de transporte menos poluentes, 14 para melhoria das acessibilidades e 2 para uma melhor articulação entre diferentes redes de transporte.

No decurso de 2001 foram aprovados 11 projectos do sector rodoviário e 2 do sector fluvial, tendo sido anulado o projecto aprovado em 2000 de "Aquisição de seis navios e peças sobressalentes" por não se terem confirmado os pressupostos de correcta aplicação das regras de contratação pública, o que levou as autoridades portuguesas a optar pela realização de novo concurso e a nova candidatura e aprovação do projecto ainda em 2001.

O principal objectivo para 2002, é o da aprovação e início físico do Metro do Sul do Tejo, projecto fundamental para a Região e para a normal implementação da Medida.

Por ocasião da segunda alteração ao Complemento de Programação, na Medida 3.17. foram incluídas duas entidades beneficiárias, o Instituto para a Conservação Rodoviária e (ICOR) e o Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR).



### **Medida 3.18. Ambiente (FEDER)**

Esta Medida atingiu no final de 2001 cerca de 14.8 milhões de despesa pública em aprovações relativas a 11 projectos, 45% da sua programação 2000-2006.

Está ainda em apreciação na Estrutura de Apoio Técnico do Gestor uma candidatura relacionada com o Programa Pólís, no valor de 3.4 milhões de euros e a curto prazo serão apresentadas mais duas candidaturas relativas a encerramento de lixeiras, com um investimento elegível na ordem dos 2 milhões de euros.

Em termos de indicadores, a percentagem do território classificado intervencionado corresponde a 0,05%, tendo sido aprovadas 10 estruturas de monitorização a instalar ou renovar, das quais uma se encontra já concluída. Foi também aprovada e concluída a criação de um posto de informação no domínio do ambiente urbano.

A população abrangida pelas intervenções de requalificação urbana aprovadas estima-se em 56 779 habitantes. Foram ainda aprovadas 10 intervenções de selagem e regularização de lixeiras, sendo a população abrangida na ordem dos 464 400 habitantes.

Por ocasião da segunda alteração ao Complemento de Programação, na Medida 3.18. foram alterados os critérios de selecção das Acções B e C, aumentando o limiar máximo de investimento.

Foram ainda introduzidas alterações no calendário de execução, antecipando a data limite para 31 de Dezembro de 2005 (NUTS III Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal), reflexo do "phasing-out" e no plano de financiamento com a abertura das rubricas "Local" e "Outra" por contrapartida da rubrica "Central".

### **Medida 3.19. Saúde (FEDER)**

Foram aprovados até ao final de 2001, 23 projectos no valor de 36.4 milhões de euros de despesa pública, atingindo 78% da programação total da Medida .

Em termos de indicadores foram aprovadas 22 intervenções com vista à construção ou remodelação de centros de saúde e respectivas extensões .

Por ocasião da segunda alteração ao Complemento de Programação, na Medida 3.19. foi introduzida uma alteração no calendário de execução, antecipando a data limite para 31 de Dezembro de 2005 (NUTS III Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal), reflexo do "phasing-out".



**Aprovações Plurianuais do Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo**

unidades: euros

			Aprovações Plurianuais a 31.12.2001			Comparação c/ Programação Despesa Pública 2000-2006
Eixo Prioritário	Medida	Fundo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo	
Eixo 1	1.1	FEDER	143 732 494.99	143 732 494.99	88 156 150.36	53%
Eixo 1	1.2	FEDER	93 720 818.40	93 720 818.40	58 016 456.96	67%
Eixo 1	1.3	FEDER	3 320 038.71	3 320 038.71	2 182 966.30	35%
Eixo 1	1.4	FSE	5 602 357.17	5 588 968.33	3 632 829.40	12%
Eixo 1	1.5	FEDER	32 176 876.51	32 176 876.51	17 073 843.43	26%
Eixo 1	1.6	FEDER	2 826 090.30	2 826 090.30	2 119 571.63	80%
<b>Eixo 1</b>			<b>281 378 676.09</b>	<b>281 365 287.24</b>	<b>171 181 818.08</b>	<b>47%</b>
Eixo 2	2.1	FEDER	3 347 158.35	3 347 158.35	1 291 731.93	2%
Eixo 2	2.2	FSE	0.00	0.00	0.00	0%
Eixo 2	2.3	FEDER	27 662 332.65	27 662 332.65	15 231 699.04	39%
Eixo 2	2.4	FSE	2 121 794.35	2 121 794.35	1 273 076.61	28%
<b>Eixo 2</b>			<b>33 131 285.35</b>	<b>33 131 285.35</b>	<b>17 796 507.57</b>	<b>14%</b>
Eixo 3	3.1	FSE	90 008 041.47	89 966 981.58	56 229 363.49	73%
Eixo 3	3.2	FSE	87 414 354.64	73 180 044.30	45 737 527.71	63%
Eixo 3	3.3	FSE	66 692 265.96	66 604 022.11	41 627 513.83	68%
Eixo 3	3.4	FSE	24 991 000.00	24 991 000.00	15 619 375.00	80%
Eixo 3	3.5	FSE	5 703 693.97	5 703 693.97	3 564 808.73	20%
Eixo 3	3.6	FSE	115 456 222.38	115 454 285.89	72 158 928.68	74%
Eixo 3	3.7	FEDER	0.00	0.00	0.00	0%
Eixo 3	3.8	FEDER	3 114 798.34	3 054 074.68	2 295 904.37	27%
Eixo 3	3.9	FSE	43 752 319.35	43 752 319.35	25 157 583.63	76%
Eixo 3	3.10	FEDER	110 373 833.14	110 373 833.14	44 632 735.93	28%
Eixo 3	3.11	FEDER	644 945.68	644 945.68	322 472.84	9%
Eixo 3	3.12	FEDER	6 426 552.01	6 276 912.64	4 819 914.01	30%
Eixo 3	3.13	FSE	0.00	0.00	0.00	0%
Eixo 3	3.14	FEDER	8 910 004.96	8 910 004.96	5 346 002.97	88%
Eixo 3	3.15	FEOGA	67 356 337.77	62 605 435.22	46 107 676.76	34%
Eixo 3	3.16	FEDER	9 845 063.40	9 845 063.40	5 960 680.56	28%
Eixo 3	3.17	FEDER	88 478 347.15	88 478 347.15	46 513 365.13	33%
Eixo 3	3.18	FEDER	14 826 742.55	14 826 742.55	11 120 055.67	45%
Eixo 3	3.19	FEDER	36 432 038.79	36 432 038.79	27 324 037.82	78%
Eixo 3	3.20	FEDER	3 872 301.60	3 831 859.07	2 522 540.68	22%
Eixo 3	3.21	FSE	1 138 693.45	1 138 693.45	718 907.43	9%
Eixo 3	3.22	FEOGA	1 326 707.63	1 326 707.63	995 031.97	46%
<b>Eixo 3</b>			<b>786 764 264.22</b>	<b>767 397 005.55</b>	<b>458 774 427.22</b>	<b>45%</b>
<b>TOTAL</b>			<b>1 101 274 225.66</b>	<b>1 081 893 578.15</b>	<b>647 752 752.87</b>	<b>43%</b>
		FEDER	589 710 437.52	589 459 631.97	334 930 129.62	36%
		FSE	442 880 742.73	428 501 803.32	265 719 914.51	62%
		FEOGA	68 683 045.40	63 932 142.86	47 102 708.74	34%

**CAPÍTULO III- EXECUÇÃO FINANCEIRA**

**III.1. EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROJECTOS**

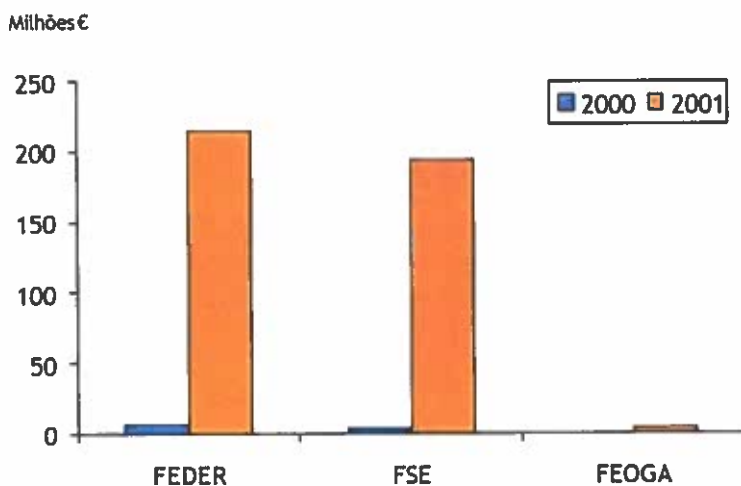
**EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA POR FUNDO E EIXO PRIORITÁRIO**

No ano de 2001, o Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo apresentou níveis de execução financeira bastante superiores ao ano transacto, consequência do início da implementação do POR LVT apenas em finais de 2000.

O nível de certificação de despesa pela Autoridade de Gestão do PO atingiu a 31.12.2001 mais de 416 milhões de euros de despesa pública, representando 70% da programação para 2000.

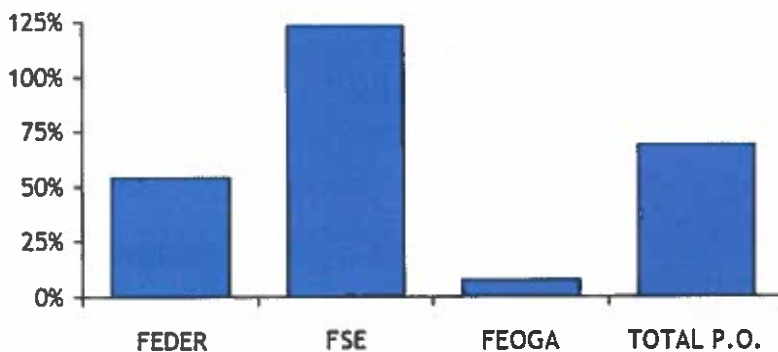
Analisando a performance relativa a cada Fundo, verificamos que os Fundos FSE e FEDER, apresentaram uma recuperação do nível de execução substancial face ao final de 2000, atingindo em termos de despesa pública, o FSE quase 198 milhões de euros e o FEDER 215 milhões de euros. O FEOGA atingiu 3.4 milhões de euros de execução.

**Evolução Execução Acumulada por Fundo  
(Despesa Pública)**



Em termos comparativos, no final de 2001, o FSE atinge já em termos de despesa pública executada cerca de 126% da programação 2000 e 63% da programação 2000-2001. De despesa pública FEDER estão executados 54% do programado 2000 para aquele fundo, enquanto do FEOGA temos apenas 8% da programação de 2000 executada.

### Execução Acumulada por Fundo em % da Programação 2000 (Despesa Pública)

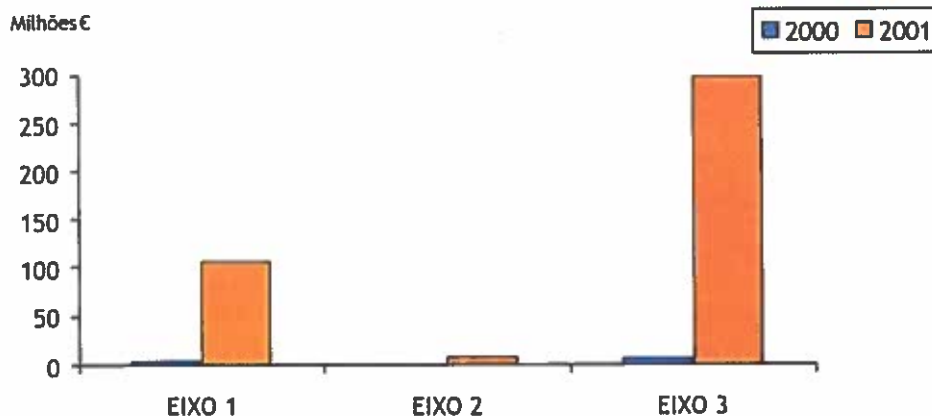


Os valores de execução do FEDER e nomeadamente do FEOGA levantam algumas questões relacionadas com o cumprimento da "Regra n+2" no final de 2002, que serão analisadas no final do capítulo da execução financeira do programa, com a apresentação de estimativas de pedidos de pagamento para 2002 e 2003.

Analisando a performance relativa a cada Eixo Prioritário, verificamos que os Eixos Prioritários 1 e 3, apresentaram uma evolução positiva no valor da execução face ao final de 2000, atingindo em termos de despesa pública, o Eixo 1 mais de 107 milhões de euros e o Eixo 3 mais de 300 milhões de euros.

Já o Eixo 2 apresenta pouco mais de 8.4 milhões de euros de despesa pública executada, facto condicionado

### Evolução Execução Acumulada por Eixo (Despesa Pública)

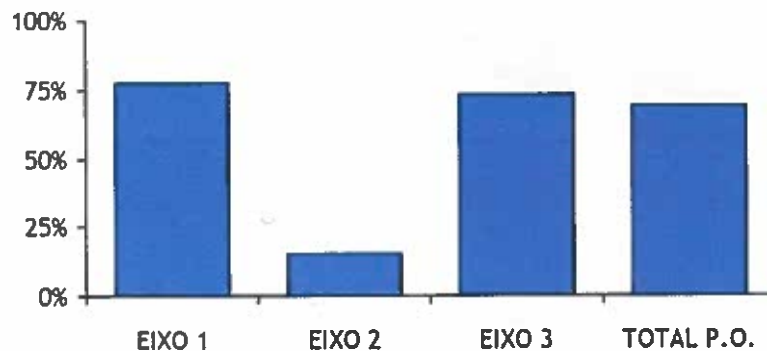


pelo atraso na aprovação de candidaturas já mencionada anteriormente.



Em termos comparativos, no final de 2001, o Eixo 1 atinge em termos de despesa pública executada cerca de 78% do total da sua programação para 2000. Do Eixo 3 estão executados 74% do programado 2000, enquanto do Eixo 2 temos apenas 15% da programação 2000 executada.

### Execução Acumulada por Eixo em % da Programação 2000 (Despesa Pública)



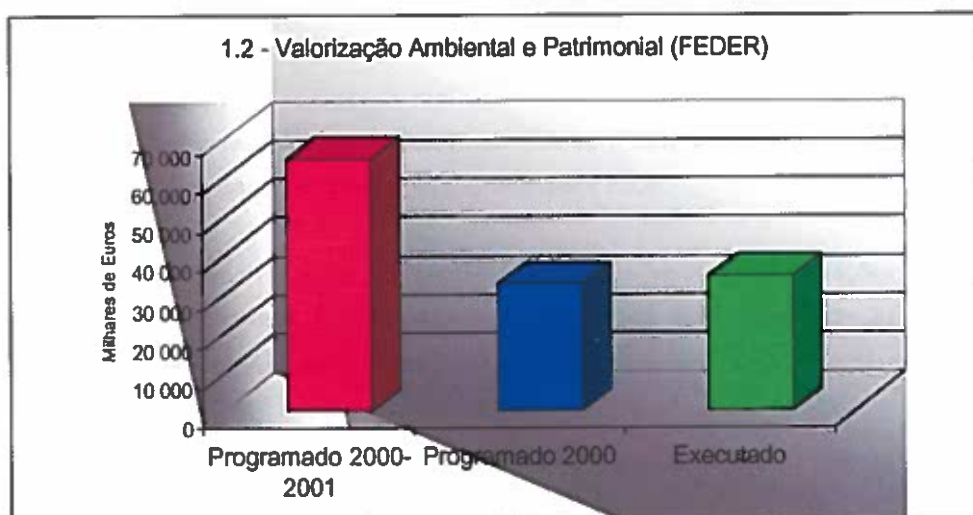
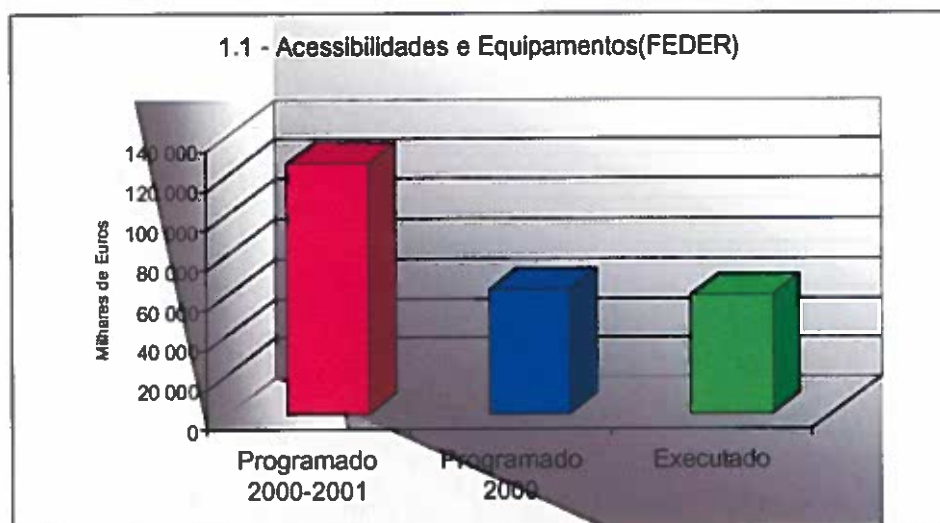
#### EXECUÇÃO DO PROGRAMA EM CADA EIXO PRIORITÁRIO, POR MEDIDA

##### EIXO PRIORITÁRIO 1

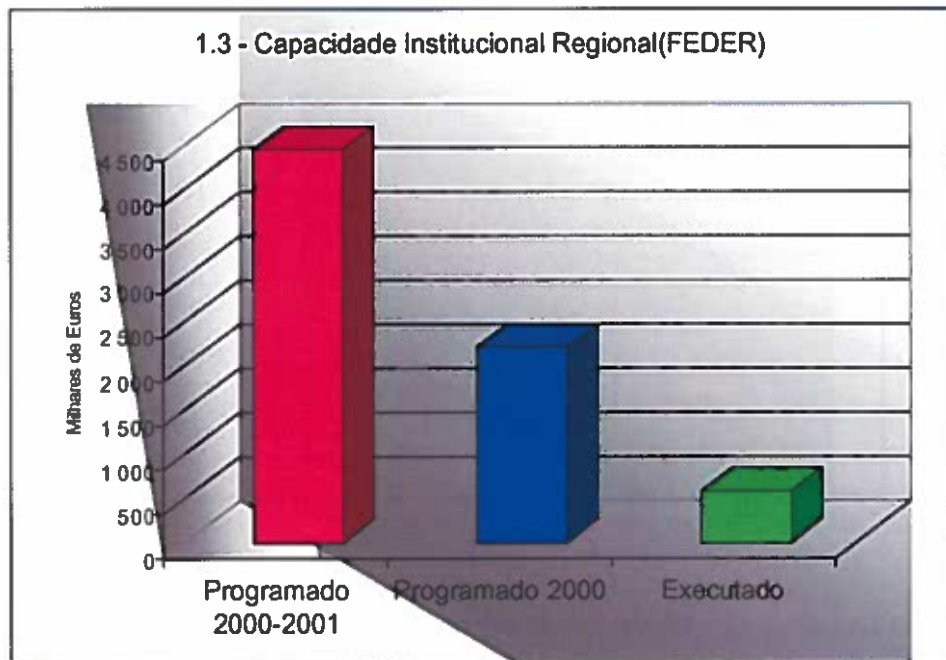
De uma forma geral, o Eixo 1 apresenta níveis de bons níveis de execução, sendo de salientar a performance das Medidas 1.1. - Acessibilidades e Equipamentos e 1.2. - Valorização Ambiental e Patrimonial que atingem respectivamente 59.5 e 34.7 milhões de euros de despesa pública (94% e 107% da programação de 2000).

Estes números são reveladores do dinamismo por parte dos municípios em colmatarem necessidades das populações em termos de acessibilidades e equipamentos, nomeadamente ao nível ambiental.





A Medida 1.3. - Capacidade Institucional Regional atingiu mais de 569 mil euros de despesa pública, 26% da programação de 2000, sendo expectável que em 2002 se acelere o ritmo de execução.



No caso da Medida 1.4. - Formação para o Desenvolvimento (FSE), a execução atingiu 1 milhão de euros de despesa pública, correspondendo a 10% do programado para 2000.

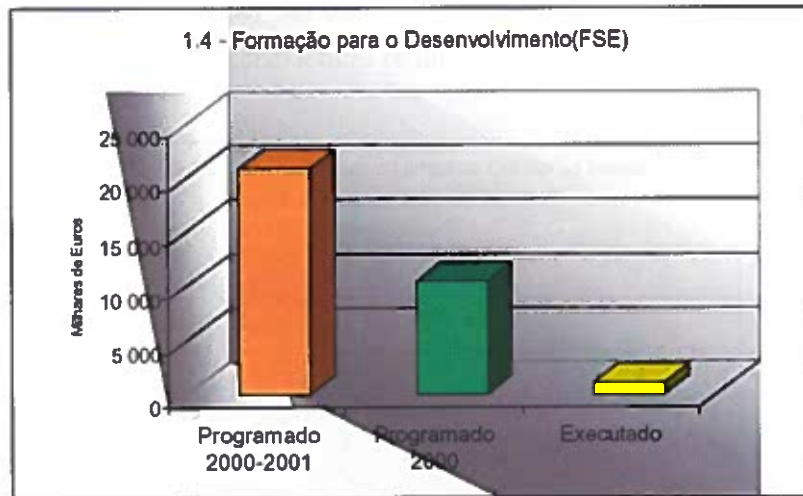
A performance desta Medida foi bastante condicionada pelo nível de aprovações e pelo facto das candidaturas terem sido aprovadas maioritariamente a partir de Maio /Junho de 2001, uma vez que a regulamentação da Medida foi publicada em Março de 2001.

Dos 43 projectos aprovados ficaram concluídos 10 projectos.

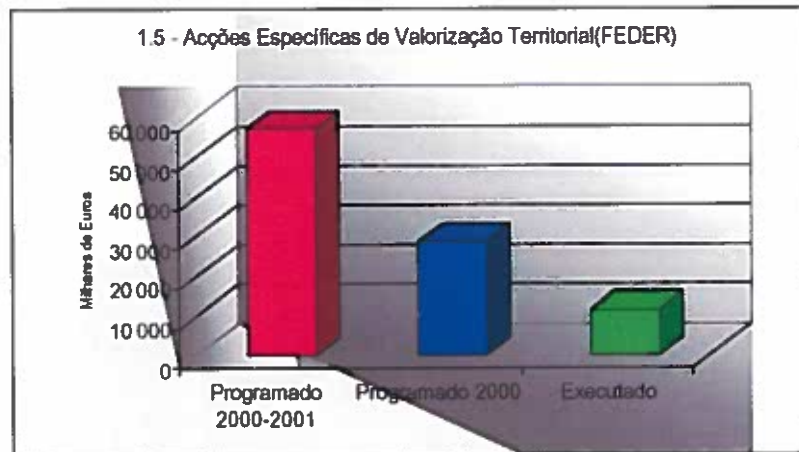
Foram efectuadas acções de acompanhamento junto dos promotores, com a elaboração do correspondente relatório de acompanhamento Técnico-Pedagógico e Contabilístico.

Foram executados 266 cursos, 317 acções correspondendo a um volume de formação de 116 923 horas.



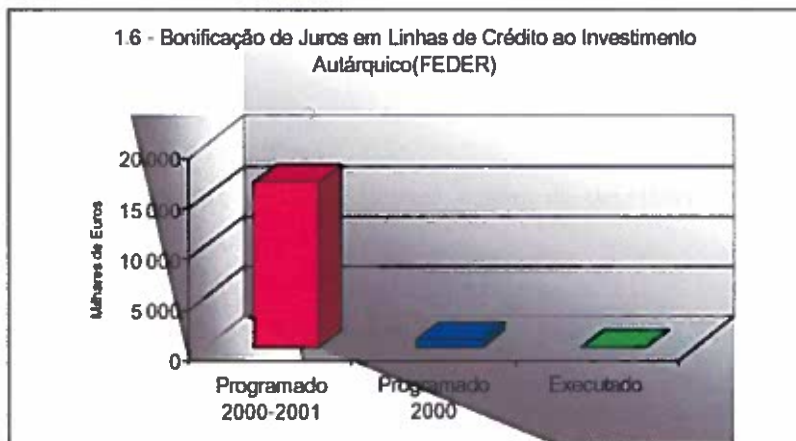


A Medida 1.5. Acções Específicas de Valorização Territorial (FEDER) apesar de grande parte das suas aprovações se terem efectuado, já no decorrer do segundo semestre de 2001, atinge 11.4 milhões de euros de despesa pública, 40% de execução do seu primeiro ano de programação, deixando antever uma recuperação dos níveis de execução em 2002.



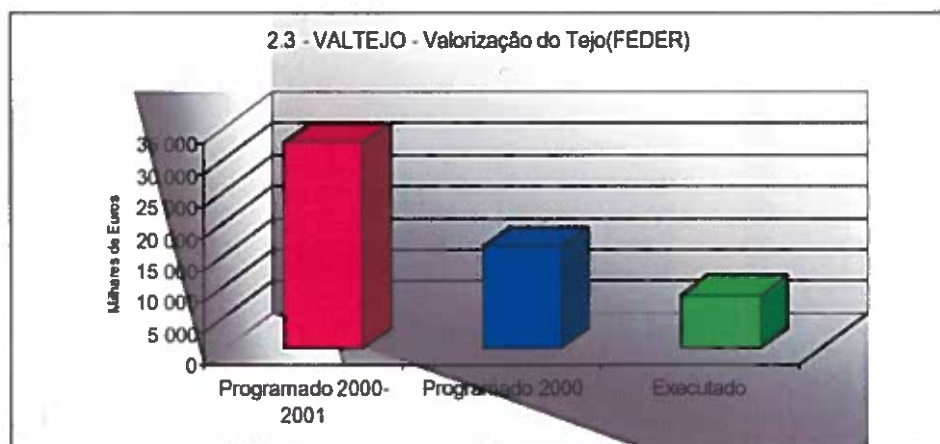
A Medida 1.6. relativa à Bonificação de Juros em Linhas de crédito ao Investimento Autárquico não registou qualquer execução.

Ao estar dependente da implementação das outras medidas, viu a sua execução condicionada, tendo-se verificado as primeiras aprovações de candidaturas no início do segundo semestre de 2001.



## EIXO PRIORITÁRIO 2

O Eixo prioritário 2 apresenta os mais baixos níveis de execução relativamente à programação. A única Medida a registar execução foi a Medida 2.3. VALTEJO com quase 8.5 milhões de euros de despesa pública, correspondendo a 52% da programação de 2000 realizada.



As condicionantes a níveis mais elevados de execução já foram abordadas no capítulo relativo às aprovações, nomeadamente no que diz respeito às Medidas 2.1. e 2.2. da Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana. A necessidade da aprovação dos Planos Pormenor para as intervenções do



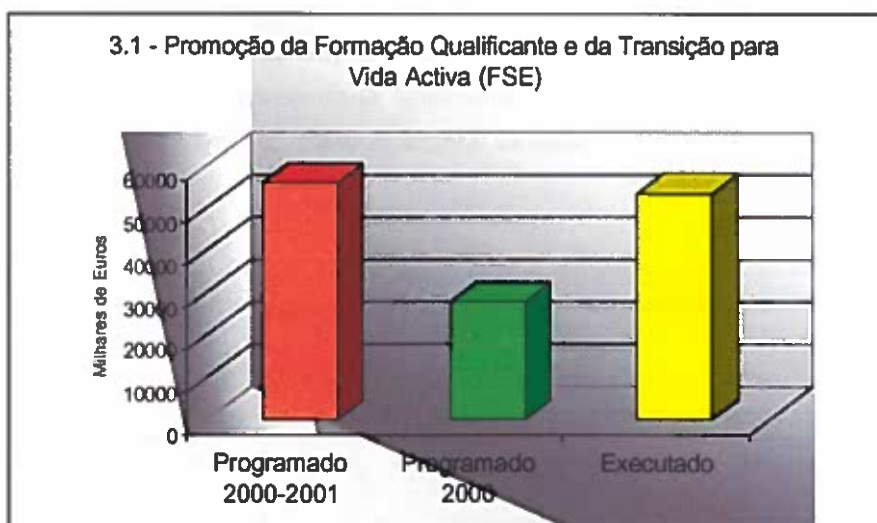
Cacém (concelho de Sintra) e Costa da Caparica (concelho de Almada) e de grande parte das verbas estar afectas essas intervenções (Cacém e Costa da Caparica) não permite compensar atrasos com outros projectos.

### **EIXO PRIORITÁRIO 3**

O Eixo 3 atingiu 74% da programação de 2000, ficando aquém do desejável, nomeadamente no que diz respeito às Medidas FEDER como a seguir se demonstra.

A Medida 3.1 - Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa (FSE) atingiu em 2001, os 53.5 milhões de euros, 95% da sua programação 2000-2001. A taxa de execução apresenta-se relativamente elevada se considerarmos que, nesta data, não estão ainda analisados 4 projectos (dois de Centros de Formação Profissional do IEFP e outros dois do INFTUR que aguardam o envio de elementos adicionais para a conclusão da sua análise), permitindo antever a execução da medida na sua globalidade.

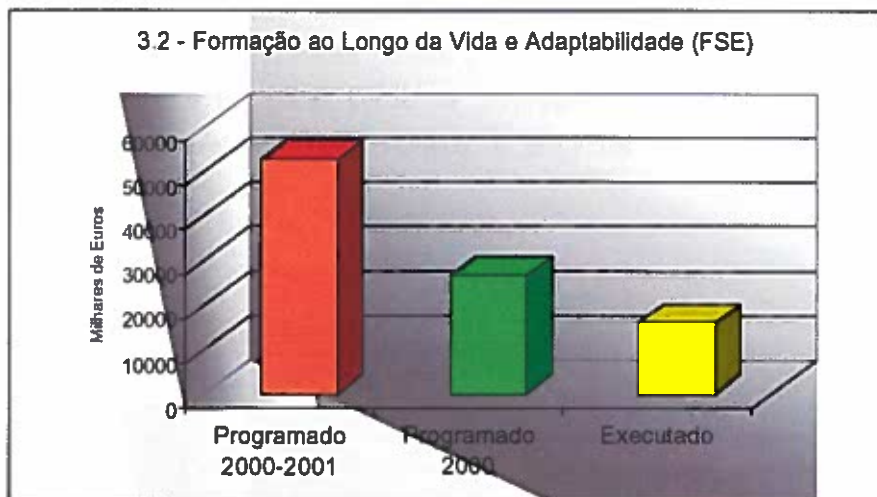
As entidades apoiadas foram o IEFP, através dos seus Centros de Gestão Directa e de Gestão Participada, o INFTUR, através das Escolas de Hotelaria e Turismo e a FERNAVE, numa acção de formação destinada à profissão regulamentada de motoristas de táxi.



Na Medida 3.2 - Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade (FSE), a execução registada ascendeu a 16.0 milhões de euros, correspondendo a 61% da sua programação de despesa pública em 2000.

A taxa de execução apresenta-se relativamente baixa, resultado por um lado da aprovação tardia, entre Abril e Julho de 2001, dos projectos de 2001 e da prorrogação para 2002, de um valor elevado de

aprovações previstas inicialmente para o ano de 2001. A estimativa de execução para 2002 apresenta-se bastante mais favorável, recuperando parcialmente a sub-execução de 2001.



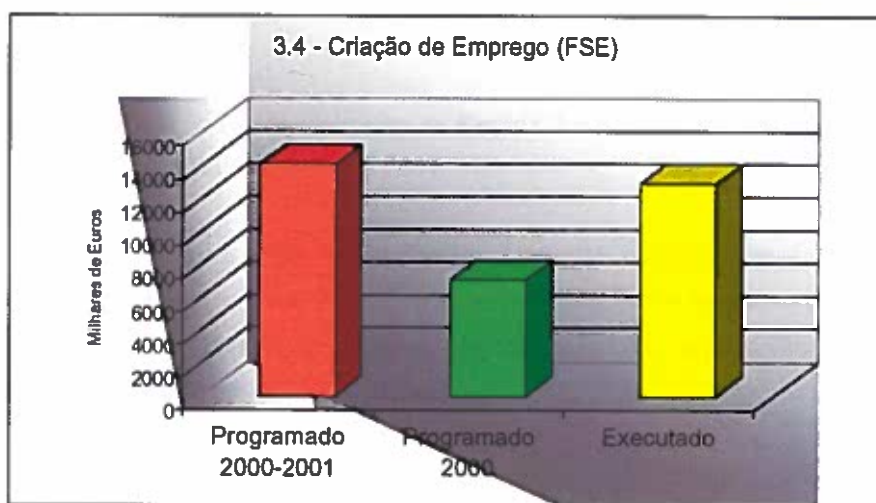
A Medida 3.3 - Qualificação e Inserção Profissional de Desempregados (FSE) registou uma execução de 26.9 milhões de euros de despesa pública, 121% da programação da Medida em termos de despesa pública de 2000.

A taxa de execução apresenta-se extremamente elevada, resultado da elevada realização verificada, quer ao nível dos apoios a Estágios Profissionais, quer das acções de formandos dirigidas a desempregados. A estimativa de execução para 2002 apresenta-se igualmente favorável, face à quantidade de projectos em execução, permitindo, desde já antever, a execução total da dotação disponível.



Na Medida 3.4 - Criação de Emprego (FSE) a execução atingiu os 12.9 milhões de euros, correspondendo a 92% da programação de despesa pública em 2000-2001 para esta Medida.

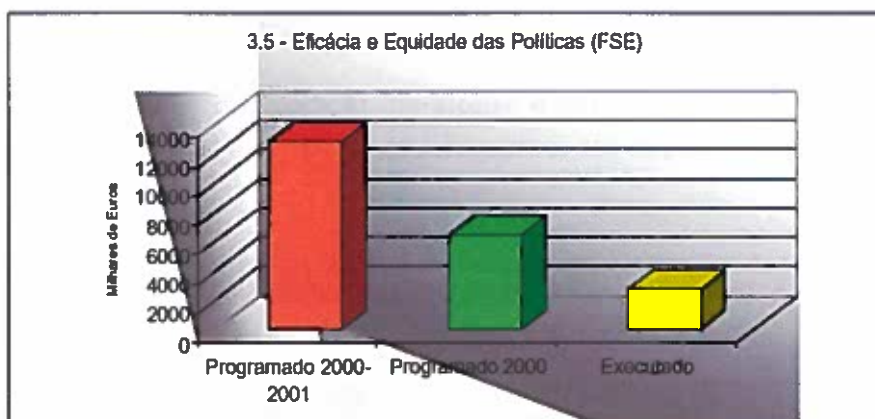
A taxa de execução apresenta-se extremamente elevada, resultado da elevada realização verificada nos instrumentos de criação de emprego apoiados (Apoios à Contratação, Apoio à Criação do Próprio Emprego, Criação do Próprio Emprego e Iniciativas Locais de Emprego). A estimativa de execução para 2002 apresenta-se igualmente favorável, face à quantidade de projectos em execução, permitindo, desde já antever, a execução total da dotação disponível.



A Medida 3.5 - Eficácia e Equidade das Políticas (FSE), contou com a execução em 2001 de mais de 2.7 milhões de euros, 43% da programação de despesa pública para 2000 nesta Medida.

A taxa de execução apresenta-se relativamente baixa, resultado da diversidade de tipologias de intervenção incluídas nesta medida, carecendo de produção e aprovação de regulamentação própria para cada uma delas. Porém, a estimativa de execução para 2002 apresenta-se um pouco mais favorável, pelo facto de terem sido abertas candidaturas na tipologia de formação dos agentes da política de emprego e formação, cujas aprovações estão nesta fase a ser comunicadas às entidades, admitindo-se que com a execução destas acções se consiga recuperar parte da dotação de 2000.





Registaram-se 60.5 milhões de euros de execução na Medida 3.6 - Promoção do Desenvolvimento Social (FSE), 86% da programação da Medida para 2000-2001.

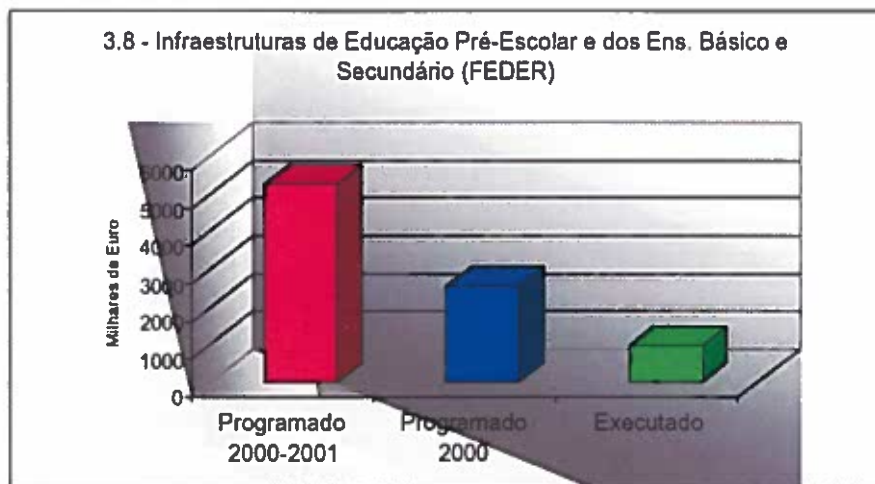
Este resultado deve-se, em grande parte, à boa execução dos dois contratos programa celebrados com o IEFP - Apoios à Deficiência e Mercado Social de Emprego. A estimativa de execução para 2002 apresenta-se igualmente favorável, face à quantidade de projectos em execução, permitindo, desde já antever, a execução total da dotação disponível

No que se refere à execução das restantes entidades verificou-se um deslizamento para 2002 da execução, razão porque se constata uma execução de 86% considerando o biénio 2000/2001, quando está já praticamente apurada toda a execução até 31 de Dezembro de 2001.

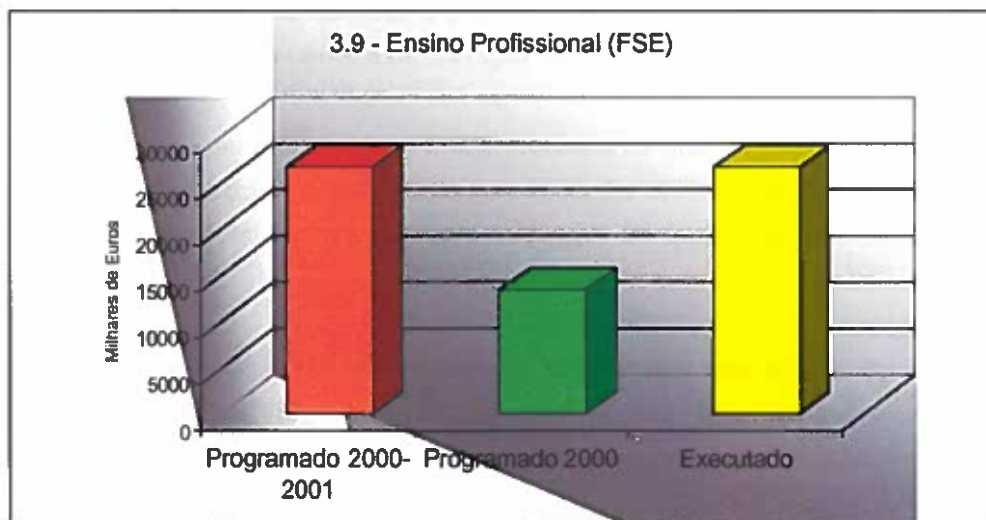


Na Medida 3.7. não se registou execução, fruto da inexistência de aprovações em finais de 2001.

A Medida 3.8. Infraestruturas da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário (FEDER) registou cerca de 975 mil euros de execução de despesa pública, 38% da programação da Medida para 2000.



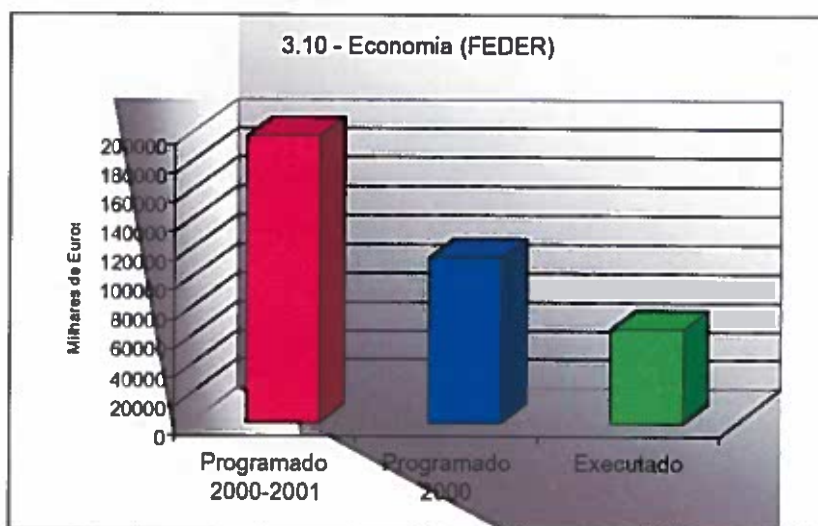
Na Medida 3.9. Ensino Profissional (FSE) a execução ascendeu a 23.6 milhões de contos de despesa pública, 89% da programação 2000-2001.



Registaram-se 64.1 milhões de euros de execução em termos de despesa pública na Medida 3.10. Economia (FEDER), correspondendo a 57% da programação de 2000 para a Medida.



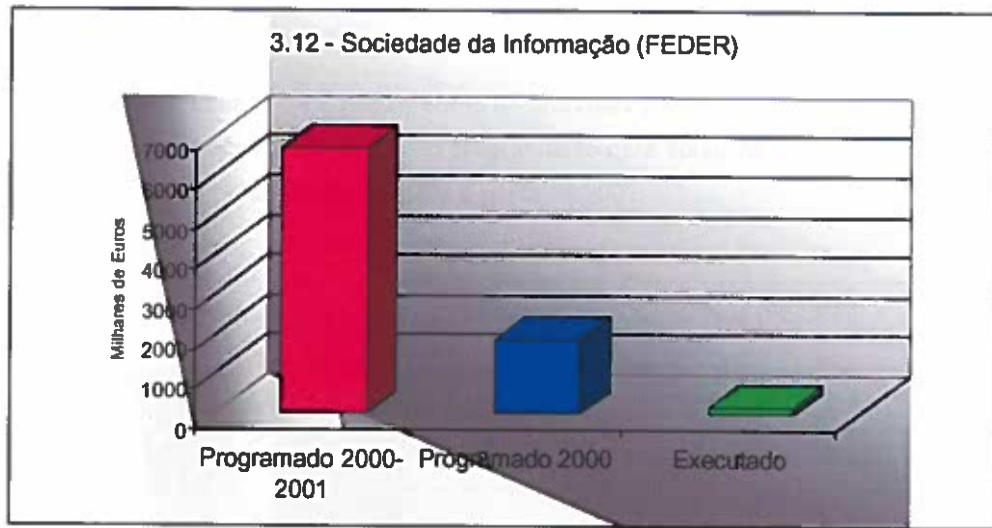
É expectável um reforço da execução em 2002, decorrente da despesa dos projectos relacionados com o Gás Natural (rede, distribuição e reconversão dos consumos) e com a implementação das restantes vertentes da Medida (projectos integrados turísticos de natureza estruturante de base regional, áreas de localização empresarial, criação de instituições de interface e de assistência empresarial e criação de laboratórios de medição em ensaio).



A Medida 3.11. **Ciência Tecnologia e Inovação (FEDER)** não verificou execução de despesa em 2001, já que só em 27 de Dezembro de 2001 foi aprovado o primeiro projecto de Centro Ciência Viva. Em 2002 com a aprovação de mais projectos, é previsível a recuperação de alguma execução atrasada.

A Medida 3.12. **Sociedade da Informação (FEDER)** registava no final de 2001 mais de 180 mil euros de execução, apenas 10% da programação da Medida para 2000. Em 2002 é expectável recuperar algum atraso nesta Medida, cuja execução foi condicionada pela aprovação dos seus projectos em Unidade de Gestão já no segundo semestre de 2001.

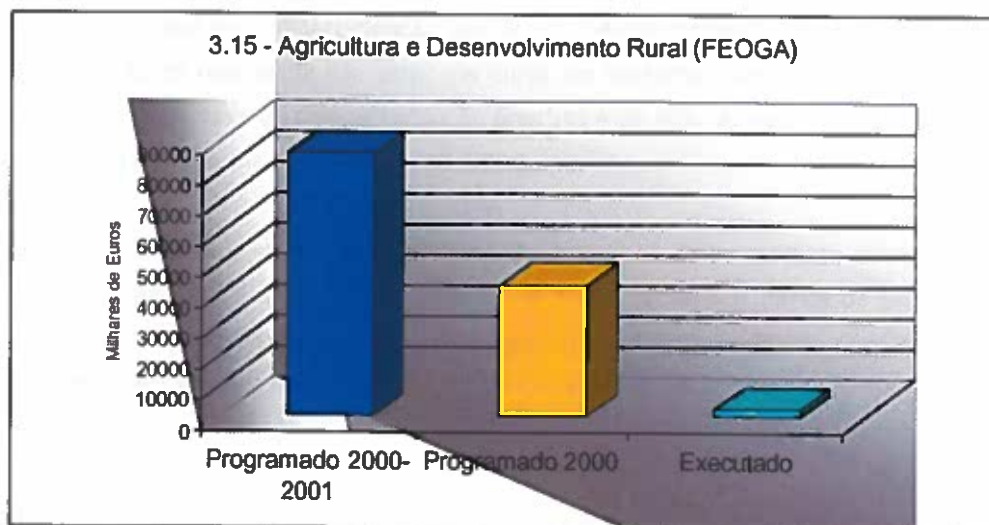
Ao nível das taxas de comparticipação verifica-se nesta Medida, uma taxa de 75%, com um desvio face ao estipulado no Complemento de Programação (58.8%), uma vez que as aprovações inicialmente realizadas tinham como base a taxa de comparticipação decorrente da programação para o primeiro ano (73%).



A Medida 3.13. Sociedade da Informação (FSE) não registou qualquer execução em 2001, em virtude de não existirem candidaturas aprovadas.

Já a Medida 3.14. Pescas - Infraestruturas de Portos (FEDER) também não registou execução em 2001, uma vez que apenas nos últimos meses de 2001 foram aprovados 2 projectos. Em 2002 é expectável a recuperação da execução financeira.

Na Medida 3.15. Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA) a execução atingiu os 2.5 milhões de euros de despesa pública, apenas 6% da programação da Medida para 2000. A previsão de execução para 2002 é bastante superior, permitindo recuperar a execução em atraso.



A Medida 3.16. Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos (FEDER) contou com cerca de 2 milhões de euros de despesa pública executada, 24% da sua programação para 2000. As previsões existentes para 2002, permitem apontar para uma recuperação do 2000 e parte de 2001.



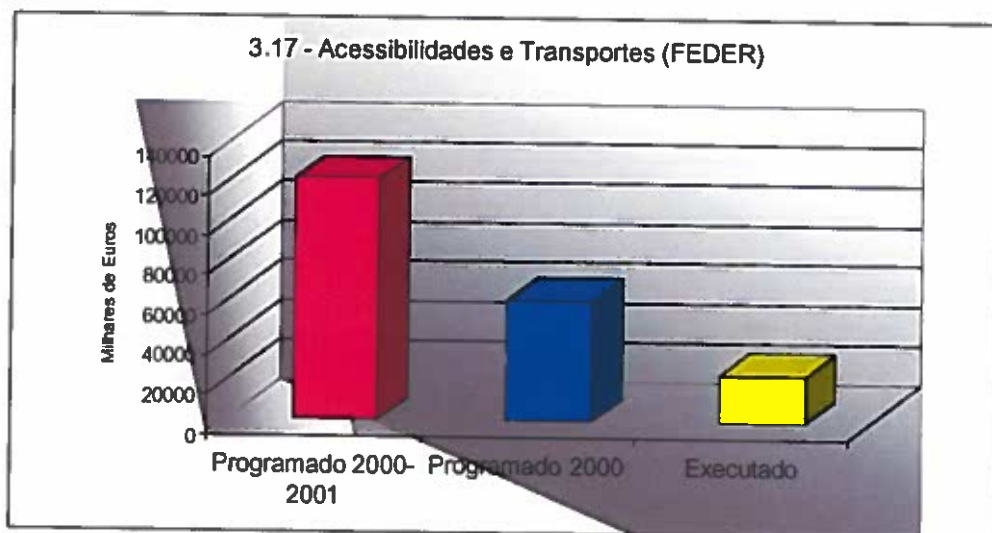
Em 31/12/2001 encontravam-se em execução 3 pistas de atletismo; 3 piscinas; 1 pista ATL com relva natural; 1 nave desportiva polivalente e 1 grande campo de jogos.

Encontravam-se concluídos fisicamente 1 pista de atletismo e 1 campo de relva sintética. .

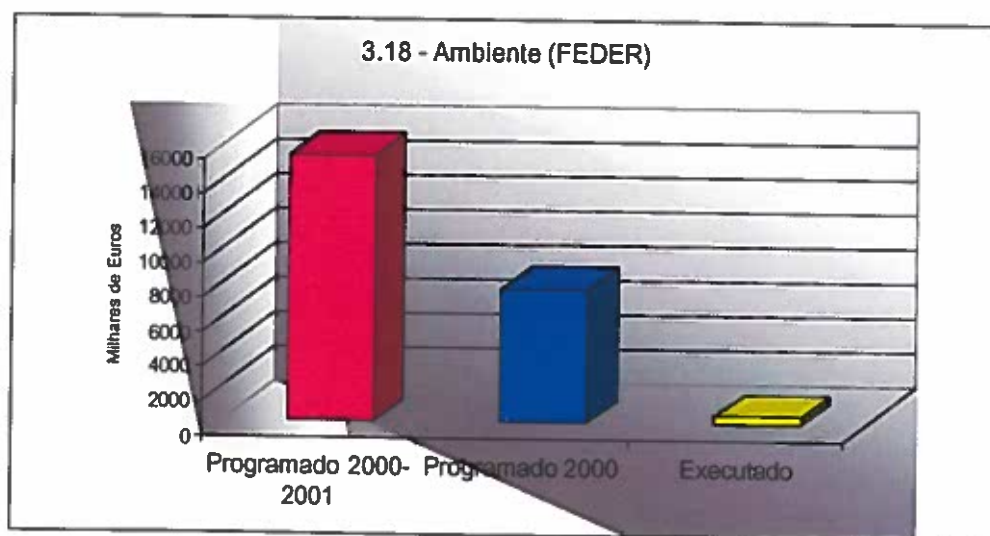
Registaram-se na Medida 3.17. Acessibilidades e Transportes (FEDER), mais de 23.5 milhões de euros de despesa pública, 39% da programação para 2000 desta Medida.

Também neste caso a taxa de comparticipação verificada (54.6%) é superior à taxa média prevista para a Medida (45.1%). Tal facto resulta de não estar em curso um projecto estruturante de grande dimensão, o Metro do Sul do Tejo, cuja taxa de comparticipação prevista é de 30%, do que resultará já a partir de 2003, uma taxa de comparticipação inferior à média de referência.

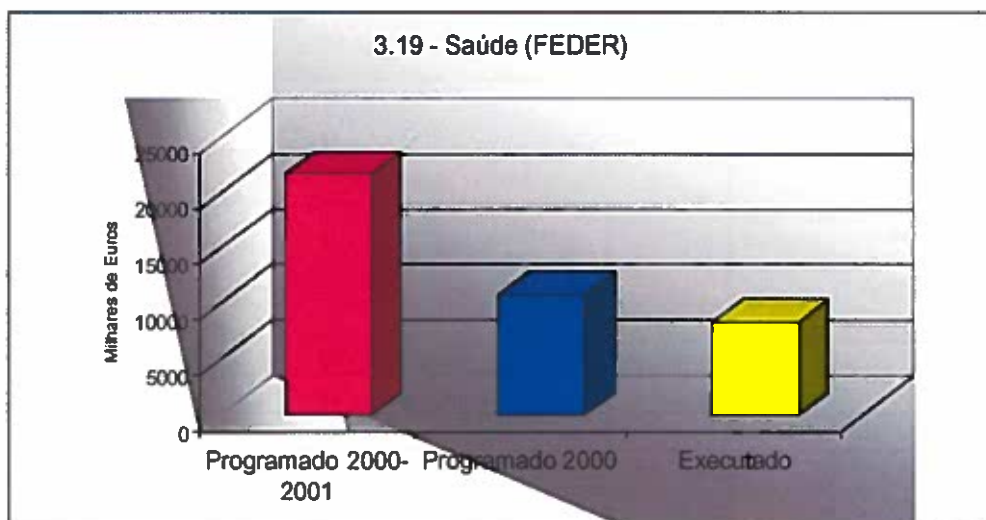
A própria execução da Medida está a ser condicionada pelo peso desse projecto ainda por aprovar, bem como pelo atraso verificado na execução do projecto de aquisição de seis navios de passageiros, que havia sido aprovado ainda em 2000, mas anulado posteriormente, tendo sido realizado novo concurso público e o projecto aprovado só em Novembro de 2001.



A execução da Medida 3.18. Ambiente (FEDER) ascendeu a 433.5 mil euros de despesa pública, apenas 6% do programado em 2000 para esta Medida. As previsões para 2002 apontam para uma recuperação da execução atrasada.



Finalmente a Medida 3.19. Saúde (FEDER) atingiu no final de 2001, os 8.4 milhões de euros de execução em despesa pública, 78% da sua programação para 2000, evidenciando uma performance razoável.







Execução do Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo

unidades: euros

Eixo	Medida	Fundo	Despesa validada até 31.12.2001					Taxa real Fundo/CT (6)=(3)/(1)	Taxa definida no Complemento Programação	Comparaçã o/ Programação Despesa Pública 2000	Comparaçã o/ Programação Despesa Pública 2000-2001
			Custo Total	Despesa Pública Total	Fundo	Recursos Públicos Nacionais	Privados				
			(1) = (2) + (5)	(2) = (3)+ (4)	(3)	(4)	(5)				
Eixo 1	1.1	FEDER	59 545 666.76	59 545 666.76	36 334 242.95	23 211 423.80	0.00	61.0%	65.0%	94%	47%
Eixo 1	1.2	FEDER	34 707 575.52	34 707 575.52	21 456 275.53	13 251 299.99	0.00	61.8%	65.0%	107%	54%
Eixo 1	1.3	FEDER	569 791.45	569 791.45	370 366.57	199 424.89	0.00	65.0%	65.0%	26%	13%
Eixo 1	1.4	FSE	1 025 235.27	1 013 378.84	658 696.25	354 682.59	0.00	64.2%	65.0%	10%	5%
Eixo 1	1.5	FEDER	11 414 697.49	11 414 697.49	6 122 996.48	5 291 701.01	0.00	53.6%	54.7%	40%	20%
Eixo 1	1.6	FEDER	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00		75.0%	0%	0%
<b>Eixo 1</b>			<b>107 262 966.49</b>	<b>107 251 110.06</b>	<b>64 942 577.79</b>	<b>42 308 532.28</b>	<b>0.00</b>			<b>78%</b>	<b>39%</b>
Eixo 2	2.1	FEDER	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00		50.5%	0%	0%
Eixo 2	2.2	FSE	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00		55.0%	0%	0%
Eixo 2	2.3	FEDER	8 476 782.14	8 476 782.14	4 812 018.01	3 664 764.13	0.00	56.8%	35.3%	52%	26%
Eixo 2	2.4	FSE	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00		60.0%	0%	0%
<b>Eixo 2</b>			<b>8 476 782.14</b>	<b>8 476 782.14</b>	<b>4 812 018.01</b>	<b>3 664 764.13</b>	<b>0.00</b>			<b>15%</b>	<b>8%</b>
Eixo 3	3.1	FSE	53 540 240.40	53 540 240.40	33 462 650.22	20 077 590.18		62.5%	62.5%	191%	95%
Eixo 3	3.2	FSE	18 021 291.90	15 964 267.17	9 990 167.13	5 994 100.04	1 355 194.09	55.4%	52.0%	61%	30%
Eixo 3	3.3	FSE	37 024 420.18	26 907 076.48	16 816 921.89	10 090 154.59	10 052 913.55	45.4%	62.5%	121%	60%
Eixo 3	3.4	FSE	12 922 799.79	12 922 799.79	8 076 749.87	4 846 049.92		62.5%	62.5%	184%	92%
Eixo 3	3.5	FSE	2 760 354.57	2 760 354.57	1 725 221.61	1 035 132.96		62.5%	62.5%	43%	22%
Eixo 3	3.6	FSE	60 629 641.86	60 494 741.19	37 809 212.90	22 685 528.29		62.4%	52.0%	172%	86%
Eixo 3	3.7	FEDER	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00		51.2%	0%	0%
Eixo 3	3.8	FEDER	975 108.06	975 108.06	715 795.62	259 312.45	0.00	73.4%	75.0%	38%	18%
Eixo 3	3.9	FSE	25 272 646.91	23 642 342.06	13 594 346.68	10 047 995.38	0.00	53.8%	54.0%	178%	89%
Eixo 3	3.10	FEDER	64 104 295.70	64 104 295.70	25 641 718.29	38 462 577.41	0.00	40.0%	40.6%	57%	33%
Eixo 3	3.11	FEDER	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00		50.0%	0%	0%
Eixo 3	3.12	FEDER	180 335.53	180 335.53	135 251.64	45 083.88	0.00	75.0%	58.8%	10%	3%
Eixo 3	3.13	FSE	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00		53.4%	0%	0%
Eixo 3	3.14	FEDER	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00		75.0%	0%	0%
Eixo 3	3.15	FEOGA	3 896 685.93	2 538 417.81	1 894 075.37	637 634.34	1 358 268.12	48.6%	45.4%	6%	3%
Eixo 3	3.16	FEDER	1 985 751.18	1 985 751.18	1 219 613.46	766 137.72	0.00	61.4%	61.9%	24%	12%
Eixo 3	3.17	FEDER	23 563 837.52	23 563 837.52	12 874 072.81	10 689 764.71	0.00	54.6%	45.1%	39%	19%
Eixo 3	3.18	FEDER	433 497.68	433 497.68	325 123.26	108 374.42	0.00	75.0%	75.0%	6%	3%
Eixo 3	3.19	FEDER	8 400 612.50	8 400 612.50	6 300 459.37	2 100 153.13	0.00	75.0%	75.0%	78%	39%
Eixo 3	3.20	FEDER	848 764.96	848 764.96	551 697.22	297 067.73	0.00	65.0%	64.6%	21%	11%
Eixo 3	3.21	FSE	774 486.53	774 486.53	485 067.69	289 418.84	0.00	62.6%	62.5%	29%	14%
Eixo 3	3.22	FEOGA	845 390.06	845 390.06	634 042.55	211 347.51	0.00	75.0%	75.0%	128%	64%
<b>Eixo 3</b>			<b>316 180 161.25</b>	<b>300 902 319.18</b>	<b>172 252 187.58</b>	<b>128 643 423.50</b>	<b>12 766 375.76</b>			<b>74%</b>	<b>38%</b>
<b>TOTAL</b>			<b>431 919 909.88</b>	<b>416 630 211.38</b>	<b>242 006 783.37</b>	<b>174 616 719.91</b>	<b>12 766 375.76</b>			<b>70%</b>	<b>36%</b>
		FEDER	215 206 716.48	215 206 716.48	116 859 631.21	98 347 085.27	0.00			54%	28%
		FSE	211 971 117.41	198 039 687.03	122 619 034.24	75 420 652.79	11 408 107.64			126%	63%
		FEOGA	4 742 075.99	3 383 807.87	2 528 117.92	848 981.85	1 358 268.12			8%	4%

### **III.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA POR DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO**

No quadro da página seguinte podemos analisar a contribuição de cada um dos domínios de intervenção, de acordo com a classificação atribuída no Regulamento (CE) nº 438/2001 da Comissão de 2 de Março de 2001, para os níveis de execução apresentados.

Saliente-se o facto de não estar disponível de momento a distribuição por domínios para a execução das Medidas 1.4, 3.2. e 3.5., que atinge cerca de 4.7% da execução total.

Relativamente aos restantes 95.3%, o domínio com maior execução apresentada foi o domínio 23 - Desenvolvimento da Educação e da Formação Profissional não ligada a um sector específico que atingiu 96 milhões de euros de despesa pública (23% da execução total) relativos às Medidas 3.1, 3.3 e 3.9.

O domínio 33 - Infra-estruturas no domínio das energias, atingindo 64.1 milhões de euros de despesa pública (15.4% da execução total), evidenciou a contribuição dada na Medida 3.10. pelos projectos de Gás Natural.

O terceiro domínio com maior execução registada foi o domínio 31 - Infraestruturas de Transporte, contribuindo com 61.3 milhões de euros de despesa pública (14.7% da execução total).

Esta performance é justificada pelo dinamismo de execução evidenciado no Eixo 1 ao nível das acessibilidades. O sub-domínio 312 - Estradas, registou uma execução de 59.3 milhões de euros.

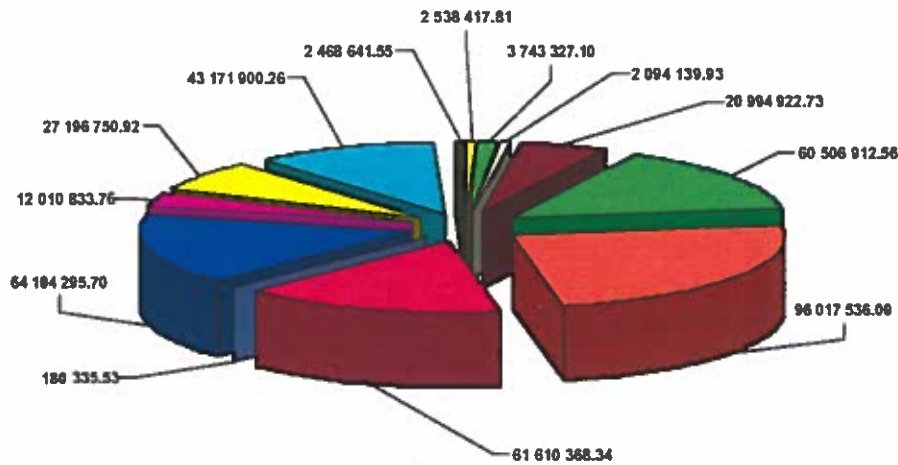
O domínio 22 - Integração Social atingiu 60.5 milhões de euros de despesa pública (14,5% da execução total) relativos à Medida 3.6.

Mais de 43.7 milhões de euros foram executados no âmbito do domínio 36 - Infraestruturas Sociais e de Saúde (10,5% da execução total).

De registar o facto destes 5 domínios terem contribuído com 74% da execução registada.



**Despesa Publica Executada por Dominio de Intervenção**



- 11 - Agricultura
- 16 - Apoio às PME e ao Artesanato
- 17 - Turismo
- 21 - Praticas Activas no Mercado de Trabalho
- 22 - Integração Social
- 23 - Desenvolvimento da Educação e da Formação Prof. não ligada a um sector especifico
- 31 - Infraestruturas de Transportes
- 32 - Infraestruturas de Telecomunicações e Soc. De Informação
- 33 - Infraestruturas no dominio das Energias ( produção e distribuição)
- 34 - Infraestruturas Ambientais
- 35 - Ordenamento e Requalificação
- 36 - Infraestruturas Sociais e de Saúde
- 41 - Assistência Técnica e Acções Inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA e IFOP)

Em complemento a esta análise são facultados quadros com as aprovações e execução das medidas por domínio de intervenção, nos Anexos a este relatório.

**EXECUÇÃO POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO**

unidades: euros

Domínio	Investimento elegível	Despesa Pública	Fundo	% da execução dos domínios no total
11	3 896 685.93	2 538 417.81	1 894 075.37	0.6%
12	0.00	0.00	0.00	0.0%
13	0.00	0.00	0.00	0.0%
16	3 743 327.10	3 743 327.10	2 450 667.40	0.9%
17	2 094 139.93	2 094 139.93	1 325 260.93	0.5%
18	0.00	0.00	0.00	0.0%
21	24 030 125.84	20 994 922.73	13 121 826.44	5.0%
22	60 641 813.23	60 506 912.56	37 816 820.01	14.5%
23	104 729 981.44	96 017 536.00	58 828 842.22	23.0%
25	0.00	0.00	0.00	0.0%
31	61 310 368.34	61 310 368.34	35 596 174.12	14.7%
32	180 335.53	180 335.53	135 251.64	0.0%
33	64 104 295.70	64 104 295.70	25 641 718.29	15.4%
34	12 010 833.76	12 010 833.76	7 892 480.57	2.9%
35	27 196 750.92	27 196 750.92	15 956 537.48	6.5%
36	43 717 900.26	43 717 900.26	27 309 843.55	10.5%
41	2 468 641.55	2 468 641.55	1 670 807.46	0.6%
<b>Sub-Total</b>	<b>410 125 199.51</b>	<b>396 884 382.17</b>	<b>229 640 305.49</b>	<b>95.3%</b>
Medida 1.4.	1 025 235.27	1 013 378.84	658 696.25	0.2%
Medida 3.2.	18 021 291.90	15 984 267.17	9 990 167.13	3.8%
Medida 3.5.	2 760 354.57	2 760 354.57	1 725 221.61	0.7%
<b>Total</b>	<b>431 932 081.25</b>	<b>416 642 382.75</b>	<b>242 014 390.48</b>	<b>100.0%</b>



### **III.3. FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA**

As autoridades de pagamento previstas no Regulamento (CE) n° 1260/99 da Comissão são, no caso do FEDER, a Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional, do FSE, o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu e do FEOGA-O, o IFADAP.

Relativamente ao FEDER, foram emitidos pela DGDR durante o ano de 2001, três pedidos de pagamento do POR LVT, num total de 63.2 milhões de euros fundo.

Em Julho de 2001 foram recebidos da União Europeia os reembolsos dos pedidos de pagamento efectuados no final de 2000. Os reembolsos no valor de 2.4 milhões de euros fundo, não totalizaram o montante solicitado para pagamento, cerca de 2.5 milhões de euros, tendo sido o remanescente retido.

Ainda em 2001 foram recebidos os reembolsos dos pedidos de pagamento efectuados já em 2001, no valor de 61.3 milhões de euros fundo, totalizando as retenções efectuadas até então mais de 2 milhões de euros fundo.

Relativamente ao FSE, foram emitidos pelo IGFSE durante o ano de 2001, quatro pedidos de pagamento do POR LVT, num total de 61.7 milhões de euros fundo.

Ainda em 2001 foi recebido da União Europeia o reembolso do primeiro pedido de pagamento, cerca de 3.8 milhões de euros fundo.

O IFADAP procedeu no final de 2001 à emissão do primeiro pedido de pagamento intermédio relativo ao FEOGA-O, no valor de 795 mil euros.

**PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL LISBOA E VALE DO TEJO**  
**Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia - FEDER**

Situação Consolidada em 31 de Dezembro de 2001 - FEDER

unidade: euro

CRÉDITOS SOBRE A CE			PAGAMENTOS DA CE			
7% PROG. Fundo 2000-2006	PED. PAG. INTERMÉDIOS	TOTAL CRÉDITOS	REALIZADOS			POR SATISFAZER
			POR CONTA	POR REEMBOLSO	TOTAL PAGAMENTOS	
(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)=(4)+(5)	(7)=(3)-(6)
63 730 590.00	65 678 339.47	129 408 929.47	63 730 590.00	63 672 735.00	127 403 325.00	2 005 604.47

Histórico dos Pagamentos por Conta		
unidade: euro		
Designação	Data	Mont.
1ª parcela(3,5%)	29-09-2000	31 865 295.00
2ª parcela(3,5%)	12-12-2000	31 865 295.00
<b>TOTAL</b>		<b>63 730 590.00</b>

Histórico dos Pagamentos Intermédios					
unidade: euro					
Pedidos			Reembolsados		
Designação	Data	Mont.	Designação	Data	Mont.
1º 2000	30-10-2000	1 873 951.00	1º 2000	06-07-2001	1 873 942.00
2º 2000	12-12-2000	629 802.18	2º 2000	06-07-2001	545 267.00
1º 2001	20-04-2001	11 204 990	1º 2001	06-07-2001	10 854 651.00
2º 2001	19-07-2001	21 385 494	2º 2001	09-10-2001	20 517 062.00
3º 2001	22-10-2001	30 584 102	3º 2001	26-12-2001	29 881 813.00
<b>TOTAL</b>		<b>65 678 339.47</b>	<b>TOTAL</b>		<b>63 672 735.00</b>

**Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia - FSE**

Situação Consolidada em 31 de Dezembro de 2001 - FSE

unidade: euro

CRÉDITOS SOBRE A CE			PAGAMENTOS DA CE			
7% PROG. Fundo 2000-2006	PED. PAG. INTERMÉDIOS	TOTAL CRÉDITOS	REALIZADOS			POR SATISFAZER
			POR CONTA	POR REEMBOLSO	TOTAL PAGAMENTOS	
(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)=(4)+(5)	(7)=(3)-(6)
30 164 330.00	61 711 944.60	91 876 274.60	30 164 330.00	24 981 346.33	54 545 676.33	37 330 528.27

Histórico dos Pagamentos por Conta		
unidade: euro		
Designação	Data	Mont.
1ª parcela(3,5%)	13-10-2000	15 082 165.00
2ª parcela(3,5%)	22.12.2000	15 082 165.00
<b>TOTAL</b>		<b>30 164 330.00</b>

Histórico dos Pagamentos Intermédios					
unidade: euro					
Pedidos			Reembolsados		
Designação	Data	Mont.	Designação	Data	Mont.
1º 2001	13-06-2001	3 759 086.95	1º 2001		3 759 086.95
2º 2001	24-08-2001	20 622 259.38			
3º 2001	27-09-2001	36 704 658			
4º 2001	30-10-2001	625 940			
<b>TOTAL</b>		<b>61 711 944.60</b>	<b>TOTAL</b>		<b>3 759 086.95</b>

**PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL LISBOA E VALE DO TEJO**  
**Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia - FEOGA**

Situação Consolidada em 31 de Dezembro de 2001 - FEOGA

unidade: euro

CRÉDITOS SOBRE A CE			PAGAMENTOS DA CE			
7% PROG. Fundo 2000-2006 (1)	PED. PAG. INTERMÉDIOS (2)	TOTAL CRÉDITOS (3)=(1)+(2)	REALIZADOS			POR SATISFAZER (7)=(3)-(6)
			POR CONTA (4)	POR REEMBOLSO (5)	TOTAL PAGAMENTOS (6)=(4)+(5)	
7 500 640.00	794 741.25	8 295 381.25	7 500 640.00	0.00	7 500 640.00	794 741.25

Histórico dos Pagamentos por Conta		
unidade: euro		
Designação	Data	Mont.
1ª parcela(3,5%)	Outubro	3 750 320.00
2ª parcela(3,5%)	Dezembro	3 750 320.00
<b>TOTAL</b>		<b>7 500 640.00</b>

Histórico dos Pagamentos Intermédios					
Pedidos			Reembolsados		
Designação	Data	Mont.	Designação	Data	Mont.
1º 2001	26-12-2001	794 741.25			
<b>TOTAL</b>		<b>794 741.25</b>	<b>TOTAL</b>		<b>0.00</b>

### III.4. PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO E CUMPRIMENTO DA "REGRA N+2"

Ao analisarmos o ritmo de execução no final de 2001, temos de ter presente o facto de que no final do próximo ano o PO estará sujeito à verificação da "Regra n+2", isto é, terá de se verificar pelo menos a execução integral da programação do ano "n" para cada um dos fundos no final do ano "n+2", sob pena de ser penalizado em termos do diferencial encontrado.

Os pagamentos por conta são considerados neste cálculo como execução realizada acrescentando ao valor dos pedidos de pagamento intermédios.

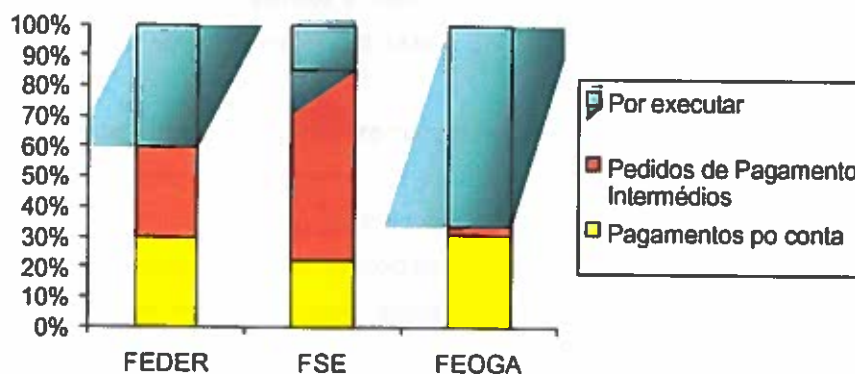
A "Regra n+2" obriga assim, em finais de 2002 à verificação da execução da programação de 2000 e em finais de 2003 à verificação da execução da programação de 2001.

A situação ao nível da execução financeira do POR LVT analisada ao longo deste capítulo vem demonstrar que nos caso do FEDER e principalmente FEOGA, há que ter particular atenção.

No gráfico seguinte podemos verificar que a soma dos pagamentos por conta com os pedidos de pagamento intermédios que servem de base para a aferição do cumprimento da denominada "Regra n+2" não atingem para qualquer um dos fundos os 100% da programação do primeiro ano, no final de 2001.

Programação 2000  
Fundo

Cumprimento da "Regra N +2 "



Contudo, o FSE apresenta já cerca de 124% da sua programação fundo de 2000 como despesa validada a 31.12.2001, o que significa que no decorrer de 2002 é previsível que reforce os pedidos de pagamento intermédios verificando a "Regra n+2".



Importa no entanto perspectivar os pedidos de pagamento a realizar até final deste ano e de 2003, por forma a antecipar problemas e formular soluções.

Com base na informação disponibilizada pelos Gestores dos Eixos e pelos Coordenadores das Intervenções Desconcentradas, obtiveram-se as previsões constantes no quadro seguinte.

**PREVISÃO DE PEDIDOS DE PAGAMENTO E CUMPRIMENTO DA "REGRA N+2" EM 2002 E 2003**

unidades: euros

Fundo	Pagamentos por conta	Pedidos de Pagamento Intermediários efectuados	Pedidos de Pagamento a efectuar em 2002	Execução a 31.12.2002	Programação 2000	Execução a 31.12.2002 em % Prog. 2000	Pedidos de Pagamento a efectuar em 2003	Execução a 31.12.2003	Programação 2000-2001	Execução a 31.12.2003 em % Prog. 2000-2001
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) + (3)	(5)	(6) = (4)/(5)	(7)	(8) = (4) + (7)	(9)	(10) = (8)/(9)
FEDER	63 730 590	65 678 339	187 505 402	316 914 332	215 826 196	147%	231 734 052	548 648 383	423 767 219	129%
FSE	21 545 950	61 711 945	111 510 051	194 767 945	97 632 122	199%	80 469 257	275 237 202	196 001 661	140%
FEOGA	7 500 640	794 741	46 131 383	54 426 764	24 823 018	219%	14 605 187	69 031 951	49 758 357	139%

Se tivermos em atenção que os pedidos de pagamento por conta, para efeitos da "Regra n+2" são considerados execução, no final de 2002, o POR LVT verificaria as condições necessárias, uma vez que todos os fundos apresentam uma execução superior a 100% da sua programação de 2000. O FSE executaria 199% da programação de 2000, o FEOGA 219% e o FEDER 147%.

Também em 2003 se verificariam as condições para cumprimento da "regra n+2".

É contudo aconselhável que nomeadamente no caso do FEDER e FEOGA-O seja dada particular atenção, exercendo um acompanhamento contínuo, detectando eventuais desvios às previsões de execução estabelecidas, por forma a poderem ser corrigidos atempadamente.

**CAPÍTULO IV - INDICADORES PARA A ATRIBUIÇÃO DA RESERVA DE EFICIÊNCIA**

A atribuição da reserva de eficiência é função do cumprimento de 4 dos critérios de gestão relacionados com a qualidade do sistema de acompanhamento, qualidade do sistema de controlo, qualidade dos critérios de selecção e qualidade do sistema de avaliação, para os quais estão estabelecidos 6 indicadores que se



encontram claramente identificados no Complemento de Programação e função de critérios de execução financeira bem como de critérios de eficácia relacionados com indicadores de realização física e de resultados.

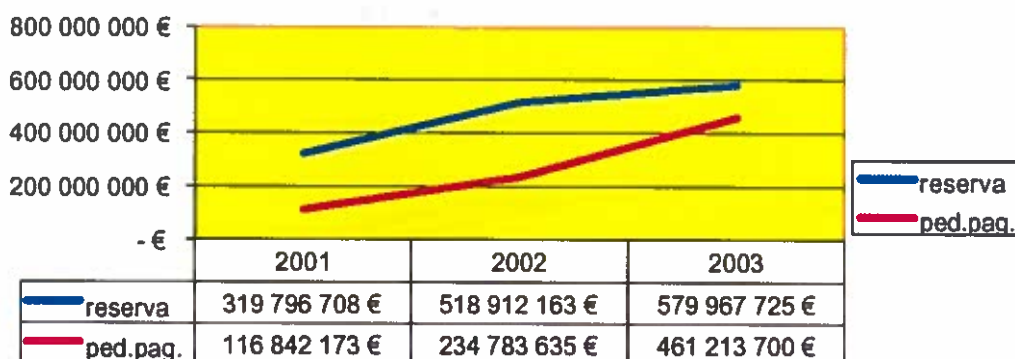
Nesta fase fez-se uma abordagem a dois indicadores, um relacionado com a execução financeira e que mede a absorção dos Fundos e outro relacionado com a eficácia do Programa.

### Prospectivas de evolução e da atribuição da Reserva de Eficiência

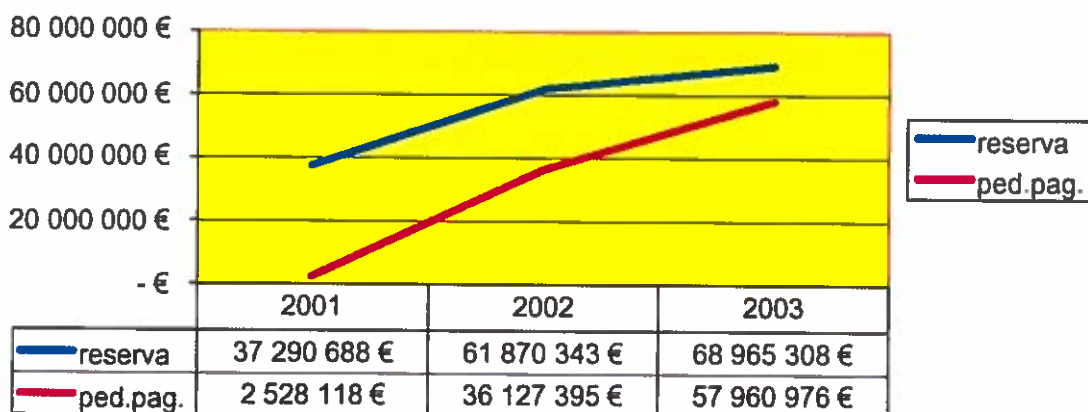
Tendo em consideração as previsões de execução, os valores acumulados previstos até 31 de Outubro de 2003 e o indicador de execução financeira ser em 2003 - 100% (2000+2001)+ 50% (2002+2003) fez-se uma projecção verificando-se que a tendência revelada é inferior à desejável tanto nas medidas apoiadas pelo FEDER como nas medidas apoiadas pelo FEOGA.

Apenas as medidas apoiadas pelo FSE atingem os objectivos relativos à Reserva de Eficiência.

### PORLVT - Medidas FEDER

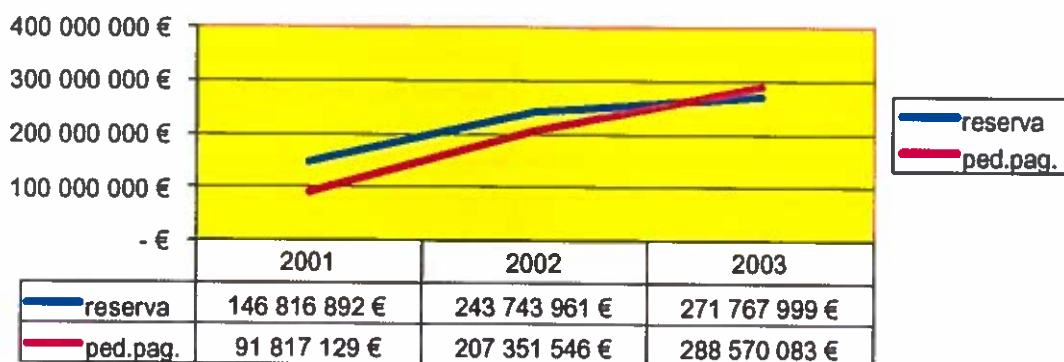


### PORLVT - Medidas FEOGA



Deverá ser prestada particular atenção às medidas apoiadas pelo FEDER e FEOGA por forma a incrementar de forma significativa o seu ritmo de execução com vista à recuperação do atraso registado.

### PORLVT - Medidas FSE



Quanto aos critérios de eficácia, tendo em conta a informação disponível, apenas se apresentam valores para os indicadores de realização física, constatando-se que dos 16 indicadores inventariados, 5 atingiram já a meta estabelecida para o ano 2003. Porém há que incrementar o ritmo de execução de forma a que o propósito do POR LVT ser considerado eficiente seja uma realidade.

Medida	Designação	Indicadores			
		Quantificação			
		Situação de Partida		2003	31/12/2001
		Ano/Período	Valor		

INDICADORES DE REALIZAÇÃO FÍSICA

1.1. Acessibilidades e Equipamentos	Nº de km de estradas municipais construídos, apoiados	1994-99	188	175	77.18
	Nº de equipamentos culturais construídos, apoiados	1994-99	16	14	3
	Nº de equipamentos escolares do ensino básico construídos, apoiados	1994-99	6	7	49
	Nº de equipamentos de lazer e desportivos construídos, apoiados	1994-99	48	21	16
1.2. Valorização ambiental e patrimonial	Nº de acções de valorização do património histórico, apoiados	1994-99	17	7	10
	Nº de acções de valorização e requalificação urbana, apoiados	1994-99	21	20	50
1.4. Formação para o desenvolvimento	Nº médio de formandos por ano	1994-99	7 126	7 322	4 446
2.3. VALTEJO - Valorização do Tejo	Nº de intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas	1994-99	3	4	1
	Nº de áreas de lazer criadas e recuperadas, apoiadas	1994-99	4	4	1.8
3.1. Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa	Nº médio de formandos em formação em alternância	1994-99	5 139	5 332	7 468
3.3. Qualificação e inserção profissional de desempregados	Nº de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes)	1994-99	7 284	6 175	4 010
3.9. Ensino Profissional	Nº de formandos	2000	0	9 000	4 999
3.10. Economia	Extensão da rede de distribuição de gás natural - Primária + Secundária (nº de km)	1994-99	2 500	570	611
3.17. Acessibilidades e Transportes	Extensão de estradas a construir ou requalificar (nº de km)		-	15	7
	Nº de barcos de transportes de passageiros a adquirir		-	2	
3.18. Ambiente	Extensão da costa a intervir	2000	-	4	

**CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES TOMADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PARA ASSEGURAR A QUALIDADE E EFICÁCIA DA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA**

**V.1. SISTEMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO**

**GESTÃO E ACOMPANHAMENTO**

O Decreto -Lei nº 54-A/2000, de 7 de Abril define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo de execução do QCA III e das intervenções estruturais comunitárias relativas a Portugal, nos termos do Regulamento (CE) nº 1260/99, do Conselho, de 21 de Junho.

No caso do POR LVT a gestão do PO cabe ao Presidente da Comissão de Coordenação Regional apoiado por dois Gestores, para os Eixos Prioritários 1 e 2.

Relativamente ao Eixo Prioritário 3, Fundo FSE foram ainda celebrados contratos-programa com o Instituto de Emprego e Formação Profissional para as Medidas 3.3., 3.4.,3.6. e 3.7., tema desenvolvido no ponto seguinte do relatório.

O Gestor do PO promoveu a realização de reuniões com os Coordenadores de algumas Medidas dos Eixos Prioritários 2 e 3 com maiores problemas de implementação, por forma a serem equacionadas as acções a desenvolver com vista a recuperar os atrasos.

Foi celebrado em 1 de Agosto de 2001, entre o Gestor do POR LVT, o Coordenador da Intervenção Desconcentrada da Medida AGRIS, incluída no POR LVT e o Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), um protocolo, para definição de procedimentos entre as partes envolvidas, de modo a operacionalizar os circuitos financeiros subjacentes à correcta gestão da Medida, bem como o exercício do controlo de 1º nível.

Em 16 de Novembro de 2001, foi também celebrado um protocolo entre o Gestor do POR LVT, o Gestor do Programa Operacional Economia, o Coordenador da Intervenção Desconcentrada da Economia, a Direcção-Geral da Economia e o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI), estabelecendo as regras de articulação entre as entidades intervenientes no processo de análise e selecção de candidaturas, acompanhamento, controlo, fiscalização e pagamento de projectos de infra-estruturas públicas de transporte e distribuição de Gás Natural, apoiados no âmbito da Medida 3.10. Economia.

A elaboração do Manual de Gestão, apresentado em versão provisória na 3ª reunião da Comissão de Acompanhamento de 3 de Dezembro, e com versão final apresentada na 4ª reunião da Comissão de Acompanhamento de 6 de Junho de 2002, será um instrumento de trabalho fundamental, ao estabelecer uma série de procedimentos (incluindo procedimentos de controlo interno organizados em checklists),





objectivos e competências das estruturas do PO nas áreas da gestão, acompanhamento, avaliação e controlo.

No que se refere ao garantir a maior aderência entre a execução e o plano financeiro, são feitas reuniões periódicas entre a Autoridade de Gestão, os Gestores dos eixos prioritários a e a Chefe de estrutura de apoio técnico para análise da situação de evolução do programa, em particular dos desvios entre o programado e o realizado, bem como, as perspectivas de evolução; identificados os principais estrangulamentos e as medidas que a tomar para minorar as situações de desvios, actuando-se em consequência junto dos beneficiários finais (ou potenciais), dos responsáveis pelas medidas, dos gestores sectoriais, assim como, das autoridades sectoriais, sendo o caso.

Decorreram também os Encontros Anuais com a Comissão Europeia a 1 e 2 de Outubro de 2001, no âmbito do disposto no Artigo 34º do Reg.º 1260/99.

No âmbito do Eixo Prioritário 1 foram realizadas 10 Unidades de Gestão na Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo no decurso de 2001. Ainda no Eixo 1, promoveram-se 5 reuniões na Associação de Municípios da Lezíria do Tejo para aprovação de 48 candidaturas, 3 reuniões na Associação de Municípios do Médio Tejo para aprovação de 11 candidaturas, 5 reuniões na Associação de Municípios do Oeste tendo sido aprovadas 46 candidaturas e finalmente na Junta Metropolitana de Lisboa, promoveram-se 8 reuniões e aprovados 32 projectos.

A Unidade de Gestão do Eixo Prioritário 2 reuniu por oito vezes em 2001, tendo aprovado 35 candidaturas de valor superior a 29 milhões de euros de despesa pública.

Para o Eixo 3, foram aprovados mais de 1 200 projectos em 12 Unidades de Gestão, tendo 6 candidaturas sido aprovadas por consulta escrita.

Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2000, de 16 de Maio, foram definidas as estruturas de gestão do QCA III, indicados os Coordenadores das Intervenções Regionalmente Desconcentradas, bem como definidas as Estruturas de Apoio Técnico (EAT) que os apoiam.

Ao nível do eixo prioritário 1 a gestão e acompanhamento das medidas 1.3 (parte), 1.5 e 1.6 são asseguradas pela Estrutura de Apoio Técnico do Gestor, sendo as medidas 1.1, 1.2 e 1.3 (parte) pelas EAT's da Junta Metropolitana de Lisboa e Associações de Municípios da Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste, de acordo com Contratos Programa previamente celebrados.

Já no decorrer do ano 2002 foram efectuadas acções de acompanhamento físico e financeiro, junto dos promotores dos projectos aprovados da medida 1.5, com a respectiva elaboração de relatórios de acompanhamento físico e de relatórios de acompanhamento técnico / administrativo.



Também no início de 2002 decorreram acções de acompanhamento junto dos promotores de projectos aprovados da medida 1.4 com a respectiva elaboração de relatórios de acompanhamento Técnico /Pedagógicos e Administrativos.

A Estrutura de Apoio Técnico do Gestor também efectua a gestão e acompanhamento das medidas 2.3 e 2.4 do eixo prioritário 2 , tendo decorrido em Novembro de 2001 acções de acompanhamento de 3 projectos da medida 2.3, junto do promotor, com a elaboração dos respectivos relatórios de Acompanhamento Físico e Técnico / Administrativo.

A gestão e acompanhamento das medidas 2.1 e 2.2 deste eixo prioritário são asseguradas pela EAT da Coordenadora da AIBT - Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana.

Ao nível do trabalho dos Coordenadores das Intervenções Regionalmente Desconcentradas e Estruturas de Apoio Técnico (EAT), as actividades de gestão e acompanhamento intensificaram-se ao longo do ano de 2001, com a publicação ainda em falta de alguma Regulamentação das Medidas e o consequente aumento do número de candidaturas ao Eixo Prioritário 3.

Em termos das Medidas Emprego (Medidas 3.1. a 3.7. do POR LVT), ainda em finais de 2000, procedeu-se à abertura do primeiro período de candidaturas, para as medidas 3.1 Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa - Acção Tipo 3.1.1.1 Sistema de Aprendizagem e Acção Tipo 3.1.1.2 Escolas de Turismo; 3.2 Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade - Tipologia de Projecto 3.2.1 Formação Profissional Contínua; 3.3 Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados - Tipologia de Projecto 3.3.1 Formação Profissional e 3.6 - Promoção do Desenvolvimento Social - Acção Tipo 3.6.2.1 Formação Social e Profissional e 3.6.2.2 Educação e Formação de Adultos com Certificação Escolar e Profissional.

Já este ano foram abertas as candidaturas para Planos Integrados de Formação (PIF's) e Planos de Formação de 1 a 31 de Outubro e para Projectos Não Integrados em Planos de Formação de 1 a 15 de Novembro/2001, para o ano 2002 e 2002/03, no caso de candidaturas plurianuais, nas medidas 3.1 Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa - Acção Tipo 3.1.1.1 Sistema de Aprendizagem e Acção Tipo 3.1.1.2 Escolas de Turismo; 3.2 Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade - Tipologia de Projecto 3.2.1 Formação Profissional Contínua e 3.3 Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados - Tipologia de Projecto 3.3.1 Formação Profissional.

Para além das medidas atrás referidas, para as quais foi aberto o período de candidaturas, foram recepcionadas candidaturas no âmbito de outras medidas na sequência de convite endereçado pela gestão da Intervenção Sectorial do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social às entidades que, de acordo com os Complementos de Programação são os únicos destinatários da Medida - caso da acção tipo 3.1.1.1 Sistema de Aprendizagem e acção Tipo 3.1.1.2 Escolas de Turismo e caso das Unidades de Inserção Profissional previstas na medida 3.5 - Eficácia e Equidade das Políticas.



Na sequência do processo de abertura de candidaturas foram apresentadas 1.029 candidaturas, totalizando mais de 347 milhões de euros e envolvendo cerca de 231 mil formandos. Apesar da Região de Lisboa e Vale do Tejo deixar de ser região de objectivo 1, encontrando-se numa situação de "phasing-out" e de diminuição do volume dos apoios comunitários, verificou-se assim um enorme fluxo de candidaturas às medidas desconcentradas do emprego, formação e desenvolvimento social incluídas na Intervenção Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo, que se traduziu na necessidade de aplicar um grande rigor na aplicação dos critérios de prioridade e selectividade das candidaturas.

As candidaturas foram todas analisadas ao abrigo dos critérios e prioridades legalmente estabelecidos tendo sido hierarquizadas, por aplicação da Matriz Referencial de Análise, constante do Regulamento Específico das Medidas da Intervenção Operacional Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo, aprovado pelo Despacho Conjunto n.º 301-A/2001, de 30 de Março, publicado no Diário da República - II Série, n.º 78, de 2 de Abril de 2001, que consubstancia em si própria parte dos critérios e prioridades definidas.

Tal hierarquização permitiu seleccionar as candidaturas que melhor prosseguiram os objectivos de cada uma das Medidas da Intervenção, nos termos previstos no Plano Nacional de Emprego (PNE) e na estratégia europeia para o emprego.

No caso da intervenção sectorial desconcentrada do emprego, formação e desenvolvimento social incluída na Intervenção Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo, a respectiva Estrutura de Apoio Técnico, para a realização das atribuições estabelecidas no ponto 9 do n.º 12º do Anexo II da Resolução acima citada, integra um chefe de projecto, um chefe de divisão, onze técnicos superiores e dois técnicos administrativos.

Após a abertura do período de candidaturas, que decorreu de 1 de Outubro a 15 de Novembro de 2000, toda esta estrutura ficou afectada às tarefas decorrentes da prestação de esclarecimentos personalizados a todas as pessoas interessadas em conhecer toda a informação relativa ao QCA III bem como as formas de se candidatarem aos apoios do FSE e, conseqüentemente, afectada às tarefas de análise e selecção de candidaturas.

Ao nível da Medida 3.10 Economia, os procedimentos necessários à contratação de auditores para certificação dos pedidos de pagamento nos projectos de infra-estruturas de gás natural, e as regras inerentes aos concursos públicos de adjudicação implicarem em alguns casos prazos mais alongados do que o previsto, potenciavam atrasos na verificação e processamento dos pedidos de pagamento.

Na Medida 3.11. Ciência, Tecnologia e Inovação tendo em conta que é exigida a constituição de uma associação que assume a coordenação local do projecto, as candidaturas aprovadas implicam parcerias de agentes locais, Câmaras Municipais, universidades, centros de investigação. Por outro lado tornava-se

fundamental garantir a existência de um projecto original e coerente a nível científico e tecnológico para o projecto ser considerado viável.

O acompanhamento pela coordenação da Medida foi efectuado, expresso no constante apoio, como o desenvolvimento de conteúdos ou através de visitas periódicas aos Centros de Ciência Viva durante a fase de instalação. Saliente-se o facto do Centro Ciência Viva da Amadora em fase de instalação mais avançada contar com uma Comissão permanente de Acompanhamento Científico.

A nível da medida 3.12 - Sociedade de Informação FEDER, os principais problemas verificados na implementação da Acção Estado Aberto estão directamente relacionados com o grau de inovação associado a esta tipologia de investimento, sobretudo devido ao carácter inovador da Medida no contexto das áreas de investimento tradicionalmente cobertas pelos fundos estruturais.

Assim, é possível constatar que as candidaturas apresentadas dirigem-se sobretudo ao reequipamento informático dos organismos da Administração Pública, faltando na maioria dos projectos uma visão integrada e estratégica quanto ao papel das novas tecnologias na modernização e aumento da eficácia dos serviços.

Deste modo, as principais componentes propostas a financiamento passam pela aquisição de computadores e impressoras que, embora importantes para a modernização dos serviços, sem uma efectiva reestruturação ao nível dos processos de trabalho e interligação de sistemas de informação que racionalizem a circulação dos processos e respectiva informação, não alteram a situação actual em matéria de eficácia e produtividade da Administração, podendo por em causa o impacto das intervenções financiadas pelo Estado Aberto.

Por outro lado, é igualmente visível a falta de uma estratégia integrada ao nível do próprio sector onde o organismo se integra, surgindo os projectos por iniciativa individual de cada serviço, muitas vezes tendo na sua génese a capacidade mobilizadora de um funcionário ou núcleo de maior dinamismo.

Este factor é positivo, sendo sempre de valorizar as iniciativas que encerrem potencial de mudança, devendo contudo validar-se as intervenções junto da respectiva tutela, com vista a assegurar a existência de estratégias integradas por parte do sector, evitando simultaneamente eventuais sobreposições entre projectos.

Associada à falta de integração estratégica neste domínio de intervenção, verifica-se que os projectos apresentados destinam-se sobretudo à melhoria da eficiência interna dos organismos, não sendo privilegiada, contrariamente aos objectivos primeiros do Estado Aberto, a flexibilização do relacionamento com os cidadãos e as empresas.

Face a esta realidade, as orientações internas para a análise técnica das candidaturas estabeleceram um conjunto de indicadores de caracterização quanto ao grau de criticalidade do organismo e validade dos objectivos face aos custos estimados, de modo a determinar a pertinência da candidatura.

Esta metodologia visa evitar que o Estado Aberto contribua apenas para o apetrechamento da Administração em matéria de equipamento informático, numa óptica meramente tecnicista, reduzindo a este aspecto

aquilo que pode ser o contributo das novas tecnologias no contexto da AP, não provocando impactos directos e positivos na qualidade do serviço prestado aos cidadãos.

Por outro lado e na génese dos atrasos verificados no arranque dos projectos, factor fundamental na justificação dos desvíos registados na execução da Acção, verifica-se que os organismos apenas avançam para os projectos após o financiamento comunitário estar assegurado, uma vez que o orçamento nacional não permite a necessária cobertura financeira.

Na Medida 3.14. Pescas, e com o intuito de melhorar a gestão da medida, foi proposta a criação de uma pequena Estrutura de Apoio Técnico (EAT) à Coordenadora, uma vez que a mesma, designada por inerências de funções, não reunia as condições necessárias para desempenhar cumulativamente as novas tarefas.

A referida EAT viria a ser criada pelo Despacho Conjunto nº 647/2001, de 19 de Julho, não tendo sido possível até final do ano de 2001 a contratualização dos dois elementos previstos.

À Medida 3.15. Agricultura FEOGA-O foram apresentadas desde sua implementação 1 019 candidaturas, ascendendo a 88 milhões de euros de investimento.

Ao nível do quadro de repartição de funções, a Estrutura de Apoio Técnico do Coordenador (EAT) da Medida 3.15. desempenha funções globais de acompanhamento e gestão, sendo ainda responsável pela validação dos dados sobre a decisão/homologação dos projectos e a introdução da análise dos relatórios de execução dos projectos no Sistema de Informação Simplificado do IFADAP.

No sentido de melhorar a qualidade de gestão, definiram-se os circuitos e procedimentos, desde o registo de entrada da candidatura à evidência no conhecimento ao Gestor das ordens de pagamento emitidas. Contudo, o Manual de Procedimentos da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste (DRARO) será ainda objecto de afinações, já que os procedimentos específicos para o acompanhamento ainda carecem de melhoramentos. Saliente-se o facto de existir informação disponível e documentalmente sustentada sobre execução física e financeira.

A Medida 3.16. Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos, com o objectivo de dotar, de uma forma equilibrada, condições para desenvolvimento da actividade desportiva, com particular incidência ao nível da juventude, contou com a elaboração de uma matriz com tipos de prioridade, no apoio à construção de infraestruturas de base, sendo consideradas na apreciação das candidaturas outros factores como a localização e o número de habitantes abrangidos.

Têm sido desenvolvidas visitas, pelo Coordenador Regional, no sentido de acompanhar o decurso dos projectos, o seu estado de desenvolvimento, bem como de recomendar melhorias.



Relativamente à Medida 3.17. Acessibilidades e Transportes, foram apresentadas e apreciadas 17 candidaturas, das quais obtiveram parecer favorável 13. Procedeu-se a uma acção de controle e duas de acompanhamento. Foram ainda efectuados 11 pedidos de pagamento pelas entidades beneficiárias.

Contudo, acções de sensibilização junto da principal entidade beneficiária, o Instituto de Estradas de Portugal (IEP), para que o nível de detalhe e de rigor fossem incluídos na informação respeitante aos projectos candidatados, foram recorrentes em todo ano de 2001.

Dado o desenvolvimento físico e financeiro de alguns projectos, desencadearam-se também acções de acompanhamento físico e documental junto das entidades executoras. Iniciaram-se assim, procedimentos de verificação física e documental referentes a dois projectos - EN 10: Beneficiação Entre Vila Franca de Xira e Sacavém, e Adaptação ao trânsito rodoviário da Ponte Dona Amélia, seleccionados em função do respectivo estado de realização e características. Estas acções foram concluídas em Janeiro de 2002 com bons resultados.

Registe-se ainda a ocorrência de uma auditoria realizada pelo Inspeção-Geral de Finanças (IGF) aos procedimentos de gestão, junto do Coordenador e de uma das entidades executoras (IEP), tendo como referência o projecto de EN 10: Beneficiação Entre Vila Franca de Xira e Sacavém.

No que respeita à classificação de projectos, estão em vias de ser estabelecidos critérios uniformizados para as diferentes regiões que permitirão classificar cada projecto e determinar o respectivo contributo para os objectivos fixados.

Ao nível da medida 3.18. Ambiente foi utilizada uma check-list para verificação das condições de acesso dos promotores e dos projectos, estabelecidos no Complemento de Programação, e do estado de instrução do processo de candidatura, sendo neste último avaliada com particular atenção, a existência de provas documentais relativas à natureza e características do promotor e aos processos administrativo, financeiro e técnico subjacentes à formulação e desenvolvimento do projecto, como é o caso dos pareceres de outras entidades.

Foram também elaboradas a grelha de critérios de selecção e a ficha de apreciação relativa às características técnicas e financeiras do projecto, na qual se inclui a avaliação da elegibilidade das despesas. Estabeleceu-se ainda uma check-list para instrução do pedido de pagamento.

A Estrutura de Apoio Técnico assegurou as funções que lhe foram cometidas, tendo como recursos humanos, a chefe de projecto, um elemento de apoio e um elemento técnico.

Na Medida 3.19 Saúde, foram efectuadas reuniões de trabalho e esclarecimento junto dos técnicos e demais pessoal envolvido nas tarefas da medida 3.19. As reuniões tiveram lugar nas Sub-regiões de Saúde de Lisboa, Santarém e Setúbal.



No ponto 1 do capítulo VII do QCA 2000-2006, consagrado à Gestão e Acompanhamento do QCA, determina-se a criação de Grupos de Trabalho Temáticos, com objectivo de assegurar o acompanhamento em matérias de natureza transversal aos diversos Programas Operacionais, que funcionarão, no âmbito e sob orientação da Comissão de Acompanhamento do QCA.

O ano 2001 foi marcado pela constituição dos seguintes Grupos Temáticos:

- GTT Ambiente
- GTT Igualdade de Oportunidades
- GTT Sociedade de Informação
- GTT PME/Competitividade/Inovação/Qualificações
- GTT Recursos Humanos
- GTT Saúde
- GTT Transportes

ficando por constituir o GTT Desenvolvimento Local.

O Programa Regional de Lisboa e Vale do Tejo está representado nos Grupos constituídos.

A actividade desenvolvida caracterizou-se essencialmente pela discussão dos objectivos, das normas de funcionamento interno e aprovação do plano de actividades

## **V.2. CELEBRAÇÃO DE NOVOS CONTRATOS-PROGRAMA**

O Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo configura em torno de três eixos prioritários, dos quais os eixos 1 e 2 estão, particularmente, vocacionados para acolher as iniciativas de carácter local e sub-regional, em particular as protagonizadas pelos municípios e as suas associações.

Por outro lado, as orientações políticas subjacentes à elaboração e concretização da política de desenvolvimento regional, têm vindo a valorizar a participação dos diferentes níveis da Administração do Estado e da sociedade organizada, não só na identificação dos problemas/estrangulamentos e na configuração e consensualização das estratégias, mas também, na operacionalização e acompanhamento dos instrumentos que enquadram as iniciativas de investimento.

Em particular têm vindo a ser aprofundados os mecanismos de descentralização da gestão das Intervenções Operacionais, através da contratualização com as entidades representantes dos municípios.



Foi, pois, neste contexto, que surge durante os anos de 2000 e 2001, a celebração de contratos-programas com as Associações de Municípios e Junta Metropolitana de Lisboa, para a gestão técnica, administrativa e financeira das Medidas 1.1 - Acessibilidades e Equipamentos, 1.2 - Valorização Ambiental e Patrimonial e 1.3 - Capacidade Institucional Regional, do Eixo Prioritário 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal.

Deste modo, permitiu-se a criação de "foruns" de envolvimento, de discussão e de concertação de estratégias e prioridades de cada município, as quais se encontram balizadas pelos objectivos do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo e sustentados pela apresentação de um Programa Estratégico e Operacional correspondente ao respectivo espaço sub-regional.

No decurso de 2001, foi contratualizado no âmbito do Eixo 1 - Investimento de Interesse Municipal e Intermunicipal um Contrato-Programa entre a CCR LVT e a Associação de Municípios da Lezíria, no dia 26 de Janeiro de 2001. A CCR de Lisboa e Vale do Tejo assinou ainda com a Associação de Municípios do Médio Tejo um Contrato-Programa, no dia 22 de Agosto de 2001.

Como reforço financeiro de candidaturas aprovadas no âmbito da Medida 1.5. Acções Específicas de Valorização Territorial, foram celebrados em 2001, contratos-programa com os municípios, envolvendo até ao final do ano 11 projectos, com um investimento total de 20.8 milhões de euros, sendo a participação financeira da Administração Central (PIDDAC), através do Ministério do Planeamento, de 4.1 milhões de euros (dos quais cerca de 82% no Vale do Tejo, 17% Oeste e 1% na Área Metropolitana de Lisboa).

No Eixo Prioritário 3, tendo presente as competências alargadas que foram conferidas ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), no âmbito da execução das medidas activas de emprego, formação e desenvolvimento social, foram celebrados cinco contratos programa com o IEFP, relativos aos domínios a seguir indicados, enquadrados no Eixo Prioritário 3:

- Estágios Profissionais, no âmbito da Medida 3.3 - Qualificação e Inserção Profissional de Desempregados - com a finalidade de possibilitar aos jovens desempregados com qualificação, de nível superior ou intermédio, um estágio profissional em contexto real de trabalho, facilitando a inserção na vida activa;
- Apoios ao Emprego, no âmbito da Medida 3.4 - Criação de Emprego - cuja finalidade é assegurar a concessão de apoios aos instrumentos integrados no Programa de Estimulos à oferta de Emprego (PEOE), enquanto elemento estruturante das políticas activas de emprego, de acordo com as normas nacionais e comunitárias;
- Promoção da Inserção Social e Profissional das Pessoas com Deficiência, no âmbito da Medida 3.6 - Promoção da Empregabilidade dos Grupos Desfavorecidos - de acordo com o princípio fundamental

da integração social, a que obedece a política de reabilitação, instituído na Lei nº 9/89, de 25 de Maio;

- Instrumentos do Mercado Social de Emprego, no âmbito da Medida 3.6 - Promoção da Empregabilidade dos Grupos Desfavorecidos - essencial para a formalização e impulsão do desenvolvimento do mercado social de emprego;
- Apoios ao Emprego (vertente FEDER), no âmbito da Tipologia de Projecto 2.1 - Apoio ao Investimento em iniciativas locais criadoras de emprego, da Medida 3.7 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social (1 de Abril de 2002).

### **V.3. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**

O acompanhamento da execução de cada intervenção operacional incumbe a uma Comissão de Acompanhamento, criada nos termos e para os efeitos do disposto no Regulamento (CE) nº 1260/99, encontrando-se as suas competências e composição definidas por legislação nacional no Decreto-Lei nº 54-A/2000, de 7 de Abril.

Na 2ª Reunião da Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo, realizada a 30 de Maio de 2001, foram apresentados pelos representantes da Autoridade de Gestão um conjunto de diplomas produzidos e publicados nos meses anteriores, enquadradores da implementação do PO, bem como a programação financeira do PO e o ponto de situação a nível de aprovações e execução à data.

No que respeita às aprovações encontravam-se aprovadas 625 candidaturas, num investimento total elegível de 453 milhões de euros, cerca de 17% da programação total do PO. Dada a situação de "phasing-out" de Lisboa e Vale do Tejo, o montante programado para 2000-2001, corresponde a cerca de 46% do programado 2000-2006.

Ao nível da execução, esta situava-se em 39,4 milhões de euros, correspondendo a cerca de 10,6% do aprovado para 2000-2001.

Na sequência da análise feita ao ponto de situação, de atraso relativo em termos de aprovações e execução, e face a algumas dificuldades apresentadas ao nível de alguns sectores na aprovação de projectos plurianuais com este perfil de programação em regime de "phasing-out", como foi o caso da Agricultura, concluiu-se que seria necessário um esforço adicional por forma a dar resposta à programação definida.





Foram também apresentadas duas Acções a incluir na Medida 1.5. Acções Específicas de Valorização Territorial: Reforço e Qualificação do Sistema Urbano Regional e o Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa (PROQUAL).

A Acção Específica Reforço e Qualificação do Sistema Urbano Regional pretende apoiar intervenções que promovam a consolidação, qualificação e valorização dos sistemas urbanos do Oeste e Vale do Tejo.

A Acção PROQUAL pretende apoiar intervenções que promovam uma Área Metropolitana de Lisboa mais equilibrada, competitiva e sustentável.

O objectivo global destas acções é tornar atractivas as áreas suburbanas, combatendo o desordenamento e desqualificação territorial e urbanística, e aliviar o congestionamento da Área Metropolitana de Lisboa, apoiando projectos estratégicos e integrados, traduzindo uma actuação de conjunto para o território em questão.

Nesta Comissão de Acompanhamento foi ainda apresentado um documento com o ponto de situação da implementação do plano de comunicação, com a identificação das acções previstas e já realizadas.

Finalmente, foi aprovada por unanimidade uma alteração ao Complemento de Programação, que introduzia um alargamento do âmbito geográfico da Medida 1.5. por forma a contemplar a Área Metropolitana de Lisboa, tendo sido identificadas pela representante da DG Emprego algumas correcções necessárias ao Complemento de Programação, nomeadamente na Medida 1.4. no que respeita à tipologia de projectos.

A 3ª Reunião da Comissão de Acompanhamento decorreu dia 3 de Dezembro de 2001 tendo sido abordados diversos temas, como a articulação com os Grupos de Trabalho Temáticos (GTT), os Encontros Anuais com a Comissão Europeia - previstos no Artigo 34º do Regulamento (CE) da Comissão nº 1260/1999, de 21 de Junho; o ponto de situação do Programa Operacional em termos da sua implementação (aprovações e execução), bem como as aprovações da composição e mandato do Grupo Técnico de Avaliação e de uma alteração ao Programa Operacional, e apresentação da versão provisória do Manual de Gestão.

Relativamente ao ponto de situação do PO, reportado a 25 de Novembro de 2001; no que respeita às aprovações encontravam-se aprovadas 1 466 candidaturas, com um valor de despesa pública de 652 milhões de euros, cerca de 34% da programação total do PO e 56% da programação 2000-2001.

Ao nível da execução, esta situava-se em 245 milhões de euros, correspondendo a cerca de 21% da programação 2000-2001.

Dados os atrasos verificados nos Eixos 2 e 3, o Gestor do POR LVT enunciou a realização de um conjunto de reuniões com os Coordenadores das Medidas com problemas de aprovações/execução.



A este respeito vários representantes levantaram preocupações com a questão do cumprimento da "Regra n+2", nomeadamente a representante da DG AGRI ao nível dos atrasos do FEOGA, ficando o compromisso por parte do representante nacional do FEOGA que o IFADAP faria um primeiro pedido de pagamento ainda em 2001, cumprindo a regra dos 18 meses, sendo expectável a supressão dos atrasos no processo de aprovações e execução, uma vez que o enquadramento legislativo da Medida, bem como a definição dos circuitos de pagamento haviam sido já definidos.

Foram também aprovados por unanimidade os documentos relativos à composição e mandato do Grupo Técnico de Avaliação, essenciais para a prossecução dos trabalhos relativos à Avaliação Intercalar.

O Gestor do PO procedeu à apresentação do Manual de Gestão numa versão ainda incompleta, já que não continha informação relativamente ao FEOGA, salientando a importância do envio dos contributos dos Coordenadores das Medidas do Eixo 3 e restantes membros da Unidade de Gestão, até início de 2002, por forma a concluir este documento de grande importância ao nível da clarificação de competências e definição e uniformização de procedimentos.

Finalmente, foi aprovada uma proposta de alteração ao Programa Operacional na Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural, decorrente da conclusão de negociações com a Comissão Europeia posteriores à aprovação do PO e da conseqüente necessidade de adequar a base jurídica invocada e a descrição das despesas elegíveis ao conteúdo dos Complementos de Programação.

#### **V.4. ALTERAÇÕES AO COMPLEMENTO DE PROGRAMAÇÃO**

A primeira alteração ao Complemento de Programação foi proposta pelo Gestor do Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo e aprovada em Comissão de Acompanhamento a 30 de Maio de 2001. Foi posteriormente comunicada à Comissão Europeia em 29 de Junho de 2001.

A proposta de alteração referente à Medida 1.5. Acções Específicas de Valorização Territorial procurou dar o enquadramento necessário ao Programa PROQUAL - Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da AML, alargando o âmbito geográfico da Medida para a NUT II da Região de Lisboa e Vale do Tejo, incluindo assim a Área Metropolitana de Lisboa (AML).

O Programa das Cidades Médias, já previsto naquela Medida, bem como o PROQUAL inserem-se no âmbito de uma política de ordenamento e valorização territorial, optando-se por juntar ambos os programas na mesma Medida.



A segunda proposta de alteração ao Complemento de Programação foi objecto de consulta escrita que decorreu entre 2 e 27 de Agosto de 2001, tendo sido comunicada à Comissão de Acompanhamento em 21 de Setembro de 2001 e à Comissão Europeia em 26 de Setembro do mesmo ano.

Composta por um conjunto de pequenas alterações ao nível de diversas Medidas, a segunda proposta de alteração ao Complemento procurou introduzir algumas melhorias qualitativas ao texto inicial, precisando objectivos, tipologias de projectos ou categorias de beneficiários nos casos em que tal se mostrou necessário, bem como ajustar o calendário de execução, ao nível da antecipação da data limite do período de programação, dado o perfil específico do POR LVT, reflexo do "phasing-out", nomeadamente nos casos das NUTS III Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal, em que a data limite passou de 31 de Dezembro de 2006, para 31 de Dezembro de 2005.

## **V.5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO**

### **AVALIAÇÃO INTERCALAR**

A avaliação intercalar tem como objectivo primordial examinar os primeiros resultados das intervenções, a sua importância e a realização dos objectivos, a utilização dos recursos e o desenvolvimento do acompanhamento e da execução, examinar os resultados obtidos em função dos indicadores estabelecidos para a reserva de eficiência, visando ou a confirmação do processo ou a identificação de possíveis reorientações pertinentes da programação, de modo a garantir a concretização dos objectivos definidos, melhorando a qualidade da programação adoptada.

O processo de avaliação intercalar definido no "Working Paper XX - The Mid Term Evaluation of Structural Fund Interventions" da Comissão Europeia, distribuído em Comissão de Gestão de 19 de Abril de 2001, ilustra de forma detalhada as suas componentes principais, bem como as suas diversas fases até publicação final.

A avaliação intercalar enquadra-se num quadro de processo de avaliação por Programas Operacionais e do QCA III com seu início na avaliação ex-ante, base para a preparação das intervenções, seus complementos de programação e programação financeira, à qual se segue a avaliação intercalar que procura comparar a implementação efectiva da intervenção com o que se havia perspectivado na avaliação ex-ante, e posteriormente a avaliação final, recolhendo os resultados obtidos em função de critérios de eficiência e eficácia dos recursos utilizados, recolhendo ensinamentos para as políticas de coesão económica e social.

O processo de avaliação intercalar previsto nos artigos 40º e 42º do Regulamento (CE) nº 1260/1999, de 21 de Junho encontra-se na competência da Autoridade de Gestão em colaboração com a Comissão Europeia e o Estado-Membro.

Estando prevista a sua realização por avaliadores independentes por forma a ser apresentada à Comissão o mais tardar em 31 de Dezembro de 2003, e o seu prolongamento (actualização) até 31 de Dezembro de 2005, a selecção dos mesmos decorrerá até final de 2002 e 2004, respectivamente.

O período de referência do estudo de avaliação intercalar a terminar em finais de 2003, será o compreendido entre o início da implementação do Programa Operacional e Junho de 2003, enquanto para sua actualização, a finalizar em 2005, o período de referência será o aquele que decorre desde o início do PO até Dezembro de 2004.

O Decreto-Lei nº 54-A/2000, de 7 de Abril, estabelece a estrutura orgânica do QCA III, atribuindo a competência de organização da avaliação intercalar ao Gestor da intervenção operacional respectiva, assim como a de assegurar a recolha e o tratamento dos dados sobre a execução (Artigo 29º).

Aos coordenadores das acções integradas de base territorial e das intervenções da administração central regionalmente desconcentradas compete, para além de assegurar igualmente a recolha da informação necessária, colaborar na organização da avaliação intercalar (Artigo 30º), ficando a Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional respectivo com a função de analisar os resultados da execução e da avaliação intercalar e final (Artigo 40º).

A Comissão de Acompanhamento tem um papel relevante na própria elaboração da avaliação intercalar, através da constituição de Grupos Técnicos de Avaliação ou outras estruturas que garantam o princípio de colaboração entre as Autoridades de Gestão e a Comissão Europeia.

### **GRUPO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DO PO**

O mandato dos Grupos Técnicos de Avaliação ficou estabelecido em decisão da Comissão de Acompanhamento do QCA de 29 de Novembro de 2000, tendo-lhe sido atribuídas diversas competências, nomeadamente:

- propor a metodologia dos estudos de avaliação a realizar;
- acompanhar o lançamento desses estudos, participando na elaboração do "Caderno de encargos" para o lançamento do concurso público;
- dar parecer no processo de selecção dos avaliadores independentes;
- acompanhar a realização dos estudos de avaliação efectuados pelos avaliadores independentes;

- validar os relatórios periódicos e peças escritas produzidas pelos avaliadores, que estão estabelecidos no contrato de adjudicação do estudo;
- validar o relatório final do estudo de avaliação e pronunciar-se sobre os resultados dos referidos estudos.

A composição dos Grupos Técnicos de Avaliação dos Programas Operacionais ficou igualmente definida, incluindo representantes da Autoridade de Gestão do Programa Operacional, da Comissão Europeia e da Comissão de Gestão do QCA, podendo o Gestor do PO convidar personalidades de reconhecida competência técnica a participar, a título consultivo, nos trabalhos do Grupo.

Ao nível da estrutura de ligação para a avaliação intercalar PO/QCA foi nomeada uma representante do POR LVT em meados de 2001.

A título do POR LVT, o mandato e composição do Grupo Técnico de Avaliação foram aprovados na 3ª Comissão de Acompanhamento do PO, a 3 de Dezembro de 2001, sendo o mesmo presidido pelo Gestor do PO LVT, integrando os seguintes elementos:

- Representação da Autoridade de Gestão do POR LVT: Gestor do Eixo Prioritário 1, Representante do Coordenador das medidas Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (FSE), Coordenador das Medidas Acessibilidades e Transportes (FEDER), Coordenador da Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA), Estrutura de Apoio Técnico do PO e Representante do PO na estrutura de ligação para a avaliação intercalar do QCA III;
- Representação da Comissão de Gestão do QCA III: Comissão de Gestão do QCA (DGDR), Representantes nacionais do FEDER (DGDR), FSE (IGFSE), FEOGA (GPPAA), Núcleo de Avaliação associado ao QCA III (DGDR) e Observatório do QCA III (DGDR);
- Representantes da Comissão Europeia: Direcção-Geral do Emprego, Direcção-Geral da Agricultura e Direcção-Geral da Política Regional.

Ainda em Dezembro de 2001, o Grupo Técnico de Avaliação procedeu à sua primeira reunião tendo sido apresentada a primeira versão do caderno de encargos para o lançamento do concurso com vista à selecção de avaliadores independentes.

No início de 2002 concluiu-se o processo de elaboração do caderno de encargos, procedendo-se ao lançamento do concurso, com a publicação em 20 de Março de 2002 no Diário da República e no Jornal das Comunidades da abertura do concurso internacional para a elaboração do estudo de avaliação intercalar do POR LVT, com um valor estimado em 250 mil euros, sem IVA.





O período para recepção de propostas terminou a 29 de Abril, com 4 concorrentes a apresentarem propostas. A 30 de Abril decorreu a abertura das propostas, encontrando-se neste momento os documentos em análise para admissão dos concorrentes.

Estando prevista para Setembro de 2002 a conclusão do processo de adjudicação e contratação do estudo, será expectável que a primeira fase da avaliação intercalar com incidência nas questões da estratégia, sistema de gestão e acompanhamento decorra até final do ano, altura em que deverá ser submetido ao Grupo Técnico de Avaliação o primeiro relatório da equipa externa de avaliação.

A calendarização prevista para a produção dos relatórios da avaliação intercalar é a seguinte:

- 1º Relatório até 31 de Dezembro de 2002;
- 2º Relatório até 31 de Março de 2003;
- 3º Relatório (final preliminar) até 31 de Julho de 2003;
- 4º Relatório (final) até 15 de Outubro de 2003;
- Relatório de actualização preliminar até 31 de Julho de 2005;
- Relatório de actualização final até 15 de Outubro de 2005.

## **V.6. SISTEMA DE CONTROLO**

### **O SISTEMA NACIONAL DE CONTROLO (SNC)**

As regras respeitantes ao sistema de controlo das intervenções operacionais encontram-se definidas no Regulamento (CE) nº 438/2001 da Comissão, de 2 de Março sendo estipulados dois tipos de controlo a ser exercido pela Autoridade de Gestão.

Controlo ao nível da verificação de execução física dos projectos co-financiados e da veracidade das despesas objecto de pedidos, bem como a conformidade com as regras nacionais e comunitárias ao nível da elegibilidade de despesas, dos contratos públicos, auxílios estatais, protecção do ambiente e igualdade de oportunidades (Artigo 4º).

Um segundo tipo de controlo, definido nos artigos 10º e 11º, estritamente segregado das funções de gestão, sobre despesa realizada e com base numa amostragem mínima de 5% das despesas totais elegíveis do universo dos projectos com execução financeira, determinada com base em critérios de representatividade e diversidade.



O Decreto-Lei nº 168/2001, de 25 de Maio estabelece o quadro regulamentar para o funcionamento do Sistema Nacional de Controlo, distinguindo actividades e organismos de controlo de primeiro, segundo e alto níveis, cabendo a responsabilidade do controlo de primeiro nível ao Gestor da intervenção operacional, que deverá assegurar o respeito pela separação de funções relativamente à gestão da respectiva intervenção e aos pagamentos processados no seu âmbito (nº2, Artigo 5º).

A coordenação do controlo de segundo nível tem como organismos responsáveis: a Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR), nas acções financiadas pelo fundo FEDER, o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE), nas acções financiadas pelo fundo FSE e a Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão do Ministério da Agricultura, nas acções financiadas pelo fundo FEOGA- Orientação (nº2, Artigo 7º). Finalmente, cabe à Inspeção-Geral das Finanças (IGF) o exercício das funções de controlo de alto nível (nº2, artigo 8º).

A constituição das estruturas organizacionais necessárias ao controlo de segundo nível das acções co-financiadas pelo FEDER e ao controlo de primeiro nível das acções co-financiadas por intervenções operacionais do QCA III ficou estabelecida em Resolução de Conselho de Ministros nº 172/2001, de 26 de Dezembro, enquadrando ainda o mandato e composição das Estruturas de Apoio Técnico ao controlo.

#### **SISTEMA DE CONTROLO NO POR LVT**

No âmbito da legislação comunitária (Regulamento (CE) nº 438/2001 da Comissão, de 2 de Março) e nacional (D.L. nº 168/2001, de 25 de Maio e Resolução de Conselho de Ministros nº 172/2001, de 26 de Dezembro) em vigor, serão promovidas, pela Autoridade de Gestão, aquisições de serviços de auditoria externa, por forma a seleccionar as empresas que apresentam as melhores condições para a realização das tarefas de controlo de primeiro nível das acções financiadas pelos fundos FEDER e FSE, uma vez que não se encontram ainda disponíveis os painéis de auditores a recorrer no âmbito do FEDER e FSE.

Relativamente ao fundo FEOGA-O, a realização do controle de primeiro nível compete ao Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), nos termos do protocolo celebrado entre o Gestor do POR LVT e o Presidente do IFADAP em 3 de Agosto de 2001, homologado pelos Ministros da Agricultura e Planeamento, enquanto que o planeamento e a monitorização do exercício do controlo de primeiro nível será efectuado pelo Gestor do POR LVT em articulação com a Inspeção-Geral Agricultura, na qualidade de organismo de controlo de segundo nível.

No que respeita à utilização do sistema de informação de apoio ao controlo (SIAC), foi adoptado como plano de contingência, a disponibilização do Sistema de Informação (SIGIFE), utilizado pela Inspeção-Geral de Finanças no âmbito das suas actividades de controlo, a todos os intervenientes com responsabilidades no Sistema Nacional de Controlo.

- desenvolver as acções consideradas necessárias no âmbito do Sistema Nacional de Controlo (SNC) para a regularização das anomalias detectadas em sede de controlo, em particular no que respeita ao relacionamento com o beneficiário final ou destinatário individual, e tendo em consideração as eventuais correcções financeiras que se justifiquem;
- proceder à actualização dos elementos referidos no Artigo 5º do Regulamento (CE) nº 438/2001 da Comissão, de 2 de Março, bem como transmitir os dados previstos no nº3 do artigo 9º do mesmo Regulamento;
- realizar ou apoiar a realização por recursos externos dos controlos das operações mencionadas no Artigo 10º do Regulamento anteriormente referido que sejam da competência da autoridade de gestão de acordo com o planeamento adoptado no âmbito do SNC;
- desenvolver os procedimentos necessários à aquisição de serviços externos de auditoria, sempre que estes se justifiquem;
- desenvolver as demais tarefas decorrentes do exercício do controlo de primeiro nível no âmbito do SNC.

De acordo com o estabelecido no nº 1 do Anexo II da Resolução de Conselho de Ministros nº 172/2001, de 26 de Dezembro, diploma que institui a criação das Estruturas de Apoio Técnico na dependência dos Gestores das intervenções operacionais, as equipas deverão integrar quatro elementos, um dos quais chefe de projecto.

Em 8 de Fevereiro de 2002, através do Despacho nº 4812/2002 da Senhora Ministra do Planeamento, foi nomeada a chefe de projecto. Foi também já autorizado o recrutamento, pelo Gestor da Intervenção Operacional, de uma técnica para integrar a estrutura no mês de Maio.

### **ACTIVIDADES DE CONTROLO DESENVOLVIDAS**

O facto do enquadramento legislativo do Sistema Nacional de Controlo ter sido produzido no final de 2001, condicionou o início urgente das actividades de controlo.

Dada essa situação e por forma a assegurar a fiabilidade dos procedimentos adoptados pelas entidades intervenientes nas candidaturas e validar os critérios subjacentes à análise da despesa certificada perante a autoridade de pagamento, ainda em 2001 foi desencadeado internamente o procedimento de selecção para aquisição de serviços de auditoria externa por ajuste directo, em resposta ao compromisso assumido perante a Missão de Controlo da DG Regio ao POR LVT que decorreu entre 8 e 12 de Outubro de 2001.



Assim, para validar a certificação de despesas relativas ao ano 2000, foram seleccionadas para controlo candidaturas de cada um dos eixos prioritários, procurando satisfazer os requisitos constantes no Artigo 10º do Regulamento (CE) nº 438/2001, quanto à diversidade da tipologia de projectos, à salvaguarda dos factores de risco identificados na missão comunitária, designadamente a contratualização com organismos intermédios (Associação de Municípios) a quem foram confiadas tarefas de gestão técnica, administrativa e financeira no âmbito da gestão do Eixo 1, bem como o relacionamento entre o Coordenador da Medida Desconcentrada da Saúde, a Administração Regional de Saúde (ARS) e os beneficiários finais (Sub-Regiões da ARS), no âmbito da gestão da Medida 3.19. do Eixo 3 do POR LVT.

Neste sentido, do universo de candidaturas que obtiveram apoios financeiros no âmbito do FEDER no decurso do ano 2000 (já que as candidaturas FSE tinham pouca expressão), foram seleccionadas para controlo 5 candidaturas.

As recomendações resultantes das auditorias externas apontaram para a necessidade de elaborar um manual de procedimentos, por forma a clarificar quais as atribuições e responsabilidades de todas as entidades envolvidas no sistema, bem como o reforço da avaliação dos pedidos de pagamento, uma vez que as Estruturas de Apoio Técnico (EAT) mostravam algumas insuficiências ao nível da análise de candidaturas e pedidos de pagamento.

Refira-se a este propósito que a elaboração do Manual de Gestão, apresentado em versão provisória na Comissão de Acompanhamento de 3 de Dezembro, e com versão final prevista para o início de 2002, será um instrumento de trabalho fundamental, ao estabelecer uma série de procedimentos (incluindo procedimentos de controlo interno organizados em checklists), objectivos e competências das estruturas do PO nas áreas da gestão, acompanhamento, avaliação e controlo.

Permitindo minorar as insuficiências encontradas pela Missão de Controlo da DG Regio ao nível do risco de delegação de responsabilidades de gestão em organismos intermédios e das insuficiências de procedimentos para a recepção e instrução de processos e verificação dos pedidos de pagamento verificadas no contrato-programa com a Junta Metropolitana de Lisboa, a adopção do Manual de Gestão facultará uma maior uniformidade dos procedimentos adoptados pelas diversas estruturas do Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Ao nível do acompanhamento físico dos projectos, a Estrutura de Apoio Técnico do Gestor bem como os Gabinetes de Apoio Técnico (acompanhamento físico dos projectos FEDER) têm desenvolvido o acompanhamento das medidas não contratualizadas no âmbito dos Eixos prioritários 1 e 2.

O seminário técnico, no dia 12 de Julho 2001, designado "Sistemas de Gestão e Controlo no QCAIII", que decorreu nas instalações da Fundação Cidade de Lisboa, promovido pela Comissão de Coordenação Regional

de LVT foi um importante instrumento para garantir a eficácia e definição de competências ao nível do controlo do PO no âmbito do Eixo Prioritário 3.

Foi ainda elaborado o plano de controlo para o ano de 2002, prevendo uma amostra de 57 projectos num universo de 1228 projectos do POR LVT com execução financeira a 31.12.2001, a que correspondem 5% do número de projectos aprovados, mas sensivelmente 29% da execução realizada. Destes 57 projectos, 24 são financiados por fundo FEDER, 19 por fundo FSE e 14 por fundo FEOGA.

Não se encontrando ainda disponível o painel de auditores a que o POR LVT possa recorrer no âmbito do FEDER e FSE, e para que seja possível executar o plano de controlo aprovado para o ano 2002, em Março deste ano promoveu-se novamente a uma aquisição de serviços de auditoria externa por ajuste directo, de que resultou a adjudicação de 10 acções de controlo, prevendo-se a sua conclusão em meados de Maio.

No que diz respeito ao FEOGA, já foi remetido ao IFADAP o plano de controlo de 2002 para que, no âmbito da suas competências, desenvolva as acções de controlo de primeiro nível.

Prevendo-se que no início de Maio os painéis de auditores estejam disponíveis para consulta, as restantes acções de controlo serão realizadas ao longo do 2º semestre de 2002.

## **V.7. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

No âmbito do FEDER, a aplicação informática (SIFEC), encontra-se em funcionamento, tendo o grande avanço em termos de carregamento de dados ocorrido no final de 2001.

A Estrutura de Apoio Técnico (EAT) do Gestor procedeu ao carregamento dos dados FEDER no SIFEC, encontrando-se carregadas todas as candidaturas aprovadas a nível das Medidas 1.3 e 1.5 do Eixo Prioritário 1 (cuja gestão directa é desta estrutura); o Eixo Prioritário 2 e o Eixo Prioritário 3.

As Associações de Municípios e Junta Metropolitana de Lisboa procedem ao carregamento de dados das Medidas contratualizadas, Medida 1.1, 1.2 e parte da Medida 1.3 do Eixo Prioritário 1, no SIDREG, versão QCA III, estando em elaboração uma aplicação que permite a migração dos dados deste sistema para o SIFEC.

Foi ainda disponibilizado aos Coordenadores o acesso à utilização do módulo FEDER, por forma a que as candidaturas sejam carregadas pelas respectivas Estruturas de Apoio, bem como os pedidos de pagamento dos executores.



No âmbito do FSE, o sistema de informação a cargo do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE), prevê que a integração a nível de "módulo de gestor" seja feita gradualmente, ao nível da Medida, estando a decorrer a integração da Medida 3.9 - Ensino Profissional.

Quanto ao FEOGA-O, o sistema de informação da Intervenção Regionalmente Desconcentrada da Agricultura e Desenvolvimento Rural será assegurado, pelo Sistema de Informação da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SIADRU), em elaboração.

O organismo responsável por este sistema é o IFADAP, que prevê a disponibilização da aplicação no final de Julho de 2002.

Enquanto os módulos SII/FSE e SIADRU não estão disponibilizados, existe em paralelo uma aplicação informática, em Access, desenvolvida internamente para a gestão destes fundos, a qual reveste carácter provisório.

O acesso ao SII/FSE, será disponibilizado aos Coordenadores logo que se acerte o protocolo de acesso e respectivos perfis de utilizador, que se encontram pendentes das decisões das entidades gestoras nacionais destes fundos.

Prevê-se no ano 2002 a implementação de um sistema integrado de informação, próprio da CCRLVT, no âmbito do PORLVT, que reuna toda a informação relevante e necessária ao nível de gestão e acompanhamento dos projectos e que "dialogue" com os sistemas existentes.

Este sistema de informação terá como base um repositório global da informação que é carregado nos quatro sistemas referidos, o que permitirá o conhecimento global e integrado do Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

## **V.8. PUBLICITAÇÃO DO PO**

### **ACÇÕES PREVISTAS NO PLANO DE COMUNICAÇÃO**

A informação e publicidade dos Programas Operacionais, tal como prevista no Artigo 46º do Regulamento (CE) 1260/99 do Conselho, de 21 de Junho, assume particular importância na sua implementação, nomeadamente através de acções junto de potenciais beneficiários finais, mas igualmente para a opinião pública em geral. As principais linhas orientadoras dessas acções encontram-se definidas no Plano de Comunicação constante no Complemento de Programação.





### **Novo Logotipo do POR LVT**

A criação do novo logotipo do POR LVT ainda em Setembro de 2000 surgiu na sequência da nova imagem gráfica da Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

### **Slogan de Campanha**

O slogan "Qualificar as Pessoas, as Organizações e o Território" acompanhou todos os instrumentos de comunicação uma vez ser a ideia chave que personaliza e identifica o POR LVT .

### **Brochura Promocional**

Foi editada uma brochura simples e acessível que explica sinteticamente o Programa de forma a fornecer os conhecimentos básicos sobre o mesmo. Estão bem definidos os objectivos específicos de cada medida, assim como os principais beneficiários, a tipologia de projectos elegíveis e o respectivo financiamento. Foram editados 1500 exemplares na primeira edição e, considerando a importância e o sucesso deste instrumento de comunicação optou-se por uma segunda edição (1500).

Esta Brochura foi enviada por correio para um mailing de cerca de 900 pessoas e é distribuída em todas as acções públicas quer do POR LVT quer da Comissão de Coordenação Regional. No total foram já entregues cerca de 2300 exemplares.

### **Sessões de esclarecimento**

Decorreram diversas sessões de esclarecimento em 2001. Sobre o Programa FORAL realizou-se no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, no dia 15 Fevereiro de 2001, com o objectivo de fornecer às entidades beneficiárias e destinatários finais os esclarecimentos necessários sobre as condições de candidatura ao referido programa, o qual visa fundamentalmente contribuir para a modernização das autarquias locais, através da melhoria do nível de qualificação dos recursos humanos.

As Sessões de Esclarecimento sobre a Medida 1.5 - Acções Específicas de Valorização Territorial - integrada no Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, realizadas no dia 10 de Abril de 2001 no Bombarral e no dia 2 de Maio em Torres Novas, tiveram como objectivo informar e debater as linhas de orientação e os domínios de intervenção das Acções Específicas de Valorização Territorial.

A Sessão de Apresentação do Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa, no âmbito da Medida 1.5. - Acções Específicas de Valorização Territorial do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, do QCA III realizou-se no dia 18 de Maio, de 2001, na Baixa da Banheira, na Moita. Incluindo 7 intervenções distintas, considerou-se indispensável informar os





actores locais e cidadãos dos projectos de requalificação socio-urbanística previstos para cada zona de intervenção.

A sessão de Apresentação do Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa para a zona de Intervenção de Odivelas, ocorreu nesta localidade, no dia 5 de Setembro de 2001, na Biblioteca Municipal D. Dinis.

Uma outra Sessão de Apresentação para a zona de Intervenção de Oeiras, foi realizada no dia 7 de Setembro de 2001, no Auditório da Assembleia Municipal de Oeiras.

### **Site do Programa Operacional**

Ao nível do Site do Programa Operacional - [www.ccr-lvt.pt](http://www.ccr-lvt.pt), procedeu-se à reestruturação da página de internet da Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, por forma a torná-la mais dinâmica. Criou-se um link ao POR LVT, com os seguintes conteúdos e funções:

- Agenda das unidades de gestão
- Notícias
- Formulários/ Regulamentos
- Objectivos e Estratégia de desenvolvimento
- Apoio Estrutural Comunitário
- Financiamento
- Eixos Prioritários e Medidas
- Modelo de Gestão
- Legislação
- Regras de Publicitação (disponibilização do logotipo do PORLVT e da UE)
- Contactos (Gestores e coordenadores desconcentrados)
- Enquadramento no QCAIII
- Downloads
- POR LVT II
- FAQ's
- Links

### **Exposições sobre o POR LVT**

O Festival da Juventude de Maфра que decorreu de 25 de Agosto a 1 de Setembro 2001, organizado pela Conventualidade, uma associação juvenil e cultural do concelho de Maфра, contou com uma exposição com painéis alusivos ao POR LVT, no Palácio Nacional de Maфра.

A Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo promoveu também uma conferência internacional, nos dias 21 e 22 de Setembro, no TagusPark em Oeiras, dedicada ao tema: "Desenvolvimento Regional - Casos de Sucesso", na qual se pretendeu dar a conhecer experiências e projectos concretos que tenham contribuído de forma significativa para o desenvolvimento da Região em que se inserem. Neste evento esteve presente um expositor do POR LVT e foram distribuídas brochuras.

Nos dias 19 e 20 de Outubro realizou-se em Abrantes a 1ª conferência Anual "Pensar Global, Agir Local" promovido pelo Jornal "Primeira Linha". Neste fórum participaram destacadas figuras dos meios empresariais, políticos, económicos e sociais onde discutiram temas como as Acessibilidades, Sociedade de Informação, Associativismo e Ensino. No Cine-teatro São Pedro de Abrantes, local onde foi realizada a iniciativa, estiveram expostos painéis alusivos ao POR LVT e distribuíram-se brochuras do PO.

O Município de Odivelas organizou uma exposição em Novembro de 2001, entre os dias 14 e 19, sob o nome "Projecto Integrado de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Odivelas". O POR LVT esteve presente nesta iniciativa, com a montagem de expositores e a distribuição de brochuras dedicadas ao Programa Operacional Regional e ao Programa PROQUAL.

A Fundação da Cidade de Lisboa acolheu dia 5 de Dezembro de 2001 um Workshop subordinado ao tema "Gestão de Operações de Qualificação Social e Urbanística - Proqual", organizado pela CCR de Lisboa e Vale do Tejo. Uma vez mais foi montada uma zona de exposição à entrada da sala onde decorreu o Workshop.

### **Publicação Periódica**

A newsletter nº 5 da Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo foi publicada em Fevereiro 2001, com uma tiragem média de 1500 exemplares, tendo sido enviada por mailing a 1450 pessoas e distribuída em todas as acções públicas da CCR LVT e do POR LVT. Foi ainda publicada em Novembro 2001 a newsletter nº 6.

### **Organização de Visitas a projectos na Região**

A CCR de Lisboa e Vale do Tejo, em colaboração com as Associações de Municípios da Lezíria e do Médio Tejo, organizou uma visita ao Vale do Tejo no dia 16 de Outubro de 2001, durante a apresentação pública do VALTEJO, e a 26 de Janeiro por ocasião da contratualização no âmbito do Eixo 1 com a Associação de Municípios da Lezíria.



No dia 2 de Maio de 2001, na apresentação das Acções Específicas de Valorização Territorial, foram visitadas as obras em curso na Avenida Andrade Corvo, no centro histórico de Torres Novas, no Jardim das Rosas, entre outros locais.

No dia da apresentação do PROQUAL foram visitados os seguintes locais no Concelho da Moita: Mercado, Av. Almada Negreiros, Vala Real/ Parque do Vale da Amoreira, mercado e Fórum Cultural (Cine -Teatro) da Baixa da Banheira.

### **Participação em acontecimentos que se enquadrem nos objectivos do PO**

No âmbito da participação em acontecimentos que se enquadrem nos objectivos do POR LVT, o Torneio Internacional de Futebol do Vale do Tejo, envolveu selecções nacionais de 4 países teve lugar na semana de 21 a 25 de Janeiro de 2001, em 4 estádios de cidades da Região do Vale do Tejo.

A divulgação do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo foi feita com a inserção de anúncio na revista específica do evento e com a colocação de uma faixa promocional nos estádios respectivos.

O 1º Congresso dos Editores Portugueses realizou-se nos dias 18 e 19 de Abril, tendo como ordem de trabalhos um amplo leque de temas com que os editores se confrontam no dia-a-dia das suas actividades empresariais. Este Encontro teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian e contou com a presença de cerca de 250 congressistas. Assim, considerou-se útil a participação no evento através da produção e exposição de um painel para colocação ao lado da mesa de recepção aos participantes.

A Câmara Municipal de Sintra promoveu, de 24 a 26 de Maio de 2001, a 3ª edição da Festa da Língua Portuguesa. A Festa reuniu personalidades dos 7 países que integram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa e de Timor. O encontro foi consagrado aos autores distinguidos com o Prémio Camões, envolvendo a vertente da cooperação municipal entre Portugal, os PALOP, o Brasil e Timor.

Atendendo a que se trata de um evento com larga participação nacional e internacional, tornou-se um excelente veículo de promoção e divulgação do POR LVT: objectivos, enquadramento, eixos estratégicos e medidas.

O VIDEOLISBOA, Festival Internacional de Vídeo de Lisboa foi uma organização conjunta do Clube Português de Artes e Ideias e do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Cultura, o qual teve lugar de 7 a 11 de Novembro de 2001 em Lisboa.

O objectivo deste Festival foi a promoção e divulgação do vídeo e dos suportes visuais e de comunicação na sua vertente artística.



Neste caso, a participação do POR LVT no referido certame realizou-se através inserção de anúncio A4 no catálogo oficial do VIDEOLISBOA e atribuição do Prémio Especial de Júri CCR LVT.

A Fundação da Cidade de Lisboa acolheu no passado dia 05 de Dezembro um Workshop subordinado ao tema "Gestão de Operações de Qualificação Social e Urbanística - PROQUAL", uma iniciativa da CCR de Lisboa e Vale do Tejo.

O objectivo desta iniciativa foi debater o modelo de gestão para operações que visam a qualificação de áreas com graves problemas sociais e urbanísticos, contando com a apresentação de experiências e projectos que tenham contribuído para a qualificação e melhoria de vida de populações residentes em áreas urbanas desqualificadas, incentivando a discussão prática em torno das modalidades de programação, execução e gestão deste tipo de operações.

O programa do Workshop incluiu a troca de experiências, o desenvolvimento de temas de interesse e uma intervenção da Ministra do Planeamento.

#### **Seminários de avaliação do POR LVT**

Com vista a garantir a eficácia e a operacionalidade do processo e controlo do Eixo 3 do Programa Operacional Regional, a CCR de Lisboa e Vale do Tejo promoveu, no dia 12 de Julho 2001, um seminário técnico, designado "Sistemas de Gestão e Controlo no QCAIII", nas instalações da Fundação Cidade de Lisboa.

No dia 15 de Novembro de 2001, no Salão Nobre do Ministério do Planeamento, foi realizada uma Reunião Nacional com o objectivo de avaliar as Acções Integradas de Base Territorial.

#### **Encontros/ Intercâmbios de Experiências**

No dia 27 de Novembro de 2001 realizou-se a 1ª reunião do Grupo de Trabalho Temático Programa Operacional Sociedade de Informação. Nesta reunião, os representantes dos PO Regionais foram convidados a pronunciarem-se sobre as prioridades neste contexto da Sociedade de Informação em projectos como: Cidades Digitais, SIG's e Modernização das Administração Pública.

No dia 14 de Novembro de 2001 teve lugar no Hotel Altis, em Lisboa, o Seminário sobre Informação e Publicidade no âmbito das Intervenções cofinanciadas pelos Fundos Estruturais, onde foram discutidos vários Planos de Comunicação de PO's nacionais, foram apresentadas experiências de outros países comunitários e discutiu-se a Implementação do Regulamento sobre Informação e Publicidade neste contexto.



Com o intuito de estreitar a articulação da Rede de Interlocutores para a área de Informação e Comunicação do FSE, realizou-se a 1ª reunião de animação da rede, no dia 6 de Dezembro de 2001, a qual teve como objectivos operacionais: a prestação de apoio técnico, o acompanhamento das acções e a troca de experiências e como objectivo operacional final, o aumento da eficácia e eficiência das acções empreendidas pelos vários PO, no domínio da Informação e Comunicação, da vertente FSE deste QCA.

#### **Produção de brindes e folhetos informativos**

A Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo editou um Folheto informativo relativo ao Programa FORAL no ano de 2001, dando a conhecer um pouco mais acerca dos objectivos do programa, dos investimentos elegíveis, do financiamento e comparticipação europeia.

Promoveu igualmente, no dia 15 de Fevereiro 2001, no Auditório do Centro de Congressos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), uma sessão de esclarecimento sobre o Programa FORAL - Formação para as Autarquias Locais, onde se distribuiu o referido folheto informativo.

#### **Inserção de anúncios**

Foram promovidas 28 inserções de anúncios em 2001, entre revistas, jornais e publicações temáticas, nomeadamente:

- Inclusão de anúncio na edição Directório da União Europeia 2001. Este documento visa levar ao conhecimento de todas as PME's e também de grandes empresas as possibilidades de candidaturas aos Programas Operacionais;
- Inserção de anúncios nas revistas: do Torneio Internacional de Futebol do Vale do Tejo (Janeiro de 2001), I Triatlo do Tejo (Julho de 2001), Jornal Rota das Linhas (Julho de 2001), de promoção do Festival do Vinho Português do Bombarral (Julho de 2001), suplemento "Lx" do Jornal nacional diário "Público" (Outubro de 2001), "1.000 Maiores Empresas" do Jornal "Diário de Notícias" (Outubro de 2001) e nos "Cadernos de Economia" (Outubro/Dezembro 2001);
- Anúncios de divulgação, em vários jornais nacionais e regionais, da abertura de candidaturas da Medidas financiadas pelo Fundo Social Europeu;
- Anúncios de divulgação da Sessão de Esclarecimento do Programa FORAL em diversos jornais;
- Anúncios de Divulgação do Programa VALTEJO - Eixo 2 no Suplemento do Jornal "O Ribatejo", por ocasião da comemoração do 16º aniversário do Jornal em Novembro de 2001 e na revista "Templarius", Jornal "O Templário" em Dezembro de 2001;



- Anúncio do Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da área metropolitana de Lisboa na "Magazine Europa" em Janeiro de 2001.

## **OUTRAS ACÇÕES NÃO PREVISTAS**

### **Assinatura de Contratos-Programa e Protocolos**

A cerimónia de assinatura da contratualização das medidas 1.1, 1.2 e parte da medida 1.3 do Eixo 1 - Investimento de Interesse Municipal e Intermunicipal entre a CCR LVT e a Associação de Municípios da Lezíria decorreu na sede da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, no passado dia 26 de Janeiro de 2001.

Com o mesmo fim, a CCR de Lisboa e Vale do Tejo e a Associação de Municípios do Médio Tejo assinaram um Contrato-Programa, no dia 22 de Agosto de 2001.

### **Informação para o público em geral**

A CCR LVT envia regularmente para a administração do site do III Quadro Comunitário de Apoio ([www.qca.pt](http://www.qca.pt)) notícias e informações pertinentes relativas ao POR LVT, assegurando que um público mais vasto esteja informado acerca do desenvolvimento das actividades.

### **Intervenções das medidas desconcentradas**

Foi realizado um Seminário de divulgação da Intervenção Desconcentrada Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, dirigido a todas as entidades formadoras acreditadas pelo INOFOR. Procedeu-se à distribuição de uma brochura de identificação de todas as intervenções do Ministério do Trabalho e Solidariedade (MTS) e à divulgação da página de Internet onde poderão ser obtidas mais informações sobre as intervenções do MTS ([www.poefds.pt](http://www.poefds.pt)), e onde se inclui a Intervenção Sectorial Desconcentrada.

Foi também produzida uma brochura contendo o Regulamento Específico das diferentes medidas, por forma a largar a divulgação do conteúdo e das normas de acesso à generalidade dos potenciais interessados. A criação e funcionamento da linha azul para informações acerca das diferentes intervenções do Ministério do Trabalho e Solidariedade constituiu igualmente uma iniciativa importante.

Ao nível da Intervenção Desconcentrada da Agricultura e do Desenvolvimento Rural foram promovidas acções de divulgação internas, destinadas aos funcionários que nos diferentes locais de atendimento informam os interessados bem como recebem candidaturas, e acções de divulgação externas, para eventuais beneficiários quer por iniciativa da Direcção Regional de Agricultura da Região Oeste (DRARO) quer por solicitação de diversas entidades, nomeadamente, Cooperativas e Associações de Agricultores.





Estas acções incidiram sobre o conteúdo das diferentes acções e sub-acções integradas no AGRIS, procedimentos e metodologias de tramitação de processos, esclarecimentos de dúvidas surgidas, enquadramento dos eventuais beneficiários e níveis de ajuda.

Foi realizada distribuição alargada dos folhetos de divulgação sobre esta medida, disponíveis quer nas acções anteriormente mencionadas, quer nas Zonas Agrárias.

Decorreu também uma apresentação pública do Intervenção Regionalmente Desconcentrada das Pescas - Infraestruturas de Portos, no Porto de Setúbal.

Na Intervenção Desconcentrada da Saúde foram efectuadas reuniões de informação e esclarecimento interno, junto do pessoal envolvido nas tarefas da medida 3.19 nas Sub-Regiões de LVT.

## **V.9. ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

### **PROJECTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

As actividades de Assistência Técnica (AT) são fundamentais para a prossecução dos objectivos pretendidos com a implementação do PO, assegurando as condições de arranque e funcionamento dos sistemas de gestão e acompanhamento, controlo, avaliação e divulgação.

Na Medida 3.20. Assistência Técnica (FEDER), foram aprovadas 8 candidaturas de AT no decorrer do ano de 2001, totalizando quase 100% da programação de 2000, sendo 4 de Associações de Municípios, fundamentais para o processo decorrente da contratualização, uma da Comissão de Coordenação Regional da Região, uma da Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território - DRAOT (medidas 2.1 e 2.2) e as restantes relativas ao apoio a fornecer no âmbito das Medidas da Administração Pública Regionalmente Desconcentradas da Economia e Desporto.

Na Medida 3.21 Assistência Técnica (FSE), foram aprovadas 2 candidaturas de AT no decorrer do ano de 2001, totalizando 42% da programação de 2000, sendo uma da Comissão de Coordenação Regional da Região e outra do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Na Medida 3.22 Assistência Técnica (FEOGA) foi aprovada uma candidatura da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, correspondendo a mais de 100% da programação de 2000-2001.

Ao nível da Acção 1, das Medidas 3.20. e 3.21. , Assistência Técnica aos Eixos Prioritários 1 e 2 e às questões transversais do PO, foram levados a cabo um conjunto de acções com vista ao cumprimento dos objectivos atrás mencionados, nomeadamente através da criação e funcionamento da Estrutura de Apoio



Técnico (EAT) ao POR LVT, ao abrigo do disposto da Resolução de Conselho de Ministros nº 27/2000, de 16 de Maio. A EAT realizou acções de acompanhamento, controle e avaliação, organizando, instruindo fornecendo pareceres técnicos sobre os projectos de candidatura, preparando reuniões e deliberações do Gestor e Unidades de Gestão, preparando pedidos de pagamentos, processamento de pagamentos aos beneficiários, recolhendo informação sobre indicadores disponíveis e preparando os relatórios de execução da Intervenção Operacional.

Foi também prestado apoio às Estruturas de Apoio Técnico das Associações de Municípios da Lezíria do Tejo, Médio Tejo, Oeste e Junta Metropolitana de Lisboa de acordo com cláusulas 4ª e 5ª dos Contratos-Programa celebrados com aquelas Associações.

Ainda nesta acção foi apoiada a Assistência Técnica às medidas 2.1 e 2.2 da DRAOT. Contudo, a execução do projecto foi condicionada devido a factores de ordem administrativa e financeira que atrasaram a sua aprovação, e consequentemente o grau de execução da mesma.

Foram desenvolvidas acções de informação e divulgação, nos meios de comunicação social locais, regionais e nacionais, de todos os concursos públicos, publicação de notícias, desdobráveis e brochuras do PO, organizados colóquios, sessões de esclarecimento, conteúdos para divulgação na internet do PO, Complemento de Programação, formulários de candidatura e de pedidos de pagamento.

O lançamento de um sistema de informação interno e a utilização e carregamento do sistema de informação do QCA III, aquisição de software, hardware e serviços de consultoria, bem como a elaboração de estudos de gestão territorial e estratégica constituíram outras das actividades desenvolvidas.

Na Medida 3.20., Acção 3 - AT à Medida Regionalmente Desconcentrada da Economia, o projecto de Assistência Técnica relativo à Medida 3.10 Economia foi aprovado na Unidade de Gestão de 01.02.06, tendo a utilização da EAT ao Coordenador da Medida correspondido às intervenções programadas.

Na Medida 3.20., Acção 4 - AT à Medida Regionalmente Desconcentrada das Pescas - infraestruturas de Portos, não existindo recursos afectos à EAT, entendeu-se não propôr para aprovação um projecto de Assistência Técnica em 2001.

Na Medida 3.21. Assistência Técnica (FSE), a utilização da Estrutura de Apoio ao Coordenador das Medidas FSE de Assistência Técnica, foi, no início, essencialmente ao nível dos custos de pessoal que lhe está associado e em equipamento. O custo da renda das instalações tem também algum peso significativo.

A utilização de verbas da Medida 3.22. Assistência Técnica (FEOGA), destinou-se ao pagamento de despesas com os técnicos nas suas acções de acompanhamento e vistorias, assim como à melhoria da infraestrutura



de comunicações, ao desenvolvimento de software e à montagem de uma rede informática para interligação das das várias unidades orgânicas.

## **EXECUÇÃO DOS PROJECTOS**

A execução financeira da candidatura de AT FEDER relativa à Acção 1, da CCRLVT atingiu 720 mil euros. Em termos de tipologia de despesa, a execução de despesas IN (sujeitas a plafonds) da AT da Acção 1 correspondeu a 68% da sua execução (as despesas com pessoal atingiram os 40% da execução), com os remanescentes 32% para Despesas OUT (despesas não sujeitas a plafonds).

Refira-se que a execução de apenas 28% do investimento elegível aprovado para esta Acção, deveu-se fundamentalmente ao lançamento apenas em 2001 de algumas acções com baixos níveis de execução, como foi o caso da implementação do sistema de informação interno e respectivo equipamento informático e das auditorias externas. A própria repartição das despesas IN e OUT ficou assim distorcida, pois a rubrica das despesas com pessoal foi integralmente executada, uma vez que a EAT foi constituída em 2000, tendo funcionado normalmente no decurso de 2001.

Contudo as restantes rubricas de despesa sujeitas a plafond ficaram muito aquém do previsto. Foram realizadas despesas correntes em bens não duradouros (material e consumos de secretaria, material de transporte, combustíveis e outros bens) em cerca de 30% do valor aprovado e em serviços ( encargos com instalações, conservação de bens, locação de outros bens, comunicações, transportes e outros serviços) e despesas de capital ( acompanhamento para unidades de gestão e EAT) ganhou-se apenas 10% do valor previsto, ficando por realizar algumas aquisições de serviços relacionadas com consultoria e estudos no âmbito do acompanhamento / fiscalização e avaliação do PO.

Relativamente às auditorias realizadas em 2001, no âmbito da medida desconcentrada da economia (projectos de gás natural) a despesa executada foi reduzida dado que a imputação das despesas só irá ocorrer em 2002.

Em relação às despesas OUT apesar de se ter executado apenas cerca de 24% do aprovado, foram realizados 2 estudos; 2 seminários; no âmbito da informação e publicidade várias sessões de esclarecimento ( PO, programa FORAL , medida 1.5 - Acções Específicas de Valorização Territorial e PROQUAL), exposições, brochura promocional, logotipo do PO, publicações periódicas, organização de visitas a projectos do PO, oferta de brindes e folheto informativo e várias inserções de anúncios.

Na avaliação externa apenas se executou cerca de 12% relativos a despesas com a avaliação de indicadores e avaliação da rota do vinho e da vinha.



Também se adquiriu equipamento informático, mas a implementação do sistema de informação interno, apesar de ter sido adjudicado em 2001, só terá despesa realizada em 2002, o que levou a apenas ter sido executado 23% desta rubrica.

Foi ainda apresentada execução da candidatura da Associação de Municípios da Lezíria Tejo no valor de quase 129 mil euros.

A execução financeira da Medida 3.20 AT (FEDER) acção 1, atingiu assim no total, cerca de 849 mil euros de despesa pública, cerca de 21% da programação de 2000.

A execução financeira da candidatura de AT FSE relativa à Acção 1 atingiu 41 mil euros. Em termos de tipologia de despesa, a execução de despesas IN (sujeitas a plafonds) da AT da Acção 1 correspondeu a 90% da sua execução (as despesas com pessoal atingiram os 38% da execução), com os remanescentes 10% para Despesas OUT (despesas não sujeitas a plafonds).

O facto da execução ter atingido apenas 14% do investimento elegível aprovado para esta Acção, foi igualmente condicionado pelas razões já mencionadas anteriormente para a Medida 3.20.

A candidatura de AT FSE do Instituto de Emprego e formação profissional executou cerca de 734 mil euros de despesa pública, mais de 86% do investimento inicialmente previsto.

A execução financeira da Medida 3.21 AT (FSE) atingiu assim no total, 775 mil euros de Despesa Pública, cerca de 29% da programação de 2000.

A execução financeira da Medida 3.22 AT (FEOGA) atingiu no total, 845 mil euros de Despesa Pública, cerca de 64% da programação de 2000-2001.

Em termos de tipologia de despesa, a execução das despesas IN corresponderam a 52,4 % e as Despesas OUT (despesas não sujeitas a plafonds) a 47.6%.

## **V. 10. GRANDES PROJECTOS**

No decurso de 2001 não foram aprovados grandes projectos. Estava prevista a apresentação da candidatura do Metro do Sul do Tejo em finais de 2001, mas atrasos na negociação do projecto fizeram deslizar a sua aprovação para o segundo semestre de 2002.

Este projecto, de valor muito superior a 200 milhões de euros, estando por isso sujeito a notificação prévia à Comissão Europeia, constitui peça fundamental para uma boa execução da Medida 3.17. e do POR LVT em



geral, revestindo-se em termos qualitativos de enorme importância para a Região ao nível das acessibilidades, do descongestionamento rodoviário urbano e do interface entre as margens norte e sul do Tejo.

## **CAPÍTULO VI - ADEQUAÇÃO ÀS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS**

### **MERCADO DE EMPREGO**

A execução registada em 2001, nas diferentes Medidas de emprego, formação e desenvolvimento social, inseridas no Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo, contribuiu de forma decisiva para a evolução positiva registada no mercado de emprego, no período.

A formação associada às Medidas 3.1. - Promoção da Formação Qualificante e de Transição para a Vida Activa, integrou a formação associada ao Sistema de Aprendizagem (formação em alternância) e formação certificada das Escolas de Hotelaria e Turismo da Região, contribuindo para a transição para a vida de um número significativo de jovens, enquanto via de alternativa para jovens, contribuindo para uma inserção mais rápida na vida activa. De referir que o número de jovens que obtiveram qualificação nesta medida ultrapassou significativamente os jovens apoiados pela medida, tendo os apoios concedidos sido financiados pelo orçamento nacional.

A formação da Medida 3.2. Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade, integrou um conjunto alargado de acções de formação contínua dirigida a activos empregados de diversos sectores, incluindo os do sector do Turismo, da Administração Pública e do sector da Saúde.

As acções de formação dirigidas para este público, incluem-se na actuação preventiva dos fenómenos do desemprego, contribuindo para a promoção da empregabilidade desses grupos, na óptica da aprendizagem ao longo da vida, integrada na estratégia europeia para o emprego.

A Medida 3.3. - Qualificação e Inserção Profissional de Desempregados, enquanto elemento central de resposta a desempregados, quer na componente de estágios profissionais, quer na formação profissional para desempregados. A resposta no domínio dos estágios profissionais possibilitou o reforço da actuação precoce enquanto resposta aos problemas do desemprego, ao permitir a inserção profissional de um conjunto alargado de jovens, no mercado de trabalho.

Paralelamente, a formação profissional para desempregados, enquanto potenciadora do reforço das qualificações dos desempregados, favoreceu a sua reinserção no mercado de trabalho, minimizando os riscos de entrada no desemprego de longa duração.



A Medida 3.4. - Criação de Emprego, possibilitou a criação de postos de trabalho, associados aos diferentes instrumentos legais existentes de criação de emprego, designadamente das Iniciativas Locais de Emprego (ILE's), Apoios à Criação do Próprio Emprego (ACPE) e Criação do Próprio Emprego (CPE). Assim, os apoios concedidos integraram-se na estratégia precoce de combate ao desemprego promovendo o emprego de trabalhadores desempregados.

A Medida 3.5. - Eficácia e Equidade das Políticas, permitiu o apoio a Unidades de Inserção Profissional, enquanto instrumentos complementares dos Serviços Públicos de Emprego (SPE), reforçando o atendimento de empregados e desempregados, encaminhando-os para respostas, no âmbito das políticas activas de emprego.

A Medida 3.6. - Promoção do Desenvolvimento Social, integradora de respostas a públicos desfavorecidos, através de acções para apoios a públicos com deficiência, para públicos com diferentes graus de desfavorecimento, designadamente Desempregados de Longa Duração, Toxicodependentes e ex-toxicodependentes, Minorias Étnicas, etc., quer pela via da formação profissional, quer pela inclusão nos diferentes instrumentos do Mercado Social de Emprego. A estratégia subjacente nesta medida, enquanto resposta a estes grupos alvo, visa uma actuação facilitadora da sua inserção social, enquanto sectores expostos ao desemprego de longa duração ou a outros graus de desfavorecimentos.

Em resumo, as Medidas 3.1. e 3.2., enquadram-se na actuação preventiva do desemprego, pretendendo através do reforço das qualificações profissionais uma inserção rápida na vida activa para os jovens ou melhorando a situação dos activos, quer ao nível do desempenho profissional quer contribuindo para uma maior adaptabilidade face às mutações técnicas, tecnológicas e organizacionais da generalidade das organizações. A sua execução contribui para o reforço da aprendizagem ao longo da vida, nos termos definidos pela Estratégia Nacional de Aprendizagem ao Longo da Vida, designadamente no desenvolvimento de competências na utilização das tecnologias de informação e comunicação e na realização de acções integradas nos Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA).

De forma diversa, embora, igualmente, integrados na estratégia europeia para o emprego, encontram-se as medidas 3.3 e 3.4, enquanto instrumentos de actuação precoce do combate ao desemprego e de criação do emprego. A minimização do tempo de desemprego é o seu principal objectivo, procurando activar os desempregados no âmbito dos instrumentos INSERJOVEM e REAGE.

Diferente, na estratégia de emprego se situa a medida 3.6 Promoção do Desenvolvimento Social, cabendo-lhe, em primeiro lugar contribuir para a inserção sócio-profissional de públicos desfavorecidos, enquanto elemento estruturante do Plano Nacional para a Inclusão (PNAI), contribuindo dessa forma para o reforço da coesão social.





## AMBIENTE

Ao nível de adequação à política comunitária de ambiente, todas as intervenções operacionais com incidência directa em matéria de ambiente ou ordenamento do território, contam com representantes do Ministério do Ambiente nas Unidades de Gestão, sendo necessário o seu parecer favorável como condição indispensável à aprovação da candidatura.

A importância colocada na conservação da natureza é aliás um domínio prioritário no Quadro Comunitário de Apoio. A este propósito convém referir que no âmbito da Rede Natura, a Medida 3.18 conta com um projecto aprovado de investigação e produção de material audiovisual de uma gruta de acesso marítimo incluída na Rede Natura 2000, bem como outros projectos de protecção e valorização dos recursos naturais.

Os investimentos aprovados em infraestruturas ambientais (domínio 34) elevam-se a mais de 37 milhões de euros, no âmbito do Gás Natural (domínio 33) os investimentos aprovados atingem quase 109 milhões de euros enquanto os de ordenamento e requalificação (domínio 35) que inclui a protecção ambiental atingem mais de 101 milhões de euros.

No que respeita às questões ambientais foram desenvolvidas várias iniciativas das quais se destaca a realização de um seminário promovido pelo Coordenador da Medida 3.17 - Acessibilidades e Transportes, com a presença da auditora ambiental do Ministério do Equipamento Social a qual aumentou a sensibilidade à importância destas questões.

Nos sectores da Agricultura e Pescas, a compatibilização com as regras de protecção do ambiente e do bem-estar animal, é considerada na análise e acompanhamento das candidaturas, não sendo aprovados os projectos não se enquadrem nestas regras. Também os projectos de incidência ambiental são sujeitos a aprovação prévia das entidades competentes e às regras da concorrência aplicadas conforme previsto no D.L. nº 197/99 de 8 de Julho.

## MERCADOS PÚBLICOS E CONCORRÊNCIA

Em relação a questões de contratos públicos deve referir-se que o concurso público internacional para aquisição de catamarans foi mandado repetir pelas autoridades portuguesas a fim de garantir inequivocamente a transparência e isenção dos procedimentos, apesar de todas as contrariedades que tal significou em termos de atrasos na implementação e execução desse investimento fundamental e de execução da Medida 3.17. - Acessibilidades e Transportes.

No que se refere à concorrência existe um mecanismo de controlo prévio aquando da atribuição de um subsídio, de forma a que não seja ultrapassado o limite de 100 000€ durante o período de três anos constante da *regra de minimis*. Esse mecanismo consiste em enviar à Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR), a qual centraliza o registo da atribuição dos subsídios concedidos pelos diversos



programas, informação sobre os incentivos que se pretende atribuir. A resposta emitida contém os valores apurados para cada entidade para a qual se pretende conceder o apoio. Com base na informação de retorno da DGDR, a autoridade de gestão deverá aferir da possibilidade de concessão do apoio proposto, no todo ou em parte. Assim, poderão vir a ser alterados os montantes de apoios inicialmente apurados tendo em conta o limite referido.

A centralização dos registos das ajudas concedidas é permanente actualização.

O dispositivo da verificação de não ultrapassagem do referido limite foi instituído pela DGDR, no exercício da Presidência da Comissão de Gestão do QCAIII, à qual está cometida, nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/2000, de 7 de Abril, designadamente e de acordo com o previsto na alínea b) do nº1 do artigo 7º, a competência de assegurar o cumprimento dos normativos comunitários, de entre os quais os relativos às regras da concorrência.

Na Medida 3.10. Economia, decorrem da regulamentação da Medida as preocupações de respeito pelas políticas comunitárias e cumprimento das regras de concorrência, os mercados públicos, constituindo balizas fundamentais em todo o processo de análise, parecer e aprovação das candidaturas, bem como ao nível do seu acompanhamento.

#### **IGUALDADE DE OPORTUNIDADES**

A promoção da igualdade homem-mulher é tomada em consideração e de forma transversal em todo o PO, desde o processo de gestão e acompanhamento, à aprovação de projectos potenciadores dessa dinâmica, nomeadamente no âmbito do FSE. No domínio de intervenção 25 - Acções positivas a favor das mulheres no mercado de trabalho foram aprovados quase 5 milhões de euros só na Medida 3.5.

Na Medida 3.10. Economia, decorrem da regulamentação da Medida as preocupações de respeito pelas políticas comunitárias a eliminação das desigualdades e a promoção de igualdade entre homens e mulheres, constituindo balizas fundamentais em todo o processo de análise, parecer e aprovação das candidaturas, bem como ao nível do seu acompanhamento.



**ANEXOS**  
**- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2001 -**



## **LEGISLAÇÃO PUBLICADA EM 2001**

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2001**

**DR297 SÉRIE I-B**

**Presidência do Conselho de Ministros**

**Data 26-12-2001**

Constitui as estruturas organizacionais necessárias ao controlo de 2.º nível das acções co-financiadas pelo FEDER e ao controlo de 1.º nível das acções co-financiadas por intervenções operacionais do QCA III.

**Despacho n.º 26 122/2001**

**DR294 SÉRIE II**

**Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Gabinete do Ministro**

**Data 21-12-2001**

Determina, no âmbito do Regulamento de Aplicação da subacção n.º 3.3 "Apoio à prestação de serviços florestais", da acção n.º 3 "Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas" da medida AGRIS, e para o ano de 2001, que haverá lugar a apenas um convite público na área geográfica de intervenção de cada uma das medidas AGRIS dos programas operacionais regionais. Fixa ainda as taxas de comparticipação a aplicar, de acordo com os domínios dos serviços que constam do artigo 5.º da referida portaria.

**Portaria n.º 1389-A/2001**

**DR283 SÉRIE I-B 1º SUPLEMENTO**

**Ministérios das Finanças, da Economia e do Planeamento**

**Data 07-12-2001**

Altera a Portaria n.º 141/2001, de 2 de Março (cria a Medida de Apoio à Dinamização de Mercados Abastecedores e de Mercados de Interesse Relevante).

**Despacho conjunto n.º 1001/2001**

**DR263 SÉRIE II**

**Ministérios do Planeamento e do Trabalho e da Solidariedade**

**Data 13-11-2001**

Considerando a necessidade de aprovar os indicadores de custos máximos a aplicar às acções financiadas pelo Fundo Social Europeu no âmbito das medidas de empregabilidade do eixo n.º 2, "Acções integradas de base territorial", das intervenções operacionais regionais do continente do III Quadro Comunitário de Apoio, determina-se, de acordo com o n.º 2 do artigo 30.º do Decreto Regulamentar n.º 12-A/2000, de 15 de Setembro, o custo máximo da formação por hora/formando, susceptível de financiamento pelo referido fundo.



**Despacho n.º 22 896/2001**

**DR261 SÉRIE II**

**Ministério do Equipamento Social - Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas**

**Data 10-11-2001**

Determina que a gestora da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes (IOAT) assegurará a coordenação nacional do conjunto das intervenções da área de responsabilidade do Ministério do Equipamento Social que beneficiem de financiamentos comunitários, no respeito das competências dos coordenadores das intervenções da administração central regionalmente desconcentradas, definidas no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril.

**Portaria n.º 1271/2001**

**DR259 SÉRIE I-B**

**Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**

**Data 08-11-2001**

Aprova o Regulamento da Componente Pesca dos Programas Regionais do Continente.

**Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 1784**

**DR288 SÉRIE L**

**Parlamento Europeu e Conselho**

**Data 01-11-2001**

Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 1784/1999 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Julho de 1999, relativo ao Fundo Social Europeu (JO L 213 de 13.8.1999).

**Portaria n.º 1219-A/2001**

**DR246 SÉRIE I-B Suplemento**

**Ministérios das Finanças, da Economia e do Planeamento**

**Data 23-10-2001**

Considerando a necessidade de aprovar os indicadores de custos máximos a aplicar às acções financiadas pelo Fundo Social Europeu no âmbito das medidas de empregabilidade do eixo n.º 2, "Acções integradas de base territorial", das intervenções operacionais regionais do continente do III Quadro Comunitário de Apoio, determina-se, de acordo com o n.º 2 do artigo 30.º do Decreto Regulamentar n.º 12-A/2000, de 15 de Setembro, determina o custo máximo da formação por hora/formando, susceptível de financiamento pelo referido fundo.



**Regulamento (CE) N.º 2055/2001**

DR277 SÉRIE L

Comissão

Data 20-10-2001

Altera o Regulamento (CE) n.º 2603/1999 que estabelece regras transitórias para o regime de apoio ao desenvolvimento rural previsto no Regulamento (CE) n.º 1257/1999 do Conselho.

**Despacho conjunto n.º 933/2001**

DR237 SÉRIE II

Ministérios do Planeamento, da Ciência e da tecnologia e da Reforma do estado e da Administração Pública

Data 12-10-2001

Aprova o regulamento Específico da Acção "Estado Aberto", da Medida n.º 3.6, "Sociedade da Informação", do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo

(Alterado pelo Despacho conjunto n.º 463/2002, de 27.04)

**Despacho n.º 20 698/2001**

DR230 SÉRIE II

Ministério da Economia - Gabinete do Ministro

Data 03-10-2001

Encarrega a comissão de gestão do Programa Operacional da Economia de, no âmbito da medida dos programas operacionais do continente, promover as iniciativas que assegurem a articulação técnica e funcional entre a Medida Economia e o Programa Operacional da Economia.

**Despacho n.º 20 006/2001**

DR221 SÉRIE II

Ministério da Economia - Gabinete do Ministro

Data 22-09-2001

Determina os limites e as condições específicas às despesas elegíveis no n.º 1 do artigo 11.º, as taxas de incentivo inferiores às previstas no n.º 1 do artigo 13.º e os limites específicos aos montantes constantes do n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento de Execução da Medida de Apoio à dinamização dos Sistemas Tecnológico, da Formação e da Qualidade anexo à Portaria n.º 964/2001, de 13 de Agosto.

**Portaria n.º 1103-B/2001**

DR215 SÉRIE I-B 2º SUPLEMENTO

Ministérios do Planeamento e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Data 15-09-2001





*Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo*

Introduz ajustamentos e esclarece algumas dúvidas na aplicação das várias acções e subacções da medida AGRIS dos programas operacionais regionais.

**Despacho conjunto n.º 777/2001**

DR196 SÉRIE II

Ministérios do Planeamento e do Trabalho e da Solidariedade

Data 24-08-2001

Aprova o Regulamento Específico da Medida n.º 2.4, "Formação e Empregabilidade" (FSE) do eixo prioritário n.º 2 do Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo.

**Despacho n.º 17 808/2001**

DR196 SÉRIE II

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Gabinete do Ministro

Data 24-08-2001

Define a documentação a apresentar pelos beneficiários que prossigam alguns dos objectivos das alíneas a), b) e c) do art.º 3.º e do art.º 5.º do Regulamento de Aplicação da Subacção n.º 4.1 "Instalação de Serviços de Substituição e gestão das explorações Agrícolas" da acção n.º 4 "Serviços à agricultura" da medida AGRIS.

**Despacho conjunto n.º 759/2001**

DR192 SÉRIE II

Ministérios do Planeamento, da Educação e do Trabalho e da Solidariedade

Data 20-08-2001

Aprova o Regulamento que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da medida n.º 3.9, "Ensino Profissional", integrada no Programa da Intervenção Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

**Portaria n.º 964/2001**

DR187 SÉRIE I-B

Ministérios das Finanças, da Economia e do Planeamento

Data 13-08-2001

Cria a Medida de Apoio à Dinamização dos Sistemas Tecnológico, da Formação e da Qualidade.

**Despacho n.º 16 557/2001**

DR183 SÉRIE II

Ministério das Finanças - Gabinete do Ministro

Data 08-08-2001

Procede à nomeação do inspector-geral de finanças, José Martins de Sá, para a coordenação do Sistema Nacional de Control, quer no âmbito do Feoga-Garantia, quer no âmbito dos Fundos



*Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo*

Estruturais e do fundo de Coesão, e em particular as funções de organismo responsável pela certificação das contas dos organismos pagadores do Feoga-Garantia e dos diferentes programas operacionais no quadro dos Fundos Estruturais.

**Despacho n.º 15 294/2001**

**DR170 SÉRIE II**

**Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Gabinete do Ministro**

**Data 24-07-2001**

Tendo em conta o disposto no n.º 2 do artigo 21º do Regulamento da acção n.º 7.2, "Valorização do ambiente e do património rural", da Medida AGRIS, aprovado pela Portaria n.º 48/2001, de 26.01, determina o valor das ajudas, o montante máximo das despesas elegíveis e o limite máximo de ajudas, no caso de projectos apresentados por uma pessoa, singular ou colectiva, mas que tenham por destinatários um conjunto de titulares de explorações agrícolas e/ou de unidades agro-industriais.

**Despacho conjunto n.º 647/2001**

**DR166 SÉRIE II**

**Ministérios das Finanças, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e da Reforma do Estado e da Administração Pública**

**Data 19-07-2001**

Cria junto de cada um dos coordenadores das componentes desconcentradas das pescas e aquíicultura uma estrutura de apoio técnico, sob a forma de estrutura de projecto, e define a sua composição e competências.

**Despacho n.º 14 381/2001**

**DR158 SÉRIE II**

**Ministério do Planeamento - Gabinete da Ministra**

**Data 10-07-2001**

Define as condições de pagamento da componente FEDER das intervenções operacionais do QCA III. Revoga os Despachos n.ºs 128/91, de 21.05, publicado em 18.06, e 8918/97, de 23.09, publicado em 09.10.

**Portaria n.º 684/2001**

**DR154 SÉRIE I-B**

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, da Administração Interna, das Finanças, do Equipamento Social, da Justiça, da Economia, do Planeamento, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, da Educação, da Saúde, do Trabalho e da Solidariedade, do Ambiente e do Ordenamento do Território, da Cultura, da**



Ciência e da Tecnologia, da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Juventude e do Desporto

Data 05-07-2001

Estabelece as modalidades de articulação entre os diferentes níveis de controlo do Sistema Nacional de Controlo do Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006) (SNC) e define as condições de fornecimento e acesso à informação relevante para o controlo.

**Despacho n.º 12 881/2001**

DR143 SÉRIE II

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Gabinete do Ministro

Data 22-06-2001

Define o modelo de gestão do projecto de execução do sistema de informação agricultura e desenvolvimento rural (SIADRU).

**Despacho conjunto n.º 478-B/2001**

DR125 SÉRIE II Suplemento

Ministérios do Planeamento e do Ambiente, das Finanças, do Ordenamento do Território e da Reforma do Estado e da Administração Pública

Data 30-05-2001

Nomeia chefe de Projecto da estrutura de apoio técnico do Programa de Formação para as Autarquias Locais (Programa FORAL) a licenciada Trindade Maria Miranda dos Santos.

**Despacho conjunto n.º 478-A/2001**

DR125 SÉRIE II Suplemento

Ministérios do Planeamento, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Data 30-05-2001

Cria a estrutura de apoio técnico de Formação para as Autarquias Locais (Programa FORAL).

**Decreto-Lei n.º 168/2001**

DR 121 SÉRIE I-A

Ministério do Planeamento

Data 25-05-2001

Regula o funcionamento do Sistema Nacional de Controlo do III Quadro Comunitário de Apoio e das intervenções estruturais de iniciativa comunitária relativas a Portugal, nos termos dos Regulamentos (CE) n.os 1260/99 , do Conselho, de 21 de Junho, e 438/2001, da Comissão, de 2 de Março.



**Despacho conjunto n.º 461/2001**

**DR120 SÉRIE II**

**Ministérios do Planeamento e do Ambiente e do Ordenamento do Território**

**Data 24-05-2001**

**Nomeia Presidente do Grupo Coordenador do Programa de Formação para as Autarquias Locais (Programa FORAL) o Dr. Rui Manuel de Azevedo Pereira da Silva.**

**Despacho n.º 10116/2001**

**DR112 SÉRIE II**

**Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Gabinete do Ministro**

**Data 15-05-2001**

**Determina, para o ano 2001, os montantes máximos das despesas elegíveis previstas no nº 3 do artº 9º da Portaria nº 1109-A/2000 de 27 de Novembro (Programa AGRO - Medida AGRIS).**

**Anúncio n.º 56/2001**

**DR111 SÉRIE II**

**Ministério da Economia - Direcção-Geral da Energia**

**Data 14-05-2001**

**Torna público os limites máximos de investimento elegível para os projectos de investimento respeitantes à produção de energia eléctrica com base em fontes de energia renováveis, nos termos do artº 8º do Regulamento de Execução da Medida do Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético e Racionalização de Consumos (MAPE), anexo à Portaria nº 198/2000, de 13 de Março.**

**Portaria n.º 450/2001**

**DR104 SÉRIE I-B**

**Ministérios das Finanças, da Economia e do Planeamento**

**Data 05-05-2001**

**Cria o regime dos programas integrados turísticos de natureza estruturante e base regional (PITER) do Programa Operacional da Economia.**

**Despacho n.º 9347-A/2001**

**DR102 SÉRIE II Suplemento**

**Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Gabinete do Ministro**

**Data 03-05-2001**

**Determina os custos máximos das despesas elegíveis no âmbito do regulamento aprovado pela Portaria nº 448-A/2001, de 03.05 - Acção 3.1 e 3.2**



**Decreto-Lei n.º 122/2001**

DR90 SÉRIE I-A

Ministério do Planeamento

Data 17-04-2001

Altera o Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do QCA III e das intervenções estruturais comunitárias relativas a Portugal, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1260/99, do Conselho, de 21 de Junho.

**Despacho conjunto n.º 301-A/2001**

DR78 SÉRIE II, 2º Suplemento

Ministérios do Planeamento e do Trabalho e da Solidariedade

Data 02-04-2001

Aprova o Regulamento Específico das Medidas da Intervenção Operacional Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo: Medida n.º 3.1 - "Promoção da Formação Qualificante e da Transposição para a Vida Activa (acções tipo 3.1.1.1 e 3.1.1.2)"; n.º 3.2 - "Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade (tipologia de projecto 3.2.1)"; 3.3 - "Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados" (tipologia de projecto 3.3.1); n.º 3.6 - "Promoção do Desenvolvimento Social" (acções tipo 3.6.2.1 e 3.6.2.2).

**Declaração de Rectificação n.º 9-L/2001**

DR77 SÉRIE I-B 3º SUPLEMENTO

Presidência do Conselho de Ministros

Data 31-03-2001

De ter sido rectificadas a Portaria n.º 48/2001, dos Ministérios do Planeamento e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 7, «Valorização do ambiente e do património rural», da medida AGRIS dos programas operacionais regionais, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 22, de 26 de Janeiro de 2001.

**Portaria n.º 272/2001**

DR74 SÉRIE I-B

Ministérios do Planeamento e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Data 28-03-2001

Prorroga os prazos previstos nos regulamentos aprovados pelas Portarias n.ºs 1109-E/2000, 1109-D/2000 e 1109-I/2000, de 27 de Novembro (medida AGRIS).



**Despacho conjunto n.º 239/2001**

**DR62 Série II**

**Ministérios do Trabalho e da Solidariedade e do Planeamento**

**Data 14-03-2001**

Determina, nos termos do disposto no art.º 30.º do Decreto Regulamentar 12-A/2000 de 15 de Setembro e do n.º 3 do art.º 4.º do Despacho Normativo 42-B/2000 de 20 de Setembro, os custos máximos da formação a desenvolver no âmbito das intervenções do emprego, formação e desenvolvimento social regionalmente desconcentradas dos Programas Operacionais Regionais Lisboa e Vale do Tejo, norte, Centro e Alentejo.

**Portaria n.º 198/2001**

**DR61 SÉRIE I-B**

**Ministérios das Finanças, da Economia e do Planeamento**

**Data 13-03-2001**

Cria a Medida de Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético e Racionalização de Consumos (MAPE), no âmbito do Programa Operacional da Economia.

**Despacho conjunto n.º 199/2001**

**DR53 SÉRIE II**

**Ministérios do Trabalho e da Solidariedade e do Planeamento**

**Data 03-03-2001**

Aprova, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 8.º do Decreto Regulamentar 12-A/2000, de 15 de Setembro, o regulamento específico da intervenção do FSE no âmbito do eixo 1 "Apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal" na Medida 1.4 "Formação para o Desenvolvimento" do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

**Despacho conjunto n.º 193/2001**

**DR52 SÉRIE II**

**Ministérios do Trabalho e da Solidariedade e do Planeamento**

**Data 02-03-2001**

Determina, nos termos do disposto no art.º 30.º do Decreto Regulamentar 12-A/2000, de 15 de Setembro, os custos máximos da formação para a Medida 1.4 "Formação para o Desenvolvimento" do eixo 1 "Apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal" do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo.





**Despacho n° 4305/2001**

DR51 Série II

Ministério do Planeamento - Gabinete da Ministra

Data 01-03-2001

Delega nos gestores das intervenções operacionais regionais do continente a competência para aprovarem, ao financiamento pela intervenção operacional respectiva, as candidaturas às correspondentes medidas ao Programa Foral, aprovado pela RCM n° 171/2000 de 16 de Novembro.

**Despacho n° 4040/2001**

DR47 Série II

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Gabinete do Ministro

Data 24-02-2001

Determina para efeitos do n° 2 do art° 19° da Portaria 48/2001, que aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n° 7 "Valorização do Ambiente e do Património Rural" da Medida AGRIS, os investimentos que são considerados de interesse colectivo.

**Despacho n° 3007/2001**

DR37 SÉRIE II

Ministério da Economia - Gabinete do Ministro

Data 13-02-2001

Estabelece, de acordo com o art° 11 do DL n° 70-B/2000, os critérios para determinação das despesas elegíveis, relativamente a remunerações do pessoal do promotor, a consultadoria externa, a viagens e estadas, a honorários de especialistas e à construção e adaptação de edifícios e instalações, previstas na regulamentação específica dos apoios criados ao abrigo daquele Decreto-Lei.

**Despacho n° 2791/2001**

DR34 SÉRIE II

Ministério do Planeamento - Gabinete da Ministra

Data 09-02-2001

Delegação nos gestores dos Programas Operacionais Regionais do continente (Intervenções Operacionais Regionais) da competência para aprovarem as candidaturas às correspondentes Medidas de bonificação de juros, que lhes sejam submetidas nos termos do DL n° 144/20001 de 15 de Julho e que se destinem ao financiamento complementar de projectos de natureza municipal e intermunicipal para comparticipação de subsídio FEDER.

**Despacho conjunto n° 113/2001**

DR31 SÉRIE II

Ministérios do Trabalho e da Solidariedade e do Planeamento



**Data 06-02-2001**

Determina que, no âmbito dos pedidos de financiamento relativos às medidas co-financiadas pelo FSE do Eixo I das Intervenções Operacionais Regionais do Continente, as entidades titulares de pedidos de financiamento, quando entidades de direito público ou equiparadas, poderão considerar elegíveis os encargos com as remunerações dos funcionários e agentes da Administração Pública, a título de Contribuição Pública Nacional.

**Portaria n.º 69/2001**

**DR28 SÉRIE I-B**

**Ministérios do Planeamento e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**

**Data 02-02-2001**

Altera o Regulamento do Regime de Ajudas à Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia, aprovado pela Portaria n.º 1109-A/2000, de 27 de Novembro.

**Portaria n.º 68/2001**

**DR28 SÉRIE I-B**

**Ministérios do Planeamento e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**

**Data 02-02-2001**

Altera o Regulamento das Ajudas à Melhoria e Controlo das Condições Hígio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias de Ruminantes, aprovado pela Portaria n.º 1109-B/2000, de 27 de Novembro.

**Portaria n.º 59/2001**

**DR25 SÉRIE I-B**

**Ministérios do Planeamento e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**

**Data 30-01-2001**

Aprova o Regulamento de Aplicação da Subacção n.º 6.2, «Electrificação», da acção n.º 6 «Caminhos e electrificação agro-rurais», da medida AGRIS dos programas operacionais regionais.

**Portaria n.º 53/2001**

**DR24 SÉRIE I-B**

**Ministérios do Planeamento e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.**

**Data 29-01-2001**

Aprova o Regulamento de Aplicação da Subacção n.º 4.1, «Instalação de Serviços de Substituição e Gestão das Explorações Agrícolas», da acção n.º 4, «Serviços à agricultura», da medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos programas operacionais regionais (medida AGRIS) do Programa Agricultura e Desenvolvimento Rural (Programa AGRO).



**Portaria n.º 52/2001**

**DR24 SÉRIE I-B**

Ministérios do Planeamento e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Data 29-01-2001

Aprova o Regulamento de Aplicação da Subacção n.º 3.4, «Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Bióticos e Abióticos», da acção n.º 3, «Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas», dos Programas Operacionais Regionais, da medida Agricultura e Desenvolvimento Rural (medida AGRIS) do Programa da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (Programa AGRO).

**Portaria n.º 48/2001**

**DR22 SÉRIE I-B**

Ministérios do Planeamento e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Data 26-01-2001

Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 7, «Valorização do Ambiente e do Património Rural», da medida AGRIS, dos Programas Operacionais Regionais do Programa da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Programa AGRO).

**Portaria n.º 47/2001**

**DR22 SÉRIE I-B**

Ministérios do Planeamento e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Data 26-01-2001

Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 8, «Dinamização do Desenvolvimento Agro-Florestal e Rural», da medida AGRIS, dos Programas Operacionais Regionais do Programa da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (Programa AGRO).

**Portaria n.º 49/2001**

**DR22 SÉRIE I-B**

Ministérios do Planeamento e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Data 26-01-2001

Aprova o Regulamento de Aplicação da Componente de Apoio à Prestação de Serviços Agrícolas, da subacção n.º 4.2, «Desenvolvimento de outros serviços à agricultura», da acção n.º 4, «Serviços à agricultura», da medida Agricultura e Desenvolvimento Rural, dos programas operacionais regionais (medida AGRIS) do Programa Agricultura e Desenvolvimento Rural (Programa AGRO).



**Despacho conjunto n.º 80/2001**

**DR18 SÉRIE II**

**Ministérios do Trabalho e da Solidariedade e da Reforma do Estado e da Administração Pública**

**Data 22-01-2001**

Determina a elegibilidade dos encargos com as remunerações dos funcionários e agentes da Administração Pública que frequentem ações de formação realizadas durante o período normal de trabalho por conta da entidade patronal, a título de contribuição pública nacional.

**Despacho n.º 219/2001**

**DR6 SÉRIE II**

**Ministério do Equipamento Social - Gabinete do Ministro**

**Data 08-01-2001**

Estabelece as regras necessárias ao não comprometimento do normal processamento das candidaturas no âmbito das Intervenções Operacionais de Acessibilidades e Transportes regionalmente desconcentradas.

APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
1.1.	1.1/001	FEDER	E.M.Estrada da Panasqueira e variante de Averka-Estrada do Brejo	C.M.V.F.Xira	404.999,05	404.999,05	263.229,63
1.1.	1.1/002	FEDER	Plano Integrado de Paço de Arcos	C.M.Oeiras	1.496.393,69	1.496.393,69	972.655,90
1.1.	1.1/003	FEDER	Recuperação do Palácio Ribamar	C.M.Oeiras	997.999,79	997.999,79	648.437,27
1.1.	1.1/005	FEDER	Parque Desportivo do Concelho	C.M.Constância	592.926,05	592.926,05	419.048,23
1.1.	1.1/006	FEDER	Rede de Benfca-ligação do nó da Buraca ao eixo norte/sul em Camoelas	C.M.Lisboa	9.397.352,38	9.397.352,38	4.698.676,16
1.1.	1.1/008	FEDER	Ligação do nó de Sintra (IC16) ao Algueirão	C.M.Sintra	1.312.042,98	1.312.042,98	656.021,49
1.1.	1.1/009	FEDER	Tanque de aprendizagem	C.M.Alenquer	648.437,27	648.437,27	421.484,22
1.1.	1.1/010	FEDER	Rede viária urbana - Av. D. João I	C.M.Abrantes	1.773.406,09	1.773.406,09	1.241.383,27
1.1.	1.1/011	FEDER	Construção da Biblioteca Municipal de Sobral da Monte Agrapo	C.M.S. M. Agrapo	748.196,85	748.196,85	448.916,11
1.1.	1.1/012	FEDER	Escola Básica 1 / Jardim de Infância	C.M.Sintra	1.657.974,28	1.657.974,28	828.987,14
1.1.	1.1/013	FEDER	Novo Rotunda no Largo dos bombeiros Voluntários do Forte da Casa	C.M.V.F.Xira	280.743,41	280.743,41	182.483,22
1.1.	1.1/015	FEDER	Ateneu artístico Vilafranquense	Ateneu Artístico Vilafranquense	1.776.179,41	1.776.179,41	888.089,70
1.1.	1.1/017	FEDER	Pavimentação de estradas e arnuamentos no concelho	C.M.Sesimbra	862.920,36	862.920,36	647.190,27
1.1.	1.1/018	FEDER	Variante do Bombarral, na zona desportiva	C.M.Bombarral	498.797,90	498.797,90	324.218,63
1.1.	1.1/019	FEDER	Construção da Av. Variante Ponte - 1ª fase	C.M.Torres Vedras	2.609.612,83	2.609.612,83	1.304.805,42
1.1.	1.1/025	FEDER	Museu da Cidade	C.M.Almada	4.390.907,91	4.390.907,91	2.195.453,96
1.1.	1.1/028	FEDER	Parque de Negócios da Quinta da Mafarra	C.M.Santarém	2.043.879,25	2.043.879,25	1.328.523,26
1.1.	1.1/030	FEDER	Recuperação do sistema viário municipal	C.M.Santarém	432.133,56	432.133,56	280.888,06
1.1.	1.1/031	FEDER	Complexo desportivo dos Patudos (1ª fase)	C.M.Alparça	1.268.886,98	1.268.886,98	824.777,29
1.1.	1.1/032	FEDER	Campos de treino - conclusão	C.M.Rio Maior	577.164,03	577.164,03	375.155,87
1.1.	1.1/037	FEDER	Circular urbana do Cartaxo - 2ª fase	C.M.Cartaxo	889.885,38	889.885,38	578.425,99
1.1.	1.1/027	FEDER	Requalificação do parque escolar municipal para o ensino básico	C.M.Chamusca	1.125.986,37	1.125.986,37	731.891,14
1.1.	1.1/033	FEDER	Pavilhão multiusos	C.M.Rio Maior	3.208.861,64	3.208.861,64	2.021.582,99
1.1.	1.1/035	FEDER	Reconstrução da rede de acessibilidades concelhias	C.M.Almeirim	418.725,87	418.725,87	272.174,06
1.1.	1.1/036	FEDER	Infraestruturas de loteamento industrial	C.M.Almeirim	1.825.874,64	1.825.874,64	1.186.819,76
1.1.	O-1.1/001	FEDER	Novo Pavilhão Gimnodesportivo da Nazaré	C.M.Nazaré	1.275.431,21	1.275.431,21	829.032,03
1.1.	O-1.1/002	FEDER	Beneficiação da rede viária municipal - 1ª fase	C.M.Alcobaca	991.929,45	991.929,45	644.756,14
1.1.	O-1.1/003	FEDER	Expansão da rede pré-escolar concelhia - 1ª fase	C.M.Alcobaca	432.791,97	432.791,97	281.317,03
1.1.	1.1/004	FEDER	Remoderação da Escola Régia da Azambuja - Biblioteca Municipal	C.M.Azambuja	662.677,95	662.677,95	400.736,92
1.1.	1.1/020	FEDER	Valorização e consolidação das estruturas viárias - 1ª fase	C.M.Sardoal	1.129.827,12	1.129.827,12	734.390,12
1.1.	1.1/021	FEDER	Reabilitação e beneficiação da rede viária municipal - 4ª fase	C.M.Sardoal	899.716,68	899.716,68	584.820,58
1.1.	1.1/022	FEDER	Pavilhão polidesportivo - 2ª fase - cobertura	C.M.Entroncamento	392.254,67	392.254,67	254.965,53
1.1.	1.1/038	FEDER	Rede Viária Municipal	C.M.Azambuja	522.101,73	522.101,73	339.367,13
1.1.	1.1/040	FEDER	Complexo de piscinas de Corrolos - 2ª fase	C.M.Sebal	2.533.214,95	2.533.214,95	1.519.926,98
1.1.	1.1/042	FEDER	Montalvo - Zona Industrial - Expansão	C.M.Constância	399.038,32	399.038,32	279.326,82
1.1.	1.1/044	FEDER	EM 1375 Troço Semideira/Retvão e Aterro/Galega	C.M.Chamusca	1.310.372,00	1.310.372,00	851.742,30
1.1.	1.1/045	FEDER	Requalificação da EM 586 e EM 1380 e Circular Norte Vila da Chamusca	C.M.Chamusca	1.175.362,38	1.175.362,38	763.983,80
1.1.	1.1/007	FEDER	Construção da Escola da Bela Vista (1ª ciclo)	C.M.Setal	1.454.330,06	1.454.330,06	945.316,79
1.1.	1.1/048	FEDER	Rede Viária Interna nas Freguesias	C.M.Alcarenna	708.293,01	708.293,01	460.390,46
1.1.	LT-1.1/001	FEDER	E.M.594-Correção do traçado e beneficiação entre Santos e a E.n. 3 em Póvoa de Santarém	C.M.Santarém	701.718,86	701.718,86	456.115,76
1.1.	LT-1.1/002	FEDER	Biblioteca Municipal de Alparça	C.M.Alparça	1.144.267,32	1.144.267,32	743.772,51
1.1.	LT-1.1/003	FEDER	Rede Viária Concelhia Secundária	C.M.Coruche	1.171.067,73	1.171.067,73	761.195,52
1.1.	LT-1.1/004	FEDER	Beneficiação da rede viária municipal estruturante	C.M.Cartaxo	942.059,64	942.059,64	612.339,26
1.1.	LT-1.1/005	FEDER	C.E.C. Chamusca - Parreira/Pego da Curva e Pego da Curva/Gorção	C.M.Chamusca	1.063.167,77	1.063.167,77	691.059,55
1.1.	1.1/001/AHL	FEDER	Rede municipal de equipamentos do pré-escolar	C.M.Sintra	670.100,06	670.100,06	338.052,52
1.1.	1.1/002/AHL	FEDER	Construção de instalações para o Ensino Básico - 1º ciclo	C.M.Mafra	3.563.287,19	3.563.287,19	2.316.136,67
1.1.	1.1/003/AHL	FEDER	Construção da Escola Primária nº 9 - Bairro S.José	C.M.Cascais	567.936,27	567.936,27	369.160,32
1.1.	1.1/024	FEDER	Creche, Jardim de Infância e ATL do concelho de Óbidos e Recuperação Urbanística envolvente	C.M.Óbidos	419.613,73	419.613,73	272.747,68
1.1.	1.1/043	FEDER	Beneficiação de acessibilidades internas e interconcelhias - CM 1020	C.M.Moita	355.548,13	355.548,13	231.108,03
1.1.	1.1/047	FEDER	Pavilhão Gimnodesportivo da Glória do Ribatejo	C.M.S.Nagos	648.437,27	648.437,27	421.484,22
1.1.	O-1.1/004	FEDER	Construção e beneficiação da rede viária do concelho	C.M.S. M. Agrapo	775.131,93	775.131,93	503.835,76
1.1.	O-1.1/005	FEDER	Renovação da rede viária - 3ª fase	C.M.Cadaval	489.325,73	489.325,73	318.063,47
1.1.	O-1.1/006	FEDER	Renovação da rede municipal de ligação às freguesias	C.M.Lourinhã	1.714.136,93	1.714.136,93	1.114.189,80
1.1.	1.1/004/AHL	FEDER	Reabilitação da Estrada dos Foros do Carrapat	C.M.Montijo	297.200,75	297.200,75	193.180,53
1.1.	1.1/046	FEDER	Rede Viária Urbana Fundamental de Abrantes - Avenida do Paloi	C.M.Abrantes	461.183,55	461.183,55	299.767,56
1.1.	1.1/050	FEDER	Rede Viária de Ligação às Freguesias	C.M.Alcarenna	786.020,69	786.020,69	510.913,70
1.1.	1.1/051	FEDER	Beneficiação das Acessibilidades Municipais - 1ª Fase	C.M.Torres Novas	987.774,46	987.774,46	642.052,65
1.1.	LT/1.1/006	FEDER	Rede viária concelhia - 1ª fase	C.M.Rio Maior	919.977,85	919.977,85	597.983,86
1.1.	LT/1.1/007	FEDER	Piscinas Municipais de Azinhaga	C.M.Golegã	420.172,36	420.172,36	273.112,05
1.1.	LT/1.1/008	FEDER	Parque Desportivo Concelhio	C.M.Chamusca	567.786,63	567.786,63	369.061,31
1.1.	LT/1.1/009	FEDER	Estradas de ligação Granho e Foros de Benfca e Granho Novo a Marinhas	C.M.S.Magos	768.148,76	768.148,76	499.296,69



APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
1.1.	LT/1.1/010	FEDER	E.N. 365 - Beneficiação da Estrada de S.Domingos	C.M.Santarém	998.748,02	998.748,02	649.186,21
1.1.	LT/1.1/011	FEDER	Construção Integrada da Rede de Escolas Pré-Primárias e Primárias do Concelho - 1ª fase - Benevente	C.M.Benevente	823.615,27	823.615,27	536.649,92
1.1.	LT/1.1/012	FEDER	Recuperação do sistema viário das freguesias rurais - 1ª fase	C.M.Santarém	1.042.352,93	1.042.352,93	677.529,40
1.1.	LT/1.1/013	FEDER	Rede viária concelhia principal	C.M.Coruche	711.500,28	711.500,28	462.473,43
1.1.	LT/1.1/014	FEDER	Complexo desportivo do grupo desportivo "O Coruchense"	G.D.Coruchense	2.992.787,38	2.992.787,38	1.945.311,80
1.1.	O-1.1/007	FEDER	Beneficiação da rede viária municipal - 2ª fase	C.M.Alcoçoba	1.586.790,83	1.586.790,83	1.031.414,29
1.1.	O-1.1/008	FEDER	Reabilitação do Parque Escolar do Ensino Pré-Escolar e 1º ciclo do concelho - 1ª fase	C.M.Lourinhã	344.629,44	344.629,44	224.010,14
1.1.	O-1.1/009	FEDER	Estádio Municipal - Construção da pista de atletismo	C.M. Nazaré	451.052,96	451.052,96	293.183,43
1.1.	O-1.1/010	FEDER	Fecho da rede de infraestruturas e equipamentos básicos dos assementados de Valado de Frazes, Famelção e Fenhais	C.M. Nazaré	520.595,37	520.595,37	338.389,48
1.1.	1.1/052	FEDER	Transformação em arruamento da E.M. 540	C.M.V.N.Barquinha	853.752,46	853.752,46	554.937,60
1.1.	1.1/053	FEDER	Rede viária municipal	C.M.F.Zêzere	863.808,22	863.808,22	561.476,84
1.1.	1.1/056	FEDER	Poli-desportivos descobertos nas freguesias	C.M.F.Zêzere	514.135,93	514.135,93	334.184,62
1.1.	1.1/057	FEDER	Valorização e consolidação das estruturas viárias urbanas - 2ª fase	C.M.Sardoal	508.534,43	508.534,43	330.546,38
1.1.	LT/1.1/015	FEDER	Rede viária municipal - 1ª fase	C.M.S.Magos	940.333,80	940.333,80	611.216,97
1.1.	LT/1.1/016	FEDER	Centro de Dia - 40 Idosos - Chouto	C.M.Charnusca	433.360,60	433.360,60	281.686,14
1.1.	1.1/054	FEDER	Acessibilidades e Equipamentos - 1ª fase	C.M.Tomar	2.620.739,02	2.620.739,02	1.703.479,61
1.1.	1.1/058	FEDER	Acessibilidades e Equipamentos - 2ª fase	C.M.Tomar	499.723,66	499.723,66	249.862,83
1.1.	1.1/059	FEDER	Parque Desportivo de Abrantes - 2ª fase - Edifício Principal e arranjos interiores+infraestruturas gerais do parque desportivo	C.M.Abrantes	2.228.938,26	2.228.938,26	1.448.808,37
1.1.	1.1/005/AML	FEDER	Construção da Variante Urbana do Sarmouco - 1ª fase	C.M.Alcoçoba	431.843,80	431.843,80	323.682,83
1.1.	1.1-006/AML	FEDER	Reabilitação de equipamentos desportivos	C.M.Lisboa	3.386.987,36	3.386.987,36	1.693.493,68
1.1.	1.1-007/AML	FEDER	Requalificação e modernização do parque escolar do concelho de Odvetas	Com.Inst. Do município de Odvetas	792.866,42	792.866,42	515.363,17
1.1.	LT/1.1/017	FEDER	Beneficiação e Requalificação do Cine-teatro de Benevente	C.M.Benevente	1.041.859,12	1.041.859,12	677.207,93
1.1.	LT/1.1/018	FEDER	Infraestruturas de suporte à actividade económica	C.M.Cartaxo	679.642,06	679.642,06	441.765,35
1.1.	LT/1.1/019	FEDER	Beneficiação e reabilitação da rede viária municipal - 1ª fase	C.M.Benevente	1.003.197,29	1.003.197,29	652.078,49
1.1.	1.1-008/AML	FEDER	Escola Básica 1 /Jardim de Infância de Aguaive	C.M.Sintra	1.543.400,41	1.543.400,41	771.700,20
1.1.	1.1-010/AML	FEDER	Remodulação e ampliação da EB1	Com.Inst. Do município de Odvetas	932.726,71	932.726,71	606.272,36
1.1.	1.1-011/AML	FEDER	Pavilhão/sala de espectáculos e congressos, Parque dos Casquilhos	C.M.Barcelos	4.072.191,02	4.072.191,02	2.443.316,61
1.1.	1.1-012/AML	FEDER	Remodulação e Ampliação do auditório da biblioteca de Palmela/Polo de Pinhal Novo	C.M.Palmela	517.657,69	517.657,69	388.243,27
1.1.	1.1/063	FEDER	Parque Desportivo de Abrantes - 2ª fase - Execução de Piscinas Municipais	C.M.Abrantes	3.456.819,07	3.456.819,07	2.246.934,89
1.1.	1.1/064	FEDER	Via dos Cotoas	C.M.Torres Novas	976.785,95	976.785,95	634.909,87
1.1.	O-1.1/011	FEDER	Parque de Feiras e Exposições - 2ª fase	C.M.Torres Vedras	794.744,67	794.744,67	516.585,03
1.1.	O-1.1/012	FEDER	Grandes beneficiações e Correcções de Vias Municipais	C.M.Óbidos	1.132.351,03	1.132.351,03	736.026,18
1.1.	O-1.1/013	FEDER	Remodulação do Edifício dos Paços do Concelho/Centro de Apoio às Artes	C.M.Torres Vedras	1.041.235,62	1.041.235,62	520.620,31
1.1.	O-1.1/014	FEDER	Construção da Avenida Variante Poente - 2ª fase	C.M.Torres Vedras	2.675.621,75	2.675.621,75	1.739.153,64
1.1.	1.1/014/AML	FEDER	Complexo social e cultural da Lage	C.M.Oeiras	893.242,29	893.242,29	580.605,74
1.1.	O-1.1/015	FEDER	Construção da área de actividades económicas	C.M.Bombarral	1.097.355,37	1.097.355,37	713.280,99
1.1.	O-1.1/016	FEDER	Construção da rede viária estruturante do sul do concelho	C.M.Bombarral	708.293,01	708.293,01	460.390,46
1.1.	O-1.1/017	FEDER	Recuperação de escolas primárias e construção de Jardins de Infância	C.M.Óbidos	449.406,93	449.406,93	292.114,50
1.1.	O-1.1/018	FEDER	Pavilhão multiusos	C.M.Arnuda dos Vinhos	1.131.478,14	1.131.478,14	735.460,79
1.1.	O-1.1/019	FEDER	Beneficiação da rede viária municipal - 3ª fase	C.M.Alcoçoba	426.671,72	426.671,72	277.336,62
1.1.	O-1.1/020	FEDER	Renovação da rede viária - 4ª fase	C.M.Cadaval	544.447,88	544.447,88	353.891,12
1.1.	MT/1.1/001	FEDER	Beneficiação das acessibilidades municipais - 2ª fase	C.M.Torres Novas	1.190.426,07	1.190.426,07	773.780,19
1.1.	MT/1.1/002	FEDER	Qualificação das vias - Parque Industrial de Abrantes - zona sul	C.M.Abrantes	1.895.591,62	1.895.591,62	1.232.134,56
1.1.	MT/1.1/003	FEDER	Acessibilidades e Equipamentos - 3ª fase	C.M.Tomar	4.757.913,43	4.757.913,43	2.378.956,71
1.1.	1.1/034	FEDER	Complexo desportivo e de lazer dos Camarinhas, instalações do parque de camping e centro de estágio - 2ª fase	C.M.Benevente	276.428,81	276.428,81	179.676,98
1.1.	LT/1.1/020	FEDER	C.M. 1314 - Beneficiação do caminho municipal entre E.N. 362 e E.N. 361 (Alcanede)	C.M.Santarém	805.773,09	805.773,09	523.752,76
1.1.	LT/1.1/021	FEDER	Ligação do Nó da Senhora de Guizé à Zona Industrial	C.M.Santarém	1.177.387,50	1.177.387,50	624.016,12
1.1.	LT/1.1/023	FEDER	Rede viária Concelhia Secundária - 2ª Fase	C.M.Coruche	430.951,41	430.951,41	280.119,91
1.1.	LT/1.1/024	FEDER	Centro Cultural de Samora Correia	C.M.Benevente	1.620.494,61	1.620.494,61	1.053.321,50
1.1.	LT/1.1/025	FEDER	Piscinas Descobertas e Arranjos Exteriores do Complexo de Piscinas Municipais de Coruche	C.M.Coruche	1.710.542,59	1.710.542,59	1.111.850,44
1.1.	LT/1.1/026	FEDER	Arruamento de acesso à zona desportiva com ciclovia	C.M.Aplara	398.958,51	398.958,51	199.479,25
1.1.	1.1/026	FEDER	Piscina coberta	A.H.B.V.C.Rainha	798.076,64	798.076,64	518.749,81
1.1.	O-1.1/021	FEDER	Beneficiação da rede viária municipal - 4ª fase	C.M.Alcoçoba	937.605,37	937.605,37	609.441,25
1.1.	O-1.1/022	FEDER	Piscinas da Lourinhã - 1ª fase	C.M.Lourinhã	448.553,98	448.553,98	291.562,33
1.1.	MT/1.1/004	FEDER	Qualificação dos recursos humanos	C.M.Abrantes	829.301,38	829.301,38	539.045,90
1.1.	MT/1.1/005	FEDER	Equipamentos do ensino básico	C.M.Abrantes	2.246.366,26	2.246.366,26	1.460.136,07
1.1.	MT/1.1/006	FEDER	Beneficiação das acessibilidades municipais - 3ª fase	C.M.Torres Novas	978.646,46	978.646,46	636.121,95
1.2.	1.2/001	FEDER	Qualificação urbana de diversas freguesias	C.M.V.F.Mira	676.579,44	676.579,44	439.780,13
1.2.	1.2/002	FEDER	Reforço do abastecimento de água ao concelho de Sesimbra	C.M.Sesimbra	1.112.319,31	1.112.319,31	834.239,48
1.2.	1.2/003	FEDER	Rede de saneamento do concelho	C.M.Sesimbra	728.244,93	728.244,93	546.183,70



APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
1.2.	1.2/004	FEDER	Conduta e estação elevatória de esgotos de Alcochete	C.M.Alcochete	748.196,85	748.196,85	486.327,95
1.2.	1.2/005	FEDER	Duplicação da Ribeira da Junça - 3ª fase	C.M.Deiras	356.665,44	356.665,44	231.831,29
1.2.	1.2/006	FEDER	Despoluição da bacia hidrográfica da ribeira de Alenquer / rio da Ota	C.M.Alenquer	2.699.963,09	2.699.963,09	1.754.976,01
1.2.	1.2/008	FEDER	Despoluição da bacia hidrográfica do rio Alcábrichel - 2ª fase	C.M.T.Vedras	1.022.535,69	1.022.535,69	664.648,20
1.2.	1.2/009	FEDER	Despoluição da bacia hidrográfica do rio Alcábrichel	C.M.Alenquer	425.384,82	425.384,82	276.498,64
1.2.	1.2/010	FEDER	Despoluição da Bacia do rio Sizandro - 2ª fase	C.M.T.Vedras	1.202.102,93	1.202.102,93	781.366,91
1.2.	1.2/014	FEDER	Renov. da rede viária e artiscul. da rede reg./nac. - fregues. de Sta. Margarida do Coutedo	C.M.Constância	1.323.076,39	1.323.076,39	926.152,97
1.2.	1.2/015	FEDER	Beneficiação da Rua Farla da Costa e adjacentes nas Azenhas do Mar	C.M.Sintra	576.725,09	576.725,09	288.362,95
1.2.	1.2/013	FEDER	Reabilitação Urbana do Jardim Municipal de V.F. De Xira	C.M.V.F.Xira	343.701,68	343.701,68	223.406,99
1.2.	1.2/020	FEDER	Remodulação do Jardim do Vale da Figueira, S. João da Talha	C.M.Loures	435.480,49	435.480,49	283.062,32
1.2.	1.2/025	FEDER	Centro cultural da Região de Turismo da Costa Azul/Convento dos Capuchos	C.M.Almada	2.740.126,30	2.740.126,30	1.370.063,15
1.2.	1.2/027	FEDER	Construção da rede de esgotos em várias freguesias	C.M.Bombarral	698.317,06	698.317,06	453.906,09
1.2.	1.2/017	FEDER	Despoluição da Bacia Hidrográfica do rio Real/Lagoa de Óbidos - 2ª fase	C.M.Cadaval	517.173,61	517.173,61	336.164,84
1.2.	1.2/021	FEDER	Arranjos exteriores da Portela - Zona 3	C.M.Loures	473.858,00	473.858,00	308.007,70
1.2.	1.2/022	FEDER	Modernização do sist.de abast. de água às freg. De Carregueiras, Pinheiro Grande, Chamusca Ulme e Parreiros	C.M.Chamusca	716.323,66	716.323,66	465.612,87
1.2.	1.2/023	FEDER	Remodulação do sistema de abastecimento de água ao concelho de Santarém	C.M.Santarém	597.255,61	597.255,61	388.214,40
1.2.	1.2/024	FEDER	Reconstrução da rede viária concelhia	C.M.Armazém	1.101.176,17	1.101.176,17	715.765,01
1.2.	O-1.2/001	FEDER	Saneamento básico e abastecimento de água às freguesias de S. Quintino e Sapotaria	C.M.S. M. Agraço	517.477,88	517.477,88	336.359,37
1.2.	1.2/016	FEDER	Saneamento e Valorização e Defesa Ambiental	C.M.Sardoal	538.986,04	538.986,04	350.340,68
1.2.	1.2/028	FEDER	Arranjos exteriores da Quinta de Santo António	C.M.Setúbal	317.385,10	317.385,10	206.302,81
1.2.	1.2/029	FEDER	Arranjos exteriores da piscina municipal das Palmeiras	C.M.Setúbal	599.401,84	599.401,84	363.611,20
1.2.	1.2/030	FEDER	Parque Verde da Algodela - Arranjos exteriores - 1ª fase	C.M.Setúbal	672.713,76	672.713,76	437.266,19
1.2.	1.2/031	FEDER	Ampliação, beneficiação da rede de abastecimento de água a Foros de Salvaterra e Granho Novo	C.M.S.Magos	698.317,06	698.317,06	453.906,09
1.2.	1.2/032	FEDER	Ampliação, beneficiação da rede de abastecimento de água a Glória, Marinhais, Muge e S.Magos	C.M.S.Magos	690.835,09	690.835,09	449.042,81
1.2.	1.2/033	FEDER	Reforço do Sistema de Saneamento básico do concelho	C.M.Constância	428.761,68	428.761,68	300.131,68
1.2.	1.2/019	FEDER	Reforço do abast. de água ao concelho de Óbidos - Equip. furos J17 e J18 - tubagens e reservatórios	C.M.Óbidos	417.773,17	417.773,17	271.550,56
1.2.	1.2/034	FEDER	Parque Desportivo de Via Rara - 2ª fase	C.M.Loures	654.412,86	654.412,86	425.369,86
1.2.	1.2/035	FEDER	Centro Distribuidor de Água de Sta. Maria de Corroios - 2ª fase	C.M.Sebal	2.435.171,24	2.435.171,24	1.461.103,74
1.2.	1.2/036	FEDER	Reforço e melhoria da Qualidade do Abastecimento de Água às Freguesias e Cidade do Cartaxo	C.M.Cartaxo	594.597,02	594.597,02	386.488,56
1.2.	1.2/037	FEDER	Memória Viva 2000	C.M.Cartaxo	809.050,19	809.050,19	525.882,62
1.2.	1.2/038	FEDER	Valorização Urbana de Alparça - 1ª fase	C.M.Alparça	632.206,38	632.206,38	410.934,65
1.2.	LT-1.2/001	FEDER	Reabilitação urbana da vila de Ulme	C.M.Chamusca	801.772,73	801.772,73	521.154,02
1.2.	LT-1.2/002	FEDER	Vias estruturantes dos aglomerados urbanos	C.M.Cartaxo	622.898,81	622.898,81	404.884,23
1.2.	LT-1.2/003	FEDER	Despoluição da Bacia de rio Maior - 3ª Fase	C.M.Rio Maior	1.051.904,91	1.051.904,91	683.737,19
1.2.	1.2/001/AHL	FEDER	Rede de esgotos domésticos de V.N. De S.Pedro e Outeiro	C.M.Azambuja	361.428,96	361.428,96	234.928,82
1.2.	1.2/002/AHL	FEDER	Reforço do abastecimento de água ao concelho da Moita	C.M.Moita	648.137,83	648.137,83	421.289,59
1.2.	1.2/003/AHL	FEDER	Construção do reservatório elevatório Corte das Chedras	C.M.Montijo	722.815,96	722.815,96	469.830,37
1.2.	1.2/011	FEDER	Reforço do abastecimento de água à zona Industrial do Carregado	C.M.Alenquer	399.038,32	399.038,32	259.374,91
1.2.	O-1.2/002	FEDER	Infraestruturas e reabilitação urbana e funcional dos lugares de Sítio e Pedomeira	C.M.Nazaré	589.898,34	589.898,34	383.433,92
1.2.	O-1.2/003	FEDER	Rede de esgotos de Alcobaca - 4ª fase - Interceptores 1,2,3,5 e 6	C.M.Alcobaca	478.526,75	478.526,75	311.042,39
1.2.	O-1.2/004	FEDER	Rede de saneamento da Ceta, Bairro e Casas da Vestilaria - 2ª fase	C.M.Alcobaca	984.113,29	984.113,29	639.673,39
1.2.	O-1.2/005	FEDER	Remodulação e ampliação das redes de saneamento básico no concelho de Peniche	C.M.Peniche	1.066.030,87	1.066.030,87	692.920,06
1.2.	1.2/004/AHL	FEDER	Condutas adutoras do Farel da Azeda - Brancanes e Farel da Azeda - Monte Belo	C.M.Setúbal	1.377.480,27	1.377.480,27	895.362,18
1.2.	1.2/018	FEDER	Reforço do abastecimento de água e saneamento de águas residuais domésticas em localidades do concelho - 1ª Fase	C.M.T.Novas	838.294,71	838.294,71	544.891,81
1.2.	LT/1.2/004	FEDER	Interceptor de Cintura - Emisário e ETAR da Vila de Coruche	C.M.Coruche	839.905,83	839.905,83	543.938,79
1.2.	LT/1.2/005	FEDER	Ampliação da rede de águas residuais do Glória do Ribatejo	C.M.S.Magos	718.268,97	718.268,97	466.874,83
1.2.	LT/1.2/006	FEDER	Valorização de Espaços Públicos Verdes de S.Domingos	C.M.Santarém	633.677,84	633.677,84	411.890,59
1.2.	LT/1.2/007	FEDER	Constituição de ETAR em Benavente (Cerrado das Águas)	C.M.Benavente	835.162,26	835.162,26	542.855,47
1.2.	LT/1.2/008	FEDER	Ampliação e beneficiação da rede de águas residuais de Salvaterra de Magos	C.M.S.Magos	598.557,48	598.557,48	389.062,36
1.2.	LT/1.2/009	FEDER	Reabilitação urbana da freguesia de Azinhaga	C.M.Golegã	785.811,20	785.811,20	510.777,28
1.2.	LT/1.2/010	FEDER	Reabilitação urbana da freguesia da Golegã	C.M.Golegã	1.544.388,02	1.544.388,02	1.003.852,22
1.2.	1.2/005/AHL	FEDER	Construção do Parque Urbano do Alto do Forte/Serra das Minas	C.M.Sintra	1.513.322,89	1.513.322,89	796.661,45
1.2.	1.2/006/AHL	FEDER	Obras de reabilitação e conservação do Teatro S.Luís - fase II	C.M.Lisboa	4.040.262,97	4.040.262,97	2.020.131,48
1.2.	1.2/007/AHL	FEDER	Reforço do abastecimento de água à Zona Industrial	C.M.Azambuja	824.857,09	824.857,09	536.157,86
1.2.	1.2/008/AHL	FEDER	Rede de esgotos domésticos de Casas das Corneiras	C.M.Azambuja	330.982,33	330.982,33	215.136,57
1.2.	O-1.2/006	FEDER	Sistema de drenagem de Bombardeira, Póvoa de Além, Valongo e outros	C.M.T.Vedras	788.100,68	788.100,68	512.265,44
1.2.	O-1.2/007	FEDER	Sistema de drenagem de Aldela Grande e Outros Aglomerados	C.M.T.Vedras	578.605,56	578.605,56	376.093,61
1.2.	O-1.2/008	FEDER	Reforço do abastecimento de água ao concelho	C.M.Lourinhã	1.507.541,82	1.507.541,82	979.903,43
1.2.	O-1.2/009	FEDER	Despoluição da Bacia Hidrográfica do rio Sizandro - 3ª fase	C.M.T.Vedras	399.038,32	399.038,32	259.374,91

APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
1.2.	0-1.2/010	FEDER	Rede de esgotos de Moita, Martingança e Burinhosa - 1ª fase	C.M.Alcobça	1.436.223,70	1.436.223,70	933.545,16
1.2.	0-1.2/011	FEDER	Rede de esgotos de Cós, Póvoa e Castanheira	C.M.Alcobça	757.294,92	757.294,92	492.243,69
1.2.	0-1.2/012	FEDER	Infraestruturas do Bom Sucesso - 2ª fase	C.M.Óbidos	1.369.803,77	1.369.803,77	890.374,20
1.2.	0-1.2/013	FEDER	Despoluição da Bacia Hidrográfica do rio Grande da Pipa - 1ª fase	C.M.Alenquer	755.728,69	755.728,69	491.226,14
1.2.	1.2-013/AML	FEDER	Qualificação da Imagem urbana	C.M.Moita	598.038,73	598.038,73	388.728,17
1.2.	1.2-014/AML	FEDER	Conduta elevatória CE 1/ETAR do Sebalinho	C.M.Mondjo	444.543,46	444.543,46	288.933,25
1.2.	1.2/039	FEDER	Valorização Ambiental e Patrimonial	C.M.Tomar	1.926.397,38	1.926.397,38	963.198,69
1.2.	1.2/042	FEDER	Requalificação do Largo dos Combatentes, no Tramegal	C.M.Abrantes	542.367,89	542.367,89	352.540,38
1.2.	1.2/044	FEDER	Reabilitação e beneficiação da rede viária da cidade - 1ª fase	C.M.T.Novas	437.400,86	437.400,86	284.309,81
1.2.	LT/1.2/011	FEDER	Reconstrução da rede viária concelhia - 2ª fase	C.M.Americim	1.012.285,39	1.012.285,39	657.984,26
1.2.	LT/1.2/012	FEDER	Rede colectora de águas residuais do concelho	C.M.Cartaxo	607.336,32	607.336,32	394.768,61
1.2.	LT/1.2/013	FEDER	Valorização Urbana de Alpiarça - 2ª fase	C.M.Alpiarça	1.041.280,51	1.041.280,51	676.833,83
1.2.	1.2-016/AML	FEDER	Obras de reabilitação do Teatro Mário Viegas	C.M.Lisboa	4.071.767,04	4.071.767,04	2.033.883,32
1.2.	1.2-017/AML	FEDER	Reabilitação do parque florestal de Monsanto - 1ª fase	C.M.Lisboa	1.945.311,80	1.945.311,80	972.655,90
1.2.	1.2-018/AML	FEDER	Reabilitação do espaço público dos Lóios - 1ª fase	C.M.Lisboa	3.591.344,86	3.591.344,86	1.795.672,43
1.2.	LT/1.2/015	FEDER	Beneficiação e reabilitação da rede urbana concelhia - 1ª fase	C.M.Benavente	821.330,59	821.330,59	533.863,39
1.2.	1.2/045	FEDER	Rede de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais domésticas em localidades do concelho - 2ª Fase	C.M.T.Novas	508.270,07	508.270,07	330.373,80
1.2.	1.2-009/AML	FEDER	Jardim de S. Brás	C.M.Amadora	772.478,33	772.478,33	502.109,92
1.2.	1.2-010/AML	FEDER	Casa Roque Gamito - Arranjo urbanístico (2ª fase)	C.M.Amadora	365.539,05	365.539,05	237.602,38
1.2.	1.2-012/AML	FEDER	Intervenções de Qualificação do espaço público	C.M.Amadora	746.027,07	746.027,07	484.916,35
1.2.	1.2-019/AML	FEDER	Praça da Independência	C.M.Palmela	1.252.780,77	1.252.780,77	939.585,58
1.2.	0-1.2/016	FEDER	Arranjos de espaços públicos da Arruda dos Vinhos	C.M.Arruda dos Vinhos	472.710,77	472.710,77	307.264,49
1.2.	0-1.2/014	FEDER	Despoluição da Bacia Hidrográfica do rio real/Lagos de bôidos - 3ª fase	C.M.Cadaveit	399.626,90	399.626,90	259.758,98
1.2.	0-1.2/015	FEDER	Requalificação urbana das freguesias - 1ª fase	C.M.Cadaveit	595.933,80	595.933,80	387.356,47
1.2.	0-1.2/017	FEDER	Requalificação dos principais centros urbanos do concelho de Peniche - Fase I	C.M.Peniche	466.146,59	466.146,59	302.994,76
1.2.	0-1.2/019	FEDER	Abastecimento de água a Portela do Pereiro e Casal Vale Ventos	C.M.Alcobça	621.901,22	621.901,22	404.233,79
1.2.	0-1.2/020	FEDER	Rede de esgotos de Freires, Chiqueira e Chãos	C.M.Alcobça	1.864.195,29	1.864.195,29	1.211.726,94
1.2.	MT/1.2/001	FEDER	Reabilitação de arruamentos e beneficiação da zona antiga de Moita do Norte - 1ª fase	C.M.V.N.Barquinha	879.146,26	879.146,26	571.442,82
1.2.	LT/1.2/016	FEDER	Reabilitação Urbana de Amiais de Babo	Junta Freguesia de Amiais de Babo	554.922,64	554.922,64	360.700,71
1.2.	LT/1.2/017	FEDER	Remodulação, ampliação e Construção da Rede Publica de Águas Residuais	C.M.Benavente	337.850,78	337.850,78	219.600,76
1.2.	LT/1.2/018	FEDER	Intervenção Urbanística em Santana do Mato e Fajarda	C.M.Coruche	793.353,02	793.353,02	515.677,22
1.2.	0-1.2/021	FEDER	Remodulação e ampliação das redes de saneamento básico no concelho de Peniche	C.M.Peniche	1.182.505,16	1.182.505,16	768.627,61
1.2.	0-1.2/022	FEDER	Rede de esgotos de Vimeiro e zona alta de Alfeizerão, Medros e Alva de Regales	C.M.Alcobça	1.628.335,71	1.628.335,71	1.058.419,21
1.2.	0-1.2/023	FEDER	Requalificação e Valorização do Vilar - 1ª fase	C.M.Cadaveit	470.585,89	470.585,89	305.877,83
1.2.	0-1.2/024	FEDER	Recuperação urbana e paisagística da freguesia da Lourinhã	C.M.Lourinhã	904.370,47	904.370,47	587.838,31
1.2.	MT/1.2/002	FEDER	Valorização Ambiental e Patrimonial - 2ª fase	C.M.Tomar	776.393,89	776.393,89	388.194,45
1.2.	0-1.2/018	FEDER	Abastecimento de água à Vila do Bombarral	C.M.Bombarral	1.017.547,71	1.017.547,71	661.406,01
1.2.	MT/1.2/003	FEDER	Rede de saneamento básico em Minde - recuperação	C.M.Alcancova	334.369,17	334.369,17	217.341,21
1.2.	MT/1.2/004	FEDER	Saneamento de Carvalhal de Aroeira, Rodrigo e Nicho do Rodrigo	C.M.T.Novas	1.074.251,05	1.074.251,05	698.263,19
1.3.	1.3/002	FEDER	Divulgação da História de Alpiarça	C.M.Alpiarça	66.724,19	66.724,19	43.370,73
1.3.	LT-1.3/001	FEDER	As Finanças Locais no Distrito de Santarém-Estrutura e Evolução entre 1995 e 1998	Governo Civil de Santarém	5.237,38	5.237,38	3.406,79
1.3.	LT-1.3/002	FEDER	Sistema de Informação Geográfica da Lezíria do Tejo	A.M.L. Tejo	99.759,58	99.759,58	64.843,73
1.3.	1.3/016	FEDER	Cooperação 2001	CCRVT	170.474,16	170.474,16	110.807,95
1.3.	1.3/017	FEDER	Marketing e promoção da RLVT - 2001	CCRVT	284.728,80	284.728,80	185.073,97
1.3.	1.3/019	FEDER	Plano Regional do Ordenamento do Território do Oeste	CCRVT	149.639,37	149.639,37	97.265,59
1.3.	1.3/020	FEDER	Observatório do Ordenamento do Território das zonas influenciadas pela Nova Travessa do Tejo	CCRVT	74.819,68	74.819,68	48.632,79
1.3.	1.3/015	FEDER	Fomento da Actividade Empresarial na Região de Setúbal	AERSET	139.598,57	139.598,57	90.741,31
1.3.	1.3/024	FEDER	Promção de exposições, encontros e serviços de apoio ao tecido empresarial, a realizar nos Pólos Técnicos da AERLIS	AERLIS	116.728,68	116.728,68	75.872,15
1.3.	1.3/025	FEDER	Caracterização e Dinamização do Tecido Empresarial da Região	NERLEI	108.408,73	108.408,73	70.465,18
1.3.	1.3/026	FEDER	Apoio ao Desenvolvimento Económico	NER SANT	135.373,75	135.373,75	87.992,94
1.3.	1.3/027	FEDER	Capacidade Institucional Regional - Estudos	C.M.Tomar	138.022,37	138.022,37	89.713,79
1.3.	0-1.3/001	FEDER	SIG-Oeste (Assessoria)	A.M.Oeste	395.676,42	395.676,42	257.190,17
1.3.	1.3-001/AML	FEDER	Festa 2001	A.M.Lisboa	146.147,78	146.147,78	94.996,06
1.3.	1.3-002/AML	FEDER	Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Península de Setúbal - 2ª fase	A.M.D.Setúbal	249.398,95	249.398,95	167.049,21
1.3.	1.3/028	FEDER	II Grande Premio Internacional de Ciclismo da Região de Lisboa e Vale do Tejo	Turismo de Lisboa	260.951,11	260.951,11	169.616,22
1.3.	LT/1.3/003	FEDER	Promção e divulgação da Lezíria do Tejo - 1ª fase	AM/Tejo	49.146,56	49.146,56	31.943,26
1.3.	1.3/029	FEDER	Programa de Valorização Urbana da Cidade de Tomar	C.M. Tomar	17.507,81	17.507,81	11.380,07
1.3.	1.3/030	FEDER	Os Frutos Secos no Ribatejo 2001/2002	Ass. Nacional dos Produtores de Frutos Secos e Passadas	181.712,07	181.712,07	118.110,35
1.3.	0-1.3/003	FEDER	Observatório do Oeste	A.M.Oeste	109.735,54	109.735,54	71.328,10



APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31. 12. 2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
1.3.	0-1.3/004	FEDER	Projecto Integrado de Inovação e Modernização da Administração Local na Região Oeste	A.M.Oeste	49.879,79	49.879,79	32.421,66
1.3.	0-1.3/005	FEDER	Cooperação, promoção e marketing da região Oeste	A.M.Oeste	169.591,29	169.591,29	110.234,34
1.3.	LT/1.3/004	FEDER	Promoção e Divulgação dos Vinhos do Ribatejo	Comissão Vitivinícola da Região do Ribatejo	37.773,96	37.773,96	24.553,08
1.3.	LT/1.3/005	FEDER	Promoção da Região de Turismo do Ribatejo	Região de Turismo do Ribatejo	43.185,92	43.185,92	28.072,35
1.3.	1.3/023	FEDER	Dinamização e Apoio ao Desenvolvimento económico	NEKSANT	119.816,24	119.816,24	77.882,30
1.4.	1.4/006	PSE	Formação Profissional 2001	STAL	202.077,41	202.077,41	131.350,32
1.4.	1.4/010	PSE	Cand. 2001 - Formação para o Desenvolvimento	OORLVT	39.638,66	39.638,66	25.765,13
1.4.	1.4/001	PSE	Cand. 2000 - Formação para o Desenvolvimento	C.M.Sintra	103.117,40	103.117,40	67.026,31
1.4.	1.4/002	PSE	Cand. 2000 - Formação para o Desenvolvimento	CEFA	194.287,68	183.077,20	119.000,18
1.4.	1.4/004	PSE	Cand. 2001 - Formação para o Desenvolvimento	C.M.Sintra	179.041,79	179.041,79	116.377,17
1.4.	1.4/009	PSE	Formação Profissional 2001	C.M.Amadora	92.657,03	92.657,03	60.227,07
1.4.	1.4/011	PSE	Formação Profissional 2001	C.M.Loures	126.449,19	126.449,19	82.191,95
1.4.	1.4/022	PSE	Formação Profissional 2001	ALTRIS	47.304,00	47.304,00	30.747,60
1.4.	1.4/026	PSE	Formação Profissional 2001	Ass. Mun. da Lezíria do Tejo	220.907,23	220.907,23	143.589,70
1.4.	1.4/040	PSE	Formação Profissional 2001	Ass. Mun. do Oeste	260.790,22	260.790,22	169.513,64
1.4.	1.4/005	PSE	Cand. 2001 - Formação para o Desenvolvimento	A.M.Álvaro Tejo	97.833,05	97.833,05	63.991,48
1.4.	1.4/012	PSE	Cand. 2001 - Formação para o Desenvolvimento	C.M.V.F.Mira	98.446,59	98.446,59	63.990,28
1.4.	1.4/023	PSE	Formação Profissional 2001	C.M.Almada	215.674,93	215.674,93	140.188,71
1.4.	1.4/037	PSE	Cand. 2001 - Formação para o Desenvolvimento	C.M.Lourinhã	34.443,85	34.443,85	22.368,50
1.4.	1.4/041	PSE	Cand. 2001 - Formação para o Desenvolvimento	J.F.Póvoa Stª Iria	17.299,23	17.299,23	11.244,50
1.4.	1.4/044	PSE	Cand. 2001 - Formação para o Desenvolvimento	C.M.Cascais	70.176,72	70.176,72	45.614,67
1.4.	1.4/007	PSE	Candidatura à Medida 1.4	C.M.Oeiras	118.199,01	118.199,01	76.829,34
1.4.	1.4/013	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento - 2001/2002	A.M.D.Setúbal	279.680,02	279.680,02	181.792,01
1.4.	1.4/033	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	C.M.Setúbal	228.098,04	228.098,04	148.263,73
1.4.	1.4/043	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	J.F.Louriceira	8.180,25	8.180,25	5.317,16
1.4.	1.4/047	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	J.F.A.Selvalinho	17.657,22	17.657,22	11.477,19
1.4.	1.4/042	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	J.F.Louriceira	0,00	0,00	0,00
1.4.	1.4/046	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	J.F.M.Intendente	0,00	0,00	0,00
1.4.	1.4/049	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	SMAS de Almada	137.658,80	137.658,80	89.478,22
1.4.	1.4/052	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	L.S.S.S.Coop	29.211,48	29.211,48	18.987,46
1.4.	1.4/008	PSE	Candidatura à medida 1.4 Cand 2002	C.M.Oeiras	141.467,32	141.467,32	91.953,76
1.4.	1.4/055	PSE	Candidatura Programa Foral/2001 2ª Candidatura	C.M.Sintra	38.313,15	38.313,15	24.903,54
1.4.	1.4/048	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Instituto da Soldadura e da Qualidade	53.525,30	53.525,30	34.791,49
1.4.	1.4/060	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	J.F. De Sta. Marie dos Olivéis	8.689,37	8.689,37	5.648,09
1.4.	1.4/061	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Significado	207.731,47	207.731,47	135.025,45
1.4.	1.4/017	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Ass. Form. Prof. # Des. do Montijo	90.906,44	90.906,44	59.089,19
1.4.	1.4/043	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	J.F. de M. do Intendente	7.709,47	7.709,47	5.011,16
1.4.	1.4/050	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Águas de Cascais, AS	23.881,84	23.881,84	15.523,20
1.4.	1.4/051	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	CEFA 2001- Pedida 2	161.410,03	159.231,67	103.500,58
1.4.	1.4/057	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal do Selval	67.739,88	67.739,88	44.030,92
1.4.	1.4/062	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Município de Almada	6.616,32	6.616,32	4.300,61
1.4.	1.4/063	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Cascais	52.793,09	52.793,09	34.315,51
1.4.	1.4/056	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Município de Lisboa	229.941,61	229.941,61	149.462,04
1.4.	1.4/065	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Assoc. de Municípios do Oeste	864.004,98	864.004,98	561.603,24
1.4.	1.4/066	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para Funcionários de Juntas de Freguesia	Assoc. de Municípios do Oeste	77.481,51	77.481,51	50.362,98
1.4.	1.4/068	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Assoc. de Municípios da Lezíria do Tejo	265.085,97	265.085,97	172.305,88
1.4.	1.4/069	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Assoc. de Municípios do Médio Tejo	323.166,77	323.166,77	210.058,40
1.4.	1.4/071	PSE	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Município de Almada	163.062,88	163.062,88	105.990,87
1.5.	1.5/008	FEDER	Remodelação do Teatro - Cine Ferreira de Stive	C.M.T.Vedras	2.666.473,80	2.666.473,80	1.599.884,28
1.5.	1.5/010	FEDER	Recuperação do Cine-Teatro Paraíba de Tomar	C.M.Tomar	2.255.539,15	2.255.539,15	1.127.767,08
1.5.	1.5/011	FEDER	Avenida Andrade Corvo - Torres Novas	C.M.T.Novas	1.589.619,02	1.589.619,02	953.771,41
1.5.	1.5/012	FEDER	Recuperação da Casa do Pelourinho	C.M.Óbidos	542.831,78	542.831,78	325.700,08
1.5.	1.5/013	FEDER	Avenida 8 de Julho - Torres Novas	C.M.T.Novas	1.409.702,62	1.409.702,62	845.821,57
1.5.	1.5/014	FEDER	Revitalização do Centro Histórico de Torres Novas	C.M.T.Novas	875.889,11	875.889,11	525.533,46
1.5.	1.5/015	FEDER	Mercado Municipal de Torres Novas	C.M.T.Novas	1.496.393,69	1.496.393,69	897.836,21
1.5.	1.5/002	FEDER	Complexo aquático municipal - 2ª fase	C.M.Santarém	4.148.003,31	4.148.003,31	2.074.001,66
1.5.	1.5/009	FEDER	Construção da Unidade Aquática Coberta (Piscina Municipal)	C.M.Tomar	3.880.059,06	3.880.059,06	1.940.029,53
1.5.	1.5/016	FEDER	Construção do mercado da zona norte da Babo de Banheira e Acessos	C.M.Moita	733.856,41	733.856,41	440.313,84
1.5.	1.5/020	FEDER	Parque de Estacionamento no Largo Cândido dos Reis e zona envolvente ao Parque de Estacionamento	C.M.Nazaré	2.666.673,32	2.666.673,32	1.333.336,66

APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31. 12. 2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
1.5.	1.5/022	FEDER	Revitalização Urbana do Bº das Descobertas e do Bº do CDH do Vale da Amoreira-Molta - 1ª Fase	Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado	359.483,64	359.483,64	233.666,86
1.5.	1.5/028	FEDER	Recuperação e Apetrechamento Técnico do Cine Teatro da Nazaré	C.M.Nazaré	840.803,66	840.803,66	420.401,83
1.5.	1.5/025	FEDER	Cobertura da piscina olímpica	C.M.Rio Maior	2.614.025,20	2.614.025,20	1.307.015,09
1.5.	1.5/029	FEDER	Requalificação dos gares e do elevador da Nazaré	SNAS Nazaré	485.749,34	485.749,34	242.874,67
1.5.	1.5/018	FEDER	Casa Museu Mário Botas	Fundação Casa Museu Mário Botas	1.318.587,20	1.318.587,20	659.293,60
1.5.	1.5/024	FEDER	Plano de requalificação urbana da cidade de Rio Maior	C.M.Rio Maior	202.749,16	202.749,16	101.374,58
1.5.	1.5/030	FEDER	Requalificação do espaço público/espaços verdes - cruzamento da rua da Liberdade com a Rua Vitorino Nemésio; Largo da Parreirinha; Traseiras da Rua Tim Tim Sítima	C.M.Amadora	406.749,73	406.749,73	203.374,87
1.5.	1.5/031	FEDER	Estudo sobre os perfis da população - características sócio-económicas e condições habitacionais	C.M.Amadora	52.523,42	52.523,42	26.261,71
1.5.	1.5/034	FEDER	Recenso do espaço público, do património e da imagem local - 1ª fase	C.M.Molta	639.423,99	639.423,99	319.714,49
1.5.	1.5/033	FEDER	Requalificação do Espaço Escolar - 1ª Fase	C.M.Molta	731.676,66	731.676,66	365.836,33
1.5.	1.5/035	FEDER	Construção de Centro de Saúde de Arcena e Arranjos exteriores	C.M.V.F.Xira	687.044,22	687.044,22	343.522,11
1.5.	1.5/037	FEDER	Arranjos Exteriores da zona envolvente aos Paços do Concelho	C.M.Alcoçaba	519.079,02	519.079,02	259.539,51
1.5.	1.5/041	FEDER	Recuperação do Real Celeiro Público de Alenquer	C.M.Alenquer	912.341,26	912.341,26	456.170,63
1.5.	1.5/044	FEDER	Plano de requalificação urbana da cidade de Rio Maior - Zona envolvente ao Pavilhão Multúrgos (1ª Fase)	C.M.Rio Maior	141.598,75	141.598,75	70.799,37
1.6.	1.6/001	FEDER	Renovação da rede viária e articulação da rede regional/nacional	C.M.Constância	56.230,11	56.230,11	42.172,58
1.6.	1.6/002	FEDER	Parque Desportivo Concelhio	C.M.Constância	25.199,17	25.199,17	18.899,37
1.6.	1.6/003	FEDER	Novo pavilhão gimnodesportivo da Nazaré	C.M.Nazaré	67.757,02	67.757,02	50.817,76
1.6.	1.6/004	FEDER	Ampliação e beneficiação da rede de ab. De água a Foz de Salvaterra e Granho Novo	C.M.S.Maga	35.250,05	35.250,05	26.441,28
1.6.	1.6/005	FEDER	Ampliação e beneficiação da rede de ab. De água a Glória, Marinheiros, Aze e Salvaterra de Maga	C.M.S.Maga	34.875,95	34.875,95	26.156,96
1.6.	1.6/006	FEDER	Construção do pavilhão gimnodesportivo de Glória do Ribatejo	C.M.S.Maga	32.736,11	32.736,11	24.550,83
1.6.	1.6/007	FEDER	Radial do Benfica - Ligação do nó da Buraca ao eixo N/S em Campolide	C.M.Lisboa	798.774,75	798.774,75	599.081,05
1.6.	1.6/008	FEDER	Valorização urbana de Alparça	C.M.Alparça	33.587,06	33.587,06	25.191,29
1.6.	1.6/009	FEDER	Complexo de piscinas de Corroios - 2ª fase	C.M.Sebal	151.042,75	151.042,75	113.282,07
1.6.	1.6/010	FEDER	CBA de Sta. Maria de Corroios - Construção civil e equipamentos - 2ª fase	C.M.Sebal	145.196,70	145.196,70	108.897,52
1.6.	1.6/011	FEDER	Construção da piscina municipal e tanque de aprendizagem	C.M.Peniche	74.811,76	74.811,76	56.108,82
1.6.	1.6/012	FEDER	Beneficiação da rede viária municipal - 1ª fase	C.M.Alcoçaba	49.768,41	49.768,41	37.326,31
1.6.	1.6/013	FEDER	Expansão da rede pré-escolar concelhia - 1ª fase	C.M.Alcoçaba	21.192,20	21.192,20	15.894,15
1.6.	1.6/014	FEDER	Rede de esgotos de Alcoçaba - 4ª fase - Interceptores 1,2,3,5 e 6	C.M.Alcoçaba	23.970,55	23.970,55	17.977,91
1.6.	1.6/015	FEDER	Redes de saneamento de Ceta, Bórrio, Casais da Vestidaria - 2ª fase	C.M.Alcoçaba	48.491,29	48.491,29	36.368,47
1.6.	1.6/016	FEDER	Reabilitação Urbana do Jardim Municipal de V.F. De Xira	C.M.V.F.Xira	18.258,62	18.258,62	13.693,97
1.6.	1.6/017	FEDER	Novo Rotunda no Largo dos bombeiros Voluntários do Forte da Casa	C.M.V.F.Xira	14.914,50	14.914,50	11.185,88
1.6.	1.6/018	FEDER	Qualificação urbana de diversas freguesias	C.M.V.F.Xira	35.942,75	35.942,75	26.957,06
1.6.	1.6/019	FEDER	E.M. da Panasqueira e variante de Alverca - Estrada do Brejo	C.M.V.F.Xira	21.512,65	21.512,65	16.134,40
1.6.	1.6/020	FEDER	Museu municipal de Vila Franca de Xira	C.M.V.F.Xira	62.775,28	62.775,28	47.081,45
1.6.	1.6/021	FEDER	Construção da Escola da Bela Vista - 1ª ciclo	C.M.Setúbal	70.779,72	70.779,72	53.084,79
1.6.	1.6/022	FEDER	Arranjos exteriores da piscina municipal das Palmeiras	C.M.Setúbal	27.224,92	27.224,92	20.418,69
1.6.	1.6/023	FEDER	Parque Verde de Algodela - Arranjos exteriores - 1ª fase	C.M.Setúbal	32.739,42	32.739,42	24.554,57
1.6.	1.6/024	FEDER	Renovação e requalificação do centro histórico e cultural de Setúbal	C.M.Setúbal	91.746,33	91.746,33	68.809,74
1.6.	1.6/025	FEDER	Construção e beneficiação da rede viária do concelho	C.M.S.M.Agraço	40.556,96	40.556,96	30.417,72
1.6.	1.6/026	FEDER	Saneamento Básico e Abastecimento de Água as Freguesias de S.Quintão e Sapateira	C.M.S.M.Agraço	27.069,29	27.069,29	20.301,97
1.6.	1.6/027	FEDER	Reforço do Sistema de Saneamento básico do concelho	C.M.Constância	18.222,37	18.222,37	13.666,78
1.6.	1.6/028	FEDER	Montarvo - Zona Industrial - Expansão	C.M.Constância	16.999,13	16.999,13	12.719,35
1.6.	1.6/029	FEDER	Revitalização da zona comercial da Nazaré	C.M.Nazaré	14.347,72	14.347,72	10.760,82
1.6.	1.6/030	FEDER	Recuperação da E.M. 586 e E.M. 1380 e circular Norte - Vila da Charusca	C.M.Charusca	52.340,36	52.340,36	39.255,39
1.6.	1.6/031	FEDER	C.E.C. Charusca - Parreira/Pego da Curva e Pego da Curva/Gorjão	C.M.Charusca	47.344,40	47.344,40	35.508,42
1.6.	1.6/032	FEDER	C.E.C. Charusca - E.M. 1375 - Troço Semideiro/Reivão e Aterro/Galega	C.M.Charusca	58.352,87	58.352,87	43.764,53
1.6.	1.6/033	FEDER	Revitalização urbana de Ulme	C.M.Charusca	35.703,95	35.703,95	26.777,97
1.6.	1.6/034	FEDER	Requalificação do parque escolar municipal	C.M.Charusca	50.141,66	50.141,66	37.606,37
1.6.	1.6/035	FEDER	Parque Desportivo Concelhio	C.M.Charusca	25.284,56	25.284,56	18.963,30
1.6.	1.6/036	FEDER	Modernização do sist.de abast. de água as freg. Da Carregueiras, Pinheiro Grande,Charusca,Ulme e Parreira - 1ª fase	C.M.Charusca	31.898,13	31.898,13	23.923,84
1.6.	1.6/037	FEDER	Duplicação da Ribeira da Junça - 3ª fase	C.M.Oeiras	18.947,59	18.947,59	14.210,70
1.6.	1.6/038	FEDER	Recuperação do Palácio Ribamar	C.M.Oeiras	52.997,28	52.997,28	39.747,96
1.6.	1.6/039	FEDER	Condutas adutoras do Farol da Azeda - Brancanes e Farol da Azeda - Monte Belo	C.M.Setúbal	67.040,28	67.040,28	50.280,22
1.6.	1.6/040	FEDER	Centro Cultural da Região de Turismo da Costa Azul/Convento dos Capuchos	C.M.Armada	232.910,74	232.910,74	174.683,06
1.6.	1.6/041	FEDER	Piscinas Municipais da Azinhaga	C.M.Golegã	22.258,86	22.258,86	16.694,14
1.6.	1.6/042	FEDER	Rede de esgotos de Cós, Póvoa e Castanheira	C.M.Alcoçaba	38.936,11	38.936,11	29.202,07
2.1.	2.1/002	FEDER	Avenida Cidade de Luanda, 132 Fogos: Infraestruturação do Empreendimento PER	Instituto Nacional de Habitação (INH)	538.916,21	538.916,21	204.232,80



**APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001**

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
2.1.	2.1/005	FEDER	Bairro Marquês de Abrantes, 350 fogos: Infraestruturação e Beneficiação Paisagística na Zona Envolvente ao Empreendimento PER	Instituto Nacional de Habitação (INH)	1.036.212,73	1.036.212,73	375.096,02
2.1.	2.1/006	FEDER	Rua Nascimento Costa, 136 fogos: Infraestruturação do Empreendimento PER	Instituto Nacional de Habitação (INH)	564.240,18	564.240,18	183.323,19
2.1.	2.1/007	FEDER	Travessa Sargento Abílio, 91 fogos: Infraestruturação do Empreendimento PER	Instituto Nacional de Habitação (INH)	580.161,81	580.161,81	227.272,27
2.1.	2.1/008	FEDER	Infraestruturação e Arranjos Paisagísticos de Empreendimentos PER: 175 Fogos no Bairro Chinês e 212 fogos no Bairro das Afínitas	Instituto Nacional de Habitação (INH)	627.627,42	627.627,42	301.807,64
2.3.	2.3/001	FEDER	Valorização Ambiental e Paisagística de Santa Margarida	C.M. Constância	478.920,80	478.920,80	287.352,48
2.3.	2.3/002	FEDER	Parque do Almoural - Requalificação do Arruado - 1ª Fase	C.M. Charnusca	678.584,61	678.584,61	407.150,77
2.3.	2.3/004	FEDER	Valorização Turística da Vale de Alparça - 1ª Fase	C.M. Almeirim	1.765.914,15	1.765.914,15	862.957,07
2.3.	2.3/003	FEDER	Plano de Ordenamento das margens do Tejo e do Lezere - (PONTEZE II - 1ª Fase)	C.M. Constância	328.054,39	328.054,39	196.830,64
2.3.	2.3/006	FEDER	Estudo base de Planeamento, Viabilidade e Mercado dos Equipamentos a Instalar no Parque Almoural	NERSANT	54.743,07	54.743,07	32.845,84
2.3.	2.3/008	FEDER	Valorização Ambiental e Paisagística de Santa Margarida - 2ª Fase	C.M. Constância	1.733.242,88	1.733.242,88	1.039.948,72
2.3.	2.3/005	FEDER	Estudos prévios e Projectos de Execução de Infraestruturas e Equipamentos a Implantar no Parque Almoural	NERSANT	347.312,98	347.312,98	208.387,79
2.3.	2.3/007	FEDER	Recuperação do Pátio do Valverde - 2ª Fase	C.M. Azambuja	2.205.958,64	2.205.958,64	1.102.981,81
2.3.	2.3/010	FEDER	Reconvenção Urbanística do Centro Cívico de Alparça	C.M. Alparça	1.815.938,99	1.815.938,99	1.089.564,15
2.3.	2.3/011	FEDER	Valorização Ambiental, Lúdica e Turística da Vale de Alparça	Ass. Mun. da Lezíria do Tejo	86.955,44	86.955,44	52.174,26
2.3.	2.3/012	FEDER	Parque Urbano da Zona Norte de Almeirim	C.M. Almeirim	2.318.846,58	2.318.846,58	1.391.307,94
2.3.	2.3/014	FEDER	Projectos Técnicos, Definição de Conteúdos, Estudo de Logótipo e Normas Gráficas, para intervenções integradas no Projecto do Parque do Almoural	NERSANT	387.471,19	387.471,19	232.482,72
2.3.	2.3/015	FEDER	Valorização Urbana da Tapada - Ribeirinha	C.M. Almeirim	695.069,88	695.069,88	417.041,93
2.3.	2.3/016	FEDER	Arranjo Urbanístico de Zonas Ribeirinhas de Benavente e Samora Correia	C.M. Benavente	186.430,70	186.430,70	111.260,42
2.3.	2.3/021	FEDER	VALTEJO - Parque do Almoural - Miradouro do Almoural	C.M. Charnusca	940.653,03	940.653,03	564.389,82
2.3.	2.3/023	FEDER	Valorização Ambiental e Paisagística no âmbito do VALTEJO - Projecto de Execução	C.M. Salvaterra de Magos	233.437,42	233.437,42	140.062,45
2.3.	2.3/024	FEDER	Projecto de Arquitectura do Museu do Almoural	NERSANT	71.826,90	71.826,90	43.096,14
2.3.	2.3/025	FEDER	AQUAPOLIS - Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes - Acesso ao Rossio do Sul do Tejo	C.M. Abrantes	942.872,68	942.872,68	565.721,61
2.3.	2.3/017	FEDER	Muralhas de Santarém	Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	792.011,25	792.011,25	594.008,44
2.3.	2.3/019	FEDER	Estudo para implementação da Universidade do Vinho em Alparça	INOVARTEJO	120.659,21	120.659,21	72.395,53
2.3.	2.3/029	FEDER	Projecto de Execução do Ancoradouro de Yacros e do Cam da Ilha do Almoural: Estudo Geotécnico, Levantamento Topográfico e Proj. de Funcção do Museu do Almoural	NERSANT	132.181,44	132.181,44	79.308,87
2.3.	2.3/009	FEDER	AQUAPOLIS - Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes - Projecto de Ordenamento das Margens do Tejo em Barreiras do Tejo - Abrantes	C.M. Abrantes	1.092.482,12	1.092.482,12	546.241,06
2.3.	2.3/034	FEDER	Museu Nacional Ferroviário - Edifício 24	C.M. Entrancamento	447.581,33	447.581,33	288.547,80
2.3.	2.3/038	FEDER	Complexo Equispóts	C.M. Golegã	1.745.014,52	1.745.014,52	872.507,26
2.3.	2.3/032	FEDER	Parque Almoural - Aquisição de Equipamentos para Desportos Náuticos - Turismo Activo e Aventura	Parque do Almoural	234.369,17	234.369,17	117.184,59
2.3.	2.3/036	FEDER	Parque Ribeirinho de Samora Correia - Arranjo Urbanístico	C.M. Benavente	892.514,04	892.514,04	446.259,51
2.3.	2.3/022	FEDER	Programa de Reabilitação do Tejo - I Encontro "O Rio da Minha Terra" e Recreio do Livro "Os Avieiros do Tejo"	Associação Projecto Palhota Vive	24.441,10	24.441,10	14.664,66
2.3.	2.3/026	FEDER	Reabilitação Urbana de Vila Nove da Barquinha	C.M. Vila Nove Barquinha	1.264.497,56	1.264.497,56	632.251,27
2.3.	2.3/028	FEDER	Parque Almoural - Aquisição de equipamentos para recreio e Desportos Náuticos, Aquisição de equipamento informático, Aquisição de equipamentos de transportes	Parque do Almoural	113.676,04	113.676,04	56.838,02
2.3.	2.3/033	FEDER	Parque Almoural - Aquisição de materiais e equipamentos para apoiar as actividades de Turismo Activo e Aventura	Parque do Almoural	214.787,36	214.787,36	107.391,19
2.3.	2.3/035	FEDER	Requalificação do Centro Cívico da Cidade de Almeirim	C.M. Almeirim	1.492.368,39	1.492.368,39	746.186,69
2.3.	2.3/039	FEDER	Parque Almoural - Elaboração de Mapas, de Percursos TT / BTT / Pedestres e de Provas Combinadas / Provas Tipo Challenger Trophy	Parque do Almoural	110.982,53	110.982,53	55.491,27
2.3.	2.3/040	FEDER	Acesso ao Castelo do Almoural	C.M. Vila Nove Barquinha	583.593,54	583.593,54	291.796,77
2.3.	2.3/041	FEDER	Parque Almoural - Requalificação do Arruado - 2ª Fase	C.M. Charnusca	976.272,18	976.272,18	488.136,09
2.3.	2.3/031	FEDER	Parque Almoural - Aquisição de Faltos de Protecção e Material de Canoagem, de Equipamentos (Vestuário), de Insufláveis, de Equipamentos BTT, de Equipamentos para Montanhismo e de Equipamento para Tiro com Arco e Besta"	Parque Almoural, Promoção e Desenvolvimento Turístico, Lda.	304.607,08	304.607,08	152.303,54
2.3.	2.3/043	FEDER	Parque Almoural - Aquisição de Canoas Insufláveis (3 lugares) para Desportos Náuticos	Parque Almoural, Promoção e Desenvolvimento Turístico, Lda.	73.273,41	73.273,41	36.636,71
2.3.	2.3/048	FEDER	Parque Ribeirinho de Benavente - Arranjo Urbanístico	C.M. Benavente	1.774.786,46	1.774.786,46	887.393,23
2.4.	2.4/006.1	FSE	Formação e Empregabilidade	NERSANT	859.193,21	859.193,21	515.513,93
2.4.	2.4/001	FSE	Formação e Empregabilidade	Centro de Estudos de Turismo e Cultura	775.298,70	775.298,70	465.179,22
2.4.	2.4/002	FSE	Formação e Empregabilidade	Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	487.302,44	487.302,44	292.381,47
3.1.	3.1/1/001	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Tomar	1.409.802,38	1.409.802,38	881.126,49
3.1.	3.1/1/002	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Setúbal	1.424.974,61	1.424.974,61	890.609,13
3.1.	3.1/1/003	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Artes Gráficas e Multimédia	1.264.494,81	1.264.494,81	790.309,25
3.1.	3.1/1/004	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Santarém	2.053.837,26	2.053.837,26	1.284.898,29

APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31. 12. 2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.1.	3.1/1/005	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional do Sebal	1.743.045,61	1.743.045,61	1.089.403,51
3.1.	3.1/1/006	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Venda Nova	474.543,54	474.543,54	296.990,94
3.1.	3.1/1/007	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Alverca	1.071.672,12	1.071.672,12	669.920,06
3.1.	3.1/1/008	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Instituto de Emprego e Formação Profissional	19.111.729,31	19.111.729,31	11.944.630,62
3.1.	3.1/1/009	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	480.303,94	480.303,94	300.191,21
3.1.	3.1/1/010	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e AFPA - CECOA	461.841,69	461.841,69	288.651,06
3.1.	3.1/1/011	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e Confecção - CIVEC	83.060,87	83.060,87	51.913,05
3.1.	3.1/1/012	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica - CBICAL	132.359,00	132.359,00	82.724,37
3.1.	3.1/1/013	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias - CITEFORMA	259.798,94	259.798,94	162.374,34
3.1.	3.1/1/014	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEI	740.684,15	740.684,15	462.927,99
3.1.	3.1/1/015	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar - CFPFA	454.647,38	454.647,38	284.154,61
3.1.	3.1/1/016	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	INFT - INSTITUTO NACIONAL DE FORMAÇÃO TURÍSTICA	3.334.433,10	3.334.433,10	2.064.020,69
3.1.	3.1/2/001	FSE	Formação Inicial para a Qualificação Profissional	ARTISMA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTADORES PÚBLICOS RODOVIARIOS DE MERCADORIAS	160.743,86	160.743,86	100.464,91
3.1.	3.1/1/017	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	C.F.P. de Tomar	2.571.502,68	2.571.502,68	1.607.109,17
3.1.	3.1/1/018	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	C.F.P. de Setúbal	1.700.141,61	1.700.141,61	1.062.588,51
3.1.	3.1/1/019	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	C.F.P. de Art. Gel. Autómata	1.390.665,42	1.390.665,42	869.165,89
3.1.	3.1/1/020	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	C.F.P. de Santarém	2.224.867,93	2.224.867,93	1.390.542,46
3.1.	3.1/1/021	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	C.F.P. do Sebal	1.944.903,49	1.944.903,49	1.215.364,68
3.1.	3.1/1/022	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	C.F.P. da Venda Nova	588.334,38	588.334,38	367.708,99
3.1.	3.1/1/023	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	C.F.P. de Lisboa Sect. Terciário	465.574,11	465.574,11	290.983,82
3.1.	3.1/1/024	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	C.F.P. de Alverca	1.476.246,18	1.476.246,18	922.653,86
3.1.	3.1/1/025	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	IEFP	10.544.943,52	10.544.943,52	6.990.589,70
3.1.	3.1/1/026	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	FORPESCAS - Centro de Formação Profissional das Pescas	711.151,63	711.151,63	444.469,77
3.1.	3.1/1/027	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CECOA - Centro de Formação Profissional do Comércio e AFPA	747.333,31	747.333,31	467.083,32
3.1.	3.1/1/028	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CIVEC - Centro de F.F. da Indústria do Vestuário e Confecção	86.607,54	84.938,78	53.066,74
3.1.	3.1/1/029	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CBICAL - Centro de Formação Profissional p/ Indústria Cerâmica	161.589,90	161.589,90	100.993,69
3.1.	3.1/1/030	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CBICAL - Centro de Formação Profissional p/ Indústria Cerâmica	114.685,17	114.685,17	71.678,24
3.1.	3.1/1/031	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CITEFORMA	284.929,46	283.929,63	177.456,02
3.1.	3.1/1/032	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CINEI - Centro Formação Profissional da Indústria Electrónica	897.596,79	897.596,79	560.997,99
3.1.	3.1/1/033	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CENFIM - Centro de F.F. Ind. Metalúrgica Metalomecânica	4.695.648,49	4.695.648,49	2.934.780,30
3.1.	3.1/1/034	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	558.011,23	519.619,94	324.762,46
3.1.	3.1/2/002	FSE	Formação Inicial para a Qualificação Profissional	FERNAVE - FORMAÇÃO TÉCNICA, PSICOLOGIA APLICADA E CONSULTORIA EM TRANSPORTES E PORTOS	116.833,43	116.833,43	73.020,89
3.1.	3.1/1/035	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	INFT - INSTITUTO DE FORMAÇÃO TURÍSTICA	3.753.377,07	3.753.377,07	2.343.860,67
3.1.	3.1/1/036	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	IEFP - CENTROS DE EMPREGO	309.304,49	309.304,49	193.315,30
3.1.	3.1/1/037	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	IEFP - CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	10.692.337,36	10.692.337,36	6.682.710,85
3.1.	3.1/1/038	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CFPSA	869.479,00	869.479,00	543.424,38
3.1.	3.1/1/039	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CINEI	850.000,00	850.000,00	531.250,00
3.1.	3.1/1/040	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CIVEC	167.288,90	167.288,90	104.555,56



APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.1.	3.1/1/041	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CENCAL	720.739,00	720.739,00	450.461,87
3.1.	3.1/1/042	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CENFM	3.472.534,00	3.472.534,00	2.170.333,75
3.1.	3.1/1/043	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CENFIC	1.398.579,39	1.398.579,39	874.112,12
3.1.	3.1/1/044	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	FORPESCAS	782.806,00	782.806,00	489.253,75
3.1.	3.1/1/045	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CITEFORWA	281.515,28	281.515,28	175.947,05
3.1.	3.1/1/046	FSE	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CECOA	764.338,14	764.338,14	477.711,34
3.2.	3.2/1/001	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Tomar	52.822,70	52.822,70	33.014,19
3.2.	3.2/1/002	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Setúbal	15.095,13	15.095,13	9.434,45
3.2.	3.2/1/003	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Artes Gráficas e Multimédia	5.630,43	5.630,43	3.519,02
3.2.	3.2/1/004	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Sauterim	13.352,03	13.352,03	8.345,02
3.2.	3.2/1/005	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional do Seixal	29.255,55	29.255,55	18.284,72
3.2.	3.2/1/006	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Venda Nova	10.186,66	10.186,66	6.366,66
3.2.	3.2/1/007	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Lisboa Sector Terciário	41.101,90	41.101,90	25.688,69
3.2.	3.2/1/008	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Lisboa Sector Terciário	1.077,64	1.077,64	673,53
3.2.	3.2/1/009	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Alverca	37.878,69	37.878,69	23.674,18
3.2.	3.2/1/010	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	6.669,56	6.669,56	4.168,47
3.2.	3.2/1/011	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	180.344,07	180.344,07	112.715,04
3.2.	3.2/1/012	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	142.138,89	142.138,89	88.636,80
3.2.	3.2/1/013	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Artes - CECA	10.096,71	10.096,71	6.310,44
3.2.	3.2/1/014	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Artes - CECA	222.460,80	222.460,80	139.038,00
3.2.	3.2/1/015	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e Confeção - CIVEC	55.814,04	55.814,04	34.883,78
3.2.	3.2/1/016	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica - CENCAL	220.005,79	220.005,79	137.503,62
3.2.	3.2/1/017	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para Jornalistas - CENJOR	536.734,68	536.734,68	335.499,17
3.2.	3.2/1/018	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias - CITEFORWA	1.211,38	1.211,38	757,11
3.2.	3.2/1/019	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias - CITEFORWA	787.966,53	787.966,53	492.479,08
3.2.	3.2/1/020	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Reparação Automóvel - CEPRA	87.876,50	87.876,50	54.922,81
3.2.	3.2/1/021	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CENI	204.118,08	204.118,08	127.573,80
3.2.	3.2/1/022	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Indústria Metalúrgica e Metalomecânica - CENFM	692.576,20	692.576,20	432.860,13
3.2.	3.2/1/023	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Qualidade - CEQUA	129.679,97	129.679,97	81.049,98
3.2.	3.2/1/024	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional - CEPISAP	287.936,94	287.936,94	179.960,99
3.2.	3.2/1/025	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação e Inovação - INOVITER	234.731,86	234.731,86	146.707,41
3.2.	3.2/1/026	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar - CEPSA	236.012,21	236.012,21	147.507,63
3.2.	3.2/1/027	FSE	Formação Profissional Contínua	CAMARA MUNICIPAL DE SINTRA	96.579,54	96.579,54	60.362,21
3.2.	3.2/1/028	FSE	Formação Profissional Contínua	COMPANHIA PORTUGUESA RÁDIO MARCONI	104.475,38	47.290,46	29.556,54
3.2.	3.2/1/029	FSE	Formação Profissional Contínua	ATLANTIS - CRISTAIS DE ALBORACA, SA	505.931,48	354.914,52	221.821,57

APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.2.	3.2/1/031	FSE	Formação Profissional Contínua	ISQ - INSTITUTO DE SOLDADURA E QUALIDADE	566.590,02	566.590,02	354.118,76
3.2.	3.2/1/032	FSE	Formação Profissional Contínua	GESTNAVE - PREST. SERVIÇOS INDUSTRIAIS, SA	586.124,39	247.358,62	154.599,13
3.2.	3.2/1/033	FSE	Formação Profissional Contínua	SOC.INSTR. BENEFICÊNCIA "A VOZ DO OPERÁRIO"	70.643,95	37.112,33	23.193,21
3.2.	3.2/1/034	FSE	Formação Profissional Contínua	SOYTECHNICA - SOC. ELECTROTÉCNICA, SA	71.282,92	24.324,85	15.203,03
3.2.	3.2/1/035	FSE	Formação Profissional Contínua	TAP AIR PORTUGAL, SA	1.339.794,14	252.608,95	157.880,99
3.2.	3.2/1/036	FSE	Formação Profissional Contínua	RUMOS - FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, SA	231.943,34	231.943,34	144.964,99
3.2.	3.2/1/037	FSE	Formação Profissional Contínua	CP - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, EP	307.617,58	307.617,58	192.260,99
3.2.	3.2/1/038	FSE	Formação Profissional Contínua	COMPANHIA CARROS DE FERRO DE LISBOA, SA	311.585,72	311.585,72	194.741,08
3.2.	3.2/1/039	FSE	Formação Profissional Contínua	COOP.HAB.COM.ECON."BEM VINDA LIBERDADE", CRL	78.367,31	78.367,31	48.979,57
3.2.	3.2/1/040	FSE	Formação Profissional Contínua	TRANSTEJO - TRANSPORTES TEJO, SA	179.857,76	179.857,76	112.411,10
3.2.	3.2/1/041	FSE	Formação Profissional Contínua	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA	418.396,01	173.583,83	108.491,16
3.2.	3.2/1/042	FSE	Formação Profissional Contínua	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	324.843,44	261.748,76	163.592,97
3.2.	3.2/1/043	FSE	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO JOSÉ FONTANA	339.524,99	339.524,99	212.203,12
3.2.	3.2/1/044	FSE	Formação Profissional Contínua	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	71.702,20	71.702,20	44.813,87
3.2.	3.2/1/045	FSE	Formação Profissional Contínua	DATINFOR - INFORMÁTICA, SERV. E ESTUDOS, LDA	100.093,48	56.222,21	35.138,88
3.2.	3.2/1/046	FSE	Formação Profissional Contínua	ACITOFEBA- ASS.C.I.CONC.TOMAR, F.ZÉZERE E V.H.BARQUINHA	63.431,66	63.431,66	39.644,79
3.2.	3.2/1/047	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DO COMÉRCIO, IND. E SERV. CONC. MAFRA	122.427,45	122.427,45	76.517,16
3.2.	3.2/1/048	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. COMERCIAL CONCELHO CASCAIS	163.519,70	163.519,70	102.199,81
3.2.	3.2/1/049	FSE	Formação Profissional Contínua	SATAE-SIND. AGENTES TÉCNICO, E ENGENHARIA	67.992,39	67.992,39	42.495,24
3.2.	3.2/1/050	FSE	Formação Profissional Contínua	APAVT - ASSOC. PORT. AGÊNCIAS VIAGENS TURISMO FUNDAÇÃO ARTERO DE QUENTAL	213.031,24	213.031,24	133.144,53
3.2.	3.2/1/051	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORTUGUESA DE PERITOS CONTABILISTAS	319.105,89	319.105,89	199.441,18
3.2.	3.2/1/052	FSE	Formação Profissional Contínua	CÂMARA DE COMÉRCIO ITALIANA EM PORTUGAL	192.505,06	192.505,06	120.313,66
3.2.	3.2/1/053	FSE	Formação Profissional Contínua	CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUSO-ALEMÃ	78.692,85	78.692,85	49.183,03
3.2.	3.2/1/054	FSE	Formação Profissional Contínua	ALCCRO- ASS.COM.CONC.CALDAS RAINHA E ÓBIDOS	153.638,36	153.638,36	96.023,97
3.2.	3.2/1/055	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENICHE	71.747,34	71.747,34	44.842,09
3.2.	3.2/1/056	FSE	Formação Profissional Contínua	CCF - CONFED. DO COMÉRCIO E SERV. DE PORTUGAL ARTIGAN.	224.378,91	224.378,91	140.236,82
3.2.	3.2/1/057	FSE	Formação Profissional Contínua	ASS.NAC.TRANS.PÚBL. DE MERCADORIAS	659.802,42	659.802,42	412.376,51
3.2.	3.2/1/058	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. COMERCIAL IND. DO CONCELHO DE SINTRA	268.143,77	268.143,77	167.589,86
3.2.	3.2/1/059	FSE	Formação Profissional Contínua	ACISO-ASSOC. COM., IND. SERV. CONC. DE OUREM	172.608,29	172.608,29	107.880,18
3.2.	3.2/1/060	FSE	Formação Profissional Contínua	SETACOOP- SIND.E.,TÉCN.CONST.CIVIL P. E APBIS	43.023,39	43.018,40	26.886,50
3.2.	3.2/1/061	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. COMERCIAL CONCELHOS DEIRAS AMADORA	186.450,65	186.450,65	116.531,66
3.2.	3.2/1/062	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTARÉM	164.713,47	164.713,47	102.945,92
3.2.	3.2/1/063	FSE	Formação Profissional Contínua	SINFA - SIND. NAC. FERROVIÁRIOS E APBIS	143.079,18	143.079,18	89.424,49
3.2.	3.2/1/065	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. EMPRESARIAL CONC. RIO MAIOR - AECRM	63.945,30	63.945,30	41.215,81
3.2.	3.2/1/066	FSE	Formação Profissional Contínua	CARITAS DIOCESANA DE SETÚBAL	264.384,01	264.384,01	165.240,01
3.2.	3.2/1/067	FSE	Formação Profissional Contínua	CAP - CONFED. DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	56.705,64	56.705,64	35.441,02
3.2.	3.2/1/068	FSE	Formação Profissional Contínua	UNÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESES	1.684.424,31	1.684.424,31	1.052.765,19
3.2.	3.2/1/069	FSE	Formação Profissional Contínua	CNE - CONSTR. E MANUT. ELECTROMECÂNICA, SA	287.357,68	287.357,68	179.598,55
3.2.	3.2/1/070	FSE	Formação Profissional Contínua		60.284,31	60.284,31	37.677,70



APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.2.	3.2/1/071	FSE	Formação Profissional Contínua	F. ROLIN - ENG.º E CONSULT. INDUSTRIAL, SA	52.337,51	52.337,51	32.710,94
3.2.	3.2/1/072	FSE	Formação Profissional Contínua	INF.º INSTITUTO NACIONAL DE FORMAÇÃO TURÍSTICA	1.484.969,66	1.484.969,66	928.106,04
3.2.	3.2/1/073	FSE	Formação Profissional Contínua	INSCOOP-INST. ANT.º SÉRGIO SECT. COOPERATIVO	85.493,09	85.493,09	53.433,18
3.2.	3.2/1/074	FSE	Formação Profissional Contínua	CIDEC - CENTRO INTERDISCIP. EST. ECONÓMICOS	1.760.821,42	1.760.821,42	1.100.513,39
3.2.	3.2/1/075	FSE	Formação Profissional Contínua	ASS. PORTUGUESA BANCOS/ INST. FORM. BANCÁRIA	476.440,53	476.440,53	297.775,33
3.2.	3.2/1/076	FSE	Formação Profissional Contínua	ICAV-METALURGICA CENTRAL ALHOS VEDROS, LDA	50.699,02	50.699,02	31.686,88
3.2.	3.2/1/077	FSE	Formação Profissional Contínua	CARRISTOR- INOV. TRANSP. URB. REG. SOC. UNIP. LDA	180.373,30	180.373,30	112.733,31
3.2.	3.2/1/078	FSE	Formação Profissional Contínua	ABRO - ASSOC. IND. DA REGIÃO DO OESTE	133.786,20	133.786,20	83.616,37
3.2.	3.2/1/079	FSE	Formação Profissional Contínua	CEV - CONSULTORES ENGENHARIA DO VALOR, LDA	21.643,84	21.643,84	13.527,40
3.2.	3.2/1/080	FSE	Formação Profissional Contínua	CEV - CONSULTORES ENGENHARIA DO VALOR, LDA	54.256,90	37.616,22	23.510,14
3.2.	3.2/1/081	FSE	Formação Profissional Contínua	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL CRISTO REI DE ALGÉS	9.232,45	9.232,45	5.770,28
3.2.	3.2/1/082	FSE	Formação Profissional Contínua	CON.PRO - CONSULTORIA E PROJECTOS, LDA	226.053,28	226.053,28	141.283,30
3.2.	3.2/1/083	FSE	Formação Profissional Contínua	CESET - CENTRO EMPRESAS INOV. DE SETÚBAL	125.641,05	125.641,05	78.525,65
3.2.	3.2/1/084	FSE	Formação Profissional Contínua	EL CORTE INGLÉS - GRANDES ARMARZENS, SA	708.353,30	380.570,61	237.856,63
3.2.	3.2/1/085	FSE	Formação Profissional Contínua	LIMPARÃO- SOC. HIG., LIMPEZA E CONSERV., LDA	92.122,81	82.328,91	51.455,57
3.2.	3.2/1/086	FSE	Formação Profissional Contínua	IPFEL - INST. PART. FORM. E ENSINO LINGUAS, LDA	149.897,95	149.897,95	93.686,22
3.2.	3.2/1/087	FSE	Formação Profissional Contínua	PORTUGALIA- COMP. PORT. TRANSPORTES AÉREOS, SA	156.364,37	95.255,15	99.534,47
3.2.	3.2/1/088	FSE	Formação Profissional Contínua	INDE - DIR. COOP. P/A INTERCOOP. E DESENV., CRL	37.181,65	37.181,65	23.238,53
3.2.	3.2/1/089	FSE	Formação Profissional Contínua	CNS - COMPANHIA NACIONAL DE SERVIÇOS, SA	69.757,14	69.757,14	43.998,21
3.2.	3.2/1/090	FSE	Formação Profissional Contínua	EUROSET - SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS, LDA	162.732,50	162.732,50	101.707,81
3.2.	3.2/1/091	FSE	Formação Profissional Contínua	IMP - CONSULTADORA INFORMÁTICA, LDA	46.726,70	46.726,70	29.204,19
3.2.	3.2/1/092	FSE	Formação Profissional Contínua	EUROTEMA-INF., GESTÃO E CONSULTADORA, LDA	145.901,84	145.901,84	91.188,65
3.2.	3.2/1/093	FSE	Formação Profissional Contínua	MAETODO, ANÁLISE E DIVULGAÇÃO, LDA	90.520,40	90.520,40	56.575,25
3.2.	3.2/1/094	FSE	Formação Profissional Contínua	TWE SHARING- SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	193.544,76	193.544,76	120.065,46
3.2.	3.2/1/095	FSE	Formação Profissional Contínua	HERSART - ASSOC. EMPRESARIAL DA REGIÃO DE SANTARÉM	542.541,56	542.541,56	339.088,46
3.2.	3.2/1/096	FSE	Formação Profissional Contínua	AERSET - ASSOC. EMPRESARIAL REGIÃO DE SETÚBAL	604.803,23	604.803,23	378.002,02
3.2.	3.2/1/097	FSE	Formação Profissional Contínua	HERLEI - ASSOC. EMPRESARIAL REGIÃO DE LERRIA	62.363,13	62.363,13	38.976,96
3.2.	3.2/1/098	FSE	Formação Profissional Contínua	GESTINDATA - GESTÃO E INFORMÁTICA, LDA	66.449,91	66.449,91	41.531,19
3.2.	3.2/1/099	FSE	Formação Profissional Contínua	COOPTECNICA - GUSTAVE KIFFEL, CRL	253.050,83	253.050,83	158.156,77
3.2.	3.2/1/100	FSE	Formação Profissional Contínua	FORUM DANÇA	191.010,21	191.010,21	119.381,38
3.2.	3.2/1/101	FSE	Formação Profissional Contínua	UNIVERSUS - CONSULTORES EM GESTÃO, SA	252.391,09	252.391,09	157.744,43
3.2.	3.2/1/102	FSE	Formação Profissional Contínua	PROSALS - PROJECTO DE SAÚDE FAMILIAR	13.521,17	13.521,17	8.480,73
3.2.	3.2/1/103	FSE	Formação Profissional Contínua	CONCILIUM - GESTÃO RECURSOS HUMANOS, LDA	24.760,02	24.760,02	15.475,01
3.2.	3.2/1/104	FSE	Formação Profissional Contínua	ESTORIL SOL ROYBIS II - ACTIV. HOTELARIAS, SA	51.392,02	32.373,70	20.233,57
3.2.	3.2/1/105	FSE	Formação Profissional Contínua	ATT-ASSOC. TRATAMENTO TOBACO-DEPENDÊNCIAS	5.367,51	5.367,51	3.354,70
3.2.	3.2/1/106	FSE	Formação Profissional Contínua	SEMA - SIND. ENGENHEIROS MARRINHA MERCANTE	125.803,67	125.803,67	78.627,29
3.2.	3.2/1/107	FSE	Formação Profissional Contínua	ACISMA- ASS. COM. IND. SERV. MUNICÍPI O AZAMBUJA	208.818,54	208.818,54	130.511,59
3.2.	3.2/1/108	FSE	Formação Profissional Contínua	FERNAVE-PORT. T., PSC.APLIC.C. TRANSP. PORTO S., SA	347.229,18	347.229,18	217.018,24

APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.2.	3.2/1/109	FSE	Formação Profissional Contínua	ARIA -ASSOC. REAL INTEGRAÇÃO AJUDA E OBRAS	24.619,87	24.619,87	13.387,42
3.2.	3.2/1/110	FSE	Formação Profissional Contínua	AERLIS - ASSOC. EMPRESARIAL DA REGIÃO DE LISBOA	596.327,45	596.327,45	372.704,66
3.2.	3.2/1/111	FSE	Formação Profissional Contínua	ISD - INFORMA, SISTEMAS E DESENVOLV., SA	220.833,01	220.833,01	138.020,63
3.2.	3.2/1/112	FSE	Formação Profissional Contínua	EPG SERVIÇOS - ECONOMIA, FISC. E GESTÃO, LDA	158.723,35	158.723,35	99.202,09
3.2.	3.2/1/113	FSE	Formação Profissional Contínua	FDTI - FUND.P/ DIVULG. TECH. DE INFORMAÇÃO	161.124,99	60.299,28	37.687,05
3.2.	3.2/1/114	FSE	Formação Profissional Contínua	GESTECONSULT - CONSULT. DE GESTÃO, LDA	456.816,23	456.816,23	285.510,14
3.2.	3.2/1/115	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. COMERC. SERV. INDUSTRIAL DE ALCOBAÇA	321.939,36	306.995,42	191.872,14
3.2.	3.2/1/116	FSE	Formação Profissional Contínua	AI-FOR - CONSULT., FORMAÇÃO INFORMÁTICA, LDA	173.248,47	173.248,47	108.280,29
3.2.	3.2/1/117	FSE	Formação Profissional Contínua	IFQ - INSTITUTO DE FORMAÇÃO QUADROS, LDA	148.518,29	148.518,29	92.823,93
3.2.	3.2/1/118	FSE	Formação Profissional Contínua	FORMASDO - FORM., CONSULT. E SERVIÇOS, LDA	61.086,12	61.086,12	36.178,83
3.2.	3.2/1/119	FSE	Formação Profissional Contínua	DELTA FOR PORTUGUESA - CONS. FORM. INFORMA, LDA	166.602,79	166.602,79	104.126,74
3.2.	3.2/1/120	FSE	Formação Profissional Contínua	GABINAE - GABINETE APOIO AO EMPRESÁRIO, LDA	203.675,27	203.675,27	127.297,05
3.2.	3.2/1/121	FSE	Formação Profissional Contínua	NOVA ETAPA - CONS. GESTÃO RECUR. HUMANOS, LDA	323.919,35	323.919,35	202.449,60
3.2.	3.2/1/122	FSE	Formação Profissional Contínua	SOPROFOR - SOC. PROMOTORA DE FORMAÇÃO, LDA	223.830,82	223.830,82	139.894,26
3.2.	3.2/1/123	FSE	Formação Profissional Contínua	ACISH - ASSOC. COM. IND. SERVIÇOS DA NAZARÉ	180.213,30	180.213,30	112.633,31
3.2.	3.2/1/124	FSE	Formação Profissional Contínua	ENGIARIA - FORMAÇÃO E CONSULTADORIA, LDA	196.499,49	196.499,49	122.812,18
3.2.	3.2/1/125	FSE	Formação Profissional Contínua	APR - ASSOC. PROFISSIONAIS DE RESTAURANTE	256.013,93	256.013,93	160.008,70
3.2.	3.2/1/126	FSE	Formação Profissional Contínua	CPPE - COMP. PORT. DE PROD. ELECTRICIDADE, SA	107.066,16	87.286,17	54.533,85
3.2.	3.2/1/127	FSE	Formação Profissional Contínua	APIEZ - ASSOC. PORT. DOS IND. DE ENG. ELÉCTRICA	39.454,30	39.454,30	24.658,93
3.2.	3.2/1/128	FSE	Formação Profissional Contínua	ACIST - ASSOC. COM. INST. SIST. TELECOMUNICAÇÕES	21.922,21	21.922,21	13.701,38
3.2.	3.2/1/129	FSE	Formação Profissional Contínua	BRAVOTEL - TELECOMUNICAÇÕES, LDA	197.867,09	197.867,09	123.666,93
3.2.	3.2/1/130	FSE	Formação Profissional Contínua	GASPOWENTO - SIST. E INSTALAÇÕES DE GÁS, SA	63.162,07	45.040,66	28.150,41
3.2.	3.2/1/131	FSE	Formação Profissional Contínua	FORMAJUDA - GAB. FORM. PROJECTOS DA AJUDA, LDA	51.701,72	51.701,72	32.313,57
3.2.	3.2/1/132	FSE	Formação Profissional Contínua	GEBALIS - GEST. BAIROS MUNICIPAIS LISBOA, EM	170.311,19	89.320,32	55.825,20
3.2.	3.2/1/133	FSE	Formação Profissional Contínua	RBV - CONSULTORES, LDA	42.056,14	42.056,14	26.285,09
3.2.	3.2/1/134	FSE	Formação Profissional Contínua	F.S.I. - FÓRUM DOS SINDICATOS INDEPENDENTES	32.066,47	32.066,47	20.041,54
3.2.	3.2/1/135	FSE	Formação Profissional Contínua	FLAG-FORMAÇÃO, LOGÍSTICA E APRES. GRÁFICOS, SA	115.193,13	115.193,13	71.995,71
3.2.	3.2/1/136	FSE	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO MONITOR, LDA	49.108,66	49.108,66	30.691,03
3.2.	3.2/1/137	FSE	Formação Profissional Contínua	FASTADESTUDO-SALÕES DE EST. E FORMAÇÃO, LDA	90.841,07	90.841,07	56.775,67
3.2.	3.2/1/138	FSE	Formação Profissional Contínua	LISNAVE - ESTALEIROS NAVAIS, SA	341.851,00	151.450,68	94.656,67
3.2.	3.2/1/139	FSE	Formação Profissional Contínua	REDE FERROVIARIA NACIONAL - REFER. EP	253.409,37	253.409,37	158.380,66
3.2.	3.2/1/140	FSE	Formação Profissional Contínua	COMPANHIA PROPRIA - FORM. E CONSULT., LDA	40.999,29	40.999,29	25.999,56
3.2.	3.2/1/141	FSE	Formação Profissional Contínua	PEDRA BASE - FORMAÇÃO, LDA	139.445,18	139.445,18	87.153,24
3.2.	3.2/1/142	FSE	Formação Profissional Contínua	IBO - RECURSOS TECHNOLOGIAS INFORMAÇÃO, SA	156.063,76	156.063,76	97.539,85
3.2.	3.2/1/143	FSE	Formação Profissional Contínua	PROFDC - PROJECTOS FORM. E CONSULTORIA, LDA	181.152,91	181.152,91	113.220,57
3.2.	3.2/1/144	FSE	Formação Profissional Contínua	CESP - SIND. TRAB. COVÉRDIO, ESCRIT. SERV. PORTUGAL	274.105,52	274.105,52	171.315,95
3.2.	3.2/1/145	FSE	Formação Profissional Contínua	EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, SA	321.032,28	275.529,48	172.205,93
3.2.	3.2/1/146	FSE	Formação Profissional Contínua	ADE - ASS.P/ DESENV. EMPREGO VILA FRANCA VIRA	96.642,98	91.216,08	57.010,04



APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.2.	3.2/1/147	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. P/A ENSINO BEHTO DE JESUS CARAÇA	548.489,63	548.489,63	342.806,02
3.2.	3.2/1/148	FSE	Formação Profissional Contínua	QGI- GESTAO DE SIST.DE AVAL. DA QUALIDADE AS PORTUGAL TELECOM, INOVAÇÃO, SA	139.658,14	139.658,14	87.286,34
3.2.	3.2/1/149	FSE	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DAS PROFISSÕES DA ANADORA, E.M.	43.082,49	43.082,49	26.926,55
3.2.	3.2/1/150	FSE	Formação Profissional Contínua	GCT - DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR, SA	222.833,52	222.833,52	139.270,95
3.2.	3.2/1/151	FSE	Formação Profissional Contínua	PARTNER HOTEL- FORMA.CONS.PROJ.SERV.HOT EL, LDA	199.079,89	91.321,87	57.076,17
3.2.	3.2/1/152	FSE	Formação Profissional Contínua	ÁREA PEDAGÓGICA - CONSULT.,REC. FORMAÇÃO, LDA	59.081,15	59.081,15	36.925,72
3.2.	3.2/1/153	FSE	Formação Profissional Contínua	SIGNIFICADO - CONS., FORMA. INFORMÁTICA, LDA	92.800,35	92.800,35	58.000,22
3.2.	3.2/1/154	FSE	Formação Profissional Contínua	ASS. COM.LISBOA- CAMARA COM. IND. PORTUGUESA	406.262,78	406.262,78	253.914,24
3.2.	3.2/1/155	FSE	Formação Profissional Contínua	AUTO TORRENSE, LDA	75.331,57	75.331,57	47.082,23
3.2.	3.2/1/156	FSE	Formação Profissional Contínua	MERCEDES BENZ PORTUGAL - COM. DE AUTOM., AS	71.545,40	50.915,95	31.822,47
3.2.	3.2/1/157	FSE	Formação Profissional Contínua	CLISA - CLINICA DE SANTO ANTONIO, SA	23.676,68	23.676,68	14.797,93
3.2.	3.2/1/158	FSE	Formação Profissional Contínua	HOTEL SHERATON DE PORTUGAL, SA	97.434,77	61.757,27	38.598,29
3.2.	3.2/1/159	FSE	Formação Profissional Contínua	HOTEL EDUARDO VII, SA	51.639,60	23.447,47	14.654,67
3.2.	3.2/1/160	FSE	Formação Profissional Contínua	DOMATRO - MADEIRAS E DERIVADOS, AS	35.163,76	17.731,61	11.082,26
3.2.	3.2/1/161	FSE	Formação Profissional Contínua	JOÃO JACINTO TOMÉ, LDA	22.139,14	22.139,14	13.836,97
3.2.	3.2/1/162	FSE	Formação Profissional Contínua	PROVIM PORT. - CONC. P/A ALIMENT. ANIMAIS, AS	73.825,02	49.229,64	30.768,53
3.2.	3.2/1/163	FSE	Formação Profissional Contínua	SEA- SIST. EDUCATIVOS AUDIOVISUAIS, LDA	79.577,19	30.762,48	19.226,55
3.2.	3.2/1/164	FSE	Formação Profissional Contínua	SEA- SIST. EDUCATIVOS AUDIOVISUAIS, LDA	22.835,35	22.835,35	14.272,09
3.2.	3.2/1/165	FSE	Formação Profissional Contínua	RESKA PORTUGUESA- IND. TIPOGRÁFICAS, AS	29.007,16	29.007,16	18.129,48
3.2.	3.2/1/166	FSE	Formação Profissional Contínua	RESKA PORTUGUESA- IND. TIPOGRÁFICAS, AS	139.614,45	77.640,28	48.525,18
3.2.	3.2/1/167	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL	19.300,02	10.783,12	6.739,45
3.2.	3.2/1/168	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL	22.941,32	22.112,61	13.820,38
3.2.	3.2/1/169	FSE	Formação Profissional Contínua	FENACOOOP- FED. HAC. COOPERATIVAS CONSUMO	21.828,54	21.053,57	13.158,48
3.2.	3.2/1/170	FSE	Formação Profissional Contínua	PATO RICO - COM. E EXPORT. ART. DE PENAS, LDA	78.047,90	78.047,90	48.779,94
3.2.	3.2/1/171	FSE	Formação Profissional Contínua	IRMANDADE STA. CASA MISERICÓRDIA DO CADAVAL	18.427,50	14.470,38	9.043,99
3.2.	3.2/1/172	FSE	Formação Profissional Contínua	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASCAIS	25.561,20	16.763,71	10.477,32
3.2.	3.2/1/173	FSE	Formação Profissional Contínua	SIND. DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO	211.167,79	95.072,28	59.420,17
3.2.	3.2/1/174	FSE	Formação Profissional Contínua	SINTAV- SIND.NAC.TRAB.TELECOM. AUDIOVISUAL	130.903,95	130.903,95	81.814,97
3.2.	3.2/1/175	FSE	Formação Profissional Contínua	SIND. TRAB. ACTIVIDADE SEGURADORA - S.T.A.S.	16.566,14	16.566,14	10.353,83
3.2.	3.2/1/176	FSE	Formação Profissional Contínua	SIND.TRAB. FUNÇÃO PÚBLICA DO SUL E AÇORES	142.851,13	142.851,13	89.281,96
3.2.	3.2/1/177	FSE	Formação Profissional Contínua	SIND.TRAB.PORTUGAL TELECOM EMP. PARTICIPADAS	413.971,93	413.971,93	258.732,45
3.2.	3.2/1/178	FSE	Formação Profissional Contínua	ASS.C.S.CONC.ABRANTES,CO NST.,SARDOAL E MAÇÃO	150.279,88	150.279,88	93.924,92
3.2.	3.2/1/179	FSE	Formação Profissional Contínua	ASS. COMERC. CARNES DISTRITO DE SANTARÉM ESPAÇOS VERDES - PROJECTOS E CONSTRUÇÃO, LDA	101.133,69	101.133,69	63.208,55
3.2.	3.2/1/180	FSE	Formação Profissional Contínua	FED. INST. DA S.IDADE LIGADAS À IGREJA	89.226,96	89.226,96	55.766,85
3.2.	3.2/1/181	FSE	Formação Profissional Contínua	SIND. NAC. MAQUINISTAS C. FERRO PORTUGUESES	37.587,86	37.587,86	23.492,41
3.2.	3.2/1/182	FSE	Formação Profissional Contínua	SIND.NAC. DOS FERROV. ADMINST. T. SERVICOS EXTERIATO CESARIO VERDE, LDA	47.776,69	47.776,69	29.860,43
3.2.	3.2/1/183	FSE	Formação Profissional Contínua	HEMOPTUGAL - SOC.MAT. APOIO DÁLESE, LDA	96.674,91	96.674,91	60.421,82
3.2.	3.2/1/184	FSE	Formação Profissional Contínua	FARAME- FÁB. DE ARTIGOS DE ARAME, LDA	140.927,51	140.927,51	88.079,70
3.2.	3.2/1/185	FSE	Formação Profissional Contínua	PREVICOL - SOC. DE PREV. E CONTROLE, LDA	77.653,36	77.653,36	48.533,35
3.2.	3.2/1/186	FSE	Formação Profissional Contínua	FARAME- FÁB. DE ARTIGOS DE ARAME, LDA	23.406,10	15.986,48	9.991,55
3.2.	3.2/1/187	FSE	Formação Profissional Contínua	PREVICOL - SOC. DE PREV. E CONTROLE, LDA	41.390,10	36.487,00	22.804,38
3.2.	3.2/1/188	FSE	Formação Profissional Contínua	PREVICOL - SOC. DE PREV. E CONTROLE, LDA	95.417,54	95.417,54	59.635,96



APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.2.	3.2/1/189	FSE	Formação Profissional Contínua	CARMONTI - RID. DE CARNES DO MONTIJO, LDA	180.569,00	102.727,73	64.204,83
3.2.	3.2/1/190	FSE	Formação Profissional Contínua	FABRICA DE FAIANÇAS VALE DO PRADO, LDA	168.116,13	109.069,53	68.168,45
3.2.	3.2/1/191	FSE	Formação Profissional Contínua	IBER- PROJECTOS CONS. DE GESTÃO ORGAN., LDA	59.958,41	59.958,41	37.474,01
3.2.	3.2/1/192	FSE	Formação Profissional Contínua	J.D. - EMPRESA DE LACTÍCIOS, AS	70.203,37	48.868,33	30.542,70
3.2.	3.2/1/193	FSE	Formação Profissional Contínua	SISVAIA - SERVIÇOS INFORMÁTICOS, LDA	46.000,38	30.772,75	19.232,97
3.2.	3.2/1/194	FSE	Formação Profissional Contínua	SOCOGEF- SOC. CONTAB. GESTÃO E FINANÇAS, LDA	22.991,79	22.991,79	14.369,87
3.2.	3.2/1/195	FSE	Formação Profissional Contínua	MUNDOSERVIÇOS- COMP. PORT. SERV. E GESTÃO, LDA	28.897,26	16.208,95	10.130,59
3.2.	3.2/1/196	FSE	Formação Profissional Contínua	EUROLÓGICA- SIST. DE ORG., INFORMA. E FORMAÇÃO	24.145,81	24.145,81	15.091,13
3.2.	3.2/1/197	FSE	Formação Profissional Contínua	FORMÉDIA- CRIAÇÃO E DESENV. DE EMPRESAS, AS	41.696,23	41.696,23	26.060,15
3.2.	3.2/1/198	FSE	Formação Profissional Contínua	RANGEL TRANSITÁRIOS, AS	3.974,61	2.754,80	1.721,75
3.2.	3.2/1/199	FSE	Formação Profissional Contínua	ASS. PARA TECNOL. ENG. MEC. ANICA MAT. - AFTEM	57.717,93	44.470,94	27.794,34
3.2.	3.2/1/200	FSE	Formação Profissional Contínua	FAIANÇAS - FAIANÇAS DA AMOREIRA, LDA	280.000,72	177.824,82	111.140,51
3.2.	3.2/1/201	FSE	Formação Profissional Contínua	NADIFIL - SERVIÇOS DE SEGURANÇA, LDA	17.063,98	17.063,98	10.664,98
3.2.	3.2/1/202	FSE	Formação Profissional Contínua	SORGA - SERV. ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA, LDA	56.722,06	56.722,06	35.451,29
3.2.	3.2/1/203	FSE	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DE CONDUÇÃO MODERNA - INTERHAC., ACE	14.884,13	14.884,13	9.302,58
3.2.	3.2/1/204	FSE	Formação Profissional Contínua	ASS. ALMADESE RUÍNO AO FUTURO	19.252,61	19.252,61	12.032,88
3.2.	3.2/1/205	FSE	Formação Profissional Contínua	EDICLUBE - EDIÇÃO E PROMOÇÃO DO LIVRO, LDA	82.340,61	49.864,58	31.165,36
3.2.	3.2/1/206	FSE	Formação Profissional Contínua	C. M. G. - CERÂMICAS, LDA	385.904,01	270.787,78	169.242,36
3.2.	3.2/1/207	FSE	Formação Profissional Contínua	ACTIVO HUMANO - CONSULT. ASSOCIADOS, LDA	20.858,30	20.858,30	13.036,44
3.2.	3.2/1/209	FSE	Formação Profissional Contínua	FULCRO - SISTEMAS DE INF. E GESTÃO, LDA	90.409,31	90.409,31	51.505,62
3.2.	3.2/1/210	FSE	Formação Profissional Contínua	POGIC - PROJECTOS ORG. GEST. INF. CONSULT., LDA	25.197,78	16.834,44	10.521,52
3.2.	3.2/1/211	FSE	Formação Profissional Contínua	FACTOR H - CONS. GEST. RECURSOS HUMANOS, LDA	36.523,20	36.523,20	22.827,00
3.2.	3.2/1/212	FSE	Formação Profissional Contínua	COMPRIENA- COMP. IMOBILIÁRIA ALCAMENA, SA	12.589,42	7.392,18	4.620,12
3.2.	3.2/1/213	FSE	Formação Profissional Contínua	PROJECTOAMI - SOC. EST., CONS. E FORMAÇÃO, LDA	63.490,49	63.490,49	39.681,55
3.2.	3.2/1/214	FSE	Formação Profissional Contínua	CNC - COMP. NACIONAL DE CARNES, LDA	22.346,00	17.283,20	10.802,00
3.2.	3.2/1/215	FSE	Formação Profissional Contínua	ENSINUS- ESTABELEC. ENSINO PARTICULAR, AS	77.653,36	77.653,36	48.533,35
3.2.	3.2/1/216	FSE	Formação Profissional Contínua	INS - NUCLEU DE ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS, LDA	19.748,36	8.499,52	5.312,20
3.2.	3.2/1/217	FSE	Formação Profissional Contínua	MARTOLI GEST- FORM., GESTÃO E CONSULT., LDA	95.901,35	95.901,35	59.938,35
3.2.	3.2/1/218	FSE	Formação Profissional Contínua	INS- INSTITUTO DE FORMAÇÃO E SERVIÇOS, SA	99.567,34	99.567,34	62.229,59
3.2.	3.2/1/219	FSE	Formação Profissional Contínua	CARNES LOUÇÃO - INDUSTRIAL CARNES, LDA	22.520,58	17.283,20	10.802,00
3.2.	3.2/1/220	FSE	Formação Profissional Contínua	TRASESA - CONS. HIGIENE SEG. SAÚDE TRAB., SA	36.143,70	36.143,70	22.591,06
3.2.	3.2/1/221	FSE	Formação Profissional Contínua	CARTOMAIOR- INDUSTRIA DE CARTONAGEM, LDA	47.904,80	35.925,92	22.453,70
3.2.	3.2/1/222	FSE	Formação Profissional Contínua	OS PREGUIÇAS-EDUCAÇÃO APOIO PEDAGÓGICO, LDA	8.820,28	8.820,28	5.512,67
3.2.	3.2/1/223	FSE	Formação Profissional Contínua	IPF - INSTITUTO PORTUGUÊS DE FORMAÇÃO, LDA	33.670,35	33.670,35	21.043,97
3.2.	3.2/1/224	FSE	Formação Profissional Contínua	C.I.Q. - CENTRO INFORMÁTICO DA QUINTA, LDA	74.874,55	74.874,55	46.796,60
3.2.	3.2/1/226	FSE	Formação Profissional Contínua	PLURIFACTOR - CONS. MULTIDISC. DESENV., LDA	71.347,28	71.347,28	44.592,05
3.2.	3.2/1/227	FSE	Formação Profissional Contínua	CORPILM - MULTIMÉDIA E FORMAÇÃO, LDA	26.751,98	26.751,98	16.719,99
3.2.	3.2/1/228	FSE	Formação Profissional Contínua	AVAFORMA - FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA	40.610,33	31.709,20	19.818,25

APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.2.	3.2/1/229	FSE	Formação Profissional Contínua	CIBER XXI- OCUP. TEMPOS LIVRES, SERV. INFRM., LDA	7.306,89	7.306,89	4.566,81
3.2.	3.2/1/231	FSE	Formação Profissional Contínua	SINITAXI- SIND. HAC. MOTOR, TAXI ALUG. PASSAG.	84.430,42	84.430,42	52.769,01
3.2.	3.2/1/232	FSE	Formação Profissional Contínua	SICOGE- SOC. INTERN. CONS. ORG. E GESTÃO, LDA	67.392,33	41.467,57	25.917,23
3.2.	3.2/1/233	FSE	Formação Profissional Contínua	GLOBAL CHANGE - CONSULT. INTERN. ASSOC., LDA	21.362,32	21.362,32	13.351,57
3.2.	3.2/1/234	FSE	Formação Profissional Contínua	OTELINDO ANDRADE - CURS. DE GESTÃO, LDA	108.034,96	108.034,96	67.521,85
3.2.	3.2/1/235	FSE	Formação Profissional Contínua	FORDOMINUM- FORMA. PROF. E CONSULTADORIA, LDA	122.229,43	122.229,43	76.393,39
3.2.	3.2/1/236	FSE	Formação Profissional Contínua	CONSONOB- FORMA. PROF. E CONSULTADORIA, LDA	14.352,14	14.352,14	8.970,09
3.2.	3.2/1/237	FSE	Formação Profissional Contínua	FIAT AUTO-MARKETING INSTITUTE PORT., ACE	89.850,28	89.850,28	56.156,43
3.2.	3.2/1/238	FSE	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO ESCOLA PROF. DE SETÚBAL	107.522,87	107.522,87	67.201,79
3.2.	3.2/1/239	FSE	Formação Profissional Contínua	AAOD- SOC. FORMA. PROF. CONS. TÉCNICA, AS	176.929,70	176.929,70	110.581,06
3.2.	3.2/1/240	FSE	Formação Profissional Contínua	ASS. SIND. DO PESSOAL DE TRÁFEGO DA CARRIS	70.831,15	70.831,15	44.269,47
3.2.	3.2/1/241	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DE FORMAÇÃO PORTUGÁLIA	119.136,88	119.136,88	74.460,35
3.2.	3.2/1/242	FSE	Formação Profissional Contínua	EASY NET- SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES, LDA	33.006,85	33.006,85	20.629,28
3.2.	3.2/1/243	FSE	Formação Profissional Contínua	MARIA GLÓRIA RAMOS- CONS. GEST. FORMA. PROF., LDA	46.506,60	46.506,60	29.066,63
3.2.	3.2/1/244	FSE	Formação Profissional Contínua	ESCOLA PROF. DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS	13.468,14	11.701,31	7.313,44
3.2.	3.2/1/245	FSE	Formação Profissional Contínua	EXTERNATO CONTINENTAL DE IVONE P. F. C. SANTOS	59.807,20	59.807,20	37.379,50
3.2.	3.2/1/246	FSE	Formação Profissional Contínua	MARIO PEREIRA VITOR (M.P.V. - CONSULTORES)	63.928,93	63.928,93	39.955,98
3.2.	3.2/1/247	FSE	Formação Profissional Contínua	DELTA FOR PORTUGUESA- CONS. FORMA. INFORM., LDA	83.299,30	83.299,30	52.062,06
3.2.	3.2/1/248	FSE	Formação Profissional Contínua	CAP - CONFED. DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	190.575,61	190.575,61	119.109,76
3.2.	3.2/1/249	FSE	Formação Profissional Contínua	ANTROP- ASSOC. HAC. TRANSP. ROD. PES. PASSAGEIROS	17.421,43	17.421,43	10.888,40
3.2.	3.2/1/250	FSE	Formação Profissional Contínua	AREASINSA - FORMAÇÃO PROF. ASSOC., LDA	29.449,03	29.449,03	18.405,64
3.2.	3.2/1/251	FSE	Formação Profissional Contínua	ARISCO- INSTITUIÇÃO PROMOÇÃO SOC. E SAÚDE	73.824,65	73.824,65	46.140,40
3.2.	3.2/1/252	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. BENEF. CASAS DE S. VICENTE DE PAULO	65.092,67	54.217,18	33.885,74
3.2.	3.2/1/253	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS INDUSTRIAIS DE PROTESE	89.484,34	89.484,34	53.927,71
3.2.	3.2/1/254	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORT. DOS DISTRIBUIDORES DE ÁGUA	13.997,54	13.997,54	8.498,46
3.2.	3.2/1/255	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS INDUSTRIAIS DE OURIVESARIA DO SUL	62.965,98	62.965,98	39.333,74
3.2.	3.2/1/256	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. LARES E CASA DE REPOUSO P/A IDOSOS	104.121,06	104.121,06	65.075,66
3.2.	3.2/1/257	FSE	Formação Profissional Contínua	BELTRÃO COELHO, LDA	135.957,17	46.217,16	28.885,73
3.2.	3.2/1/258	FSE	Formação Profissional Contínua	CAHARA MUNICIPAL DA AMADORA	10.735,63	10.735,63	6.722,27
3.2.	3.2/1/259	FSE	Formação Profissional Contínua	CASA S. PEDRO DE ALVERCA	52.542,42	35.378,72	22.111,70
3.2.	3.2/1/260	FSE	Formação Profissional Contínua	CCR-LVT- COM. COORD. REGIONAL LISBOA VALE TEJO	80.421,32	80.421,32	50.263,32
3.2.	3.2/1/261	FSE	Formação Profissional Contínua	CENFORCAL - CENTRO FORM. PROF. ASSOC., LDA	146.601,93	146.601,93	91.626,21
3.2.	3.2/1/262	FSE	Formação Profissional Contínua	CENTRO CULT. SOCIAL STº ANT. DOS CAVALEIROS	3.941,35	3.941,35	2.463,34
3.2.	3.2/1/263	FSE	Formação Profissional Contínua	CENTRO CULT. SOCIAL STº ANT. DOS CAVALEIROS	31.210,58	19.505,21	12.190,76
3.2.	3.2/1/264	FSE	Formação Profissional Contínua	CENTRO SOCIAL P/A DESENV. DO SOBRALINHO	31.983,78	23.578,85	14.736,78
3.2.	3.2/1/265	FSE	Formação Profissional Contínua	CEVALOR-CT-TECH. VAL. ROCHAS ORN. INDUSTRIAIS	11.512,13	11.512,13	7.195,08
3.2.	3.2/1/266	FSE	Formação Profissional Contínua	CHIPIMA - SOC. DE PRODUTOS ALIMENTARES, AS	21.713,53	11.084,30	6.927,69
3.2.	3.2/1/267	FSE	Formação Profissional Contínua	CIC - ASSOC. P/A COOP. INTERCÁMBIO E CULTURA	38.818,40	38.818,40	24.261,50



APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.2.	3.2/1/268	FSE	Formação Profissional Contínua	CHAMPONÉVEL - VEICULOS PESADOS, LDA	44.244,13	19.798,92	12.374,33
3.2.	3.2/1/269	FSE	Formação Profissional Contínua	CONFIDORITA - SOC. TEC. PLAN. CONTABILÍSTICO, LDA	26.631,47	18.513,53	11.570,96
3.2.	3.2/1/270	FSE	Formação Profissional Contínua	COPIAI - ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA	241.677,18	121.442,96	75.901,85
3.2.	3.2/1/271	FSE	Formação Profissional Contínua	COZINHAS XIRA CLASSE - MÓVEIS DECORAÇÕES, LDA	35.525,35	33.725,00	21.078,13
3.2.	3.2/1/272	FSE	Formação Profissional Contínua	DRYS - DEPARTAMENTO REC. PRIMARIOS DA SAÚDE	43.069,10	42.351,04	26.594,40
3.2.	3.2/1/273	FSE	Formação Profissional Contínua	ECOSAUDE - EDUC. INV. CONS. TRAB., S. AMBIENTE, AS	34.303,25	34.303,25	21.439,53
3.2.	3.2/1/274	FSE	Formação Profissional Contínua	ECOSAUDE - EDUC. INV. CONS. TRAB., S. AMBIENTE, AS	141.626,67	141.626,67	88.516,80
3.2.	3.2/1/275	FSE	Formação Profissional Contínua	ELECTRO CENTRAL MARCANIZADORA, LDA	24.703,46	15.124,97	9.453,11
3.2.	3.2/1/276	FSE	Formação Profissional Contínua	ENATUR - EMPRESA NACIONAL DO TURISMO, AS	6.975,84	6.975,84	4.359,90
3.2.	3.2/1/277	FSE	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM ARTUR RAYARA	11.688,88	11.688,88	7.305,55
3.2.	3.2/1/278	FSE	Formação Profissional Contínua	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE GOLF	18.833,46	18.833,46	11.770,91
3.2.	3.2/1/279	FSE	Formação Profissional Contínua	FERRERA & FILHO, LDA	18.427,50	14.470,38	9.043,99
3.2.	3.2/1/280	FSE	Formação Profissional Contínua	FORMIPSIS - FORM. E CONSULT., UNIPESSOAL, LDA	99.504,63	99.504,63	62.190,40
3.2.	3.2/1/281	FSE	Formação Profissional Contínua	GESTICOOP - COOP. SINDICAL DE SERVIÇOS, CRL	63.745,39	63.745,39	39.840,87
3.2.	3.2/1/282	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE S. FRANCISCO XAVIER	29.496,52	25.453,14	15.908,21
3.2.	3.2/1/283	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE S. FRANCISCO XAVIER	110.978,80	87.639,95	54.774,97
3.2.	3.2/1/284	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRIAL DE ABRANTES	39.192,44	39.192,44	24.493,28
3.2.	3.2/1/285	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRIAL DE SETÚBAL (S. BERNARDO)	8.572,41	8.572,41	5.357,76
3.2.	3.2/1/286	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL JULIO DE MATOS	68.546,86	47.756,91	29.848,07
3.2.	3.2/1/287	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL ORTOPEDICO SANTIAGO DO OUTÃO	34.612,76	34.612,76	21.632,98
3.2.	3.2/1/288	FSE	Formação Profissional Contínua	HOTEL DE TURISMO DE ABRANTES, AS	28.633,61	17.878,71	11.174,20
3.2.	3.2/1/289	FSE	Formação Profissional Contínua	IARVEI - INST. APOIO AS PEQUENAS EMP. E INV.	121.728,90	60.694,03	37.933,77
3.2.	3.2/1/290	FSE	Formação Profissional Contínua	IFADAP - INST. FIN. APOIO DESENV. AGRIC. PISCAS	34.785,97	18.438,44	11.524,03
3.2.	3.2/1/291	FSE	Formação Profissional Contínua	IFR - INSTITUTO DE FORMAÇÃO RENAULT, LDA	79.109,70	79.109,70	49.443,56
3.2.	3.2/1/292	FSE	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO DA VINHA E DO VITÍBIO	84.252,58	62.179,79	38.862,37
3.2.	3.2/1/293	FSE	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO GESTAO INF. FINANCEIRA DA SAÚDE	46.361,12	46.361,12	28.975,70
3.2.	3.2/1/294	FSE	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO GESTAO INF. FINANCEIRA DA SAÚDE	32.362,26	32.362,26	20.226,41
3.2.	3.2/1/295	FSE	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO NACIONAL DO DESPORTO - BID	307.105,55	71.526,30	44.703,94
3.2.	3.2/1/296	FSE	Formação Profissional Contínua	IRRUCAMPO - SISTEMAS DE REGA, LDA	67.923,43	38.157,06	23.848,16
3.2.	3.2/1/297	FSE	Formação Profissional Contínua	J. LUCENA - CONSULT., PROJECTOS E SERVIÇOS, EURL	44.865,27	44.865,27	28.040,80
3.2.	3.2/1/298	FSE	Formação Profissional Contínua	J. LUCENA - CONSULT., PROJECTOS E SERVIÇOS, EURL	54.141,16	54.141,16	33.838,22
3.2.	3.2/1/299	FSE	Formação Profissional Contínua	KNOW - HOW - CONSULTORES, LDA	33.043,40	33.043,40	20.652,12
3.2.	3.2/1/300	FSE	Formação Profissional Contínua	LAWMI - SOC. DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA	57.804,70	43.080,99	26.925,62
3.2.	3.2/1/301	FSE	Formação Profissional Contínua	LIGA PORTUGUESA DOS DEFICIENTES MOTORES	57.144,70	35.947,05	22.466,90
3.2.	3.2/1/302	FSE	Formação Profissional Contínua	LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, AS	105.501,03	56.297,83	35.186,15
3.2.	3.2/1/303	FSE	Formação Profissional Contínua	MATUTANO - SOC. PRODUTOS ALIMENTARES, AS	5.625,05	2.856,73	1.783,46
3.2.	3.2/1/304	FSE	Formação Profissional Contínua	MEDILABOR - MED. TRAB. FIG. SEG. FORMAÇÃO, LDA	74.809,71	74.809,71	46.756,07
3.2.	3.2/1/305	FSE	Formação Profissional Contínua	MINISTÉRIO DA ECONOMIA - SECRETARIA GERAL	90.306,18	71.064,32	45.040,20
3.2.	3.2/1/306	FSE	Formação Profissional Contínua	MULTIOPTICAS DE GESTAO, AS	119.280,58	42.770,67	26.731,67
3.2.	3.2/1/307	FSE	Formação Profissional Contínua	PANINCO - PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	52.399,40	30.799,77	19.249,85
3.2.	3.2/1/309	FSE	Formação Profissional Contínua	PURO CUBA - RESTAURAÇÃO, LDA	4.304,89	4.283,37	2.677,10
3.2.	3.2/1/310	FSE	Formação Profissional Contínua	QUINIGAL ADUBOS, AS	145.910,68	72.866,82	45.541,64

APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.2.	3.2/1/311	FSE	Formação Profissional Contínua	RADINU-COMÉRCIO GROSSO BACALHAU E AFINS, AS	43.295,36	34.566,39	21.604,00
3.2.	3.2/1/312	FSE	Formação Profissional Contínua	RDPE - DESERV. DE PROJECTOS EMPRESARIAIS, LDA	86.259,30	86.259,30	53.912,06
3.2.	3.2/1/313	FSE	Formação Profissional Contínua	REVLON - PRODUTOS COSMÉTICOS, LDA	23.892,05	15.760,20	9.850,12
3.2.	3.2/1/314	FSE	Formação Profissional Contínua	RUMO COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO, CRL	20.004,86	20.004,86	12.503,04
3.2.	3.2/1/315	FSE	Formação Profissional Contínua	SALUSFORMA - CONSULTORES DE FORMAÇÃO, LDA	73.712,16	73.712,16	47.320,10
3.2.	3.2/1/316	FSE	Formação Profissional Contínua	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MAFRA	149.113,14	146.819,09	91.761,93
3.2.	3.2/1/317	FSE	Formação Profissional Contínua	SCALCONSULTY - CONSULTORES, LDA	27.948,04	27.948,04	17.467,52
3.2.	3.2/1/318	FSE	Formação Profissional Contínua	SCALCONSULTY - CONSULTORES, LDA	104.914,35	104.914,35	65.571,47
3.2.	3.2/1/319	FSE	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS	103.856,14	103.856,14	64.910,09
3.2.	3.2/1/320	FSE	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS	11.209,44	10.881,77	6.801,11
3.2.	3.2/1/321	FSE	Formação Profissional Contínua	SERVIÇO UTILIZ. COMUM DOS HOSPITAIS (SUCH)	43.464,55	19.224,65	12.015,41
3.2.	3.2/1/322	FSE	Formação Profissional Contínua	SETEFORMA - GAB. FORM. PROF., INF. E GESTÃO, LDA	90.249,00	90.249,00	56.405,62
3.2.	3.2/1/323	FSE	Formação Profissional Contínua	SINTAP - SIND. TRAB. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	204.647,36	204.647,36	127.904,60
3.2.	3.2/1/324	FSE	Formação Profissional Contínua	SOPDI - SOC. GERAL CONSTRUÇÕES OBRAS PÚBLICAS	52.462,73	52.462,73	32.789,21
3.2.	3.2/1/325	FSE	Formação Profissional Contínua	TERMOCLASS - SOC. INST. AQUEC. CENT. LARREIRAS GÁS	33.269,06	31.174,11	19.483,82
3.2.	3.2/1/326	FSE	Formação Profissional Contínua	TIBA - COMÉRCIO E IND. MAI. CONSTRUÇÃO, SA	59.040,79	59.040,79	36.900,49
3.2.	3.2/1/327	FSE	Formação Profissional Contínua	UNIVERSIDADE ABERTA	40.741,78	40.741,78	25.463,61
3.2.	3.2/1/328	FSE	Formação Profissional Contínua	UNIVERSIDADE ABERTA	39.299,39	39.299,39	24.562,12
3.2.	3.2/1/329	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Setúbal	3.024,84	3.024,84	1.890,52
3.2.	3.2/1/330	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Artes Gráficas e Administração	29.247,91	29.247,91	18.279,95
3.2.	3.2/1/331	FSE	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional do Seival	14.456,41	14.456,41	9.035,26
3.2.	3.2/1/332	FSE	Formação Profissional Contínua	C.F.P. de Usip./ Sector Terciário	2.425,26	2.425,26	1.915,79
3.2.	3.2/1/333	FSE	Formação Profissional Contínua	FORPESCAS	33.435,46	33.435,46	20.897,16
3.2.	3.2/1/334	FSE	Formação Profissional Contínua	FORPESCAS	23.870,28	23.870,28	14.918,93
3.2.	3.2/1/335	FSE	Formação Profissional Contínua	CECDA	100.740,05	66.986,62	41.866,64
3.2.	3.2/1/336	FSE	Formação Profissional Contínua	CECOA	2.530,60	2.400,82	1.500,51
3.2.	3.2/1/337	FSE	Formação Profissional Contínua	CIVEC	19.233,96	19.031,77	11.894,86
3.2.	3.2/1/338	FSE	Formação Profissional Contínua	CENCAL	10.647,33	10.647,33	6.654,58
3.2.	3.2/1/339	FSE	Formação Profissional Contínua	CENJOR	147.965,15	135.375,70	84.609,81
3.2.	3.2/1/340	FSE	Formação Profissional Contínua	CITEFORMA	321.292,31	259.071,72	161.919,82
3.2.	3.2/1/341	FSE	Formação Profissional Contínua	CEPRA	56.109,77	50.881,93	31.801,22
3.2.	3.2/1/342	FSE	Formação Profissional Contínua	CHEL	12.762,77	12.762,77	7.976,73
3.2.	3.2/1/343	FSE	Formação Profissional Contínua	CENPIA	244.948,37	182.758,25	114.223,91
3.2.	3.2/1/344	FSE	Formação Profissional Contínua	CEQUAL	31.769,96	25.415,97	15.884,98
3.2.	3.2/1/345	FSE	Formação Profissional Contínua	CEQUAL	8.047,41	6.437,92	4.023,70
3.2.	3.2/1/346	FSE	Formação Profissional Contínua	CEPOSAP	5.182,42	5.182,42	3.239,01
3.2.	3.2/1/347	FSE	Formação Profissional Contínua	CEPOSAP	217.114,90	217.114,90	135.696,82
3.2.	3.2/1/348	FSE	Formação Profissional Contínua	INOVINTER	65.887,38	65.667,91	41.042,44
3.2.	3.2/1/349	FSE	Formação Profissional Contínua	CPPSA	64.757,59	60.181,31	37.613,32
3.2.	3.2/1/350	FSE	Formação Profissional Contínua	C.F.P. de Alverca	100.589,24	100.589,24	62.868,28
3.2.	3.2/1/351	FSE	Formação Profissional Contínua	C.F.P. do Seival	75.983,48	75.983,48	47.489,67
3.2.	3.2/1/352	FSE	Formação Profissional Contínua	C.F.P. de Tornar	45.675,52	45.675,52	28.547,20
3.2.	3.2/1/353	FSE	Formação Profissional Contínua	C.F.P. de Setúbal	21.269,08	21.269,08	13.293,18
3.2.	3.2/1/354	FSE	Formação Profissional Contínua	C.F.P. de An. Grif. Administração	50.043,79	50.043,79	31.277,37
3.2.	3.2/1/355	FSE	Formação Profissional Contínua	C.F.P. de Santarém	61.324,41	61.324,41	38.327,76
3.2.	3.2/1/356	FSE	Formação Profissional Contínua	C.F.P. do Seival	32.635,25	32.635,25	20.397,03
3.2.	3.2/1/357	FSE	Formação Profissional Contínua	C.F.P. de Venda Nova	40.726,15	40.726,15	25.453,85
3.2.	3.2/1/358	FSE	Formação Profissional Contínua	C.F.P. de Lisboa Sect. Terciário	63.462,89	63.462,89	39.664,31
3.2.	3.2/1/359	FSE	Formação Profissional Contínua	CECOA	42.868,48	24.859,48	15.537,18
3.2.	3.2/1/360	FSE	Formação Profissional Contínua	CECOA	267.132,84	172.828,28	108.017,67
3.2.	3.2/1/361	FSE	Formação Profissional Contínua	CENJOR	224.761,64	198.089,38	123.805,87
3.2.	3.2/1/362	FSE	Formação Profissional Contínua	CENJOR	33.111,37	30.436,43	19.022,77

APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.2.	3.2/1/363	FSE	Formação Profissional Contínua	CITEFORMA	22.744,53	17.539,04	10.961,90
3.2.	3.2/1/364	FSE	Formação Profissional Contínua	CITEFORMA	37.052,28	36.926,99	23.079,37
3.2.	3.2/1/365	FSE	Formação Profissional Contínua	CINEL	78.753,20	78.753,20	49.222,00
3.2.	3.2/1/366	FSE	Formação Profissional Contínua	CINEL	4.434,31	4.434,31	2.771,45
3.2.	3.2/1/367	FSE	Formação Profissional Contínua	CENFPA	973.099,83	655.584,32	409.740,20
3.2.	3.2/1/368	FSE	Formação Profissional Contínua	CEQUAL	64.903,30	51.922,64	32.451,65
3.2.	3.2/1/369	FSE	Formação Profissional Contínua	CEQUAL	136.702,64	109.362,11	68.351,32
3.2.	3.2/1/370	FSE	Formação Profissional Contínua	CFPSA	185.469,20	173.544,75	108.465,47
3.2.	3.2/1/371	FSE	Formação Profissional Contínua	CFPSA	48.049,54	44.653,78	27.908,62
3.2.	3.2/1/372	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SÃO JOSÉ	130.623,92	81.658,70	51.036,69
3.2.	3.2/1/373	FSE	Formação Profissional Contínua	SANTA CASA DA ANSERICÓRDIA DE LISBOA	310.137,63	100.901,84	63.063,65
3.2.	3.2/1/374	FSE	Formação Profissional Contínua	ORDEM DOS MÉDICOS	388.063,20	388.063,20	242.539,30
3.2.	3.2/1/375	FSE	Formação Profissional Contínua	ANIE - ASSOC. NAC. JOVERS EMPRESÁRIOS	281.889,81	281.889,81	176.181,13
3.2.	3.2/1/376	FSE	Formação Profissional Contínua	AREADISHA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, LDA	63.405,19	63.405,19	39.628,25
3.2.	3.2/1/377	FSE	Formação Profissional Contínua	ASS. P/FORMAÇÃO PROF. E DESENVOLV. MONTUO	131.938,42	131.938,42	82.461,51
3.2.	3.2/1/378	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PROTECTORA DIABÉTICOS DE PORTUGAL	44.122,75	44.122,75	27.576,72
3.2.	3.2/1/379	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PROD. AGRIC. MARQUE INTEND. MAÇUSSA	36.566,84	36.566,84	22.854,27
3.2.	3.2/1/381	FSE	Formação Profissional Contínua	CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA	105.748,85	105.748,85	66.093,03
3.2.	3.2/1/382	FSE	Formação Profissional Contínua	CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA	66.889,93	66.889,93	41.806,21
3.2.	3.2/1/383	FSE	Formação Profissional Contínua	CEBI - FUND. P/ DESENV. COMUNITÁRIO ALVERCA	35.193,48	27.897,71	17.436,07
3.2.	3.2/1/384	FSE	Formação Profissional Contínua	CENTRO AGRICOLA E RURAL DO OESTE	29.654,65	29.654,65	18.534,16
3.2.	3.2/1/385	FSE	Formação Profissional Contínua	CENTRO GESTÃO EMPRESA AGRICOLA OBDOS	36.566,84	36.566,84	22.854,27
3.2.	3.2/1/386	FSE	Formação Profissional Contínua	CONINGERSOLL - COOP.INDUST. EQUIPAMENTOS,SA	61.149,08	27.570,63	17.231,65
3.2.	3.2/1/387	FSE	Formação Profissional Contínua	COMUNIDADE VIDA E PAZ	261.135,24	125.067,46	78.167,16
3.2.	3.2/1/388	FSE	Formação Profissional Contínua	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA SAÚDE	78.540,62	78.540,62	49.087,89
3.2.	3.2/1/389	FSE	Formação Profissional Contínua	DIRECÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO	88.683,92	88.683,92	55.427,45
3.2.	3.2/1/390	FSE	Formação Profissional Contínua	DIRECÇÃO GERAL INSTALAÇÕES E EQUIP. DE SAÚDE	3.649,18	3.649,18	2.280,74
3.2.	3.2/1/391	FSE	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SECUNDARIA DA SOBREDA - ALMADA	79.271,46	79.271,46	49.544,66
3.2.	3.2/1/392	FSE	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE ENF. N.º FERNANDA RESENDE	20.387,42	20.387,42	12.742,14
3.2.	3.2/1/393	FSE	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE SANTARÉM	5.846,71	5.846,71	3.654,19
3.2.	3.2/1/394	FSE	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE SANTARÉM	25.230,93	25.230,93	15.769,33
3.2.	3.2/1/395	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE ALCOBAÇA	9.183,99	9.183,99	5.740,99
3.2.	3.2/1/396	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE PULIDO VALENTE	35.951,84	30.364,71	18.977,94
3.2.	3.2/1/397	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE PULIDO VALENTE	14.133,25	12.934,99	8.084,12
3.2.	3.2/1/398	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE PULIDO VALENTE	104.716,14	92.093,60	57.558,90
3.2.	3.2/1/399	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRIAL DE ABRANTES	24.948,96	24.948,96	15.593,10
3.2.	3.2/1/400	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL GARCIA DE HORTA	177.873,80	177.873,80	111.171,13
3.2.	3.2/1/401	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL GARCIA DE HORTA	92.575,16	92.575,16	57.899,47
3.2.	3.2/1/402	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA	55.946,09	36.435,44	22.772,15
3.2.	3.2/1/403	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL REYNALDO DOS SANTOS	109.866,26	50.718,69	31.699,18
3.2.	3.2/1/404	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL S.º ANTONIO DOS CAPUCHOS	25.070,51	25.070,51	15.669,07
3.2.	3.2/1/405	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL S.º ANTONIO DOS CAPUCHOS	246.342,10	242.097,03	151.310,64
3.2.	3.2/1/406	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL S.º ANTONIO DOS CAPUCHOS	136.496,63	136.496,63	85.310,39
3.2.	3.2/1/407	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL S.º ANTONIO DOS CAPUCHOS	7.733,74	7.733,74	4.833,99
3.2.	3.2/1/408	FSE	Formação Profissional Contínua	I.Q.S. - INSTITUTO DA QUALIDADE DA SAÚDE	87.223,68	87.223,68	54.514,80
3.2.	3.2/1/409	FSE	Formação Profissional Contínua	INST. PORT. DA DROGA E TOXICODEPENDENCIA	50.948,26	45.850,73	28.656,71
3.2.	3.2/1/410	FSE	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO DE S. JOAO DE DEUS	9.238,16	4.592,25	2.870,16
3.2.	3.2/1/411	FSE	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO FONTES PEREIRA DE MELO	286.457,64	286.457,64	179.036,02



APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.2.	3.2/1/412	FSE	Formação Profissional Contínua	MENTE ABERTA-INST.FORM. DESEN.PROF., SOC.UNIP	135.953,05	135.953,05	84.970,66
3.2.	3.2/1/413	FSE	Formação Profissional Contínua	M.J. - FORMAÇÃO PROF. E PROJECTOS, LDA	39.838,99	39.838,99	24.899,37
3.2.	3.2/1/414	FSE	Formação Profissional Contínua	PIONNER ELECTRONICA PORT. PRODUÇÃO, SA	182.251,14	111.500,87	69.738,04
3.2.	3.2/1/415	FSE	Formação Profissional Contínua	REPART - SIST. DE COMUNC.REC. PARTILHADOS, SA	37.817,39	20.909,90	13.068,69
3.2.	3.2/1/416	FSE	Formação Profissional Contínua	SALVADOR CAETANO, SA	54.856,04	46.042,80	28.776,75
3.2.	3.2/1/417	FSE	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL MIN. CIÊNCIA E TECNOLOGIA	57.321,31	35.825,81	22.391,13
3.2.	3.2/1/418	FSE	Formação Profissional Contínua	SGMD - SOC.GEST. HOSPITAL DAS DESCOBERTAS, SA	350.170,21	114.365,59	71.478,49
3.2.	3.2/1/419	FSE	Formação Profissional Contínua	SISE - SINDICATO INDEP. SECTOR ENERGETICO	60.125,40	60.125,40	37.578,38
3.2.	3.2/1/420	FSE	Formação Profissional Contínua	TECNOFORMA - SERV. E COM. INTERNACIONAIS, SA	12.750,37	12.750,37	7.988,98
3.2.	3.2/1/421	FSE	Formação Profissional Contínua	TONELO - CENTRO DE ENSINO INFORMÁTICO, LDA	4.249,48	4.249,48	2.658,92
3.2.	3.2/1/422	FSE	Formação Profissional Contínua	TONELO - CENTRO DE ENSINO INFORMÁTICO, LDA	31.064,75	31.064,75	19.415,47
3.2.	3.2/1/423	FSE	Formação Profissional Contínua	VISTEON PORTUGUESA, LDT	187.933,40	111.803,00	69.876,88
3.2.	3.2/1/424	FSE	Formação Profissional Contínua	SOPONATA - SOC.PORT. DE NAVIOS TANQUES, SA	60.242,87	34.946,58	21.841,61
3.2.	3.2/1/425	FSE	Formação Profissional Contínua	CONSTRUTORA DO TAMEGA, SA	144.763,48	81.421,62	50.888,51
3.2.	3.2/1/426	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE CURRY CABRAL	263.026,37	113.320,32	70.825,20
3.2.	3.2/1/427	FSE	Formação Profissional Contínua	IX PROCESSOS - SERV. GESTÃO DE PROCESSOS, SA	384.553,35	135.186,32	84.491,45
3.2.	3.2/1/428	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL RAINHA S <sup>TA</sup> ISABEL - TORRES NOVAS	83.556,30	82.902,40	51.814,00
3.2.	3.2/1/429	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL RAINHA S <sup>TA</sup> ISABEL - TORRES NOVAS	16.818,70	16.818,70	10.511,69
3.2.	3.2/1/430	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE DONA ESTEFANIA	124.680,78	124.549,98	77.843,74
3.2.	3.2/1/431	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE DONA ESTEFANIA	5.057,76	5.057,76	3.161,10
3.2.	3.2/1/432	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE DONA ESTEFANIA	60.396,62	59.643,94	37.777,46
3.2.	3.2/1/433	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE DONA ESTEFANIA	16.577,95	16.361,93	10.226,20
3.2.	3.2/1/434	FSE	Formação Profissional Contínua	CEPOSAP	378.558,80	378.558,80	236.599,25
3.2.	3.2/1/435	FSE	Formação Profissional Contínua	FORPESCAS	34.903,82	34.903,82	21.814,89
3.2.	3.2/1/436	FSE	Formação Profissional Contínua	FORPESCAS	106.821,35	106.821,35	66.763,35
3.2.	3.2/1/437	FSE	Formação Profissional Contínua	FORPESCAS	43.455,96	43.455,96	27.159,97
3.2.	3.2/1/438	FSE	Formação Profissional Contínua	CYVEC	106.443,15	104.770,17	65.481,36
3.2.	3.2/1/439	FSE	Formação Profissional Contínua	CENCAL	147.803,58	128.504,09	80.315,06
3.2.	3.2/1/441	FSE	Formação Profissional Contínua	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO	2.053.688,46	912.791,18	570.494,49
3.2.	3.2/1/442	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL EGAS MONIZ	541.492,69	317.759,04	198.599,40
3.2.	3.2/1/443	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRITAL DE TORRES VEDRAS	217.801,35	173.861,02	108.663,14
3.2.	3.2/1/444	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRITAL DO MONTIJO	34.191,29	34.191,29	21.369,56
3.2.	3.2/1/445	FSE	Formação Profissional Contínua	CENTRO HOSPITALAR DE CASCAIS	88.492,18	86.723,24	54.202,02
3.2.	3.2/1/446	FSE	Formação Profissional Contínua	CENTRO HOSPITALAR DE CASCAIS	61.733,42	60.322,14	37.701,34
3.2.	3.2/1/447	FSE	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	97.533,02	76.029,57	47.518,73
3.2.	3.2/1/448	FSE	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	22.662,88	14.827,47	9.267,17
3.2.	3.2/1/449	FSE	Formação Profissional Contínua	DIRECÇÃO GERAL DAS INSTALAÇÕES EQUIP.SAÚDE	73.258,71	37.028,36	23.142,73
3.2.	3.2/1/450	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRITAL DE SANTARÉM	86.397,30	76.576,40	47.860,23
3.2.	3.2/1/451	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRITAL DE SANTARÉM	9.751,92	5.285,26	3.303,29
3.2.	3.2/1/452	FSE	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	127.348,67	113.557,91	70.973,89
3.2.	3.2/1/453	FSE	Formação Profissional Contínua	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO MILHARADO	82.923,16	81.647,41	51.029,63
3.2.	3.2/1/454	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORTUGUESA DE MÉDICOS CLÍNICA GERAL	11.542,23	11.542,23	7.213,90
3.2.	3.2/1/455	FSE	Formação Profissional Contínua	SINDICATO DAS CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS SAÚDE	41.366,15	41.366,15	25.853,84
3.2.	3.2/1/456	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORTUGUESA DE MÉDICOS PATOLOGISTAS	22.151,82	22.151,82	13.844,89
3.2.	3.2/1/457	FSE	Formação Profissional Contínua	ESTER-ASS.FORM.T.SECT. ROCHAS ORN.INDUSTRIAS	5.530,37	5.530,37	3.456,48

APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31. 12. 2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.2.	3.2/1/458	FSE	Formação Profissional Contínua	SALUSFORMA - CONSULTORES DE FORMAÇÃO, LDA	14.532,02	14.532,02	9.082,51
3.2.	3.2/1/459	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. AGRICULTORES DO OESTE	66.585,72	66.585,72	41.616,07
3.2.	3.2/1/460	FSE	Formação Profissional Contínua	CENTRO DE GESTÃO AGRÍCOLA DE ALVORNINHA	48.760,58	48.760,58	30.473,36
3.2.	3.2/1/461	FSE	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DE AVIAÇÃO AEROCONCONDOR, LDA	36.777,26	35.226,88	22.016,80
3.2.	3.2/1/462	FSE	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DE AVIAÇÃO AEROCONCONDOR, LDA	99.427,14	84.676,87	52.923,05
3.2.	3.2/1/463	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL AMADORA SINTRA - SOCIEDADE GESTORA, SA	769.932,34	238.585,12	149.115,70
3.2.	3.2/1/464	FSE	Formação Profissional Contínua	CINAY - CENTRO DE INFORMAÇÃO E APOIO TÉCNICO, LDA	529.196,64	529.196,64	330.747,90
3.2.	3.2/1/465	FSE	Formação Profissional Contínua	CCP - CONF. DO COMÉRCIO E SERV. DE PORTUGAL	102.387,09	102.387,09	63.991,93
3.2.	3.2/1/466	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE S. JOSÉ	274.020,02	247.864,49	154.915,30
3.2.	3.2/1/467	FSE	Formação Profissional Contínua	CENCAL	8.345,49	8.345,49	5.215,93
3.2.	3.2/1/468	FSE	Formação Profissional Contínua	CITEFORMA	909.683,74	731.493,07	457.183,17
3.2.	3.2/1/469	FSE	Formação Profissional Contínua	CEPRA	187.751,15	153.098,13	95.686,34
3.2.	3.2/1/470	FSE	Formação Profissional Contínua	CINEL	161.104,75	161.104,75	100.690,47
3.2.	3.2/1/471	FSE	Formação Profissional Contínua	CINEL	136.014,21	136.014,21	85.008,88
3.2.	3.2/1/472	FSE	Formação Profissional Contínua	INOVINTER	354.734,41	354.425,15	221.515,72
3.2.	3.2/1/473	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA CRUZ	14.542,00	14.542,00	9.088,75
3.2.	3.2/1/474	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL Nº 5º DO ROSÁRIO BARREIRO	100.877,42	86.890,17	54.281,36
3.2.	3.2/1/475	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORTUGUESA DE ENFERMEIROS	34.390,87	34.390,87	21.494,29
3.2.	3.2/1/476	FSE	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE LISBOA	36.130,93	33.636,94	21.023,09
3.2.	3.2/1/477	FSE	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE LISBOA	78.607,34	67.168,28	41.980,18
3.2.	3.2/1/478	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA CRUZ	88.066,31	88.066,31	55.041,44
3.2.	3.2/1/479	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA CRUZ	12.314,49	12.314,49	7.696,95
3.2.	3.2/1/480	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA CRUZ	70.899,38	70.899,38	44.312,11
3.2.	3.2/1/440	FSE	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA MARIA	277.643,14	247.351,71	154.594,82
3.2.	3.2/1/481	FSE	Formação Profissional Contínua	SERVICO DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA TOBACCODEPENDENCIA	41.460,19	41.460,19	25.912,62
3.2.	3.2/1/482	FSE	Formação Profissional Contínua	ITAU - INST. TECNICO ALIMENT. HUMANA	798.306,56	541.582,55	338.489,16
3.2.	3.2/1/652	FSE	Formação Profissional Contínua	APIEE - ASSOC. PORT. INDUSTRIAS DE ENG.ª ELÉCTRICA	135.135,92	135.135,92	84.459,99
3.2.	3.2/1/653	FSE	Formação Profissional Contínua	EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, SA	272.618,78	231.887,60	144.929,75
3.2.	3.2/1/654	FSE	Formação Profissional Contínua	CPPE - COMP.ª PORTUG. PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, SA	47.778,71	39.557,71	24.723,57
3.2.	3.2/1/656	FSE	Formação Profissional Contínua	UNIVERSUS - CONSULTORES DE GESTÃO, SA	172.977,55	172.977,55	108.110,97
3.2.	3.2/1/657	FSE	Formação Profissional Contínua	UNIVERSUS - CONSULTORES DE GESTÃO, SA	78.285,61	78.285,61	48.928,50
3.2.	3.2/1/658	FSE	Formação Profissional Contínua	TAP AIR PORTUGAL, SA	695.473,82	207.698,76	129.811,72
3.2.	3.2/1/659	FSE	Formação Profissional Contínua	TAP AIR PORTUGAL, SA	1.043.578,93	193.987,17	121.241,98
3.2.	3.2/1/660	FSE	Formação Profissional Contínua	TÍV - RHEINLAND PORTUGAL, INSPECÇÕES TÉCNICAS, LDA	111.017,64	111.017,64	69.386,02
3.2.	3.2/1/661	FSE	Formação Profissional Contínua	ALSTOM POWER PORTUGAL, SA	615.458,90	175.190,85	109.469,28
3.2.	3.2/1/662	FSE	Formação Profissional Contínua	EFG SERVIÇOS - ECONOMIA, FISCALIDADE E GESTÃO, LDA	367.347,41	367.347,41	229.592,13
3.2.	3.2/1/663	FSE	Formação Profissional Contínua	EFG SERVIÇOS - ECONOMIA, FISCALIDADE E GESTÃO, LDA	103.857,38	103.857,38	64.910,86
3.2.	3.2/1/664	FSE	Formação Profissional Contínua	RDV - CONSULTORES, LDA	91.006,17	91.006,17	56.878,85
3.2.	3.2/1/665	FSE	Formação Profissional Contínua	GASFOMENTO - SISTEMAS E INSTALAÇÕES DE GÁS, SA	55.750,41	28.918,77	18.074,23
3.2.	3.2/1/666	FSE	Formação Profissional Contínua	GEBALIS-GESTÃO DOS BAIROS MUNICIPAIS DE LISBOA, EM	174.410,15	83.571,25	52.232,03
3.2.	3.2/1/667	FSE	Formação Profissional Contínua	COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, SA	800.923,77	460.888,66	288.055,41
3.2.	3.2/1/668	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO CONCELHO DE CASCAIS	160.763,60	160.763,60	100.477,25

APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.2.	3.2/1/669	FSE	Formação Profissional Contínua	ACISO-ASSOC. COMERCIAL, IND. SERV. DO CONC. DE OUREM	54.137,31	54.137,31	33.835,82
3.2.	3.2/1/670	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. COMERCIAL CONCELHOS DE OIRAS E MADORA	234.082,20	234.082,20	146.301,38
3.2.	3.2/1/671	FSE	Formação Profissional Contínua	IMPARISSO - SOC. HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, LDA	45.039,33	38.632,31	24.145,19
3.2.	3.2/1/672	FSE	Formação Profissional Contínua	PHC - Serviços de Tecnologia Industrial, Lda	148.167,32	120.956,74	75.599,21
3.2.	3.2/1/673	FSE	Formação Profissional Contínua	ACISW - ASSOC. COM., INDUSTRIAL E DE SERV. DA NAZARÉ	157.213,83	157.213,83	98.258,64
3.2.	3.2/1/674	FSE	Formação Profissional Contínua	SOTÉCNICA - SOC. ELECTRÓNICA, SA	67.107,35	27.567,99	17.129,99
3.2.	3.2/1/675	FSE	Formação Profissional Contínua	ACTIFEBEA-ASS. COM.INDJA.TOMAR, F.7E7, V.N. BAROURIHA	201.501,54	201.501,54	125.938,46
3.2.	3.2/1/676	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOC. COM. IND. CONCELHO DE SINTRA	465.965,38	465.965,38	291.228,36
3.2.	3.2/1/677	FSE	Formação Profissional Contínua	CARRISTUR-INV. TRANSPORTES URB. E REGIONAIS, LDA	117.491,97	117.491,97	73.432,48
3.2.	3.2/1/678	FSE	Formação Profissional Contínua	M & P - CONSULTORIA INFORMÁTICA, LDA	127.139,22	127.139,22	79.462,01
3.2.	3.2/1/679	FSE	Formação Profissional Contínua	M & P - CONSULTORIA INFORMÁTICA, LDA	152.576,58	152.576,58	95.360,36
3.2.	3.2/1/680	FSE	Formação Profissional Contínua	GESTINDATA - GESTÃO INFORMÁTICA, LDA	81.787,89	81.787,89	51.117,43
3.2.	3.2/1/681	FSE	Formação Profissional Contínua	FORIRO - ASSOC. P/A ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS	198.324,37	198.324,37	123.952,73
3.2.	3.2/1/682	FSE	Formação Profissional Contínua	FORIRO - ASSOC. P/A ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS	213.586,16	213.586,16	133.491,35
3.2.	3.2/1/683	FSE	Formação Profissional Contínua	FASTAOESTUDO - SALÕES DE ESTUDO E FORMAÇÃO, LDA	63.660,77	63.660,77	39.787,98
3.2.	3.2/1/684	FSE	Formação Profissional Contínua	FASTAOESTUDO - SALÕES DE ESTUDO E FORMAÇÃO, LDA	71.727,52	71.727,52	44.829,70
3.2.	3.2/1/685	FSE	Formação Profissional Contínua	FASTAOESTUDO - SALÕES DE ESTUDO E FORMAÇÃO, LDA	67.445,57	67.445,57	42.153,48
3.2.	3.2/1/686	FSE	Formação Profissional Contínua	ESNAVE - ESTALEIROS NAVAIS, SA	548.342,34	207.940,06	129.962,54
3.2.	3.2/1/687	FSE	Formação Profissional Contínua	AREA PEDAGOGICA-CONSULTORIA, REC. E FORMAÇÃO, LDA	88.005,91	88.005,91	55.003,69
3.2.	3.2/1/688	FSE	Formação Profissional Contínua	CP - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, EP	404.213,21	172.982,85	108.114,28
3.2.	3.2/1/689	FSE	Formação Profissional Contínua	CP - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, EP	190.857,59	105.376,08	65.860,05
3.2.	3.2/1/690	FSE	Formação Profissional Contínua	TRANSTEJO - TRANSPORTES DO TEJO, SA	141.390,70	89.024,95	55.640,60
3.2.	3.2/1/691	FSE	Formação Profissional Contínua	SETACOOOP- SIND. CONSTL. OBRAS PÚBLICAS E SERV. AFINS	184.391,62	184.391,62	115.244,76
3.2.	3.2/1/692	FSE	Formação Profissional Contínua	ISLA - SANTARÉM, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA	224.326,57	224.326,57	140.204,11
3.2.	3.2/1/693	FSE	Formação Profissional Contínua	CON PRO - CONSULTORIA E PROJECTOS, LDA	234.621,16	234.621,16	146.630,23
3.2.	3.2/1/694	FSE	Formação Profissional Contínua	CON PRO - CONSULTORIA E PROJECTOS, LDA	133.571,09	133.571,09	83.481,93
3.2.	3.2/1/695	FSE	Formação Profissional Contínua	EL CORTE INGLÉS - GRANDES ARMAZÉNS, SA	696.362,22	341.352,61	213.349,38
3.2.	3.2/1/696	FSE	Formação Profissional Contínua	IPFEL- INST. PART. DE FORM. ENSINO DE LINGUAS, LDA	191.263,06	191.263,06	119.539,41
3.2.	3.2/1/697	FSE	Formação Profissional Contínua	IPFEL- INST. PART. DE FORM. ENSINO DE LINGUAS, LDA	51.463,32	51.463,32	32.164,56
3.2.	3.2/1/698	FSE	Formação Profissional Contínua	EUROTEMA - INFORMATICA, GESTÃO E CONSULTORIA, LDA	135.906,97	135.906,97	84.941,86
3.2.	3.2/1/699	FSE	Formação Profissional Contínua	EUROTEMA - INFORMATICA, GESTÃO E CONSULTORIA, LDA	135.509,59	135.509,59	84.693,49
3.2.	3.2/1/700	FSE	Formação Profissional Contínua	ERISIS - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO, SOC. EMPRESARIAL	224.326,57	224.326,57	140.204,11
3.2.	3.2/1/701	FSE	Formação Profissional Contínua	AERSET - ASSOC. EMPRESARIAL DA REGIÃO DE SETÚBAL	1.286.687,19	1.286.687,19	804.179,50
3.2.	3.2/1/702	FSE	Formação Profissional Contínua	UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUEAS	582.543,53	582.543,53	364.089,70
3.2.	3.2/1/703	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS	598.557,48	598.557,48	374.098,42
3.2.	3.2/1/704	FSE	Formação Profissional Contínua	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS	45.909,22	45.909,22	28.693,26
3.2.	3.2/1/705	FSE	Formação Profissional Contínua	ISSS - INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E SEG. SOCIAL	305.244,99	136.046,87	85.029,29



APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.2.	3.2/1/706	FSE	Formação Profissional Contínua	EID - EMPRESA DE INVEST. DESENV. DE ELECTRÓNICA, SA	502.527,94	205.988,40	128.742,75
3.2.	3.2/1/707	FSE	Formação Profissional Contínua	EID - EMPRESA DE INVEST. DESENV. DE ELECTRÓNICA, SA	26.753,35	9.445,53	5.903,45
3.2.	3.2/1/708	FSE	Formação Profissional Contínua	METROPOLITANO DE LISBOA, EP	871.647,33	486.493,61	304.058,51
3.2.	3.2/1/709	FSE	Formação Profissional Contínua	INFATUR - INSTITUTO DE FORMAÇÃO TURÍSTICA	921.368,43	921.368,43	573.835,27
3.2.	3.2/1/710	FSE	Formação Profissional Contínua	INFATUR - INSTITUTO DE FORMAÇÃO TURÍSTICA	63.682,75	63.682,75	39.801,72
3.2.	3.2/1/711	FSE	Formação Profissional Contínua	BARAFUNDA - ASSOC. JUVENTUD CULTURA E SOLIDARIEDADE	93.109,27	93.109,27	58.193,29
3.2.	3.2/1/712	FSE	Formação Profissional Contínua	CECOA	441.433,47	441.433,47	275.895,92
3.2.	3.2/1/713	FSE	Formação Profissional Contínua	CECOA	42.140,57	42.140,57	26.337,86
3.2.	3.2/1/714	FSE	Formação Profissional Contínua	CECOA	30.840,71	30.840,71	19.275,44
3.2.	3.2/1/715	FSE	Formação Profissional Contínua	CEPOSAP	511.437,44	511.437,44	319.648,40
3.2.	3.2/1/716	FSE	Formação Profissional Contínua	CEPOSAP	91.489,51	91.489,51	57.180,94
3.2.	3.2/1/717	FSE	Formação Profissional Contínua	CENCAL	257.349,00	257.349,00	160.843,12
3.2.	3.2/1/718	FSE	Formação Profissional Contínua	CENCAL	14.168,00	14.168,00	8.855,00
3.2.	3.2/1/719	FSE	Formação Profissional Contínua	CENFIC	506.108,94	506.108,94	316.318,09
3.2.	3.2/1/720	FSE	Formação Profissional Contínua	CENFIC	28.657,26	28.657,26	17.910,79
3.2.	3.2/1/721	FSE	Formação Profissional Contínua	CENFPA	785.178,00	785.178,00	490.736,25
3.2.	3.2/1/722	FSE	Formação Profissional Contínua	CENJOR	1.036.041,00	1.036.041,00	647.525,63
3.2.	3.2/1/723	FSE	Formação Profissional Contínua	CENJOR	59.857,00	59.857,00	37.410,62
3.2.	3.2/1/724	FSE	Formação Profissional Contínua	CENJOR	18.098,00	18.098,00	11.311,25
3.2.	3.2/1/725	FSE	Formação Profissional Contínua	CFPSA	109.275,00	109.275,00	68.296,88
3.2.	3.2/1/726	FSE	Formação Profissional Contínua	CFPSA	5.588,00	5.588,00	3.492,50
3.2.	3.2/1/727	FSE	Formação Profissional Contínua	CFPSA	40.347,00	40.347,00	25.216,87
3.2.	3.2/1/728	FSE	Formação Profissional Contínua	CINEL	183.500,00	183.500,00	114.687,50
3.2.	3.2/1/729	FSE	Formação Profissional Contínua	CINEL	107.000,00	107.000,00	66.875,00
3.2.	3.2/1/730	FSE	Formação Profissional Contínua	CINEL	101.500,00	101.500,00	63.437,30
3.2.	3.2/1/731	FSE	Formação Profissional Contínua	GTEFORMA	780.246,86	780.246,86	487.654,29
3.2.	3.2/1/732	FSE	Formação Profissional Contínua	CIVEC	245.667,85	245.667,85	153.542,41
3.2.	3.2/1/733	FSE	Formação Profissional Contínua	FORPESCAS	431.277,00	431.277,00	282.048,13
3.2.	3.2/1/734	FSE	Formação Profissional Contínua	FORPESCAS	141.977,00	141.977,00	88.735,63
3.2.	3.2/1/735	FSE	Formação Profissional Contínua	IEFP - DR/LVT	286.109,90	286.109,90	178.818,68
3.2.	3.2/1/208	FSE	Formação Profissional Contínua	ITALCO - MODA ITALIANA, LDA	172.201,65	104.214,29	65.133,93
3.3.	3.3/1/001	FSE	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Tomar	771.142,06	771.142,06	481.963,79
3.3.	3.3/1/002	FSE	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Artes Gráficas e Multimédia	678.526,04	678.526,04	422.203,77
3.3.	3.3/1/003	FSE	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Santarém	47.259,03	47.259,03	29.536,89
3.3.	3.3/1/004	FSE	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Santarém	1.014.323,85	1.014.323,85	633.952,41
3.3.	3.3/1/005	FSE	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Venda Nova	827.127,89	827.127,89	516.954,93
3.3.	3.3/1/006	FSE	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Lisboa Sector Terciário	734.471,51	734.471,51	452.794,70
3.3.	3.3/1/007	FSE	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Alverca	1.328.065,64	1.328.065,64	830.041,02
3.3.	3.3/1/008	FSE	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Alverca	106.069,56	106.069,56	66.293,47
3.3.	3.3/1/009	FSE	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	87.153,79	87.153,79	54.471,12
3.3.	3.3/1/010	FSE	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Ativos - CEODA	132.847,79	132.847,79	83.029,87
3.3.	3.3/1/011	FSE	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica - CENCAL	364.412,71	364.412,71	227.757,94
3.3.	3.3/1/012	FSE	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Reparação Automóvel - CEPRA	28.129,12	28.129,12	17.580,70
3.3.	3.3/1/013	FSE	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	89.850,47	89.850,47	56.156,54
3.3.	3.3/1/014	FSE	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional e Aperfeiçoamento Profissional - CEPOSAP	477.070,27	477.070,27	298.168,92
3.3.	3.3/1/015	FSE	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar - CEPSA	795.419,51	795.419,51	497.137,20
3.3.	3.3/1/016	FSE	Formação Profissional	ATLANTIS - CRISTAIS DE ALCOBACA, SA	207.085,72	207.085,72	129.428,58
3.3.	3.3/1/017	FSE	Formação Profissional	ISQ - INSTITUTO DE SOLDADURA E QUALIDADE	219.866,60	219.866,60	137.416,62

APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.3.	3.3/1/018	FSE	Formação Profissional	RUMOS - FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, SA	74.836,64	74.836,64	46.772,90
3.3.	3.3/1/019	FSE	Formação Profissional	FUNDAÇÃO JOSÉ FONTANA	279.147,10	279.147,10	174.466,93
3.3.	3.3/1/020	FSE	Formação Profissional	ARTIAM-ASS. NAC. TRANSP. PÚB. R. DE MERCADORIAS	164.747,96	164.747,96	102.967,47
3.3.	3.3/1/021	FSE	Formação Profissional	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	150.020,01	150.020,01	93.762,51
3.3.	3.3/1/023	FSE	Formação Profissional	CIDEL - CENTRO INTERDISC. ESTUDOS ECONÓMICOS	137.693,16	137.693,16	86.058,22
3.3.	3.3/1/024	FSE	Formação Profissional	ALAY METALURGICA CENTRAL ALNOS VEDROS, LDA	156.162,92	156.162,92	97.601,83
3.3.	3.3/1/026	FSE	Formação Profissional	ASSOCIAÇÃO CRISTÁ DA MOVIDADE DE SETÚBAL	286.108,91	286.108,91	178.818,07
3.3.	3.3/1/027	FSE	Formação Profissional	CENTRO COMUNITARIO DA QUINTA DO CONDE	274.878,30	274.878,30	171.798,94
3.3.	3.3/1/029	FSE	Formação Profissional	INDE - ORG. COOP. P/A INTERCOOP. E DESENV., CRL	324.539,78	324.539,78	202.837,36
3.3.	3.3/1/030	FSE	Formação Profissional	IPJ - INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE	166.760,43	166.760,43	104.225,27
3.3.	3.3/1/031	FSE	Formação Profissional	CIS - COMPANHIA NACIONAL DE SERVIÇOS, SA	645.204,89	645.204,89	403.253,05
3.3.	3.3/1/032	FSE	Formação Profissional	LS - GESTÃO EMPRESARIAL E IMOBILIÁRIA, SA	120.384,14	120.384,14	75.240,09
3.3.	3.3/1/034	FSE	Formação Profissional	SOLIFORMA - FORMAÇÃO E SERVIÇOS, SA	817.500,32	817.500,32	510.937,70
3.3.	3.3/1/035	FSE	Formação Profissional	FORMASADO - FORM., CONSULT. E SERVIÇOS, LDA	167.424,27	167.424,27	104.640,17
3.3.	3.3/1/037	FSE	Formação Profissional	GEBALIS- GESTÃO BAIROS MUNICIPAIS LISBOA, EM	342.672,66	342.672,66	214.170,41
3.3.	3.3/1/038	FSE	Formação Profissional	PLAFORMA- CONSULT. E FORMAÇÃO, LDA	183.061,70	183.061,70	114.413,56
3.3.	3.3/1/039	FSE	Formação Profissional	IPF - INSTITUTO PORTUGUÊS DE FORMAÇÃO, LDA	123.077,11	123.077,11	76.923,20
3.3.	3.3/1/041	FSE	Formação Profissional	MARIA GLORIA RAMOS-COHS. GEST. FORM. PROF., LDA	136.278,47	136.278,47	85.174,05
3.3.	3.3/1/042	FSE	Formação Profissional	CENTRO DE APOIO AOS DESEMPREGADOS	268.455,72	268.455,72	167.784,83
3.3.	3.3/1/043	FSE	Formação Profissional	CORPORA- MULTIMEDIA E FORMAÇÃO, LDA	33.248,60	33.248,60	20.780,37
3.3.	3.3/1/045	FSE	Formação Profissional	CIBER JOI- OCUP. TEMPOS LIVRES SERV. INFORM., LDA	17.374,13	17.374,13	10.858,83
3.3.	3.3/1/046	FSE	Formação Profissional	FORSIVA- FORM. ORG. E SERVIÇOS, LDA	108.564,27	108.564,27	67.832,67
3.3.	3.3/1/047	FSE	Formação Profissional	AVALFORMA - FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA	75.872,91	75.872,91	47.420,57
3.3.	3.3/1/048	FSE	Formação Profissional	ASSOC. PORT. P/A DEFESA DO CONSUMIDOR - DECD	25.977,21	25.977,21	16.235,76
3.3.	3.3/1/049	FSE	Formação Profissional	MEDILABOR- MEDICINA TRAB. HIG. SEG. FORMAÇÃO, LDA	99.649,84	99.649,84	62.281,15
3.3.	3.3/1/050	FSE	Formação Profissional	MEDILABOR- MEDICINA TRAB. HIG. SEG. FORMAÇÃO, LDA	175.913,35	175.913,35	109.945,97
3.3.		FSE	IEFP - Contrato Programa - Estágios profissionais	IEFP - contrato programa	33.420.000,00	33.420.000,00	20.887.500,00
3.3.	3.3/1/051	FSE	Formação Profissional	TIME SHARING - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, AS	207.176,65	207.176,65	129.485,41
3.3.	3.3/1/052	FSE	Formação Profissional	RUMOS - FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, SA	287.242,47	287.242,47	179.526,54
3.3.	3.3/1/053	FSE	Formação Profissional	ALTIUS - CENTRO FORMAÇÃO PROFISSIONAL, LDA	163.065,51	163.065,51	101.915,94
3.3.	3.3/1/054	FSE	Formação Profissional	CENTRO CULTURAL SOCIAL DE STO. ANT. CAVALERIOS	55.659,86	55.659,86	34.787,41
3.3.	3.3/1/055	FSE	Formação Profissional	ENSINUS - ESTABELEC. DE ENSINO PARTICULAR, AS	124.045,05	124.045,05	77.528,16
3.3.	3.3/1/056	FSE	Formação Profissional	FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE	127.380,09	127.380,09	79.612,56
3.3.	3.3/1/057	FSE	Formação Profissional	FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE	106.836,52	106.836,52	66.772,83
3.3.	3.3/1/058	FSE	Formação Profissional	FUNDAÇÃO VIVER-CULT. DESP. CONTRA INT. E DROGA	79.133,32	79.133,32	49.458,33
3.3.	3.3/1/059	FSE	Formação Profissional	INS- INSTITUTO DE FORMAÇÃO E SERVIÇOS, AS	108.789,30	108.789,30	67.993,31
3.3.	3.3/1/060	FSE	Formação Profissional	PROJECTOAM- SOC. EST. CONSULT. E FORMAÇÃO, LDA	172.299,62	172.299,62	107.687,26
3.3.	3.3/1/061	FSE	Formação Profissional	TALENTUS - ASSOC. NAC. FORM. TÉCNICOS FORMAÇÃO	129.111,09	129.111,09	80.694,43
3.3.	3.3/1/062	FSE	Formação Profissional	ADEPE - ASSOC. DESENVOLVIMENTO DE PÊNCHES	238.524,47	238.524,47	149.077,79



APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.3.	3.3/1/063	FSE	Formação Profissional	CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA	46.521,20	46.521,20	29.073,75
3.3.	3.3/1/064	FSE	Formação Profissional	CIRE - CENTRO INFANTIL RECUPERAÇÃO DE TOMAR	28.839,45	28.839,45	18.024,65
3.3.	3.3/1/065	FSE	Formação Profissional	EXTERNATO CESARIO VERDE, LDA	114.348,42	114.348,42	71.467,76
3.3.	3.3/1/066	FSE	Formação Profissional	OTELINDO ANDRADE - CONS. GESTÃO, SOC. UNIP., LDA	71.445,03	71.445,03	44.653,14
3.3.	3.3/1/067	FSE	Formação Profissional	SOCOGEF - SOC. CONTAB. GESTÃO E FINANÇAS, LDA	60.266,37	60.266,37	37.666,48
3.3.	3.3/1/068	FSE	Formação Profissional	ECOSAUDE-EDUC. INV. CONS. TRAB. SAÚDE AMB., SA	50.480,26	50.480,26	31.550,16
3.3.	3.3/1/069	FSE	Formação Profissional	CENTRO CULTURAL DE ALMADA	323.847,70	323.847,70	202.404,81
3.3.	3.3/1/070	FSE	Formação Profissional	C.F.P. do Sebal	17.666,99	17.666,99	11.041,62
3.3.	3.3/1/071	FSE	Formação Profissional	C.F.P. de Venda Nova	2.619.036,87	2.619.036,87	1.636.898,05
3.3.	3.3/1/072	FSE	Formação Profissional	C.F.P. Sector Terciário	772.443,29	772.443,29	482.778,31
3.3.	3.3/1/073	FSE	Formação Profissional	C.F.P. de Aherca	492.734,81	492.734,81	307.939,26
3.3.	3.3/1/074	FSE	Formação Profissional	C.F.P. de Aherca	1.996.602,24	1.996.602,24	1.247.876,40
3.3.	3.3/1/075	FSE	Formação Profissional	FORPESCAS	131.599,77	131.599,77	82.249,86
3.3.	3.3/1/076	FSE	Formação Profissional	INOVINTER	105.292,79	105.292,79	65.807,99
3.3.	3.3/1/077	FSE	Formação Profissional	CEIJOR	291.294,18	264.141,70	165.088,57
3.3.	3.3/1/078	FSE	Formação Profissional	CITEFORMA	8.700,93	6.990,19	4.368,87
3.3.	3.3/1/079	FSE	Formação Profissional	CITEFORMA	32.594,09	32.483,86	20.302,42
3.3.	3.3/1/080	FSE	Formação Profissional	CFPSA	1.090.783,14	1.031.512,72	644.093,43
3.3.	3.3/1/113	FSE	Formação Profissional	PT CONTACT - TELEMARKETING E SERV. INFORMAÇÃO, SA	60.088,66	60.088,66	37.555,41
3.3.	3.3/1/114	FSE	Formação Profissional	CESAE - CENTRO DE SERVIÇOS E APOIO ÀS EMPRESAS	139.606,40	139.606,40	87.254,00
3.3.	3.3/1/036	FSE	Formação Profissional	ENCIARBA - FORMAÇÃO E CONSULTADORA, LDA	321.635,37	321.635,37	201.022,11
3.3.	3.3/1/115	FSE	Formação Profissional	INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE	181.168,83	181.168,83	113.230,52
3.3.	3.3/1/116	FSE	Formação Profissional	HIGIOMED - FORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES, LDA	103.232,71	103.232,71	64.520,44
3.3.	3.3/1/117	FSE	Formação Profissional	CARRISTURNOV, TRANSPORTES URB. E REGIONAIS, LDA	134.093,73	134.093,73	83.808,58
3.3.	3.3/1/118	FSE	Formação Profissional	FORINO - ASSOC. PTA ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS	381.863,46	381.863,46	238.664,66
3.3.	3.3/1/119	FSE	Formação Profissional	FORINO - ASSOC. PTA ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS	28.136,63	28.136,63	17.985,39
3.3.	3.3/1/120	FSE	Formação Profissional	SOLISFORM - FORMAÇÃO E SERVIÇOS, SA	764.970,04	764.970,04	478.106,28
3.3.	3.3/1/121	FSE	Formação Profissional	IPFEL - INST. PART. DE FORM. ENSINO DE LÍNGUAS, LDA	55.127,29	55.127,29	34.454,56
3.3.	3.3/1/122	FSE	Formação Profissional	CAP - CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	166.492,33	166.492,33	104.057,72
3.3.	3.3/1/123	FSE	Formação Profissional	BAOAFUNDA - ASSOC. JUVENIL CULTURA E SOLIDARIEDADE	148.742,41	148.742,41	92.964,00
3.3.	3.3/1/124	FSE	Formação Profissional	IEFP - DRIVT	7.481.968,46	7.481.968,46	4.676.230,29
3.4.		FSE	IEFP - contrato Programa - Apoio ao emprego	IEFP contrato programa	24.991.000,00	24.991.000,00	15.619.375,00
3.5.	3.5/001	FSE	Eficácia e Equidade das Políticas	IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional	1.546.273,48	1.546.273,48	966.420,93
3.5.	3.5/002	FSE	Eficácia e Equidade das Políticas	IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional	1.632.985,63	1.632.985,63	1.020.616,02
3.5.	3.5/003	FSE	Eficácia e Equidade das Políticas	IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional	1.722.972,63	1.722.972,63	1.076.857,89
3.5.	3.5/5/001	FSE	Formação inicial e contínua dos agentes de Política de Emprego e Formação	UNIVERSUS - CONSULTORES DE GESTÃO, SA	45.612,27	45.612,27	28.507,67
3.5.	3.5/5/002	FSE	Formação inicial e contínua dos agentes de Política de Emprego e Formação	CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTUGAL - CCP	81.577,48	81.577,48	50.985,92
3.5.	3.5/5/003	FSE	Formação inicial e contínua dos agentes de Política de Emprego e Formação	FASTAOSTUDO - SALÕES DE ESTUDO E FORMAÇÃO, LDA	21.230,28	21.230,28	13.268,92
3.5.	3.5/5/004	FSE	Formação inicial e contínua dos agentes de Política de Emprego e Formação	ISLA - SANTARÉM, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA	33.667,14	33.667,14	21.041,96
3.5.	3.5/5/005	FSE	Formação inicial e contínua dos agentes de Política de Emprego e Formação	COM PRO - CONSULTORIA E PROJECTOS, LDA	45.059,05	45.059,05	28.161,90
3.5.	3.5/5/006	FSE	Formação inicial e contínua dos agentes de Política de Emprego e Formação	EUROTEMA - INFORMÁTICA, GESTÃO E CONSULTORIA, LDA	23.254,28	23.254,28	14.533,93
3.5.	3.5/5/007	FSE	Formação inicial e contínua dos agentes de Política de Emprego e Formação	ENSILIS - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO, SOC. UNIPESSOAL	33.667,14	33.667,14	21.041,96

APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.5.	3.5/5/008	FSE	Formação inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Formação	AERSET - ASSOC. EMPRESARIAL DA REGIÃO DE SETÚBAL	91.802,60	91.802,60	57.376,62
3.5.	3.5/5/009	FSE	Formação inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Formação	CAP - CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	107.262,28	107.262,28	67.038,92
3.5.	3.5/5/010	FSE	Formação inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Formação	INFUTUR - INSTITUTO DE FORMAÇÃO TURÍSTICA	5.034,41	5.034,41	3.146,50
3.5.	3.5/5/011	FSE	Formação inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Formação	CENCAL	15.129,00	15.129,00	9.455,62
3.5.	3.5/5/012	FSE	Formação inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Formação	CENJOR	14.843,00	14.843,00	9.276,67
3.5.	3.5/5/013	FSE	Formação inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Formação	CENFM	128.014,00	128.014,00	80.008,75
3.5.	3.5/5/014	FSE	Formação inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Formação	FORPESCAS	58.938,00	58.938,00	36.836,25
3.5.	3.5/5/015	FSE	Formação inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Formação	CITEFORMA	26.609,20	26.609,20	16.630,75
3.5.	3.5/5/016	FSE	Formação inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Formação	CEFOSAP	9.936,05	9.936,05	6.210,03
3.5.	3.5/5/017	FSE	Formação inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Formação	CECOA	20.896,41	20.896,41	13.060,26
3.5.	3.5/5/049	FSE	FERA - FORMAÇÃO, EDIÇÃO E REP. DE APLICAÇÕES, SA		38.929,64	38.929,64	24.331,03
3.6.	3.6/2/001	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	SOC.INSTR. E BENEFICIÊNCIA "A VOZ DO OPERÁRIO"	437.540,48	437.540,48	273.462,80
3.6.	3.6/2/002	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA	1.913.841,96	1.913.841,96	1.196.151,22
3.6.	3.6/2/003	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	1.839.899,23	1.839.899,23	1.149.937,02
3.6.	3.6/2/004	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. DAS ACTIV. SOCIAIS DO BAIRRO 2 DE MAIO	298.603,23	298.603,23	186.627,02
3.6.	3.6/2/005	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL CALDAS DA RAINHA	644.144,77	644.144,77	402.990,48
3.6.	3.6/2/006	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	SIND. DOS TRABALHADORES DA PESCA DO CENTRO	216.509,92	216.509,92	135.318,70
3.6.	3.6/2/007	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. SOC. MUTUOS- MONTEPIO ABRANT. S. ANHOS	191.205,62	191.205,62	119.503,52
3.6.	3.6/2/008	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	CARITAS DIOCESANA DE SETÚBAL	298.621,97	298.621,97	186.638,73
3.6.	3.6/2/009	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS	68.203,84	68.203,84	42.627,40
3.6.	3.6/2/010	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	COMUNIDADE HINDU DE PORTUGAL	584.161,00	584.161,00	365.400,63
3.6.	3.6/2/011	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL CRISTO REI DE ALGÉS	286.833,84	286.833,84	179.271,15
3.6.	3.6/2/012	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. CULTURAL MOINHO DA JUVENTUDE	251.372,28	251.372,28	157.107,67
3.6.	3.6/2/013	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	INDE - ORG. COOP. P/A INTERCOOP. E DESENV., CRL	185.286,29	185.286,29	115.803,93
3.6.	3.6/2/014	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	O COMPANHEIRO - ASSOC. DE FRATERNIDADE CRISTÁ	670.179,31	670.179,31	418.862,07
3.6.	3.6/2/015	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	CEFEA- CENTRO EUROPEU FORM. EST. MIGRAÇÕES	169.393,44	169.393,44	105.670,90
3.6.	3.6/2/016	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	RECORREJA-ASS. DES. INSERÇÃO SOC. PROFISSIONAL	759.768,16	759.768,16	474.855,10
3.6.	3.6/2/017	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	BARAFUNDA - ASS. JUVENIL CULT. SOLID. SOCIAL	147.604,26	147.604,26	92.252,66
3.6.	3.6/2/018	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	PROSALIS - PROJECTO DE SAÚDE EM LISBOA	365.666,58	365.666,58	228.541,61
3.6.	3.6/2/019	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	CONCILUM - GESTÃO RECURSOS HUMANOS, LDA	297.140,23	297.140,23	185.712,64
3.6.	3.6/2/020	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	ATT - ASSOC. TRATAMENTO TOXICO-DEPENDÊNCIAS	180.836,43	180.836,43	113.022,77
3.6.	3.6/2/021	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	GABINAE- GABINETE APOIO AO EMPRESÁRIO, LDA	431.681,75	431.681,75	269.801,09
3.6.	3.6/2/022	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	OS FRANCOSQUINHOS- ASS. PAIS CRIANÇAS H.S.F.X.	189.904,86	189.904,86	118.690,54
3.6.	3.6/2/023	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	FORMAJUDA- GAB. FORM. PROJECTOS DA AJUDA, LDA	863.559,21	863.559,21	539.724,51
3.6.	3.6/2/024	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	MORNA - ASSOC. CULTURAL LUSO - AFRICANA	561.674,40	561.674,40	351.046,50
3.6.	3.6/2/025	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	GEBALIS- GESTÃO BAIROS MUNICIPAIS LISBOA, EA	523.806,63	523.806,63	327.379,14
3.6.	3.6/2/026	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	APDAR- ASS. PROM. DESENV. ARTESANATO REGIONAL	253.420,36	253.420,36	158.387,73
3.6.	3.6/2/027	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	APSD- ASSOC. PORT. DE SOLID.E DESENVOLVIMENTO	193.305,21	193.305,21	120.815,76
3.6.	3.6/2/028	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC.P/ DESENV. EMPREGO VILA FRANCA XIRA	670.850,68	670.850,68	419.281,68
3.6.	3.6/2/029	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	ESCOLA DAS PROFISSÕES DA AMADORA, EJA	556.033,56	556.033,56	347.520,97



APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.6.	3.6/2/030	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	CAMARA MUNICIPAL DO SERVAL	598.609,38	598.609,38	374.130,86
3.6.	3.6/2	FSE	IEFP - Pessoas com deficiência - Contrato Programa	IEFP - contrato programa	42.398.000,00	42.398.000,00	26.498.750,00
3.6.	3.6/3	FSE	IEFP - mercado social de emprego - Contrato Programa	IEFP - contrato programa	52.374.000,00	52.374.000,00	32.733.750,00
3.6.	3.6/2/031	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	CRIT - CENTRO RECUPERAÇÃO INFANTIL TORREJANO	119.941,61	119.941,61	74.963,50
3.6.	3.6/2/032	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL RAINHA D. LEONOR	208.055,35	206.340,23	128.952,64
3.6.	3.6/2/033	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	SOC. ESTUDOS E INTERV. ENGENHARIA SOCIAL, CRL	174.146,72	174.146,72	108.841,70
3.6.	3.6/2/034	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. CENTRO JOVEM TEJO	186.454,49	186.454,49	116.534,06
3.6.	3.6/2/035	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	GRUPO TRAB. PROJ. DOS SETES "DESENV. LIBERDADE"	151.399,00	151.399,00	94.624,37
3.6.	3.6/2/036	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	LIGA PORTUGUESA CONTRA A DROGA	108.782,67	108.782,67	67.989,17
3.6.	3.6/2/037	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. MELHORAMENTOS BEM ESTAR SOCIAL DAS PIAS	89.474,77	89.474,77	55.921,73
3.6.	3.6/2/038	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE MAFRA	115.922,63	115.922,63	72.451,64
3.6.	3.6/2/039	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	ANJAF- ASS. NAC. JOVENS P/A A ACÇÃO SOCIAL	185.252,21	185.252,21	115.782,63
3.6.	3.6/2/040	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. ALMADENSE RUJO AO FUTURO	187.614,96	187.614,96	117.259,35
3.6.	3.6/2/041	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	VITAE - ASSOC. SOLID. E DESENV. INTERNACIONAL	380.248,80	380.248,80	237.655,50
3.6.	3.6/2/042	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	ARADO- ASSOC. DESENV. REINSCRIÇÃO OPORTUNIDADES	149.210,40	149.210,40	93.256,50
3.6.	3.6/2/043	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. CABO VERDIANA DO SERVAL	273.838,95	273.838,95	171.149,34
3.6.	3.6/2/044	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. ESPAÇO DA COMUNIDADE CABOVERDIANA	105.172,21	105.172,21	65.732,63
3.6.	3.6/2/045	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. PICAPAU-CT.- FORN.REC.TOXICODEPENDENTES	166.303,69	166.303,69	103.939,81
3.6.	3.6/2/046	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. SOLID. CABO VERDIANA AMIGOS SUL TEJO	273.838,95	273.838,95	171.149,34
3.6.	3.6/2/047	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOCIAÇÃO REMAR PORTUGUESA	159.268,26	159.268,26	99.542,66
3.6.	3.6/2/048	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	ALUEBAP - ASSOC. UNIDA EMIGRANTES GURÉ BISSAU	273.838,95	273.838,95	171.149,34
3.6.	3.6/2/049	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	CAMARA MUNICIPAL DA AMADORA	351.023,91	351.023,91	219.389,94
3.6.	3.6/2/050	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	CASA DE ANGOLA	273.838,95	273.838,95	171.149,34
3.6.	3.6/2/051	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	CASELSOL-INST. PARTICULAR SOLIDARIEDADE SOCIAL	189.239,31	189.239,31	118.274,57
3.6.	3.6/2/053	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	CENTRO DE REFORMADOS IDOSOS VALE DA ANDREIRA	156.580,87	156.359,50	97.724,69
3.6.	3.6/2/054	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	CESES- CENTRO ESTUDOS P/A INTERVENÇÃO SOCIAL	138.391,89	138.391,89	86.494,93
3.6.	3.6/2/055	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS (CPIR)	216.391,90	216.391,90	135.244,93
3.6.	3.6/2/056	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	AJUDA DE MAE - ASSOC. SOLIDARIEDADE SOCIAL	187.223,43	187.223,43	117.014,64
3.6.	3.6/2/057	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	CEBI - FUND. P/A DESENV. COMUNITÁRIO DE ALVERCA	157.226,01	157.226,01	98.266,25
3.6.	3.6/2/058	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	CENTRO SOCIAL DE PALMELA	160.679,95	160.679,95	100.424,97
3.6.	3.6/2/059	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	DESAFIO JOVEM - (TEEN CHALLENGE) PORTUGAL	38.606,61	38.606,61	24.129,13
3.6.	3.6/2/060	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	PENICHE RENDIBILROS -ASS. DEFESA RENDAS BILROS	371.787,32	371.787,32	232.367,07
3.6.	3.6/2/061	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	SECRET. DIOCESANO LISBOA PASTORAL DOS CIGANOS	258.333,60	258.333,60	159.583,50
3.6.	3.6/2/062	FSE	Promoção do Desenvolvimento Social	CENTRO DE OCUPAÇÃO INFANTIL	229.475,14	229.475,14	143.421,97
3.8.	3.8/001	FEDER	Construção da Escola Pré-Primária de Pereiro de Palhacana	Câmara Municipal de Alenquer	88.461,81	88.461,81	66.346,36
3.8.	3.8/002	FEDER	Construção da Escola Pré-Primária de Santana da Carnota	Câmara Municipal de Alenquer	88.461,81	88.461,81	66.346,36
3.8.	3.8/003	FEDER	Pré-Escolar da Rede Pública da Escola Básica do 1º Ciclo nº 3 da Damela	Câmara Municipal de Amadora	126.744,55	126.744,55	95.058,41
3.8.	3.8/004	FEDER	Pré-Escolar da Rede Pública da Escola Básica do 1º Ciclo nº 1 da Buraca	Câmara Municipal de Amadora	170.015,26	170.015,26	127.511,45
3.8.	3.8/005	FEDER	Pré-Escolar da Rede Pública da Escola Básica do 1º Ciclo nº 1 da Reboteira	Câmara Municipal de Amadora	170.015,26	170.015,26	127.511,45
3.8.	3.8/006	FEDER	Pré-Escolar da Rede Pública da Escola Básica do 1º Ciclo nº 9 da Mina	Câmara Municipal de Amadora	170.015,26	170.015,26	127.511,45
3.8.	3.8/007	FEDER	Pré-Escolar da Rede Pública da Escola Básica do 1º Ciclo nº 1 da Mina (Cerrado da Ilca)	Câmara Municipal de Amadora	170.015,26	170.015,26	127.511,45
3.8.	3.8/008	FEDER	Jardim de Infância da Babe	Câmara Municipal de Amadora	274.413,66	274.413,66	205.810,25
3.8.	3.8/009	FEDER	Jardim de Infância da Golegã	Câmara Municipal da Golegã	126.744,55	126.744,55	95.058,41



APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31. 12. 2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.8.	3.8/010	FEDER	Construção do Jardim de Infância do Milharado	Câmara Municipal de Mafra	126.744,55	126.744,55	95.058,41
3.8.	3.8/011	FEDER	Ampliação do Jardim de Infância do Barril/Encarnação	Câmara Municipal de Mafra	126.744,55	126.744,55	95.058,41
3.8.	3.8/012	FEDER	Jardim de Infância da Quinta da Piedade - Póvoa de Santa Iria	Câmara Municipal Vila Franca de Xira	217.101,78	217.101,78	162.826,34
3.8.	3.8/015	FEDER	Jardim de Infância do Castelo de Sestimbra	CERJIO Paróquia do Bom Estar Social do Castelo (localizado no concelho de Sestimbra)	39.330,21	39.330,21	19.665,11
3.8.	3.8/016	FEDER	Jardim de Infância Roda Viva do Centro Educacional e Comunitário	Associação de Solidariedade SUBJUD	68.634,39	34.317,30	34.317,30
3.8.	3.8/021	FEDER	Jardim de Infância do Malhou	Câmara Municipal de Alcanena	88.461,81	88.461,81	66.345,11
3.8.	3.8/027	FEDER	Jardim de Infância de Sãnhos Pequenos	Câmara Municipal da Noiva	44.298,34	44.298,34	33.224,93
3.8.	3.8/028	FEDER	Jardim de Infância Horta	Câmara Municipal do Entrocamento	35.185,20	35.185,20	26.388,90
3.8.	3.8/029	FEDER	Jardim de Infância do Casal das Chocas	Câmara Municipal de Oeiras	166.274,28	166.274,28	124.705,71
3.8.	3.8/030	FEDER	Jardim de Infância da Outureira/Portela	Câmara Municipal de Oeiras	123.003,56	123.003,56	92.252,67
3.8.	3.8/031	FEDER	Jardim de Infância de Camozide	Câmara Municipal de Oeiras	219.620,71	219.620,71	164.715,54
3.8.	3.8/032	FEDER	Jardim de Infância de Beselga - Vale do Catvo	Câmara Municipal de Tomar	82.890,23	82.890,23	62.167,68
3.8.	3.8/033	FEDER	Jardim de Infância da Serra	Câmara Municipal de Tomar	126.744,55	126.744,55	95.058,41
3.8.	3.8/034	FEDER	Jardim de Infância de Valdonas	Câmara Municipal de Tomar	88.461,81	88.461,81	66.346,36
3.8.	3.8/035	FEDER	Jardim de Infância dos Cotovios	Câmara Municipal Vila Franca de Xira	123.602,12	123.602,12	92.701,99
3.8.	3.8/036	FEDER	Jardim de Infância da Fundação Cardeal Cerejeira	Fundação Cardeal Cerejeira	52.812,72	26.406,36	26.406,36
3.9.	3.9/002	PSE	Escola Profissional Val do Rio	FORPRO - Formação Profissional CB - Cooperativa - Escola Profissional Gustavo Eiffel - Cooperativa de Ensino MAGDEIRUS - Empresa Promotora de serviços de Ensino, Lda.	1.380.302,53	1.380.302,53	793.673,96
3.9.	3.9/003	PSE	Escola Profissional Gustavo Eiffel	Cooperativa de Ensino MAGDEIRUS - Empresa Promotora de serviços de Ensino, Lda.	2.950.408,75	2.950.408,75	1.466.485,03
3.9.	3.9/004	PSE	Escola Profissional Magestil	Promotora de serviços de Ensino, Lda.	1.209.756,41	1.209.756,41	695.609,93
3.9.	3.9/005	PSE	Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal - Torres Vedras	Associação para a Valorização Agrária - AVA	593.612,31	593.612,31	341.327,08
3.9.	3.9/006	PSE	Escola Profissional de Ourém	EPO - Associação Promotora de Ensino Profissional	1.108.306,43	1.108.306,43	637.276,20
3.9.	3.9/007	PSE	Escola Profissional de Salvaterra de Magos	Instituto de Educação e Formação do Sorral, Lda.	1.408.614,70	1.408.614,70	809.953,45
3.9.	3.9/008	PSE	Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa	Instituto de Educação e Formação do Sorral, Lda.	1.126.448,00	1.126.448,00	647.707,60
3.9.	3.9/011	PSE	Escola Profissional Artes e Ofícios do Espetáculo	Colectividade Cultural e recreativa de Santa Catarina	462.933,94	462.933,94	266.187,02
3.9.	3.9/012	PSE	Instituto de Tecnologias Náuticas	RENAM - Associação de Estudos e de Ensino para o Mar	617.293,16	617.293,16	354.943,97
3.9.	3.9/013	PSE	Escola Profissional do Montijo	Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	542.981,69	542.981,69	312.214,47
3.9.	3.9/014	PSE	Escola Profissional de Recuperação do Património	Fundação da Escola Profissional de Recuperação do Património	534.547,81	534.547,81	307.364,99
3.9.	3.9/015	PSE	Escola Profissional de Teatro de Cascais	Escola Profissional de Teatro de Cascais	448.651,16	448.651,16	257.974,42
3.9.	3.9/016	PSE	Escola Profissional de Rio Maior	E.P.R.M. - Escola Profissional de Rio Maior, Lda.	641.214,66	641.214,66	368.698,43
3.9.	3.9/017	PSE	Escola Profissional de Almada	GESTINAVE - Prestação de Serviços Industriais SA Associação para o ensino Profissional em Transportes e Logística	796.562,56	796.562,56	458.023,47
3.9.	3.9/018	PSE	Instituto Profissional de Transportes	PRODAVE - Formação Técnica Psicologia Aplicada e Consultadoria	530.606,17	530.606,17	305.096,85
3.9.	3.9/019	PSE	Instituto de Formação Profissional	Escola Técnica de Imagem e Comunicação Aplicada, Lda.	554.200,14	554.200,14	318.665,08
3.9.	3.9/020	PSE	Escola Profissional de Imagem	Fundação Escola Profissional de Setúbal	1.279.445,14	1.279.445,14	739.680,96
3.9.	3.9/009	PSE	Escola Profissional de Setúbal	Fundação Escola Profissional de Setúbal	1.502.309,27	1.502.309,27	863.827,83
3.9.	3.9/010	PSE	Escola Profissional de Música e Artes de Almada	Centro Cultural de Almada	1.562.644,32	1.562.644,32	898.520,48
3.9.	3.9/021	PSE	Escola Profissional de Tomar	EPT - Escola Profissional de Tomar, Lda.	466.118,71	466.118,71	268.018,26
3.9.	3.9/001	FSE	Escola de Comércio de Lisboa	Aula de Comércio - Estudos Técnicos e Profissionais, Lda.	1.117.871,71	1.117.871,71	642.776,24
3.9.	3.9/022	FSE	Escola de Comércio de Lisboa	Aula de Comércio - Estudos Técnicos e Profissionais, Lda.	1.101.527,33	1.101.527,33	633.378,21
3.9.	3.9/023	FSE	Escola Profissional Val do Rio	FORPRO - Formação Profissional CB - Cooperativa - Escola Profissional Gustavo Eiffel - Cooperativa de Ensino MAGDEIRUS - Empresa Promotora de serviços de Ensino, Lda.	1.688.086,03	1.688.086,03	970.649,47
3.9.	3.9/024	FSE	Escola Profissional Gustavo Eiffel	Cooperativa de Ensino MAGDEIRUS - Empresa Promotora de serviços de Ensino, Lda.	2.738.520,67	2.738.520,67	1.574.649,39
3.9.	3.9/025	FSE	Escola Profissional Magestil	Promotora de serviços de Ensino, Lda.	1.344.387,51	1.344.387,51	773.022,82
3.9.	3.9/026	FSE	Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal - Torres Vedras	Associação para a Valorização Agrária - AVA	684.629,53	684.629,53	393.661,98
3.9.	3.9/027	FSE	Escola Profissional de Ourém	EPO - Associação Promotora de Ensino Profissional	1.156.841,65	1.156.841,65	665.183,95



APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.9.	3.9/028	FSE	Escola Profissional de Salvaterra de Magos	Instituto de Educação e Formação do Serralta, Lda.	1.271.293,75	1.271.293,75	730.995,03
3.9.	3.9/030	FSE	Escola Profissional de Setúbal	Fundação Escola Profissional de Setúbal	1.660.924,55	1.660.924,55	953.031,61
3.9.	3.9/032	FSE	Escola Profissional Artes e Ofícios do Espetáculo	Colectividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina	508.254,68	508.254,68	292.246,44
3.9.	3.9/033	FSE	Instituto de Tecnologias Náuticas	AEMAR - Associação de Estudos e de Ensino para o Mar	800.471,42	800.471,42	460.271,07
3.9.	3.9/034	FSE	Escola Profissional do Montijo	Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	626.335,90	626.335,90	360.143,14
3.9.	3.9/035	FSE	Escola Profissional de Recuperação do Património	Fundação da Escola Profissional de Recuperação do Património	504.524,91	504.524,91	290.101,82
3.9.	3.9/036	FSE	Escola Profissional de Teatro de Cascais	Escola Profissional de Teatro de Cascais	488.363,68	488.363,68	280.810,27
3.9.	3.9/037	FSE	Escola Profissional de Rio Maior	E.P.R.M. - Escola Profissional de Rio Maior, Lda.	644.379,80	644.379,80	370.518,38
3.9.	3.9/038	FSE	Escola Profissional de Almada	GESTNAVE - Prestação de Serviços Industriais SA	951.648,14	951.648,14	547.197,68
3.9.	3.9/039	FSE	Instituto Profissional de Transportes	Associação para o Ensino Profissional em Transportes e Logística	612.105,10	612.105,10	351.960,43
3.9.	3.9/040	FSE	Instituto de Formação Profissional	FENNAVE - Formação Técnica Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes	599.514,25	599.514,25	344.720,69
3.9.	3.9/042	FSE	Escola Profissional de Tomar	EPF - Escola Profissional de Tomar, Lda.	544.413,14	544.413,14	313.037,56
3.9.	3.9/043	FSE	Escola Técnica Psicossocial de Lisboa	Associação Percursos - Ensino e Formação Psicossocial	575.076,47	575.076,47	330.668,97
3.9.	3.9/044	FSE	Escola Profissional de Agentes de Serviço e Apoio Social	Fundação Monsenhor Alves Brás	508.527,60	508.527,60	292.403,37
3.9.	3.9/029	FSE	Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa	Instituto de Educação e Formação do Serralta, Lda.	1.265.581,70	1.265.581,70	727.709,48
3.9.	3.9/031	FSE	Escola Profissional de Música e Artes de Almada	Centro Cultural de Almada	1.660.066,68	1.660.066,68	954.538,34
3.9.	3.9/041	FSE	Escola Profissional de Imagem	Escola Técnica de Imagem e Comunicação Aplicada, Lda.	1.382.011,29	1.382.011,29	794.656,49
3.10.	3.10/001	FEDER	Distribuição de Gás Natural (Alcochete, Caldas da Rainha, Nazaré, Rio Maior)	LusitaniaGás, Companhia de Gás do Centro, S.A	7.699.983,04	7.699.983,04	3.079.992,22
3.10.	3.10/002	FEDER	Rede de Distribuição Primária de Gás Natural (Alcochete, Almada, Barreiro, Benavente, Moita, Montijo, Sebal e Setúbal) - 8ª Fase	SETGÁS - Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A	2.141.214,67	2.141.214,67	856.485,87
3.10.	3.10/003	FEDER	Rede de Distribuição Primária de Gás Natural ( Benavente) - 7ª Fase	SETGÁS - Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A	870.901,13	870.901,13	348.360,45
3.10.	3.10/004	FEDER	Rede de Distribuição Secundária de Gás Natural (Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Palmela, Sebal e Setúbal) - 7ª Fase	SETGÁS - Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A	4.851.048,97	4.851.048,97	1.940.418,59
3.10.	3.10/005	FEDER	Expansão de Redes de Unidades Comerciais - 1ª Fase, nos concelhos de Loures, Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço, Odiveselas e Cadaval	GDL, Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	7.962.156,20	7.962.156,20	3.184.864,48
3.10.	3.10/006	FEDER	Rede de Distribuição Secundária - 8ª Fase, nos concelhos de Almada, Barreiro, Benavente, Moita, Palmela, Sebal e Setúbal	SETGÁS, Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A	4.969.653,14	4.969.653,14	1.987.859,26
3.10.	3.10/007	FEDER	Urbanizações - 9ª Fase, nos concelhos de Almada, Alcochete, Barreiro, Benavente, Moita, Montijo, Palmela, Sebal, Sesimbra e Setúbal	SETGÁS, Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A	1.518.719,89	1.518.719,89	607.485,96
3.10.	3.10/008	FEDER	Expansão de Redes de Unidades Comerciais - 1ª Fase, nos concelhos de Sintra e Mafra	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	9.453.422,00	9.453.422,00	3.781.369,00
3.10.	3.10/009	FEDER	Rede de Distribuição Secundária - 9ª Fase, nos concelhos de Almada, Moita, Montijo, Palmela, Sebal e Setúbal	SETGÁS, Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	4.413.073,00	4.413.073,00	1.763.229,20
3.10.	3.10/011	FEDER	Rede de Distribuição Primária - 9ª Fase, nos concelhos de Alcochete, Barreiro, Moita, Palmela, Sebal, Sesimbra e Setúbal	SETGÁS - Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	1.072.420,47	1.072.420,47	428.966,19
3.10.	3.10/013	FEDER	Renovação e Expansão da Rede de Lisboa, nos concelhos de Amadora, Loures, Lisboa e Oeiras - 17ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	23.413.727,92	23.413.727,92	9.363.489,17
3.10.	3.10/014	FEDER	Expansão de Redes de Unidade Comercial de Oeiras e Cascais - 1ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	9.098.786,92	9.098.786,92	3.639.513,77
3.10.	3.10/015	FEDER	Pousada da Juventude de Catalazete - Remodelação	MOVJOVEM - Agência de Turismo Jovem, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade, Lda.	108.688,06	108.688,06	81.513,55
3.10.	3.10/016	FEDER	Rede de Distribuição Primária de Gás Natural de Lisboa - 9ª Fase, nos concelhos de Cascais, Sintra e Vila Franca de Xira	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	4.242.480,62	4.242.480,62	1.696.990,25
3.10.	3.10/017	FEDER	Pousada da Juventude de Areia Branca	MOVJOVEM - Agência de Turismo Jovem, Cooperativa de Interesse Público de responsabilidade, Lda.	1.271.934,64	1.271.934,64	953.950,98
3.10.	3.10/019	FEDER	Reconvenção de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural ADP - Açúcos de Portugal, S.A	TRANSGÁS - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	74.820,00	74.820,00	29.928,00



APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31. 12. 2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.10.	3.10/020	FEDER	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural CENTRALCER - Central de Cervejas, S.A	TRANSIGAS - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	573.618,00	573.618,00	229.447,00
3.10.	3.10/021	FEDER	Rede de Distribuição Primária de Gás Natural de Lisboa - 10ª Fase	GUL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	5.489.299,00	5.489.299,00	2.195.720,00
3.10.	3.10/022	FEDER	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural Martelha - Cerâmica de Martigança, Lda.	TRANSIGAS - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	124.699,00	124.699,00	49.879,60
3.10.	3.10/023	FEDER	Conversão Área Almada I - Núcleo 2	SETGAS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	88.904,00	88.904,00	35.562,00
3.10.	3.10/024	FEDER	Conversão Área Setúbal I - Núcleo 2	SETGAS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	91.825,00	91.825,00	36.730,00
3.10.	3.10/025	FEDER	Conversão Área Barreiro I - Núcleo 2	SETGAS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	29.167,00	29.167,00	11.667,00
3.10.	3.10/026	FEDER	Conversão Área Seixal I - Núcleo 2	SETGAS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	226.119,00	226.119,00	90.447,20
3.10.	3.10/027	FEDER	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural no Hospital Distrital de Torres Vedras	GUL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	104.324,00	104.324,00	41.730,00
3.10.	3.10/028	FEDER	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural na Empresa Cerâmica Torrense - Fábrica 4	TRANSIGAS - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	99.856,00	99.856,00	23.942,00
3.10.	3.10/029	FEDER	Sistemas de Gestão e Informação das Infraestruturas de Gás, nos concelhos de Lisboa	GUL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	2.098.153,00	2.098.153,00	839.261,00
3.10.	3.10/030	FEDER	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Gás Natural na Empresa Abrigada - Companhia Nacional de Refractários, S.A	GUL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	66.001,00	66.001,00	26.400,40
3.10.	3.10/031	FEDER	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Gás Natural na Empresa Provimil	GUL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	44.767,00	44.767,00	17.907,00
3.10.	3.10/032	FEDER	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para utilização de Gás Natural COPAM Companhia Portuguesa de Amidos	TRANSIGAS - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	142.157,00	142.157,00	56.862,80
3.10.	3.10/033	FEDER	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para utilização de Gás Natural na empresa Fábrica de Rações ACRAL	GUL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	27.783,00	27.783,00	11.113,00
3.10.	3.10/034	FEDER	Rede de Distribuição Secundária - 10ª Fase (Concelhos de Almada, Alcochete, Barreiro, Benavente, Mafra, Montijo, Palmela, Seixal e Setúbal)	SETGAS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	4.934.523,00	4.934.523,00	1.973.809,00
3.10.	3.10/010	FEDER	Mudança de Gás de Cidade para Gás Natural na rede de Lisboa	GUL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	5.852.251,07	5.852.251,07	2.340.898,43
3.10.	3.10/035	FEDER	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural SOTANCRIO - Embalagens de Vidro, S.A - 2ª Fase	TRANSIGAS - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	49.880,00	49.880,00	19.952,00
3.10.	3.10/036	FEDER	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural FAPAJAL - Fábrica de Papel do Tojal, S.A	TRANSIGAS - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	65.229,40	65.229,40	26.091,76
3.10.	3.10/037	FEDER	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural RENOVA - Fábrica de Papel do Almonda, S.A	TRANSIGAS - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	367.115,00	367.115,00	146.846,00
3.10.	3.10/012	FEDER	Expansão das Redes da Unidade Comercial de Vila Franca de Xira, Alenquer, Arruda e Azambuja - 1ª Fase	GUL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	6.775.132,00	6.775.132,00	2.710.052,80
3.11.	3.11/001	FEDER	Centro de Ciência Viva da Amadora	Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica Instituto das Tecnologias e da Informação na Justiça (ITI)	644.945,68	644.945,68	322.472,84
3.12.	3.12/002	FEDER	Programa de Informatização dos Registos e do Notariado - RLVT	Instituto par a Gestão das Lojas do Comércio (IGLC) Comissão de Coordenação de Região de Lisboa e Vale do Tejo	3.910.081,70	3.910.081,70	2.932.562,52
3.12.	3.12/003	FEDER	Expansão da Instalação de Lojas do Comércio pelas Capitais de Distrito Portuguesas - Lojas de Setúbal e Lisboa II	Instituto par a Gestão das Lojas do Comércio (IGLC) Comissão de Coordenação de Região de Lisboa e Vale do Tejo	930.258,08	930.258,08	697.693,56
3.12.	3.12/004	FEDER	Modernizar @ CCR-LVT - 1ª Fase	Instituto das Tecnologias da Informação na Justiça - ITI	198.401,85	198.401,85	148.801,39
3.12.	3.12/001	FEDER	Programa de Informatização das Tribunais - Região de Lisboa e Vale do Tejo	Instituto das Tecnologias da Informação na Justiça - ITI	1.387.810,38	1.238.171,01	1.040.856,54
3.14.	3.14/001	FEDER	Ampliação da Doca de Pesca do Porto de Setúbal	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra S.A.	7.357.268,98	7.357.268,98	4.414.361,39
3.14.	3.14/002	FEDER	Novas Instalações de Pesca na Baía de Cascais - Infraestruturas Marítimas	Câmara Municipal de Cascais	1.952.735,98	1.952.735,98	931.641,58
3.15.	3.15/180	FEOGA	Novos Regadios Colectivos	IREKATASOC. DE Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	361.244,40	361.244,40	270.933,30
3.15.	3.15/486	FEOGA	Novos Regadios Colectivos	Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste	3.376.539,71	3.376.539,71	2.532.404,78
3.15.	3.15/487	FEOGA	Novos Regadios Colectivos	Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste	2.024.918,51	2.024.918,51	1.518.688,88
3.15.	3.15/150	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Óbidos	118.296,89	59.148,45	44.361,33
3.15.	3.15/151	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Óbidos	152.293,08	76.147,54	57.110,68
3.15.	3.15/152	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Alcanena	544.876,85	272.438,42	204.328,82
3.15.	3.15/317	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal do Cadaval	31.701,10	31.701,10	23.775,83
3.15.	3.15/318	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal do Cadaval	45.759,72	45.759,72	34.319,79
3.15.	3.15/319	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal do Cadaval	46.966,81	46.966,81	35.225,11
3.15.	3.15/320	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia das Ovelhas - Tornay	184.984,07	184.984,07	138.738,06

APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.15.	3.15/321	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Torres Novas	99.128,35	98.679,43	74.346,27
3.15.	3.15/322	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia de Atalaia - Vila Nova da Barquinha	91.462,23	91.462,23	68.596,67
3.15.	3.15/323	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia de Atalaia - Vila Nova da Barquinha	93.218,78	93.218,78	69.914,08
3.15.	3.15/324	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Torres Novas	51.987,46	51.987,46	38.990,60
3.15.	3.15/488	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	32.947,28	32.947,28	24.710,46
3.15.	3.15/489	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	16.193,75	16.193,75	12.146,81
3.15.	3.15/490	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	25.063,25	25.063,25	18.797,44
3.15.	3.15/491	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	40.429,61	40.429,61	30.322,21
3.15.	3.15/492	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Santarém	137.410,99	137.410,99	103.058,25
3.15.	3.15/493	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	14.494,58	14.494,58	10.870,94
3.15.	3.15/494	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	13.885,27	13.885,27	10.413,95
3.15.	3.15/495	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	19.767,92	19.767,92	14.825,94
3.15.	3.15/496	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	11.294,14	11.294,14	8.470,61
3.15.	3.15/497	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	27.286,11	27.286,11	20.464,59
3.15.	3.15/498	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	29.018,91	29.018,91	21.764,18
3.15.	3.15/499	FEOGA	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	20.676,05	20.676,05	15.507,03
3.15.	3.15/153	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Fernando Graça Sousa Capção	44.547,44	33.410,58	25.057,94
3.15.	3.15/155	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Sebastião Batista Pereira Verge	21.308,74	15.981,55	11.986,16
3.15.	3.15/219	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Sociedade Agrícola Casal dos Samedes, Lda	41.923,96	31.442,97	23.582,23
3.15.	3.15/220	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Joaquim Fernandes Vieira	43.010,84	32.258,13	28.057,38
3.15.	3.15/221	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	João Victor Reis Mendes	47.793,47	35.845,10	26.883,83
3.15.	3.15/222	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	João Santos Abreu	47.733,16	35.799,87	26.849,91
3.15.	3.15/223	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	José Carlos Pinheiro Bairão	17.097,94	12.823,46	9.617,60
3.15.	3.15/224	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	João da Conceição Oliveira	49.879,79	37.409,84	28.057,38
3.15.	3.15/226	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	José João Duarte Ferreira	23.969,48	17.977,12	13.482,84
3.15.	3.15/231	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Maria Manuela da Silva Santos Costa	45.398,67	34.049,01	25.536,76
3.15.	3.15/232	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Anacleto Henriques Oliveira	21.265,76	15.949,32	11.961,99
3.15.	3.15/233	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Rui José Rosário Luís	37.609,36	28.207,02	21.155,27
3.15.	3.15/234	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	José da Costa Ferreira	43.880,40	32.910,30	24.682,72
3.15.	3.15/235	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	António Felício das Neves	32.569,20	24.426,90	18.320,18
3.15.	3.15/236	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Felmina Lilete Almeida Rato	8.441,20	6.330,90	4.744,17
3.15.	3.15/237	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	António Madeira Bataio	20.066,64	15.049,98	11.287,49
3.15.	3.15/268	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Gulhermina de Jesus Portugal	30.676,07	23.007,05	17.255,29
3.15.	3.15/269	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Augusto Mendes Ferreira	21.383,47	16.022,92	12.028,42
3.15.	3.15/270	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Germinal da Costa	39.739,91	29.804,93	22.353,70
3.15.	3.15/271	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Maria Coimbra Brites Fernandes Faria	49.582,02	37.186,51	27.889,89
3.15.	3.15/272	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Ferreira Gomes & Filhos, Lda	49.879,79	37.409,84	28.057,38
3.15.	3.15/273	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Coopovál - Cooperativa Agrícola de Olivicultores de Valhinhos, Crl.	26.181,93	19.636,44	14.727,33
3.15.	3.15/274	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Rinaldo de Oliveira Pereira	21.514,52	16.135,89	12.101,91
3.15.	3.15/275	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Arquímio de Jesus Coelho dos Santos Neves	49.879,79	37.409,84	28.057,38
3.15.	3.15/276	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Legar de Azeite Cabeça das Noqueiras, Lda.	21.323,61	15.992,71	11.994,53
3.15.	3.15/277	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	MATA-RURAL - Agricultura e Pecuária, Lda.	22.944,70	17.208,53	12.906,40
3.15.	3.15/278	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Cooperativa de Olivicultores da Freguesia de Aveje	49.879,79	37.409,84	28.057,38
3.15.	3.15/279	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Eurico Monteiro	46.621,35	34.966,01	26.224,51
3.15.	3.15/280	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Sociedade Agrícola e Imobiliária de Quinta do Pouchão, S.A	31.620,05	23.715,03	17.786,28
3.15.	3.15/281	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Manuel Vitorino	5.786,06	4.339,54	3.254,66
3.15.	3.15/282	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Luís Manuel Gonçalves de Silva Mendes	39.901,26	29.925,95	22.444,46
3.15.	3.15/283	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	António Fernando Rosa Monteiro	28.257,70	21.193,27	15.894,96
3.15.	3.15/282	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Manuel dos Reis Pereira	49.490,73	37.118,05	27.838,53
3.15.	3.15/283	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Augusto Marques Castelo	49.879,78	37.160,44	28.057,38
3.15.	3.15/284	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Albertino de Oliveira Martins	45.713,74	34.285,31	25.713,98
3.15.	3.15/285	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Manuel Lopes Alves	33.242,61	24.932,11	18.699,08
3.15.	3.15/286	FEOGA	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Manuel Fernandes Coelho	49.879,78	37.409,84	28.057,38
3.15.	3.15/157	FEOGA	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	Soares Lopes - Casa Agrícola, Lda.	64.903,21	32.451,61	22.716,12



APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.15.	3.15/158	FEDGA	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	Francisco Bárbara Santa Velente	198.216,53	99.108,27	69.375,79
3.15.	3.15/228	FEDGA	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	Anabela da Silva Fariaal Rodrigues Freire	143.902,69	71.951,35	50.365,94
3.15.	3.15/229	FEDGA	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	Amorim Correia	78.702,38	39.351,19	27.545,83
3.15.	3.15/230	FEDGA	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	António Gonçalves Cunha Rodrigues	139.684,36	69.842,18	48.889,53
3.15.	3.15/167	FEDGA	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	Sociedade Agrícola da Quinta da Silveira, Lda	153.047,21	76.523,61	53.566,52
3.15.	3.15/176	FEDGA	Criação e Modernização de Unidades Produtoras de Produtos de Qualidade	Jolo Vitor Reis Gomes Mendes	249.249,56	124.624,78	87.237,35
3.15.	3.15/177	FEDGA	Criação e Modernização de Unidades Produtoras de Produtos de Qualidade	Maria Donatilla de Jesus Lopes	142.331,98	71.165,99	49.816,19
3.15.	3.15/178	FEDGA	Criação e Modernização de Unidades Produtoras de Produtos de Qualidade	Irado da Silva Costa	242.305,10	121.152,55	84.806,79
3.15.	3.15/036	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António da Graça Vital	2.793,00	1.117,22	837,92
3.15.	3.15/038	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Amílcar Maria Alves Ataídeinho	24.939,89	12.469,95	8.728,96
3.15.	3.15/039	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António Simões	2.668,02	1.334,01	933,81
3.15.	3.15/040	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Francisco Duarte Leandro	3.424,94	1.369,97	1.027,48
3.15.	3.15/041	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Álvaro Florindo Cabeça	9.778,89	3.911,56	2.933,67
3.15.	3.15/042	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	José Colapo de Sousa	11.757,17	4.702,87	3.527,15
3.15.	3.15/043	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria de Lurdes de Silva Victor Rodrigo	13.188,19	6.594,09	4.613,87
3.15.	3.15/044	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Augusta Godinho André Andrade Pires	3.878,02	1.939,01	1.357,31
3.15.	3.15/045	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Lúcia de Matos André Espuente	24.869,16	12.434,58	8.704,20
3.15.	3.15/046	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Miguel Joaquim Oliveira Jorge Castelo Branco	24.939,89	9.975,96	7.481,97
3.15.	3.15/029	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António Mendes	12.440,71	4.976,28	3.732,21
3.15.	3.15/030	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António Alves Amaral	24.939,89	9.975,96	7.481,97
3.15.	3.15/032	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Noé Fera	16.173,02	6.469,21	4.851,91
3.15.	3.15/033	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Marques Jolo	20.433,63	10.216,81	7.151,77
3.15.	3.15/049	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Camélia Maria de Carvalho	24.939,89	9.975,96	7.481,97
3.15.	3.15/053	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Simão Gonçalves Pedro	3.098,56	1.549,28	1.084,50
3.15.	3.15/031	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Ostódio Fernandes da Rama	18.269,40	9.134,70	6.394,29
3.15.	3.15/059	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Luis Miguel Antunes Damas	17.979,92	8.989,96	6.292,97
3.15.	3.15/060	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Conceição Inácio Brito	15.296,35	7.648,17	5.353,72
3.15.	3.15/061	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Ezequiel Dias Branco	15.791,94	7.895,97	5.527,18
3.15.	3.15/062	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Paulinda das Neves Nunes Correia	23.950,53	11.975,27	8.382,69
3.15.	3.15/063	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	José António Vieira Ferreira	8.988,49	4.494,25	3.143,97
3.15.	3.15/064	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Edla Celeste dos Santos Reis Henriques	21.208,89	10.604,44	7.423,11
3.15.	3.15/065	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Américo Vieira Faria	23.383,68	11.691,82	8.184,28
3.15.	3.15/066	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	José dos Santos Jorge	15.877,55	7.938,77	5.557,14
3.15.	3.15/067	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Correia Veríssimo	2.329,44	931,77	698,83
3.15.	3.15/068	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	José Carlos Santos Correia	3.092,55	1.546,27	1.082,39
3.15.	3.15/069	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Domingas	24.462,92	9.785,17	7.338,87
3.15.	3.15/070	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António Luis Riço Afonso	24.939,89	9.975,96	7.481,97
3.15.	3.15/071	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António Manuel Pereira Costa	3.534,33	1.413,73	1.060,30
3.15.	3.15/072	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António Pereira Marcelino Amor	16.954,44	6.781,86	5.086,39
3.15.	3.15/073	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Bento Ribeiro	23.722,83	9.489,13	7.116,85
3.15.	3.15/074	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António de Matos Daniel	24.939,89	9.975,96	7.481,97
3.15.	3.15/075	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Helder Joaquim Carvalho de Sousa	21.665,94	8.666,37	6.499,78
3.15.	3.15/076	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Marques das Neves	21.621,16	8.648,46	6.486,33
3.15.	3.15/077	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Bento Galego	10.116,01	4.046,40	3.034,81
3.15.	3.15/078	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim da Conceição Vicente	625,99	313,00	219,10
3.15.	3.15/079	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António Vieira Coelho	18.354,89	7.341,96	5.506,47
3.15.	3.15/080	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Pedro Américo Pereira Lázaro	18.530,34	7.412,14	5.359,10
3.15.	3.15/081	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Diamantino Lopes de Almeida	3.020,84	1.208,34	906,26
3.15.	3.15/082	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Fernando Agostinho Durão	18.515,91	7.406,37	5.554,77
3.15.	3.15/083	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Luísa Alves Carlota de Silva	15.418,80	7.709,40	5.396,58
3.15.	3.15/094	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Camila Patrício Botiga Ruivo	23.626,56	11.813,28	8.269,30
3.15.	3.15/095	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Augusto Godinho Ribeiro	5.254,81	2.647,40	1.853,18
3.15.	3.15/096	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Alzinda de Jesus Gomes	24.690,50	12.345,25	8.641,67
3.15.	3.15/097	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Virgínia Ramos Santos Bonifácio	24.908,97	12.454,48	8.718,14
3.15.	3.15/098	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Fausto Manuel da Silva Ferreira	24.939,89	9.975,96	7.481,97
3.15.	3.15/099	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria do Carmo Bento Correia Henriques	23.740,29	9.496,11	7.122,09

APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.15.	3.15/100	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Neves Luís	22.078,79	8.831,52	6.623,64
3.15.	3.15/102	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	José Marques Castello	20.253,69	8.101,48	6.076,11
3.15.	3.15/113	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	José António da Silva Pereira	21.570,52	10.785,26	7.549,68
3.15.	3.15/114	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Artur José Ferreira Pessoa de Amorim	17.002,80	8.501,40	5.950,98
3.15.	3.15/115	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Godinho Rodrigues Trancas	24.441,10	9.776,44	7.332,33
3.15.	3.15/116	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Celeste Marques Neves	24.939,89	9.975,96	7.481,97
3.15.	3.15/117	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	João Alexandre dos Santos	20.350,93	8.140,38	6.105,29
3.15.	3.15/118	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Isaura Maria Ferreira Garcia Gonçalves	6.204,05	2.481,62	1.861,21
3.15.	3.15/119	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	João Pereira	9.204,10	3.681,64	2.761,23
3.15.	3.15/120	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Carlos dos Santos Pina	8.074,61	3.229,84	2.422,38
3.15.	3.15/125	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Beirão Monteiro	21.792,98	8.717,19	6.537,89
3.15.	3.15/101	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Octacílio Luz Henrique	15.172,19	6.068,87	4.551,66
3.15.	3.15/105	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Miguel Lopes Machado	9.094,87	4.547,44	3.183,20
3.15.	3.15/144	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Lobeiro Bernardo	5.362,77	2.145,11	1.608,83
3.15.	3.15/145	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António José Rodrigues Alves	4.706,75	1.882,70	1.412,03
3.15.	3.15/146	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Eduardo Pires	19.532,43	7.812,97	5.859,73
3.15.	3.15/147	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António de Jesus Pálgincio	8.766,77	3.506,71	2.630,03
3.15.	3.15/148	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Carlos Manuel da Silva Sebastião	22.058,38	8.823,35	6.617,51
3.15.	3.15/149	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Agostinho da Silva Alves	19.394,03	7.837,61	5.878,21
3.15.	3.15/159	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Oriandino Pinheiro Ferreira Rosa	9.972,68	3.989,07	2.991,80
3.15.	3.15/163	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Trancas de Oliveira Lucas	18.997,47	7.598,99	5.699,24
3.15.	3.15/164	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Clementina da Piedade Pereira	1.273,43	509,37	382,03
3.15.	3.15/165	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Gaspar Botas	2.634,71	1.053,89	790,42
3.15.	3.15/166	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Adelino dos Anjos Garcia	18.272,57	7.309,03	5.481,77
3.15.	3.15/167	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	José Luis Ribeiro da Silva Pasqueira	5.992,81	2.996,41	2.097,49
3.15.	3.15/168	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António Bento Neto	23.742,78	9.497,11	7.122,63
3.15.	3.15/169	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	João da Silva Fernandes	956,78	382,71	287,03
3.15.	3.15/171	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António Marques	6.875,13	3.437,57	2.406,30
3.15.	3.15/172	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Ira Mónica Terêncio Antecelo Martins	17.674,39	7.069,76	5.302,32
3.15.	3.15/174	FEDGA	Diversificação na pequena agricultura	João Gonçalves	3.955,47	1.582,19	1.186,64
3.15.	3.15/121	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António Maria da Guia Vieira Mala	16.489,04	6.595,62	4.946,71
3.15.	3.15/162	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Ana Maria de Conceição Silva	18.289,54	7.315,81	5.486,86
3.15.	3.15/086	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Cecília Rosinda Ricardo Fernandes Xisto	24.939,89	9.975,96	7.481,97
3.15.	3.15/088	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	João Pimino Nunes da Costa	22.800,62	9.120,25	6.840,19
3.15.	3.15/190	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Mário Jorge	6.609,07	3.304,54	2.313,18
3.15.	3.15/191	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	João Jorge	7.133,67	3.566,83	2.496,78
3.15.	3.15/192	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António Oliveira Gaspar	18.460,51	9.230,26	6.461,18
3.15.	3.15/193	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Mário Tavares Lourenço	14.016,22	7.008,11	4.905,68
3.15.	3.15/194	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António Isenta Nogueira	7.287,01	2.914,81	2.186,11
3.15.	3.15/195	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria de Glória Marques Neves	9.391,68	3.756,68	2.817,51
3.15.	3.15/196	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Dias Marques	11.529,71	5.764,86	4.035,40
3.15.	3.15/197	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Antunes Domingues Mendes	6.629,20	4.314,60	3.020,22
3.15.	3.15/198	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	João Pote de Oliveira	4.733,76	1.893,50	1.420,13
3.15.	3.15/199	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Mário Pires Prates	2.992,79	1.197,11	897,84
3.15.	3.15/200	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Manuel das Santas Marques	23.316,81	9.326,72	6.995,04
3.15.	3.15/201	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Lopes	8.629,20	3.451,68	2.588,76
3.15.	3.15/227	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Carlos Pereira Mala	15.387,92	6.155,17	4.616,37
3.15.	3.15/173	FEDGA	Diversificação na pequena agricultura	Mário José Ventura da Costa	10.890,52	4.356,21	3.267,16
3.15.	3.15/085	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António Lula Lopes	17.371,16	6.685,58	6.079,90
3.15.	3.15/122	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria José dos Santos Lourenço Silveira Leal	23.615,59	11.807,79	8.265,46
3.15.	3.15/238	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Eugénio Pires Flor	6.653,96	3.326,98	2.328,89
3.15.	3.15/239	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Aurêlio Garrucho Gomes	12.080,89	6.040,44	4.228,31
3.15.	3.15/240	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Fernando Alagoa Paulo de Matos	24.252,41	12.126,21	8.488,34
3.15.	3.15/241	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Simão dos Reis	23.742,78	11.871,39	8.309,97
3.15.	3.15/242	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Mário Ruf Paula Mata	10.491,47	4.196,59	3.147,44
3.15.	3.15/243	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Virgílio Glories da Costa Paulo	8.006,44	3.202,58	2.401,93
3.15.	3.15/244	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Fernando José Mendes	5.220,55	2.088,22	1.566,17

APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.15.	3.15/245	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Julia Maria de Jesus Mendes	21.922,17	10.961,08	7.672,76
3.15.	3.15/246	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Sousa Mira	2.867,07	1.146,83	860,12
3.15.	3.15/307	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Jose Miguel da Conceição Oliveira	7.082,93	3.541,47	2.479,03
3.15.	3.15/308	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	José Gaspar Dias	15.762,01	7.881,01	5.516,70
3.15.	3.15/309	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António Sousa Serra	6.259,32	2.503,73	1.877,79
3.15.	3.15/310	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Amândio Alves Costa	11.429,64	4.571,86	3.428,89
3.15.	3.15/311	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Vitor Manuel Leal Alves	3.990,38	1.596,15	1.197,11
3.15.	3.15/312	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Adelino Pimenta Lopes	20.503,59	10.251,79	7.176,26
3.15.	3.15/315	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Adelino Matias	9.392,75	4.696,38	3.287,46
3.15.	3.15/316	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Almerinda Silva Serras Lopes	4.551,53	2.275,77	1.593,04
3.15.	3.15/325	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Agostinho Nunes Nímico	1.314,83	657,42	460,19
3.15.	3.15/326	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Adelino de Freitas	4.745,56	2.372,78	1.660,95
3.15.	3.15/328	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Olímpia Alves de Oliveira Santos	23.713,35	11.856,68	8.299,67
3.15.	3.15/329	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Eugénia Maria Marques Calde Paredal	16.609,97	8.304,98	5.813,49
3.15.	3.15/330	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António de Matos Filipe	20.556,46	10.278,23	7.194,76
3.15.	3.15/331	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Arnelmo José Esteves	4.554,32	2.277,16	1.594,01
3.15.	3.15/332	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	João Lopes da Silva	23.635,54	11.817,77	8.272,44
3.15.	3.15/333	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Carvalho	12.469,95	6.234,97	4.364,48
3.15.	3.15/334	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Lucio Sebastião	512,57	256,29	179,40
3.15.	3.15/335	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António Dias	21.777,54	10.888,77	7.622,14
3.15.	3.15/336	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria do Céu Pereira	15.343,02	7.671,51	5.370,06
3.15.	3.15/337	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Gonçalves Pedro	1.734,54	867,27	607,09
3.15.	3.15/338	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel da Silva Mota	21.430,85	8.572,34	6.429,26
3.15.	3.15/339	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Amândio Augusto Anacleto Simões	20.253,07	8.101,23	6.075,92
3.15.	3.15/340	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Fernando Marcelo da Silva	6.234,97	3.117,49	2.182,24
3.15.	3.15/341	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Jacinto Mendes de Oliveira	7.506,94	3.002,78	2.252,08
3.15.	3.15/342	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Domago de Jesus Ferreira	18.655,04	7.462,02	5.596,51
3.15.	3.15/343	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	José Vieira Gomes	14.963,94	5.985,57	4.489,18
3.15.	3.15/344	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Olinda Antónia Rodrigues Duarte Agostinho	23.515,83	11.757,91	8.230,54
3.15.	3.15/345	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Jacinta Simões de Oliveira	21.360,52	8.544,21	6.408,16
3.15.	3.15/346	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	António José Duarte Arsenio dos Santos	2.482,52	993,01	744,76
3.15.	3.15/347	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Albertina Nunes Ferreira António	24.669,05	9.867,62	7.400,71
3.15.	3.15/348	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Carlos António dos Reis	6.958,23	3.479,12	2.435,38
3.15.	3.15/349	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	José Fimanta Lopes	6.280,05	4.140,02	2.898,02
3.15.	3.15/350	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Abel da Silva Alves	20.451,21	8.180,49	6.135,36
3.15.	3.15/351	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Faustino Pereira Nula	20.652,24	8.260,90	6.195,67
3.15.	3.15/352	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Agostinho Conde Vieira	7.535,74	3.767,87	2.637,91
3.15.	3.15/353	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Cristina Maria Marques da Cruz Botas Neves	19.411,22	7.764,49	5.823,37
3.15.	3.15/387	FEDGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Valentim Gonçalves de Oliveira	22.869,88	11.434,94	8.004,46
3.15.	3.15/388	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	José Manuel de Oliveira Madeiras	19.847,20	9.923,60	6.946,52
3.15.	3.15/389	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	José Fernandes	17.527,76	8.763,88	6.134,72
3.15.	3.15/390	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria de Lurdes Lobato Jorge Alves	7.786,24	3.893,12	2.725,18
3.15.	3.15/391	FEOGA	Diversificação na Pequena Agricultura	Luís Paulo Dias dos Santos	21.493,20	10.746,60	7.522,62
3.15.	3.15/203	FEOGA	Electrificação	EDP Distribuição de Energia SA/ Sociedade Estrela Agrícola Lda	21.164,86	21.164,86	10.582,43
3.15.	3.15/204	FEDGA	Electrificação	EDP Distribuição de Energia SA/ Companhia das Lezírias, AS	56.739,58	56.739,58	28.369,79
3.15.	3.15/205	FEOGA	Electrificação	EDP Distribuição de Energia SA/ Herdade de Almada, SAG, Lda	36.959,62	36.959,62	18.479,81
3.15.	3.15/206	FEDGA	Electrificação	EDP Distribuição de Energia SA/ Maria Suzel das Neves Marques Ribeiro	7.294,80	7.294,80	3.647,40
3.15.	3.15/207	FEDGA	Electrificação	EDP Distribuição de Energia SA/ Colectivo Pó - Albano Henriques Serra e Dutra	90.374,29	90.374,29	45.187,15
3.15.	3.15/208	FEDGA	Electrificação	EDP Distribuição de Energia SA/ União Fruteira Portuguesa, Lda	21.264,20	21.264,20	10.632,10
3.15.	3.15/209	FEOGA	Electrificação	EDP Distribuição de Energia SA/ Quinta das Falas, SAG, Lda	18.333,72	18.333,72	9.166,86
3.15.	3.15/210	FEDGA	Electrificação	EDP Distribuição de Energia SA/ Rosifrutas, SAG, Lda	34.885,20	34.885,20	17.442,60



APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.15.	3.15/211	FEOGA	Electrificação	EDP Distribuição de Energia SA/ José Jolo Botas Caetano	1.161,96	1.161,96	500,98
3.15.	3.15/212	FEOGA	Electrificação	EDP Distribuição de Energia SA/ Alda Rita	1.197,90	1.197,90	598,93
3.15.	3.15/213	FEOGA	Electrificação	EDP Distribuição de Energia SA/ Quinta das Falas, SAG, Lda	26.938,15	26.938,15	13.469,08
3.15.	3.15/214	FEOGA	Electrificação	EDP Distribuição de Energia SA/ Rui Pedro Coelho Monteiro	36.217,50	36.217,50	18.108,75
3.15.	3.15/216	FEOGA	Electrificação	EDP Distribuição de Energia SA/ Virgílio do Colto Henriques	4.060,88	4.060,88	2.030,44
3.15.	3.15/217	FEOGA	Electrificação	EDP Distribuição de Energia SA/ Colectivo Quinta do Coqueiro - Amável Tavares Rústico e Outros	40.401,39	40.401,39	20.200,70
3.15.	3.15/249	FEOGA	Electrificação	EDP/Sabino Godinho Saturnino	22.777,64	22.777,64	11.388,82
3.15.	3.15/250	FEOGA	Electrificação	EDP/Caba Prudêncio - Sociedade Agro-Pecuaría, Lda	21.868,99	21.868,99	10.934,50
3.15.	3.15/251	FEOGA	Electrificação	EDP/Colectivo Terra da Eira Sociedade Agrícola Terra da Eira, SAG, Lda	82.100,01	82.100,01	41.050,01
3.15.	3.15/252	FEOGA	Electrificação	EDP/Soprogados Sociedade Produtora Industrial Agro-Pecuaría, Lda.	21.573,90	21.573,90	10.786,95
3.15.	3.15/253	FEOGA	Electrificação	EDP/Sociedade Agrícola Ribatagana, Lda.	21.503,78	21.503,78	10.751,89
3.15.	3.15/254	FEOGA	Electrificação	EDP/Manuel da Silva Inácio Correia, Hergelros	32.201,61	32.201,61	16.100,81
3.15.	3.15/255	FEOGA	Electrificação	EDP/Colectivo Vale Madoiro António Manuel Lourenço Pinho e Outros	20.416,90	20.416,90	10.208,45
3.15.	3.15/256	FEOGA	Electrificação	EDP/Maria Jose Consuelo da Cunha Barreira	26.438,54	26.438,54	13.219,27
3.15.	3.15/257	FEOGA	Electrificação	EDP/Rui Manuel Duarte Calças	25.772,39	25.772,39	12.886,20
3.15.	3.15/258	FEOGA	Electrificação	EDP/Alvaro Cachado Rodrigues	33.193,53	33.193,53	16.596,77
3.15.	3.15/259	FEOGA	Electrificação	EDP/António Soares Guita	29.088,53	29.088,53	14.544,27
3.15.	3.15/260	FEOGA	Electrificação	EDP/ Colectivo Catorze - Abel Anjo Sapino e Outros	71.079,33	71.079,33	35.539,66
3.15.	3.15/261	FEOGA	Electrificação	EDP/José Tildio Barreiros	19.008,64	19.008,64	9.504,32
3.15.	3.15/262	FEOGA	Electrificação	EDP/Emanuel Nuno Frazão Estrela Salgueiro	35.411,11	35.411,11	17.705,55
3.15.	3.15/263	FEOGA	Electrificação	EDP/Guitermina Serfaty da Veiga Palhinha	86.438,75	86.438,75	43.219,38
3.15.	3.15/264	FEOGA	Electrificação	EDP/Fernando Mello e Castro de Oliveira Santos	88.425,51	88.425,51	44.212,76
3.15.	3.15/265	FEOGA	Electrificação	EDP/Sérgio B Valdemar, SAG, Lda.	31.335,33	31.335,33	15.667,67
3.15.	3.15/266	FEOGA	Electrificação	EDP/Colectivo Cachonito - Cláudio José Valério de Oliveira	30.465,53	30.465,53	15.232,77
3.15.	3.15/267	FEOGA	Electrificação	EDP/Manuela Conceição Avelar Mota	28.282,14	28.282,14	14.141,07
3.15.	3.15/284	FEOGA	Electrificação	EDP/Luis Manuel Henoch dos Santos	17.825,35	17.825,35	8.912,68
3.15.	3.15/285	FEOGA	Electrificação	EDP/ Colectivo Casas de Santa Maria - José António Capelino Clemente	30.612,78	30.612,78	15.306,39
3.15.	3.15/286	FEOGA	Electrificação	EDP/Francisco Gameiro Lopes	18.491,50	18.491,50	9.245,75
3.15.	3.15/287	FEOGA	Electrificação	EDP/Ana Sofia Galiza Palhavá Cristóvão	75.511,56	75.511,56	37.755,78
3.15.	3.15/288	FEOGA	Electrificação	EDP/Maria Amélia Almada Mota Carreiras	21.272,96	21.272,96	10.636,48
3.15.	3.15/289	FEOGA	Electrificação	EDP/ Agro-Pec. Irmãos Coimbra, Lda.	16.934,22	16.934,22	8.467,11
3.15.	3.15/290	FEOGA	Electrificação	EDP/Pedro Maria Sousa Heister de Mello	96.372,56	96.372,56	48.186,28
3.15.	3.15/291	FEOGA	Electrificação	EDP/Alumvest - Prod. Comercialização de Produtos Agrícolas, Lda.	34.782,94	34.782,94	17.391,47
3.15.	3.15/292	FEOGA	Electrificação	EDP/João Virgílio Gomes Henriques	2.156,22	2.156,22	1.078,11
3.15.	3.15/293	FEOGA	Electrificação	EDP/Agroalmonda, Soc. Agro Pecuaría, Lda.	15.639,91	15.639,91	7.819,95
3.15.	3.15/294	FEOGA	Electrificação	EDP/Francisco Manuel Esteves Gomes	14.561,80	14.561,80	7.280,90
3.15.	3.15/295	FEOGA	Electrificação	EDP/ Ernesto Ribeiro Dionísio de Oliveira	26.926,47	26.926,47	13.463,23
3.15.	3.15/296	FEOGA	Electrificação	EDP/Carlos José Ferreira Ramos	9.308,57	9.308,57	4.654,28
3.15.	3.15/297	FEOGA	Electrificação	EDP/ Adelino Genél Bento	26.938,15	26.938,15	13.469,08
3.15.	3.15/298	FEOGA	Electrificação	EDP/Freire B Gonçalves, Lda.	34.703,47	34.703,47	17.351,74
3.15.	3.15/299	FEOGA	Electrificação	EDP/João Miguel Pacheco Sousa	3.857,24	3.857,24	1.928,62
3.15.	3.15/300	FEOGA	Electrificação	EDP/ Abel Gomes de Costa	6.310,89	6.310,89	3.155,45
3.15.	3.15/301	FEOGA	Electrificação	EDP/Sociedade Agrícola Pessa Clara, S A	38.817,82	38.817,82	19.408,91
3.15.	3.15/302	FEOGA	Electrificação	EDP/Maria Isabel F. C. C. Faício Nogueira	93.392,42	93.392,42	46.696,21
3.15.	3.15/303	FEOGA	Electrificação	EDP/ Sofia Rosario Coutinho Ribeiro	3.569,75	3.569,75	1.784,87

APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.15.	3.15/304	FEOGA	Electrificação	EDP / Maria Teresa Valentim Nunes Pereira	925,60	925,60	462,80
3.15.	3.15/305	FEOGA	Electrificação	EDP / Paulo José Reis Alves Vieira	15.046,80	15.046,80	7.523,40
3.15.	3.15/306	FEOGA	Electrificação	EDP / Jorge Manuel Campos Cândido	41.751,22	41.751,22	20.875,61
3.15.	3.15/354	FEOGA	Electrificação	EDP / Sociedade Agro-Pecuária Torre D. Diogo, Lda.	18.991,10	18.991,10	9.495,55
3.15.	3.15/355	FEOGA	Electrificação	EDP / Colectivo Quinta da Gouza	538.726,86	538.726,86	269.363,43
3.15.	3.15/356	FEOGA	Electrificação	EDP / Diogo Alvaes Guedes Vaz	27.335,50	27.335,50	13.667,75
3.15.	3.15/357	FEOGA	Electrificação	EDP / Colectivo "Zona do Casal Velho"	197.989,02	197.989,02	98.994,51
3.15.	3.15/358	FEOGA	Electrificação	EDP / Herdeiros de Joaquim Araujo Ferreira	45.403,35	45.403,35	22.701,68
3.15.	3.15/359	FEOGA	Electrificação	EDP / Colectivo Lourela S. Dominga	93.582,34	93.582,34	46.791,17
3.15.	3.15/360	FEOGA	Electrificação	EDP / José Vicente Costa	420,72	420,72	210,36
3.15.	3.15/361	FEOGA	Electrificação	EDP / Maria de Lurdes Gonçalves Caetano	2.105,14	2.105,14	1.052,57
3.15.	3.15/362	FEOGA	Electrificação	EDP / Sociedade Agrícola Petinga B. Vicente, SAG, Lda.	39.065,58	39.065,58	19.532,79
3.15.	3.15/363	FEOGA	Electrificação	EDP / Manuel Azola Gabilra	12.917,00	12.917,00	6.458,50
3.15.	3.15/364	FEOGA	Electrificação	EDP / Colectivo Maria do Chô	55.851,38	55.851,38	27.925,69
3.15.	3.15/365	FEOGA	Electrificação	EDP / Sociedade Agro-Pecuária da Craveira, Lda.	15.491,14	15.491,14	7.745,57
3.15.	3.15/366	FEOGA	Electrificação	EDP / Vitor Manuel Marques Bento	2.103,63	2.103,63	1.051,82
3.15.	3.15/367	FEOGA	Electrificação	EDP / Maria Emília Sequeira Cardoso Fernandes	5.188,96	5.188,96	2.594,48
3.15.	3.15/368	FEOGA	Electrificação	EDP / Mário João Fidalgo Sanfona	18.710,62	18.710,62	9.355,31
3.15.	3.15/369	FEOGA	Electrificação	EDP / Agroromonda, Sociedade Agro-Pecuária, Lda.	14.787,04	14.787,04	7.393,52
3.15.	3.15/370	FEOGA	Electrificação	EDP / Cara Longa, SAG, Lda.	30.245,53	30.245,53	15.122,76
3.15.	3.15/371	FEOGA	Electrificação	EDP / Sociedade Agrícola Quinta do Convento da Visitação, SAG, Lda.	24.483,92	24.483,92	12.241,96
3.15.	3.15/372	FEOGA	Electrificação	EDP / Francisco Lourenço Alves Santana	701,22	701,22	350,61
3.15.	3.15/373	FEOGA	Electrificação	EDP / Sociedade Agrícola da Quinta das Lezírias, Lda.	53.291,96	53.291,96	26.645,98
3.15.	3.15/374	FEOGA	Electrificação	EDP / Manuel Rodrigues	525,91	525,91	262,96
3.15.	3.15/375	FEOGA	Electrificação	EDP / Carlos Frederico Abecassis do Amaral Netto	22.964,62	22.964,62	11.482,31
3.15.	3.15/376	FEOGA	Electrificação	EDP / Jaime Silva dos Reis	20.351,46	20.351,46	10.175,73
3.15.	3.15/377	FEOGA	Electrificação	EDP / Colectivo Azerha Velha	53.233,52	53.233,52	26.616,76
3.15.	3.15/378	FEOGA	Electrificação	EDP / Colectivo Coroa	46.472,68	46.472,68	23.236,34
3.15.	3.15/379	FEOGA	Electrificação	EDP / Cláudio Torre - Casa Agrícola e Pecuária, Lda.	15.514,26	15.514,26	7.757,13
3.15.	3.15/380	FEOGA	Electrificação	EDP / Maria de Lurdes Duarte Braz Gomes Teófilo	22.951,02	22.951,02	11.475,51
3.15.	3.15/381	FEOGA	Electrificação	EDP / António Manuel Carvalho Monteiro Cipriano	17.033,56	17.033,56	8.516,78
3.15.	3.15/054	FEOGA	Gestão de Recursos Hídricos e Emparelamento - Novos Regadios Colectivos	Direcção Regional de Agricultura e Oeste	3.988.667,31	3.988.667,31	2.991.500,48
3.15.	3.15/055	FEOGA	Gestão de Recursos Hídricos e Emparelamento - Novos Regadios Colectivos	Direcção Regional de Agricultura e Oeste	666.089,01	666.089,01	499.566,76
3.15.	3.15/056	FEOGA	Gestão de Recursos Hídricos e Emparelamento - Novos Regadios Colectivos	IBERA - Associação de Beneficiários da Lezíria	696.072,47	696.072,47	522.054,35
3.15.	3.15/057	FEOGA	Gestão de Recursos Hídricos e Emparelamento - Novos Regadios Colectivos	IBERA - Associação de Beneficiários da Lezíria	7.940.862,52	7.940.862,52	5.955.646,89
3.15.	3.15/179	FEOGA	Instalação de Organizações de Produtores Florestais	Associação de Produtores Florestais e de Defesa do Ambiente de Tomar, Ourém e Ferreira do Zêzere	332.304,15	267.879,41	200.909,56
3.15.	3.15/143	FEOGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	Cooperativa Agrícola de Loures - Secção ADS	43.832,06	30.682,45	23.011,84
3.15.	3.15/106	FEOGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	ACRO (Associação de Criadores e Reprodutores de Gado do Oeste) - ADS de Lourinhã e Torres Vedras	130.366,32	91.256,42	68.442,32
3.15.	3.15/107	FEOGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	SANITEJO - ADS (Agrupamento de Defesa Sanitária) do Norte do Vale do Tejo	110.329,81	77.230,86	57.923,15
3.15.	3.15/108	FEOGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	ADS (Agrupamento de Defesa Sanitária) do Babo Tejo	287.385,65	201.169,96	150.877,47
3.15.	3.15/109	FEOGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	ADS (Agrupamento de Defesa Sanitária) de Alfara	111.369,50	77.958,65	58.468,99
3.15.	3.15/126	FEOGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	ADSAC-ADS de Abrantes e Constância	78.485,90	54.940,13	41.205,10
3.15.	3.15/127	FEOGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	ACRO - Associação de Criadores de caprinos e Ovinos do Ribatejo e Oeste	245.920,53	172.144,65	129.108,49
3.15.	3.15/128	FEOGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	ADS de Coruche, Vale do Sorraia e Salvaterra de Magos	235.027,53	164.519,27	123.389,46

APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.15.	3.15/129	FEDGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	AGROCAHPREST - ADS de Armazém dos Vinhos	28.115,14	19.680,60	14.760,43
3.15.	3.15/130	FEDGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	AGRIAGADO - ADS Sobral de Monte Agraço	37.227,58	26.059,31	19.544,48
3.15.	3.15/131	FEDGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	ADS da Península de Setúbal	227.502,17	159.251,52	119.438,64
3.15.	3.15/132	FEDGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	ADS do Cadaval	17.193,76	12.035,63	9.026,73
3.15.	3.15/133	FEDGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	ADS de Freguesia das Altureiras	39.524,25	27.666,97	20.750,23
3.15.	3.15/134	FEDGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	ADS dos concelhos de Tomar, Ourém e Ferreira do Zêzere	88.523,46	61.966,42	46.474,82
3.15.	3.15/135	FEDGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	ADSA-ADS de Alcanena	56.193,07	39.335,15	29.501,37
3.15.	3.15/136	FEDGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	ARLDSA - Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida	91.784,95	64.249,46	48.187,10
3.15.	3.15/137	FEDGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	ADS do Bairro e Serra	29.104,26	20.372,98	15.279,74
3.15.	3.15/138	FEDGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	CAPROPER - Cooperativa Agrícola de Produção de Pequenos Ruminantes, CRL	58.583,81	41.008,67	30.756,50
3.15.	3.15/139	FEDGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	BOVICUS - Cooperativa de Bovinicultores de Alcabaca, Nazaré, Caldes da Rainha, Óbidos, Bombarral e Peniche, CRL	83.323,19	58.326,23	43.744,68
3.15.	3.15/140	FEDGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	SOCLA - ADS dos concelhos de Sintra, Oeiras, Cascais, Lisboa e Amadora	83.132,65	58.192,86	43.644,64
3.15.	3.15/141	FEDGA	Melhoria das condições higio-sanitárias nas explorações pecuárias de ruminantes	ADS do Gado Bovino, Ovino e caprino do concelho de Alentejo	51.839,17	36.287,42	27.215,57
3.15.	3.15/001	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	SOCLA - A.O.S - Concelho de Sintra, Oeiras, Cascais, Lisboa e Amadora	79.028,89	55.320,22	41.490,17
3.15.	3.15/002	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	ALORD - Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos do Ribatejo e Oeste	266.934,46	186.854,12	140.140,59
3.15.	3.15/003	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	BOVICUS - Cooperativa de Bovinicultores - Caldes da Rainha, Óbidos, Peniche, Bombarral, Nazaré, Alcabaca - CRL	126.586,69	88.610,68	66.458,01
3.15.	3.15/004	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	Agrupamento de Defesa Sanitária do Bairro e Serra	35.098,48	24.568,94	18.426,70
3.15.	3.15/005	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	Associação de Criadores e Produtores de Gado do Concelho Sobral de Monte Agraço	37.063,18	25.944,22	19.458,17
3.15.	3.15/006	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	ALORD - Associação de Criadores e Reprodutores de Gado do Oeste	148.527,00	103.968,90	77.976,68
3.15.	3.15/007	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	ADSA - Agrupamento de Defesa Sanitária do Concelho de Alcanena	57.685,48	40.379,83	30.284,88
3.15.	3.15/008	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	Associação de Criadores e Produtores de Gado do Concelho do Cadaval	20.147,54	14.103,28	10.577,46
3.15.	3.15/009	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	ADS do Concelho, Vale do Sorraia e Salvaterra de Alentejo	264.698,77	185.289,14	138.966,85
3.15.	3.15/010	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	Agrupamento de Defesa Sanitária da Península de Setúbal	296.976,14	207.883,30	155.912,47
3.15.	3.15/011	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	SANTEJO - Agrupamento de Defesa Sanitária do Horte do Vale do Tejo	116.206,49	81.344,54	61.008,40
3.15.	3.15/012	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	ADS dos Concelhos de Tomar, Ourém e Ferreira do Zêzere	105.875,19	74.112,63	55.584,48
3.15.	3.15/013	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida	116.061,64	81.243,15	60.932,36
3.15.	3.15/014	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	ADSAC - OPP - Organização de Produtores Pecuários	114.456,58	80.119,61	60.089,71
3.15.	3.15/015	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	Agrupamento de Defesa Sanitária da Freguesia das Altureiras	54.323,11	38.026,18	28.519,63
3.15.	3.15/016	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	CAPROPER - Coop. Agrícola de Produtores de Pequenos Ruminantes, CRL	68.543,06	47.980,14	35.985,11
3.15.	3.15/017	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	Cooperativa Agrícola de Luçua - Serviço ADS	65.533,82	45.873,67	34.405,25
3.15.	3.15/018	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	Agrupamento de Defesa Sanitária de Gado Bovino, Ovino e Caprino do Babo Tejo	241.249,63	168.874,74	126.656,06
3.15.	3.15/019	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	ADS Matra - Agrupamento de Defesa Sanitária	116.267,20	81.387,04	61.040,28
3.15.	3.15/020	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	ADS da AGROCAHPREST, CRL	37.165,75	26.016,02	19.512,02
3.15.	3.15/021	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higio-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	Agrupamento de Defesa Sanitária de Torres Novas	68.418,70	47.893,09	35.919,81



APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.15.	3.15/022	FEDGA	Melhoria e Controlo das Condições Higiéno-Sanitárias nas Explorações Pecuárias dos Ruminantes	Agrupamento de Defesa Sanitária do Gado Bovino, Ovino e Caprino do Concelho de Alenquer	54.294,05	38.005,84	28.504,38
3.15.	3.15/058	FEDGA	Novos Regadios Colectivos	IHERA - Associação de Beneficiários do Plano de Rega das Barras de Óbidos	15.056.713,32	15.056.713,32	11.292.534,99
3.15.	3.15/142	FEDGA	Novos regadios colectivos	IHERA / Associação de beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	69.831,71	69.831,71	52.373,78
3.15.	3.15/202	FEDGA	Novos Regadios Colectivos	IHERA/ Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	8.775.870,15	8.775.870,15	6.581.902,61
3.15.	3.15/110	FEDGA	Preservação e melhoramento genético das raças autóctones, raças exóticas e raça bovina frisla	APC TL - Associação Portuguesa de Criadores de Touro de Lide	130.547,88	118.318,61	88.738,95
3.15.	3.15/111	FEDGA	Preservação e melhoramento genético das raças autóctones, raças exóticas e raça bovina frisla	Associação Nacional para o Melhoramento dos Bovinos Leiteiros - ATABLES	513.094,44	359.166,11	269.374,58
3.15.	3.15/112	FEDGA	Preservação e melhoramento genético das raças autóctones, raças exóticas e raça bovina frisla	Associação Nacional para o Melhoramento dos Bovinos Leiteiros - APCRF	375.538,20	262.876,74	197.157,56
3.15.	3.15/023	FEDGA	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frisla	Federação Portuguesa de Associações de Sábriocultores	48.632,79	34.042,96	25.532,23
3.15.	3.15/024	FEDGA	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frisla	ACRD - Associação de Criadores e Reprodutores de Gado do Oeste	67.836,51	53.471,13	40.103,35
3.15.	3.15/025	FEDGA	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frisla	APSL - Associação Portuguesa de Criadores do Cavalo Puro Sangue Lusitano	124.375,26	100.043,89	75.032,92
3.15.	3.15/026	FEDGA	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frisla	ALCBRF - Associação de Criadores de Bovinos de Raça Frisla	63.097,93	61.227,44	45.920,58
3.15.	3.15/027	FEDGA	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frisla	APC TL - Associação Portuguesa de Criadores de Touro de Lide	112.229,53	108.488,54	81.366,41
3.15.	3.15/028	FEDGA	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frisla	APCBRC - Associação Portuguesa de Criadores de Bovinos de Raça Charoleza	18.786,72	13.150,71	9.863,03
3.15.	3.15/034	FEDGA	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frisla	Associação Técnica de Apoio à Bovinicultura Leiteira do Sul	517.672,33	362.370,63	271.777,98
3.15.	3.15/035	FEDGA	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frisla	Associação Portuguesa de Criadores de Raça Bovina Frisla	350.286,31	245.200,42	183.900,32
3.15.	3.15/181	FEDGA	Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Assoc. de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	119.947,53	119.947,53	89.960,64
3.15.	3.15/182	FEDGA	Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Assoc. de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	902.634,65	902.634,65	676.975,99
3.15.	3.15/183	FEDGA	Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Assoc. de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	179.068,45	179.068,45	134.301,33
3.15.	3.15/184	FEDGA	Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Assoc. de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	99.510,18	99.510,18	74.632,64
3.15.	3.15/186	FEDGA	Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Assoc. de Beneficiários da Ceta	124.699,47	124.699,47	93.524,61
3.15.	3.15/185	FEDGA	Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	4.152.392,73	4.152.392,73	3.114.294,95
3.15.	3.15/247	FEDGA	Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	993.854,81	993.854,81	745.391,11
3.15.	3.15/248	FEDGA	Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	304.901,29	304.901,29	228.675,97
3.15.	3.15/089	FEDGA	Regime de Ajudas à Preservação e Melhoramento Genético das raças Autóctones, Raças exóticas e raça Bovina Frisla	Federação Portuguesa de Associações de Sábriocultores	63.150,06	44.205,04	33.153,78
3.15.	3.15/090	FEDGA	Regime de Ajudas à Preservação e Melhoramento Genético das raças Autóctones, Raças exóticas e raça Bovina Frisla	ACRD - Associação de Criadores e Reprodutores de Gado do Oeste	83.107,21	65.357,74	49.018,31
3.15.	3.15/091	FEDGA	Regime de Ajudas à Preservação e Melhoramento Genético das raças Autóctones, Raças exóticas e raça Bovina Frisla	APSL - Associação Portuguesa de Criadores do Cavalo Puro Sangue Lusitano	137.710,12	111.121,60	83.341,20
3.15.	3.15/092	FEDGA	Regime de Ajudas à Preservação e Melhoramento Genético das raças Autóctones, Raças exóticas e raça Bovina Frisla	ALCBRF - Associação de Criadores de Bovinos de Raça Frisla	68.603,42	65.754,66	49.315,99
3.15.	3.15/093	FEDGA	Regime de Ajudas à Preservação e Melhoramento Genético das raças Autóctones, Raças exóticas e raça Bovina Frisla	APCBRC - Associação Portuguesa de Criadores de Bovinos de Raça Charoleza	29.565,00	20.695,50	15.521,62
3.16.	3.16/001	FEDER	Construção de Piscina Municipal e Tanque de aprendizagem	C.M. De Peniche	1.707.180,69	1.707.180,69	973.773,39
3.16.	3.16/002	FEDER	Complexo de Piscinas Municipais	C.M. Sobral de Monte Agraço	1.296.874,53	1.296.874,53	757.549,31
3.16.	3.16/003	FEDER	Parque Desportivo de Abrantes - 2ª fase - Concepção e execução de pista de atletismo e Campo de Futebol nº1 e iluminação do campo nº.1	Câmara Municipal de Abrantes	1.058.299,50	1.058.299,50	661.435,94
3.16.	3.16/004	FEDER	Construção de Nave desportiva - Ampliação - Alpiarça	Câmara Municipal de Alpiarça	620.454,70	620.454,70	387.785,44
3.16.	3.16/005	FEDER	Arranjos da Pista de Atletismo do Estádio Municipal de Alcáçova	Câmara Municipal de Alcáçova	304.516,12	304.516,12	190.322,57

**APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31.12.2001**

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.16.	3.16/006	FEDER	Concepção, Projecto e Construção das Piscinas Municipais da Benedita	Câmara Municipal de Alcobaca	1.306.715,81	1.306.715,81	816.696,76
3.16.	3.16/007	FEDER	Construção da Pista de Atletismo nº 2 do complexo Desportivo do Jamar	Complexo de Apoio às Actividades Desportivas	433.605,19	433.605,19	326.702,65
3.16.	3.16/008	FEDER	Construção da Pista de Atletismo de Setúbal	Câmara Municipal de Setúbal	1.332.608,41	1.332.608,41	748.261,69
3.16.	3.16/009	FEDER	Arrelvamento do Campo de Jogos da Juventude de Castanheira	Juventude de Castanheira	493.854,99	493.854,99	291.803,67
3.16.	3.16/010	FEDER	Construção da Pista de Atletismo	Câmara Municipal do Cartaxo	380.667,59	380.667,59	237.917,34
3.16.	3.16/011	FEDER	Parque Desportivo de Abrantes - 2ª fase: Campo nº 2 + Reajuste do Campo nº 2 + Iluminação do Campo nº 2	Câmara Municipal de Abrantes	537.853,77	537.853,77	336.199,85
3.16.	3.16/012	FEDER	Arrelvamento Sintético do Campo de Futebol Nº2 do Real Sport	Real Sport Club	368.432,08	368.432,08	230.270,05
3.17.	3.17/001	FEDER	EN243 - Beneficiação entre Chamusca (prox) - Foros de Aryão	Instituto das Estradas de Portugal	2.011.237,92	2.011.237,92	1.106.179,11
3.17.	3.17/002	FEDER	EN361 - Beneficiação entre Rio Maior - Frígus (prox)	Instituto das Estradas de Portugal	976.212,33	976.212,33	536.916,03
3.17.	3.17/004	FEDER	EN 9 - Beneficiação Mercoana - Alenquer	Instituto das Estradas de Portugal	1.562.534,29	1.562.534,29	859.393,86
3.17.	3.17/005	FEDER	EN 10 - Beneficiação entre Vila Franca de Xira - Sacavém	Instituto das Estradas de Portugal	2.770.064,15	2.770.064,15	1.523.533,28
3.17.	3.17/006	FEDER	EN 247 - Beneficiação entre o Km 6.0 - Km 19.1 (Ribamar)	Instituto das Estradas de Portugal	2.204.821,36	2.204.821,36	1.212.652,51
3.17.	3.17/007	FEDER	Rô da Almeida - Ligação a Rotunda do Casal do Monte - Rô de Ligação da EN 250-2 com a EN	Instituto das Estradas de Portugal	2.321.535,10	2.321.535,10	1.276.842,81
3.17.	3.17/008	FEDER	EN 361-1 Via de ligação entre a EN 115 (Vilar) e o IC 1	Instituto das Estradas de Portugal	3.316.716,71	3.316.716,71	1.824.194,19
3.17.	3.17/009	FEDER	Terminal Fluvial do Sebalinho	Transtestejo - Transportes Tejo, AS	5.985.574,76	5.985.574,76	3.991.344,86
3.17.	3.17/010	FEDER	IC 19: Nô de Anedora e Demais e Alargamento entre os nôs de Alfragosa e do Hospital	Instituto das Estradas de Portugal	8.902.175,76	8.902.175,76	4.896.195,17
3.17.	3.17/011	FEDER	Adequação ao Trânsito Rodoviário da Ponte D. Amélia	Instituto das Estradas de Portugal	3.470.341,48	3.470.341,48	1.908.690,06
3.17.	3.17/012	FEDER	EN 247 Nova Ponte sobre o Rio Lizandro	Instituto das Estradas de Portugal	703.748,96	703.748,96	387.062,18
3.17.	3.17/013	FEDER	IC 19: Alargamento entre os nôs de Queziz e do Hospital	Instituto das Estradas de Portugal	2.245.998,11	2.245.998,11	1.235.078,96
3.17.	3.17/014	FEDER	Fornecimento de sete navios calamaram de 600 passageiros com opção de mais dois.	SOPLISA - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	48.979.998,20	48.979.998,20	24.489.999,10
3.17.	3.17/015	FEDER	Reparação da EN 361 (Alcanede/Alcanema) e EN 362 (LD Leiria/Alcanede)	Instituto das Estradas de Portugal	606.853,00	606.853,00	333.769,00
3.17.	3.17/016	FEDER	Reparação do Pavimento de Diversos Troços da EN 349 e EN 349-3	Instituto das Estradas de Portugal	645.441,00	645.441,00	354.993,00
3.17.	3.17/017	FEDER	Reparação do Pavimento de Diversos Troços da EN 3 e EN 351	Instituto das Estradas de Portugal	402.353,00	402.353,00	221.294,00
3.17.	3.17/018	FEDER	Reparação do Pavimento de Diversos Troços da EN 110 e EN 358-1	Instituto das Estradas de Portugal	614.522,00	614.522,00	337.987,00
3.17.	3.17/019	FEDER	Reparação do Pavimento de Diversos Troços da EN 2, EN 118 e EN 244-31	Instituto das Estradas de Portugal	758.619,00	758.619,00	417.240,00
3.18.	3.18/001	FEDER	Actualização de Equipamentos das Actuais Redes de Medida da Qualidade do Ar de Região de Lisboa e Vale do Tejo (acção C)	DRAOT de Lisboa e Vale do Tejo	99.759,58	99.759,58	74.819,68
3.18.	3.18/002	FEDER	Aquisição de sondas para efectuar medições de nível e de qualidade em águas subterrâneas	DRAOT de Lisboa e Vale do Tejo	99.759,58	99.759,58	74.819,68
3.18.	3.18/003	FEDER	Implementação do Sistema de Informação Geográfica da DRAOT/LVT para Informação, Sensibilização e Apoio à Decisão	DRAOT de Lisboa e Vale do Tejo	99.759,58	99.759,58	74.819,68
3.18.	3.18/004	FEDER	Centro de Sensibilização e Educação Ambiental para o Litoral	DRAOT de Lisboa e Vale do Tejo	249.398,95	249.398,95	187.049,21
3.18.	3.18/005	FEDER	Aquisição de Quatro Unidades Laboratoriais Móveis	DRAOT de Lisboa e Vale do Tejo	99.759,58	99.759,58	74.819,68
3.18.	3.18/006	FEDER	Aquisição de autoanalisador Multiparamétrico	DRAOT de Lisboa e Vale do Tejo	99.759,58	99.759,58	74.819,68
3.18.	3.18/007	FEDER	Aquisição de equipamento Laboratorial para aumento dos parâmetros de análise	DRAOT de Lisboa e Vale do Tejo	99.759,58	99.759,58	74.819,68
3.18.	3.18/008	FEDER	Intervenção Polis no Cacém - Sensibilização e Comunicação Ambiental - 1ª fase	DRAOT de Lisboa e Vale do Tejo	1.404.230,80	1.404.230,80	1.053.171,86
3.18.	3.18/009	FEDER	Recuperação Ambiental e Encerramento de Uzeiras - Margem Esquerda do Tejo	RESORIS - Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos	2.819.066,05	2.819.066,05	2.114.299,54
3.18.	3.18/010	FEDER	Gestão de Resíduos Sólidos e Urbanos- Encerramento das Libeiras da Boba, Caremque e Montemor	VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Área Metropolitana de Lisboa (Portugal) S.A	9.477.160,04	9.477.160,04	7.107.870,03
3.18.	3.18/011	FEDER	Projecto de Investigação do Sistema Frade	HECA - Núcleo de Especialidade de Costa Azul	278.329,23	278.329,23	208.744,92
3.19.	3.19/001	FEDER	Construção do Centro de Saúde de Ferreira do Zêzere	MS - ARSLVT Sub-Região de Saúde de Santarém	2203574,386	2203574,386	1652677,048
3.19.	3.19/003	FEDER	Construção Centro de Saúde de Vila Nova de Barquinha	MS - ARSLVT Sub-Região de Saúde de Santarém	1.443.511,14	1.443.511,138	1082630,86
3.19.	3.19/004	FEDER	Construção do Centro de Saúde de S. Sebastião - Setúbal	MS - ARSLVT Sub-Região de Saúde de Setúbal	2.519.692,54	2.519.692,541	1889785,665
3.19.	3.19/005	FEDER	Construção da Extensão de Saúde do Feljo (Centro de Saúde Cova de Figueira - Alameda)	MS - ARSLVT Sub-Região de Saúde de Setúbal	1.603.964,45	1.603.964,446	1.202.975,828
3.19.	3.19/006	FEDER	Construção Extensão de Saúde de Sobreda (Centro de Saúde Costa Caparica)	MS - ARSLVT Sub-Região de Saúde de Setúbal	1.793.727,12	1.793.727,118	1.345.297,832
3.19.	3.19/007	FEDER	Construção da Extensão de Saúde de Castanheira do Ribatejo (Centro de Saúde de VFN)	MS - ARSLVT Sub-Região de Saúde de Lisboa	1.808.730,96	1.808.730,958	1.356.530,713
3.19.	3.19/008	FEDER	Construção da Extensão de Saúde de S. João das Lampas (Centro de Saúde de Sintra)	MS - ARSLVT Sub-Região de Saúde de Lisboa	816.462,33	816.462,3258	612349,2383
3.19.	3.19/009	FEDER	Construção da Extensão de Saúde do Carregado (Centro de Saúde do Alenquer)	MS - ARSLVT Sub-Região de Saúde de Lisboa	923.658,98	923.658,9819	692.745,4834
3.19.	3.19/010	FEDER	Construção da Extensão de Saúde Familiar da Varzea (Centro de Saúde de Sintra)	MS - ARSLVT Sub-Região de Saúde de Lisboa	893.072,69	893.072,6944	669805,7681
3.19.	3.19/011	FEDER	Construção da Extensão de Saúde do Estoril (Centro de Saúde Cascais)	MS - ARSLVT Sub-Região de Saúde de Lisboa	3.314.975,91	3.314.975,908	2.486.233,178
3.19.	3.19/012	FEDER	Construção da Extensão de Saúde da Espo98	MS - ARSLVT Sub-Região de Saúde de Lisboa	3.772.448,40	3.772.448,399	2829336,3
3.19.	3.19/013	FEDER	Construção da Extensão de Saúde de Torres Vedras	MS - ARSLVT Sub-Região de Saúde de Lisboa	3.275.156,87	3.275.156,87	2.456.370,15
3.19.	3.19/015	FEDER	Instalações Degradadas	MS - ARSLVT Sub-Região de Saúde de Setúbal	731.038,20	731.038,20	548.278,65



**APROVAÇÕES PLURIANUAIS ACUMULADAS A 31. 12. 2001**

unidades: euros

Medida	Código	Fundo	Designação do projecto	Promotor	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
3.19.	3.19/018	FEDER	Centro de Saúde de Palmela	AS - ARSLVY Sub- Região de Saúde de Setúbal	1.874.741,87	1.874.741,87	1.406.056,40
3.19.	3.19/019	FEDER	Modernização dos Centros de Saúde	AS - ARSLVY Sub- Região de Saúde de Setúbal	694.923,23	694.923,23	521.193,92
3.19.	3.19/020	FEDER	Extensão de Saúde de Ericeira (CS de Mafra)	AS - ARSLVY Sub- Região de Saúde de Lisboa	1.523.623,23	1.523.623,23	1.144.217,44
3.19.	3.19/021	FEDER	Extensão de Saúde de S. João da Talha (CS de Sacavém)	AS - ARSLVY Sub- Região de Saúde de Lisboa	2.368.501,91	2.368.501,91	1.778.378,93
3.19.	3.19/027	FEDER	Construção da Extensão de Saúde de Alferrarede (C.S. de Abrantes)	Sub-Região de Saúde de Santarém	961.856,92	961.856,92	721.392,69
3.19.	3.19/028	FEDER	Construção da Extensão de Saúde de Alcobetra (C.S. de Tomar)	Sub-Região de Saúde de Santarém	523.119,46	523.119,46	393.839,60
3.19.	3.19/029	FEDER	Construção da Extensão de Saúde de Orlendas (C.S. de Tomar)	Sub-Região de Saúde de Santarém	519.498,01	519.498,01	389.623,51
3.19.	3.19/030	FEDER	Construção da Extensão de Saúde de Tramagal (C.S. de Abrantes)	Sub-Região de Saúde de Santarém	936.338,42	936.338,42	702.253,82
3.19.	3.19/031	FEDER	Construção da Extensão de Saúde de Sabacheira (C.S. de Tomar)	Sub-Região de Saúde de Santarém	402.283,49	402.283,49	301.714,12
3.19.	3.19/032	FEDER	Construção da Extensão de Saúde de Stª Maria dos Olivais (C.S. de Tomar)	Sub-Região de Saúde de Santarém	1.323.134,23	1.323.134,23	1.142.350,68
3.20.	3.20/001	FEDER	Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada Economia	Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo	110.194,43	110.194,43	82.643,82
3.20.	3.20/003	FEDER	Assistência Técnica 2000-2001 - Eixos prioritários 1 e 2 FEDER	Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo	2.600.983,48	2.600.983,48	1.690.640,56
3.20.	3.20/004	FEDER	Assistência Técnica 2000-2001 - Eixos prioritários 1 e 2 FEDER	Assoc. Municípios da Lezíria do Tejo	149.639,37	149.639,37	97.263,99
3.20.	3.20/005	FEDER	Assistência Técnica 2000-2001 - Eixos prioritários 1 e 2 FEDER	Associação de Municípios do Oeste	166.678,31	166.678,31	108.338,90
3.20.	3.20/002	FEDER	Assistência Técnica 2000-2001 - Medidas 2.1 e 2.2 do Eixo 2 do PORLVT	DRAOT Lisboa e Vale de TEJO	202.472,04	162.029,51	105.321,18
3.20.	3.20/006	FEDER	Assistência Técnica 2000-2001 - Medio Tejo	Assoc. Municípios do Medio Tejo	167.097,30	167.097,30	108.488,54
3.20.	3.20/007	FEDER	Assistência Técnica 2000-2001 - Área Metropolitana de Lisboa	Junta Metropolitana de Lisboa	265.859,28	265.859,28	172.808,53
3.20.	3.20/008	FEDER	Assistência Técnica 2000-2001 - Medida 3.16 Desporto	Instituto Nacional do Desporto	209.375,41	209.375,41	157.031,95
3.21.	3.21/001	FSE	Assistência Técnica 2000/2001 - Eixos prioritários 1 e 2 (FSE)	Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo	289.011,18	289.011,18	167.857,26
3.21.	3.21/002	FSE	Assistência Técnica 2000/2001 - Medidas 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, e 3.6 do PORLVT	Instituto do Emprego e Formação Profissional	849.682,27	849.682,27	531.050,17
3.22.	3.22/001	FEDGA	Assist. Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada Agricultura e Desenvolvimento rural	Direção Regional da Agricultura do Ribatejo e Oeste	1.326.707,63	1.326.707,63	993.031,97

	Projecto concluído física e financeiramente
	Projecto concluído fisicamente
	Projecto em execução

## APROVAÇÕES E EXECUÇÃO AGUMULADAS DAS MEDIDAS POR DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

unidades: euros

Medida	Domínio	Aprovações		Execução	
		Despesa Pública	% das aprovações da Medida	Despesa Pública	% da execução da Medida
1.1.	164	6.840.534,31	5%	3.551.479,43	6%
	171	997.595,79	1%	997.595,79	2%
	23	829.301,38	1%	0,00	0%
	312	68.149.398,49	47%	33.693.060,01	57%
	352	1.496.393,69	1%	0,00	0%
	36	65.419.271,32	46%	21.303.531,52	36%
	Total	143.732.494,99	100%	59.545.666,76	100%
1.2.	312	5.318.168,21	6%	4.053.470,82	12%
	34	1.346.564,78	1%	205.708,63	1%
	344	15.130.109,22	16%	7.105.274,11	20%
	345	20.515.041,56	22%	4.699.851,01	14%
	352	25.380.343,34	27%	7.804.168,83	22%
	353	12.345.168,14	13%	4.517.976,25	13%
	354	8.921.080,20	10%	3.707.460,91	11%
	36	4.764.342,93	5%	2.613.664,94	8%
	Total	93.720.818,40	100%	34.707.575,52	100%
1.3.	164	801.638,05	24%	191.847,67	34%
	172	2.218.702,93	67%	355.927,55	62%
	173	299.697,73	9%	22.016,23	4%
	Total	3.320.038,71	100%	569.791,45	100%
1.5.	352	12.491.832,47	39%	2.975.465,45	26%
	36	19.685.044,04	61%	8.439.232,05	74%
	Total	32.176.876,51	100%	11.414.697,49	100%
1.6.	164	16.959,13	1%	0,00	0%
	171	52.997,28	2%	0,00	0%
	312	1.139.795,01	40%	0,00	0%
	344	188.011,99	7%	0,00	0%
	345	156.689,61	6%	0,00	0%
	352	434.747,47	15%	0,00	0%
	36	836.889,82	30%	0,00	0%
	Total	2.826.090,30	100%	0,00	0%
2.1.	352	3.347.158,35	100%	0,00	0%
	Total	3.347.158,35	100%	0,00	0%
2.3.	171	4.206.143,37	15%	92.249,30	1%
	172	1.117.436,98	4%	626.351,04	7%
	352	17.031.273,33	62%	5.551.232,80	65%
	353	4.515.467,72	16%	2.206.948,99	26%
	354	792.011,25	3%	0,00	0%
	Total	27.662.332,65	100%	8.476.782,14	100%
2.4.	23	487.302,44	23%	0,00	0%
	167	859.193,21	40%	0,00	0%
	174	775.298,70	37%	0,00	0%
	Total	2.121.794,35	100%	0,00	0%
3.1.	23	89.966.981,58	100%	53.540.240,40	100%
	Total	89.966.981,58	100%	53.540.240,40	100%
3.3.	21	19.981.206,63	30%	8.072.122,94	30%
	23	46.622.815,48	70%	18.834.953,54	70%
	Total	66.604.022,11	100%	26.907.076,48	100%

**APROVAÇÕES E EXECUÇÃO ACUMULADAS DAS MEDIDAS POR DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO**

unidades: euros

Medida	Domínio	Aprovações		Execução	
		Despesa Pública	% das aprovações da Medida	Despesa Pública	% da execução da Medida
3.4.	21	24.991.000,00	100%	12.922.799,79	100%
	<b>Total</b>	<b>24.991.000,00</b>	<b>100%</b>	<b>12.922.799,79</b>	<b>100%</b>
3.5.	21	801.462,23	14%		
	25	4.902.231,74	86%		
	<b>Total</b>	<b>5.703.693,97</b>	<b>100%</b>	<b>2.760.354,57</b>	<b>100%</b>
3.6.	22	115.454.285,89	100%	60.494.741,19	100%
	<b>Total</b>	<b>115.454.285,89</b>	<b>100%</b>	<b>60.494.741,19</b>	<b>100%</b>
3.8.	36	3.054.074,68	100%	975.108,06	100%
	<b>Total</b>	<b>3.054.074,68</b>	<b>100%</b>	<b>975.108,06</b>	<b>100%</b>
3.9.	23	43.752.319,35	100%	23.642.342,06	100%
	<b>Total</b>	<b>43.752.319,35</b>	<b>100%</b>	<b>23.642.342,06</b>	<b>100%</b>
3.10.	17	1.380.622,70	1%		0%
	33	108.993.210,44	99%	64.104.295,70	100%
	<b>Total</b>	<b>110.373.833,14</b>	<b>100%</b>	<b>64.104.295,70</b>	<b>100%</b>
3.11.	183	644.945,68	100%	0,00	0%
	<b>Total</b>	<b>644.945,68</b>	<b>100%</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>
3.12.	322	5.148.252,71	82%	180.335,53	100%
	323	1.128.659,93	18%	0,00	0%
	<b>Total</b>	<b>6.276.912,64</b>	<b>100%</b>	<b>180.335,53</b>	<b>100%</b>
3.14.	315	8.910.004,96	100%	0,00	0%
	<b>Total</b>	<b>8.910.004,96</b>	<b>100%</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>
3.15.	11	6.914.106,15	11%	2.538.417,81	100%
	12	267.879,41	0%	0,00	0%
	13	55.423.449,66	89%	0,00	0%
	<b>Total</b>	<b>62.605.435,22</b>	<b>100%</b>	<b>2.538.417,81</b>	<b>100%</b>
3.16.	36	9.845.063,40	100%	1.985.751,18	100%
	<b>Total</b>	<b>9.845.063,40</b>	<b>100%</b>	<b>1.985.751,18</b>	<b>100%</b>
3.17.	312	33.512.774,18	38%	21.519.594,07	91%
	318	54.965.572,97	62%	2.044.243,45	9%
	<b>Total</b>	<b>88.478.347,15</b>	<b>100%</b>	<b>23.563.837,52</b>	<b>100%</b>
3.18.	352	1.404.230,80	9%	143.610,84	33%
	353	13.422.511,75	91%	289.886,84	67%
	<b>Total</b>	<b>14.826.742,55</b>	<b>100%</b>	<b>433.497,68</b>	<b>100%</b>
3.19.	36	36.432.038,79	100%	8.400.612,50	100%
	<b>Total</b>	<b>36.432.038,79</b>	<b>100%</b>	<b>8.400.612,50</b>	<b>100%</b>
3.20.	41	3.831.859,07	100%	848.764,96	100%
	<b>Total</b>	<b>3.831.859,07</b>	<b>100%</b>	<b>848.764,96</b>	<b>100%</b>
3.21.	41	1.138.693,45	100%	774.486,53	100%
	<b>Total</b>	<b>1.138.693,45</b>	<b>100%</b>	<b>774.486,53</b>	<b>100%</b>
3.22.	41	1.326.707,63	100%	845.390,06	100%
	<b>Total</b>	<b>1.326.707,63</b>	<b>100%</b>	<b>845.390,06</b>	<b>100%</b>
<b>Sub-Total</b>		<b>1.003.124.565,52</b>		<b>399.632.565,37</b>	
Medida 1.4		5.588.968,33		1.013.378,84	
Medida 3.2.		73.180.044,30		15.984.267,17	
<b>Total</b>		<b>1.081.893.578,15</b>		<b>416.630.211,38</b>	